



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCINF)

ANA KAROLINA ALVES AMORIM

A FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO:
DIMENSÕES MATERIAIS E CRIAÇÃO DO ESPAÇO DIREITOS HUMANOS DA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Brasília-DF

2024

ANA KAROLINA ALVES AMORIM

**A FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO:
DIMENSÕES MATERIAIS E CRIAÇÃO DO ESPAÇO DIREITOS HUMANOS DA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciência da informação.

Área de concentração: Gestão, Organização e Comunicação da Informação e do Conhecimento

Linha de pesquisa: Produção, socialização e usos da informação e do conhecimento

Orientador: Prof.º Dr.º Rodrigo Rabello

Brasília-DF

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 59

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna Ana Karolina Alves Amorim, matrícula 22/0004111. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. Clovis Carvalho Britto / membro interno / PPGCINF/UnB, Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota / Membro externo / UFMG, Dr. Fernando César Lima Leite / PPGCINF/UnB, Suplente e Dr. Rodrigo Rabello da Silva / orientador/presidente / PPGCINF/UnB. A discente apresentou o trabalho intitulado "A força sem força do livro: dimensões materiais e criação do Espaço Direitos Humanos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília".

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição da candidata, e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

- (x) Pela aprovação do trabalho;
- () Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;
- () Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;
- () Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. Rodrigo Rabello da Silva, PPGCINF/UnB
(Presidente/orientador)

Dr. Clovis Carvalho Britto, PPGCINF/UnB
(Membro interno)

Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota, UFMG
(Membro externo)

Dr. Fernando César Lima Leite, PPGCINF/UnB
(Suplente)

Ana Karolina Alves Amorim
(Mestranda)



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Membro do Colegiado da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 28/05/2024, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 28/05/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Karolina Alves Amorim, Usuário Externo**, em 29/05/2024, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Vice-Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 03/06/2024, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA GUIOMAR DA CUNHA FROTA, Usuário Externo**, em 08/07/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11214522** e o código CRC **74D03AF8**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A524f Amorim, Ana Karolina Alves
A força sem força do livro: dimensões materiais e criação
do Espaço Direitos Humanos da Biblioteca Central da
Universidade de Brasília / Ana Karolina Alves Amorim;
orientador Rodrigo Rabello. -- Brasília, 2024.
227 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Livro. 2. Materialidade. 3. Teoria Ator-Rede. 4.
Direitos Humanos. 5. Biblioteca universitária. I. Rabello,
Rodrigo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Claudia e João, cujo trabalho, apoio incondicional e amor me trouxeram até aqui.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Gustavo, por apoiar todos os meus sonhos e me inspirar diariamente com a sua resiliência e criatividade.

Agradeço a meu irmão, Eduardo, com quem também compartilho a formação bibliotecária. E a meus amigos, pelo apoio e conselhos diários: Luciano, Luiz, Wemison e Brunna. Agradeço também a você, Lucas, por trilhar comigo essa trajetória acadêmica até aqui, pelo diálogo, parceria, escritos, eventos, aulas em conjunto. Admiro-o imensamente como pesquisador e amigo.

Agradeço a minha psicóloga, Priscila, por ter me ensinado as ferramentas emocionais para lidar com a pesquisa, e dela extrair o melhor para minha vida profissional e emocional.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo Rabello, pelos ensinamentos que levarei para a vida, pela inspiração diária e parceria durante todos esses anos, da iniciação científica até aqui.

Agradeço aos professores Carlos Juvêncio, Georgete Rodrigues e Gustavo Saldanha pelas contribuições inestimáveis à pesquisa.

Agradeço também aos professores Clovis Britto, Maria Guiomar Frota e Fernando Leite por aceitarem participar da banca de defesa e oferecerem sugestões valiosas para o amadurecimento da pesquisa.

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento que me possibilitou dedicar tempo integral à pesquisa.

Agradeço a todos os professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB, que se esforçam para fazer esse programa de excelência.

Agradeço, por fim, aos livros, não-humanos que sempre orientaram minha vida pessoal e acadêmica: sigo confiante de que seu poder agencia o mundo.

RESUMO

Em 04 de outubro de 2018 a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) publicou uma nota informando a danificação proposital de livros do seu acervo sobre os direitos humanos. Essa situação biblioclasta gerou diversas repercussões e culminou na criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB. Partindo do pressuposto de que a força do livro, na abordagem fisicista da ciência da informação, tem se imposto na área por meio de um tipo de “argumento de autoridade” – e valorizado o estudo do livro somente como “suporte de informação registrada” ou “registro” – , argumenta-se que concepções alternativas na área, como a neodocumentação, têm construído a “autoridade do argumento” sobre a existência de outras dimensões do livro “para além da informação”. Sendo assim, objetiva-se demonstrar a força sem força da multidimensionalidade da materialidade do livro mediante a análise da rede que culminou na criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB. Para tanto, foi realizada revisão de literatura sobre a materialidade do livro, e empregado, como recurso heurístico, a Teoria Ator-Rede (TAR), para analisar a rede em questão, contando, ainda, com a entrevista semiestruturada junto a atores que estiveram inseridos nesse contexto. Os resultados apontam que o livro é um ator não-humano, um híbrido. Sua força sem força é expressa na multidimensionalidade de sua materialidade. Possíveis dimensões do livro são propostas, e os agenciamentos da rede corroboram a força sem força do livro, bem como explicitam os modos pelos quais os atores humanos e não-humanos *fazem* o social.

Palavras-chave: Livro. Materialidade. Teoria Ator-Rede. Direitos Humanos. Biblioteca universitária.

ABSTRACT

On October 4th, 2018, the Central Library of the University of Brasília (BCE/UnB) published a note informing the intentional damage of books in its human rights' collection. This biblioclast situation generated several repercussions and culminated in the creation of the BCE/UnB Human Rights Space. Assuming that the strength of the book, in the physicalist tradition of information science, has been imposed in the area through a type of "authority argument" – and valuing the study of the book only as "support of recorded information" or "record" –, it is argued that alternative conceptions in the area, such as neodocumentation, have been constructing an "argument's authority" about the existence of other dimensions of the book "beyond information". Therefore, the objective is to demonstrate the strength without force of the multidimensionality of the book's materiality through the analysis of the network that culminated in the creation of the BCE/UnB Human Rights Space. To this end, a literature was carried out on the book's materiality, and the Actor-Network Theory (ANT) was used as a heuristic resource to analyze the network in question, also counting on semi-structured interviews with actors who were inserted in this context. The results indicate that the book is a non-human actor, a hybrid. Its strength without force is expressed in the multidimensionality of its materiality. Possible dimensions of the book are proposed, and the network's agencies corroborate the book's strength without force, as well as explaining the ways in which human and non-human actors *make* the social.

Keywords: Book. Materiality. Actor-Network Theory. Human Rights. University library.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do trabalho

Quadro 2 – Dimensões de materialidade convergentes, diferenciadas ou relativamente divergente e complementares/transversais em relação à obra de Bernd Frohmann

Quadro 3 – Metodologia da Parte II

Quadro 4 – O que conservar e rejeitar dos modernos, pré-modernos e pós-modernos

Quadro 5 – Camadas de significado das associações genealógicas (ordem decrescente)

Quadro 6 – Algumas dimensões da materialidade do livro (com base na literatura internacional e nas entrevistas)

Quadro 7 – Síntese da materialidade do livro conforme a literatura internacional analisada

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	American Documentation Institute
AGU	Advocacia-Geral da União
ANT	Actor Network-Theory
ASIS	American Society for Information Science
BCE	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BO	Boundary Object
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CDU	Classificação Decimal Universal
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoLIS2 Science	Second International Conference on Conceptions in Library and Information Science
CSO	Centre de Sociologie des Organisations
Consuni	Conselho Universitário da UnB
DOCAM	Document Academy
EDH	Educação em Direitos Humanos
EIC-I	Epistemologia da Identidade Comunitária-Informacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENANCIB	Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ESCT	Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FID	Federação Internacional de Informação e Documentação
FUB	Fundação Universidade de Brasília
G1 DF	Portal de notícias da emissora Globo no Distrito Federal
HCI	Human-Computer Interaction
HUB	Hospital Universitário de Brasília
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICC	Instituto Central de Ciências
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IS	Information Science
INTD	Institut National des Techniques Documentaires
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis
LIBRES	Library and Information Science Research Electronic Journal
LIS	Library and Information Science
LISA	Library & Information Science Abstracts
LISTA	Library, Information Science & Technology Abstracts
MIT	Massachusetts Institute of Technology
Nedig	Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos
NIDER	Nederlands Instituut voor Documentatie en Registratuur
NRA	National Rifle Association
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRODEBIC	Programa de Desenvolvimento das Bibliotecas de Ciências Agrárias
ProIC	Programa de Iniciação Científica
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania
RBU	Repertório Bibliográfico Universal
RNA	Rede Nacional de Pesquisa
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Secom	Secretaria de Comunicação
SEDH	Secretaria Geral da Presidência da República
SiB-UnB	Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília
SLA	Special Libraries Association
STF	Supremo Tribunal Federal
TAR	Teoria Ator-Rede
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TREs	Tribunais Regionais Eleitorais
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade da Grande Dourados
UFOD	Union Française de Organismes de Documentation
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
Uvic	University of Victoria

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Inauguração do prédio definitivo da BCE/UnB
- Imagem 2** – Incêndio no Museu Nacional em São Cristóvão (2018)
- Imagem 3** – Ameaça de atentado na UnB (2018)
- Imagem 4** – Livro de direitos humanos que foi encontrado rasgado
- Imagem 5** – Manifestação em defesa da democracia e dos direitos humanos
- Imagem 6** – Livros doados por estudantes para substituir obras sobre direitos humanos rasgadas
- Imagem 7** – Convite para a inauguração do Espaço Direitos Humanos
- Imagem 8** – Inauguração do Espaço Direitos Humanos
- Imagem 9** – Espaço Direitos Humanos BCE/UnB
- Imagem 10** – Equipe da biblioteca na inauguração do Espaço Direitos Humanos
- Imagem 11** – Livro mutilado exposto no Espaço Direitos Humanos
- Imagem 12** – Mural sobre os direitos reprodutivos das mulheres (BCE/UnB)
- Imagem 13** – Croquis do Espaço Direitos Humanos
- Imagem 14** – Visão da Entrada do Espaço Direitos Humanos
- Imagem 15** – Curso de ação 1 possível para a biblioteca (da aquisição à disponibilização no acervo)
- Imagem 16** – Curso de ação 1 possível para a biblioteca (com desvio sociotécnico)
- Imagem 17** – Curso de ação 2 possível para a biblioteca (partindo de um ator humano estudante com intenção de aprender sobre direitos humanos)
- Imagem 18** – Curso de ação 2 possível para a biblioteca (com desvio de um ator humano estudante biblioclasta com intenção de mutilar livros)
- Imagem 19** – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo do setor de empréstimo)
- Imagem 20** – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo do setor de direção)
- Imagem 21** – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (a partir da decisão de criar o espaço)

Imagem 22 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (com tradução inauguração do Espaço Direitos Humanos)

Imagem 23 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo dos atores usuários da BCE em 2018)

Imagem 24 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo dos atores usuários da BCE em 2024)

Imagem 25 – Curso de ação 3 possível da biblioteca (dos livros mutilados à inauguração do Espaço Direitos Humanos)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
1.1.1 <i>Biblioclastia</i>	17
1.2 PROBLEMA.....	21
1.3 HIPÓTESE	22
1.4 OBJETIVOS	23
1.4.1 <i>Objetivo geral</i>	23
1.4.2 <i>Objetivos específicos</i>	24
1.5 JUSTIFICATIVA	24
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
PARTE I: DIMENSÕES DA FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO	27
2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERCURSO DISCIPLINAR.....	28
2.1 FUNDAMENTOS DISCIPLINARES: BASES MODERNAS PARA A ANÁLISE DA FORÇA DA INFORMAÇÃO REGISTRADA ..29	
3 CONCEITO DE MATERIALIDADE E MATERIALIDADE DO LIVRO.....	36
3.1 MATERIALIDADE EM BERND FROHMANN	36
3.2 OBJETO LIVRO.....	41
3.3 MATERIALIDADE DO LIVRO	44
3.4 LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE A MATERIALIDADE DO LIVRO.....	49
3.4.1 <i>Abordagens históricas</i>	50
3.4.2 <i>Entre o analógico e o digital</i>	52
3.4.3 <i>Relação sujeito-objeto</i>	58
3.4.4 <i>Abordagem social</i>	61
3.4.5 <i>Questões disciplinares</i>	63
3.4.6 <i>Perspectiva holística</i>	64
4 FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO	66
4.1 FORÇA SEM FORÇA DO MELHOR ARGUMENTO.....	66
4.2 FORÇA DO LIVRO.....	72
4.3 FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO	77
PARTE II: REDE E CRIAÇÃO DO ESPAÇO DIREITOS HUMANOS DA BCE/UNB.....	81
5 TEORIA ATOR-REDE	83
5.1 TAR: PELOS CAMINHOS DE LATOUR.....	83
5.1.1 <i>Do laboratório à ciência em ação</i>	84
5.1.2 <i>Jamais fomos modernos: em busca de uma nova Constituição</i>	86
5.1.3 <i>Mudando a forma de ver os artefatos: massas perdidas, mediações técnicas e história dos objetos</i>	94
5.1.4 <i>TAR: debates terminológicos</i>	105
5.1.5 <i>Agenciando o social</i>	111
5.1.6 <i>Biblioteca como laboratório</i>	117
5.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E TAR.....	119
6 DIREITOS HUMANOS.....	126
7 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNB.....	136
7.1 BIBLIOTECA E TIPOS DE BIBLIOTECAS.....	136

7.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	138
7.3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNB	140
8 CRIAÇÃO DO ESPAÇO DIREITOS HUMANOS DA BCE/UNB.....	147
8.1 CONTEXTO: INSTABILIDADE POLÍTICA NO BRASIL	147
8.2 UNIVERSIDADES E UNB EM 2018	152
8.3 CASO BCE/UNB	154
8.4 OS ATORES	161
8.4.1 Onda zero.....	163
8.4.2 Onda 1: atores institucionais.....	165
8.4.3 Onda 2: os atores usuários da BCE em 2018.....	172
8.4.4 Onda 3: os atores usuários da BCE.....	175
8.5 AGENCIAMENTOS.....	178
PARTE III: MULTIDIMENSIONALIDADE DA MATERIALIDADE DO LIVRO	189
9 DIMENSÕES DA MATERIALIDADE DO LIVRO	190
9.1 A FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO COMO MELHOR ARGUMENTO?	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICE A	220
APÊNDICE B	221

1 INTRODUÇÃO

Esta seção tem como objetivo introduzir o contexto que têm motivado a realização da investigação, justificar sua importância e apresentar a questão/problema da pesquisa. Além disso, são descritas a hipótese e os objetivos gerais e específicos. Ao final, a organização da dissertação é aclarada.

1.1 Contextualização

Em nota pública publicada em 04 de outubro de 2018, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) informou à comunidade a danificação proposital de cinco livros do seu acervo relacionados aos direitos humanos. A instituição repudiou o ato e informou que abriria processo junto a Polícia Federal para apurar o caso (Universidade de Brasília, 2018a).

O gabinete da reitoria da UnB publicou uma carta à comunidade em defesa à democracia, salientando o princípio estatutário do compromisso com a paz e a defesa dos direitos humanos (Universidade de Brasília, 2018b). Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos ressaltou que rasgar livros sobre as conquistas dos direitos humanos ameaça a formação de uma visão de mundo crítica e democrática (Brasil, 2018).

O fato chamou a atenção para a necessidade de se refletir sobre o tema. Assim, em 20 de novembro de 2018, dia da Consciência Negra, inaugurou-se o Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB, com o objetivo de prover suporte informacional e fomentar a produção de conhecimentos sobre a temática. Aberto à comunidade, permite a realização de encontros e a consulta ao acervo, além de detalhar a trajetória histórica da Universidade na defesa e no estudo dos direitos humanos nos seus pilares de ensino, pesquisa e extensão (Universidade de Brasília, c2024c).

1.1.1 Biblioclastia

Essa situação também se insere no âmbito dos estudos em biblioclastia, um fenômeno que ocorre desde a Antiguidade. Segundo Felipe Meneses-Tello, são exemplos de biblioclastia os desastres culturais ocasionados pelo homem, como a destruição da grande Biblioteca de

Alexandria, as fogueiras públicas de milhares de livros durante o regime nazista alemão, as recentes destruições de bibliotecas ucranianas pelas tropas russas, entre outros (Meneses-Tello, 2023).

De acordo com o autor, os livros são objetos culturais respeitados, bajulados e admirados; porém, em algumas situações, são estigmatizados e difamados até se converterem em objetos de desprezo e ódio: “[...] A biblioclastia como prática de aniquilamento de material bibliográfico projeta desconfiança, hostilidade, escárnio em torno das instituições que o conservam, organizam e difundem, é dizer, as bibliotecas” (Meneses-Tello, 2023, p. 14, tradução nossa¹).

Para Josiel Santos, os livros representam o progresso intelectual de uma comunidade, a cultura e a construção de um relato histórico que se corporifica na memória social. Quando essa cultura e memória ameaçam o *status quo* de um grupo social, esse mesmo grupo faz impor seus termos mediante a destruição da memória coletiva de um outro grupo, com vistas a exercer controle social (Santos, 2017).

Segundo Domingo Buonocore², a palavra “biblioclasta” vêm do grego *biblion* (livro) e *klaō* (romper), o que leva ao entendimento de que um biblioclasta é um “destruidor de livros”, e a biblioclastia um fenômeno pensado, planejado e operacionalizado por sujeitos e organismos sociais, políticos, econômicos, culturais ou mesmo um “Estado biblioclasta”, como foi o nazista (Meneses-Tello, 2023).

Este autor também realça a definição de Juan Iguíniz³ do biblioclasta como um “mutilador de livros”, que pode ser: *um estudante que mutila livros sem o menor escrúpulo* (grifos nossos); um jornalista que rasga folhas para usar em reportagens; ou um bibliófilo que mutila alguns livros para completar seus exemplares (Meneses-Tello, 2023).

Ele também realça o termo “libricídio” conforme a formulação conceitual de Rebecca Knuth⁴, para quem os termos “libricídio”, “librocídio” ou “bibliocídio” referem-se às queimas massivas de livros ao longo da história. Em relação a esses termos, Meneses-Tello (2023) realça que eles se relacionam com o vocábulo latino *homicidium*, cuja raiz “*cid*” significa “matar, massacrar, abater, golpear, exterminar” etc.

¹ “[...] La biblioclastia como práctica de aniquilamiento de material bibliográfico, proyecta desconfianza, hostilidad, escarnio en torno a las instituciones que lo conservan, organizan y difunden, es decir, las bibliotecas” (Meneses-Tello, 2023, p. 14).

² Ver Buonocore (1976).

³ Ver Iguíniz (1959).

⁴ Ver Knuth (2003).

Apesar de muitas vezes serem usados como sinônimos, o autor frisa que a biblioclastia refere-se às destruições de livros por sujeitos ou coletivos; enquanto o libricídio diz respeito à destruição massiva e deliberada de livros e bibliotecas por parte do “Estado libricida”, e se relaciona ao “etnocídio”, ou seja, à destruição de um povo sob o pretexto de superioridade de uma nação sobre outra. Nesse sentido, Santos (2017) corrobora que a queima de livros tem o único propósito de suprimir a cultura e a memória coletiva de um povo, com fins de manipulação da sociedade, da liberdade e da diversidade.

Meneses-Tello (2023) realça a relação da censura com a biblioclastia, argumentando que embora relacionados, não são a mesma coisa. A censura é a proibição de determinados livros, e a biblioclastia a destruição dos mesmos. Muitas vezes a censura termina em biblioclastia ou libricídio, o que resulta em “apagão cultural”.

Como maneira de exemplificar esse ponto, ele descreve como a Rússia têm bombardeado instituições culturais ucranianas desde o início da guerra entre as duas nações em fevereiro de 2022. Essa violência aos artefatos culturais visa extinguir o patrimônio e a identidade cultural ucranianas. Como resposta a esses ataques, a Ucrânia tem banido publicações russas do seu sistema bibliográfico e destruído material bibliográfico russo, valendo-se da censura e da biblioclastia (Meneses-Tello, 2023).

No Brasil, podemos destacar os recentes eventos de 08 de janeiro de 2023 como exemplo de ataque às instituições democráticas por extremistas antidemocráticos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Alegando, dentre outros aspectos, que o sistema eleitoral brasileiro não era seguro, esses sujeitos se opuseram ao novo governo eleito democraticamente em outubro de 2022, representado pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com fins declaradamente golpistas, em 08 de janeiro de 2023 milhares de extremistas invadiram a sedes dos Três Poderes da República em Brasília, destruindo símbolos nacionais, e inclusive roubando uma réplica da Constituição Federal de 1988 exposta no Supremo Tribunal Federal, um livro que foi alvo de violência material, física e simbólica (Amorim; Paulo; Rabello, 2023) pelos biblioclastas de 08 de janeiro.

Finalmente, o exemplo sobre o qual nos debruçaremos nesta dissertação é um caso de biblioclastia, pois, intencionalmente, alguém destruiu livros de direitos humanos na BCE/UnB. Esses livros, entre outras características, representam as conquistas dos direitos humanos e da democracia e corporificam a memória social; sendo assim, foram alvo de violência material (física

e simbólica). Respeitados e admirados por atores democratas e republicanos, objetos deste tipo são historicamente alvo de desprezo, de ódio e de destruição por outros, os biblioclastas⁵.

Isso demonstra como o livro, objeto material emblemático em diferentes culturas, é também um “semióforo” (Pomian, 1998), ou seja, um objeto imbuído de significado. Segundo esse entendimento, concebe e trata o livro como semióforo aquele que o guarda por ver nele um objeto precioso, e também aquele que o manda queimar, convencido de que pode destruir as produções intelectuais e a cultura de um grupo (Pomian, 1998). Este último parece ter sido, em alguma medida, o entendimento orientador daquele(s) que mutilou(ram) livros de direitos humanos da BCE/UnB, algo simbolicamente emblemático por suscitar, por exemplo, a destruição dos valores de direitos universais⁶ duramente conquistados.

Preambularmente, foi possível observar, até aqui, que aspectos relacionados ao livro – como a sua significação em diferentes culturas – resultam em forças que movem e mobilizam sociedades tanto para criá-los como para destruí-los. Há, portanto, a necessidade de se considerar a complexidade deste objeto. Apesar das transformações técnicas e tecnológicas, os livros continuam a ser um objeto simbólico relevante. Nesse sentido, como pensar não apenas a sua dimensão simbólica, mas também o objeto a partir de dimensões epistemológicas e políticas nas áreas de ciência de informação e afins? Quais seriam as dificuldades e alternativas para se pensar o livro em uma dimensão holística, à luz da sua complexidade?

Um recurso pragmático – trabalhado no livro *A força sem força do melhor argumento: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”*, de Pedro Demo – será relevante para a resposta a essas perguntas. Aquele livro oferece caminhos para refletir sobre a tese da “força sem força do

⁵ Os biblioclastas são iconoclastas pois tratam imagens/objetos com ódio, desprezo e indiferença, conforme Bruno Latour. O autor explica que quando não se sabe o que está acontecendo no ato de quebrar e quais são as motivações de um claro projeto de destruição, trata-se de *iconoclasmo*. No caso em questão, pela lógica iconoclasta, os livros de direitos humanos da BCE/UnB podem ter sido alvo de violência material por sujeitos que nem sequer entendiam as motivações desse ato, apesar de ele estar inserido em um claro projeto de destruição de imagens/símbolos democráticos. Ao refletir sobre a iconoclastia, Latour contrapõe com o *iconoclash*, que é quando não há maneira de saber, sem investigar com mais profundidade, se a ação é destrutiva ou construtiva. As imagens (signos, obras de arte, inscrições, figuras, objetos) se tornaram foco de paixão e destruição, de modo que o iconoclasta parece ter se tornado a mais alta virtude, e acabam gerando novas imagens e um ciclo de fascinação, repulsa, destruição e reconciliação (Latour, 2008). De certo modo, o Espaço Direitos Humanos acaba inserindo-se nesse ciclo, por ser também uma nova imagem, reconciliadora.

⁶ Os direitos universais, ou direitos humanos, são direitos que valem para todos e que compreendem outros direitos de diversos tipos (Comparato, 1998), que protegem e garantem a dignidade humana. Tais direitos foram promulgados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, através da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, um importante instrumento do direito internacional que lista, em seus trinta artigos, direitos inalienáveis de todos os cidadãos de todas as nações. Tais direitos serão detalhados na seção 6 (Direitos Humanos).

melhor argumento”, criada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (Demo, 2010). Esse recurso contribui com duas perspectivas e concepções – que levam a reflexões políticas e éticas – sobre a natureza do argumento. A primeira versa sobre a perspectiva relativa ao “argumento de autoridade”. Como o enunciado sugere, essa concepção é sustentada por alguma autoridade, baseada, por exemplo, em cânones rígidos e na institucionalidade envolvida. A segunda perspectiva se relaciona à “autoridade do argumento”. Segundo esse enunciado, a qualidade do argumento pode ser – por si –, forte, com autoridade e força próprias. É dizer, emerge a “força sem força do melhor argumento”.

1.2 Problema

A força do livro – com base na abordagem fisicista – tem se imposto nas áreas de ciência de informação e afins por meio de um tipo de “argumento de autoridade”. Essa situação em muito se explica na dinâmica e na necessidade de a ciência da informação se consolidar enquanto Ciência – com C maiúsculo – aos moldes do arquétipo das ciências naturais. Essa preocupação não é nova. Ela acompanha os cenários de produção do conhecimento, sobretudo desde o cientificismo dos oitocentos, na busca pela (re)construção ou (re)afirmação da noção de ciência moderna (ver subseções 5.1.2 e 5.1.5). Existe – ao que se apresenta – uma espécie de naturalização de pressupostos cartesianos e positivistas ao se buscar esquadrihar e fragmentar o entendimento de livro. Essa concepção fragmentada é problemática. Ela também se estende a outros aspectos relacionados à informação.

Em outras palavras, partimos do argumento de que – enquanto campo do conhecimento em busca de legitimidade –, a ciência da informação tem se apoiado no “argumento de autoridade” fisicista por meio de métodos, protocolos e técnicas para tratar, estritamente, a *informação registrada* – supostamente, seu principal interesse de estudo – com vistas a alcançar padrões e qualificações para aperfeiçoar a criação, a manutenção e o funcionamento de sistemas de informação. Existe – na abordagem fisicista – a busca estrita pela precisão, algo relevante para desenhar, manter e gerir sistemas cada vez mais eficientes e eficazes na preservação e na intermediação, acesso, recuperação e utilização da informação. Por focar o conteúdo (descritivo e temático) explícito e o suporte, essa abordagem acabou por desconsiderar outras dimensões da informação e dos objetos informacionais e, nessa direção, o livro foi ou tem sido valorizado

somente como suporte de informação registrada. A princípio, esse tem se apresentado como argumento forte para se compreender as necessidades imediatas das áreas de ciência da informação e afins. Nos enfoques marcadamente fisicalistas e cognitivistas, a autoridade do campo informacional, em muitas ocasiões, tem se fechado para questionamentos e conduzido um sentido epistemológico de demarcação, de disciplinarização.

Concepções alternativas, a contrapelo, têm construído a “autoridade do argumento” sobre a existência de outras dimensões – complementares – àquela que se impõe. Ela – a autoridade do argumento – não se sustenta na imposição da autoridade, pois possui “força” própria (Demo, 2010). Postulamos que outras ênfases buscam explorar dimensões e entender a informação como fenômeno complexo e multifacetado – tal como os enfoques propostos pela neodocumentação, em meados da década de 1990 – que sustentam uma força que não se impõe. Eles – os enfoques alternativos – podem colaborar para se refletir sobre uma “força sem força” a esses objetos, quando concebidos “para além da informação [registrada ou explícita]” e em cuja multidimensionalidade da materialidade provoca efeitos no mundo social. Aí reside a hipótese da “força sem força do livro”, algo que pretendemos argumentar, ainda como primeiras aproximações, ao longo desta dissertação.

Noutras palavras, como semióforo, o livro possui materialidade, algo que aponta para dimensões “para além da informação [registrada ou explícita]” (Murguia, 2009). A “força sem força do livro”, então, se apoia na multidimensionalidade de sua materialidade. Ao se estudar a complexidade do livro, emerge um argumento que, por si, é forte, com autoridade própria. É dizer, vem à tona um argumento que não impõe força por meio, tão-somente, de “argumento de autoridade”. A ideia é tentar demonstrar o quanto pesquisas sobre o livro podem se favorecer e se enriquecer com a abertura para horizontes até o momento pouco explorados, ao menos nas áreas de ciência da informação e afins. Apresentamos, a seguir, a síntese da hipótese que se buscará defender.

1.3 Hipótese

A hipótese é a de que a força sem força do livro está e é operacionalizada na multidimensionalidade da materialidade que lhe é característica, e não somente no seu suporte e

*no seu conteúdo (descritivo ou temático) explícito – que são algumas de suas dimensões, sendo tão relevantes quanto outras.*⁷

Reiterando o contexto da hipótese, a abordagem de pesquisa nas áreas de ciência da informação e afins tem privilegiado, desde seu surgimento, os aspectos físicos do suporte e a fisicalidade da informação registrada, ignorando outras dimensões do livro que estão para além do suporte e do seu conteúdo descritivo ou temático explícito – como aquelas presentes a partir de perspectivas ou dimensões de materialidade. Para trazer luz a tal hipótese, atores e agenciamentos – presentes desde a gênese e criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB – serão mobilizados como uma rede. Seguir os centros dos atores e suas ações auxilia na compreensão das associações, que explicitam as dimensões da materialidade do livro, sua força que motivou desde os atos biblioclastas até as reações da comunidade acadêmica que resultou no Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB. Com base nisso, seguem os objetivos da pesquisa.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Demonstrar a força sem força da multidimensionalidade da materialidade do livro mediante a análise da rede que culminou na criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB.

⁷ A mencionada hipótese estabelece conexão e corrobora argumentos explicitados no projeto intitulado *Multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento: caminhos e articulações conceituais para uma análise epistemológica e política* (Rabello, 2021), desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinf) da Universidade de Brasília (UnB) e contando com o apoio financeiro da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O argumento central dessa pesquisa é caracterizado pela reciprocidade e complementaridade dos enunciados “a informação institucionalizada e materializada constitui o documento” ou “o documento é constituído de informação materializada e institucionalizada”, algo que situa documento e informação, quando concebidos daquele modo, como “duas faces de uma mesma moeda”. Essa perspectiva foi inicialmente apresentada no âmbito da proposta de um programa de investigação (Rabello, 2019). Ela retoma ou corrobora a premissa neodocumentalista de relação inerente entre Documentação e Ciência da Informação a partir dos seus principais objetos de estudo. Reflexões como essa têm sido abordadas e discutidas no Grupo de Pesquisa “Fundamentos Teóricos da Informação”, certificado junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a liderança dos professores doutores Carlos Cândido de Almeida (Universidade Estadual Paulista, UNESP) e Rodrigo Rabello (UnB), onde Ana Amorim atua como estudante-pesquisadora.

1.4.2 Objetivos específicos

1. Analisar os fundamentos disciplinares da ciência da informação e seu enfoque fisicista, algo que sustenta o argumento da “força da informação registrada”, corporificada, dentre outros, no suporte “livro”;
2. Analisar o conceito de “materialidade” como interesse emergente na literatura em ciência da informação, algo que apresenta caminhos para uma visão multidimensional da materialidade livro e, assim, sustenta o argumento da “força sem força do livro”;
3. Descrever os cursos de ação da rede influente na criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB, utilizando como recurso heurístico a Teoria Ator-Rede.

1.5 Justificativa

A abertura epistemológica provocada pela neodocumentação, em meados dos anos 1990, chamou a atenção para os aspectos sociais, políticos, científicos e culturais relacionados ao fenômeno da informação, dos quais se destaca o caráter da materialidade dos documentos (Frohmann, 2004, 2007, 2008a). O conceito de materialidade pressupõe as intencionalidades e institucionalidades dos objetos – o que, nas instituições, assinalam espaços de conflitos, disputas e “legitimação de discursos” para a “representação da realidade” (Rabello; Rodrigues, 2017).

Nesse sentido, a pesquisa se justifica por contribuir com os estudos sobre a multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade do documento livro, e considera as associações de atores humanos e não-humanos, os processos, as composições e os desvios presentes em modos de institucionalidades nos quais são produzidos discursos que geram efeitos (Rabello, 2022) – traçando caminhos para mapear uma rede específica, algo que, do ponto de vista metodológico, demonstra a riqueza da Teoria Ator-Rede (TAR) como recurso heurístico em investigações no campo.

A tradução dessa rede – o Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB – também justifica a pesquisa por se tratar de um espaço simbólico evocativo de leituras e ações em favor da democracia e dos direitos humanos, consonante à importância do direito de informação, de educação e de cultura – princípios orientadores, dentre outras, das bibliotecas universitárias. Aspectos orientadores dos direitos humanos estão previstos, por exemplo, no Artigo 5.º da Constituição

Federal Brasileira (Brasil, 1988). Além de fomentar o debate sobre a criação do Espaço Direitos Humanos, a compreensão de como ele é traduzido pela comunidade pode auxiliar o planejamento estratégico da instituição.

A reflexão sobre o campo se mostra frutífera, complementarmente, do ponto de vista da tese da “força sem força do melhor argumento”, pois possibilita problematizar as epistemologias estabelecidas ante as abordagens alternativas. Trabalhamos com o entendimento da relevância de estudos como este por fomentar o pensamento crítico e o questionamento, a não aceitação ou não submissão a argumentos do tipo “e portanto...” (Stengers, 2018) comuns naqueles que se expressam como “argumento de autoridade” (Demo, 2010).

Por fim, considera-se que os estudos sobre o livro em diversas áreas do conhecimento podem se beneficiar dessa reflexão, no intuito de se convidar à reflexão e à discussão sobre as dimensões da materialidade do livro e acerca de fenômenos informacionais, como o colecionismo e a biblioclastia.

1.6 Estrutura da dissertação

O trabalho está organizado em partes e seções. Na primeira parte, discute-se o percurso disciplinar da ciência da informação como origem do paradigma fisicista, algo que sustenta o argumento da “força da informação registrada”. Em seguida, numa segunda seção, discute-se o conceito de materialidade e, especificamente, materialidade do livro, como caminho para uma visão holística de objetos dotados de significação, como é o caso. Numa terceira e última seção, os argumentos da força e da força sem força do livro são postos em análise, a partir, respectivamente, de abordagens fisicalistas/cognitivistas e sociomateriais.

Como maneira de exemplificar a força sem força do livro, parte-se para a segunda parte da dissertação, onde se realizará o estudo de caso. Na primeira seção, a Teoria Ator-Rede (TAR) será objeto de discussão. Na segunda seção, os Direitos Humanos serão discutidos. Numa terceira seção, discutiremos a definição e as funções das bibliotecas universitárias e da BCE/UnB, nosso lugar de interesse. Por fim, numa quarta seção, a criação do Espaço Direitos Humanos será analisada.

Ao final do trabalho, há uma terceira e última parte onde se buscará discutir o conceito de multidimensionalidade da materialidade do livro como base de sua força sem força, delineando algumas dessas dimensões identificadas na literatura e nos agenciamentos da criação do espaço.

A metodologia de cada uma das seções é descrita no início de cada parte. De maneira geral, a primeira parte caracteriza-se pela abordagem teórica; enquanto a segunda parte, além de valer-se da abordagem teórica, caracteriza-se pela abordagem aplicada⁸ com o uso do recurso heurístico da TAR. A terceira parte vale-se da abordagem teórica/aplicada. O Quadro 1 a seguir contém a estrutura do trabalho com as partes/seções:

Quadro 1 – Estrutura do trabalho

Partes	Seções	Subseções
PARTE I: Dimensões da força sem força do livro	Ciência da informação: percurso disciplinar	Fundamentos disciplinares: bases modernas para a análise da força da informação registrada
	Conceito de materialidade e materialidade do livro	Materialidade em Bernd Frohmann
		Objeto livro
		Materialidade do livro
	Força sem força do livro	Literatura internacional sobre a materialidade do livro
		Força sem força do melhor argumento
Força do livro		
PARTE II: Redes e criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB	Teoria Ator-Rede	Força sem força do livro
		TAR: pelos caminhos de Latour
	Direitos Humanos	Ciência da informação e TAR
	Biblioteca universitária da UnB	Biblioteca e tipos de biblioteca
		Biblioteca universitária
		Biblioteca universitária da UnB
	Criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB	Contexto: instabilidade política no Brasil
		Universidades e UnB em 2018
		Caso BCE/UnB
Os atores		
PARTE III: Multidimensionalidade da materialidade do livro	Dimensões da materialidade do livro	Agenciamentos
		A força sem força do livro como melhor argumento?

Fonte: Elaboração nossa.

⁸ Na segunda parte, a abordagem aplicada conta, além do recurso heurístico da TAR, com a realização de entrevistas com os atores humanos envolvidos na criação do Espaço. Sendo uma pesquisa que envolve seres humanos, houve a necessidade de submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB, que revisa estudos que envolvem técnicas qualitativas no intuito de evitar riscos aos participantes e fomentar os benefícios da pesquisa. O projeto foi aprovado em 07 de julho de 2023 sob o número CAAE 68040223.9.0000.5540.

PARTE I: DIMENSÕES DA FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO

Esta primeira parte objetiva demonstrar como o percurso disciplinar da ciência da informação originou o paradigma fisicista, que sustenta o argumento da “força da informação registrada” (seção 2). Recorrendo a outras perspectivas neste percurso, estabelecemos um contraponto alternativo àquela abordagem, quando foi possível abordar o conceito de materialidade e materialidade do livro (seção 3) e a força sem força deste objeto (seção 4) – a partir da multidimensionalidade de sua materialidade.

Com relação à **metodologia**, na primeira parte é utilizado o método da *revisão de literatura* e da *revisão narrativa de literatura*. A revisão de literatura é útil para detectar conceitos-chave, conhecer como o tema tem sido tratado por outros pesquisadores e melhorar o entendimento do fenômeno para aprofundar as interpretações, conforme Roberto Sampieri, Carlos Collado e María Baptista Lucio. Assim, será utilizada na seção 2, para analisar o percurso disciplinar da área de ciência da informação; e, na seção 4, empregada para aprofundar os entendimentos sobre a força sem força do livro (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Na seção 3, acerca do conceito de materialidade e materialidade do livro, será utilizada a revisão narrativa de literatura, um método que viabiliza a análise e interpretação de um dado assunto sob o ponto de vista teórico e contextual (Elias *et al.*, 2012). É apropriada para estudos que descrevem o desenvolvimento ou “estado da arte” de um assunto (Rother, 2007), algo útil para o objetivo de analisar o conceito de multidimensionalidade da materialidade do livro na literatura.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERCURSO DISCIPLINAR

Esta seção objetiva discutir os fundamentos disciplinares da ciência da informação como origem da “força da informação registrada”. Tais fundamentos remetem à modernidade, especificamente, na invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV. As mudanças nos processos de organização do conhecimento e a ênfase moderna no racionalismo e no progresso orientaram a criação de instrumentos e instituições para guardar, organizar e transmitir informação registrada (Mendes, 2016; Rabello, 2020); junto a esses instrumentos e instituições, surgiram disciplinas, como a documentação europeia e a biblioteconomia especializada estadunidense.

É nesse contexto que surge a ciência da informação, em meados dos anos 1950, nos Estados Unidos, com o enfoque herdado de suas precursoras – a documentação e a biblioteconomia especializada –, portanto, interessada em maneiras de organizar e recuperar o *conhecimento registrado*. Com as possibilidades tecnológicas de seu tempo, a ciência da informação passa a ser representada pela área de *recuperação da informação* ou *recuperação e armazenamento da informação* (Ortega, 2009), investindo esforços para a criação e/ou manutenção de sistemas de informação cada vez mais eficientes.

A ênfase dada aos suportes e à informação registrada nas teorias e processos da área fez com que seu objeto definidor fosse justamente a informação registrada. Isso denota um paradigma fisicista, com foco nos aspectos físicos da informação, sendo esta corporificada em suportes que podem ser tratados, categorizados, armazenados e disseminados dentro de um sistema com entrada, processamento e saída.

Tal paradigma exerce força e se mantém por meio de um argumento de autoridade, quando por exemplo, não apresenta abertura epistemológica para outras perspectivas que consideram a informação para além do caráter explícito observado em seu suporte físico, que pode ser tratado descritiva e tematicamente. Essa abertura pode ser observada com as contribuições neodocumentação, que busca considerar outras dimensões da informação – para além do registro e do suporte – como a materialidade e a institucionalidade, seus aspectos simbólicos, éticos e políticos (Rabello, 2019).

Em outras palavras, buscamos entender, a partir dessa revisão de literatura, em que medida a abordagem fisicista da ciência da informação, fruto da modernidade, têm corroborado a força da informação registrada, e quais são os caminhos para questionar esse argumento de autoridade.

2.1 Fundamentos disciplinares: bases modernas para a análise da força da informação registrada

As bases modernas da ciência da informação remetem à célebre invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV, algo que revolucionou a indústria editorial e aprimorou a técnica de produção livresca, transformando o livro no mais importante meio de registro e disseminação do conhecimento até então, segundo Rabello (2020).

Na segunda metade do século XVIII, o contexto histórico-cultural iluminista e industrial assentou a ideia de modernidade, pautada na racionalidade e na universalidade. Como resposta a essa nova conjuntura, por volta dos anos 1880, surgiu o movimento bibliográfico, com transformações nas práticas de produção, disseminação e consumo de informação, de acordo com Luciana Mendes (2016).

Surgiram, a partir de então, instituições voltadas para o tratamento da informação (bibliotecas especializadas, unidades de informação, serviços de informação e documentação etc.) e instrumentos (resumos, índices, sistemas de classificação, catálogos etc.) para tratá-la de maneira mais *organizada* e *racionalizada* (Mendes, 2016). A especialização do conhecimento demandou ainda a criação de instrumentos como as enciclopédias, os periódicos científicos e as bibliografias especializadas (Rabello, 2020).

Na França, a palavra *bibliographia* era utilizada para representar um campo do conhecimento bibliográfico composto de registros sobre o conhecimento; e um *quasi*-sinônimo era o termo *documentation*, que foi desenvolvido proficuamente no trabalho de Henri La Fontaine e Paul Otlet, de acordo com Geoffrey Woledge (1983).

Este autor realça que Otlet e La Fontaine entendiam a bibliografia (*bibliography*) como parte da documentação; esta última sendo uma disciplina que possui técnicas e fundamentos para representar, recuperar, acessar e utilizar diversas tipologias documentais, como realça Cristina Ortega (2009). Para Otlet (1937, p. 1) o documento “[...] é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica”.

Ele define a documentação como sendo constituída por operações distribuídas entre sujeitos e organismos, como processo que acompanha o documento da criação à recepção, cujo papel é organizar e garantir a utilidade dos documentos. O documento, em sua visão, seria constituído por

elementos materiais, gráficos e intelectuais (Otlet, 1937), e seu projeto contava com uma “rede” com um centro, o *Mundaneum*⁹, que seria impulsionada por instituições orientadoras para a produção e organização de registros do conhecimento¹⁰.

Com o passar do tempo, a teoria otletiana contou com contestadores e adeptos fervorosos, e influenciou acepções que seriam criadas na Espanha, Portugal, Estados Unidos, União Soviética, Alemanha e Brasil (Ortega, 2009). Porém, a França é considerada o berço da disciplina da documentação entre 1895 e 1937, como destaca Sylvie Fayet-Scribe¹¹. Uma discípula de Otlet e funcionária da Biblioteca Nacional da França – considerada pioneira da ciência informação, a *Madame Documentation*¹² – é Suzanne Briet¹³ (Ortega, 2009).

Entre 1951 e 1952, em passagem pelos Estados Unidos, teve contato com as bibliotecas especializadas. Após essa viagem, Briet publicou o manifesto *Qu’est-ce que la Documentation?*, texto dividido em: “uma técnica do trabalho intelectual”, “uma profissão distinta” e “uma necessidade em nosso tempo” (Fayet-Scribe, 2018).

Neste trabalho, Briet afirma que um documento por ser qualquer coisa, pois qualquer objeto pode se tornar informativo. Ela também aponta tendências para o futuro da documentação, como a miniaturização da informação e a ampliação dos locais documentários e da leitura pública (Fayet-Scribe, 2018). Enquanto a documentação otletiana se desenvolvia especialmente na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra se desenvolvia a biblioteconomia especializada¹⁴, com a qual Briet teve contato, por vezes também denominada documentação.

⁹ Com seu projeto *Mundaneum* – uma espécie de cidade ou “República das letras e das ciências” –, Otlet vislumbra o potencial de reunir o registro de todo conhecimento registrado, através da cooperação de uma rede de instituições mundo afora. Ele preconiza a teledocumentação e o paradigma artificial, e reforça a necessidade da documentação se reinventar para lidar com as tipologias documentais do futuro (Otlet, 1937). Mesmo àquela época, seu pioneirismo chama a atenção: o próprio Google reconheceu que o *Mundaneum* era seu precursor (Mundaneum, c2024).

¹⁰ Conforme Ortega (2009), Otlet também se envolveu na criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) em 1895, com La Fontaine, que depois veio a se tornar a Federação Internacional de Informação e Documentação (FID) (Rayward, 1991); e do Repertório Bibliográfico Universal (RBU). Sua concepção era de que o acesso universal ao conhecimento registrado viabilizaria a compreensão das diferenças entre os povos, o que poderia levar à paz mundial.

¹¹ Ver Fayet-Scribe (2001).

¹² Ver Buckland (1995).

¹³ De acordo com Fayet-Scribe, Briet nasceu em Paris e se formou em História e Inglês. Foi trabalhar na Argélia e lá se certificou apta às funções de bibliotecária, em 1924. Na Biblioteca Nacional da França, ela criou a sala de catálogos e bibliografias; na Biblioteca da Sorbonne, criou a sala de bibliografia; participou ainda da criação e direção de instituições como a *Union Française de Organismes de Documentation* (UFOD), a FID, o *Institut National des Techniques Documentaires* (INTD) e a *Union des Femmes Européennes* (Fayet-Scribe, 2018).

¹⁴ O termo “biblioteconomia especializada” começou a ser utilizado ao menos desde 1908, quando John Dana criou a *Special Libraries Association* (SLA), conforme explicam Jesse Shera e Margaret Egan em *Exame do estado atual da biblioteconomia e documentação*, texto de 1961 (Ortega, 2009). Outro marco importante do estabelecimento dessa disciplina foi a fundação do *American Documentation Institute* (ADI), em 1937; e a criação do periódico inglês *Journal of Documentation*, até hoje um importante veículo de comunicação científica na área. Em 1945 o primeiro editor desse

Mas a biblioteconomia especializada encontra no cenário do pós-guerra subsídios infraestruturais e de fundamentação para se tornar uma das bases do que decidiu-se denominar de *Information Science* (IS). Para fundamentação, o texto de Vannevar Bush, *As we may think*, passa a ser um dos marcos iniciais da ciência da informação. Nele, dentre outros aspectos, ele idealiza o *Memex*, um “[...] dispositivo no qual um indivíduo armazena todos os livros, registros e comunicações, e que é mecanizado para que possa ser consultado com extrema rapidez e flexibilidade” (Bush, 1945, p. 99, tradução nossa¹⁵).

O pensamento de Bush vai de encontro às demandas provocadas pelas mudanças comunicacionais da época, e incentiva a comunidade científica a desenvolver tecnologias. Nos anos 1950, os profissionais de vários campos passaram a trabalhar o problema e a solução propostos por Bush (Saracevic, 1996). Após a Segunda Guerra Mundial, a biblioteconomia especializada dividia espaço com a documentação trazida da Europa¹⁶.

Nos anos 1960, os esforços para desenvolver esta disciplina foram ampliados, foram criados sistemas e técnicas para recuperar e disseminar informação¹⁷ (Saracevic, 1996) e desenvolvidas teorias para definir o conceito de ciência da informação, por autores como Harold Borko, Nicholas Belkin, Gernot Wersig, entre outros. Borko (1968), por exemplo, entende a ciência da informação como a investigação das propriedades, comportamentos, forças etc. que regem o fluxo informacional. Belkin (1978), a sua vez, entende a informação como fenômeno social ou objetos e interações humanas com o ambiente, que tem como resultado a publicidade dos conhecimentos.

Nessa direção, para Saracevic (2009), a ciência da informação surgiu como um terceiro sujeito para lidar com a noção da relevância, juntamente com a lógica e a filosofia. A relevância é senão uma forma de mensurar a eficácia do processo comunicativo, quando é estabelecido um contato entre uma fonte de informação e um destinatário. Dessa maneira, são interesses da ciência da informação a comunicação do conhecimento registrado, os aspectos técnicos e representacionais

periódico, Theodore Besterman, na primeira página do primeiro volume publicado, definiu a documentação como sendo qualquer processo que disponibiliza o documento; sendo este último qualquer conhecimento registrado.

¹⁵ “[...] A memex is a device in which an individual store all books, records, and communications, and which is mechanized so that it may be consulted with exceeding speed and flexibility. It is an enlarged intimate supplement to his memory” (Bush, 1945, p. 99).

¹⁶ Em 1968, o ADI passa a se chamar *American Society for Information Science* (ASIS) (Wolledge, 1983), algo crucial para estabelecer o termo e a disciplina *Information Science* em solo estadunidense.

¹⁷ Não à toa, a ciência da informação passou a ser representada pela área de recuperação da informação (*Information Retrieval*) e/ou recuperação e armazenamento da informação (*Information Storage and Retrieval*) (Ortega, 2009).

da comunicação do conhecimento, o desenvolvimento e operação de sistemas de recuperação da informação etc. (Saracevic, 2009).

Os sistemas de informação são responsáveis pela preservação e disseminação da informação, e estão inseridos em sistemas de valores éticos, filosóficos, culturais, sociais, políticos, dentre outros; de modo que para considerar a relevância, é preciso considerar todos esses sistemas, contextos e realidades (Saracevic, 2009).

O autor destaca ainda que Samuel Bradford foi o primeiro a usar o termo relevante (*relevant*) na ciência da informação, entre 1930 e 1940. De lá para cá, a noção de relevância tem influenciado a literatura do campo e a criação de sistemas de informação, levando em consideração, por exemplo, a *necessidade de informação* dos usuários e a noção de *pertinência da informação* (Saracevic, 2009).

Uma teoria relevante para o campo é a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver¹⁸, que postula um modelo de comunicação da informação do tipo emissor/receptor. Nesse modelo, a informação/mensagem/signo é transmitida por um objeto físico, e a comunicação é representada como um sistema no qual as informações são transmitidas, o que leva a um entendimento instrumental dos processos comunicacionais (Rüdiger, 2011) e informacionais.

A Teoria Matemática da Comunicação se estabeleceu como o paradigma dominante na ciência da informação, e seu caráter instrumental direcionou uma epistemologia fisicista. Para Rafael Capurro, a área nasceu sob esse *paradigma físico*, com enfoque cognitivo idealista e individualista, o que influenciou o desenvolvimento de pesquisas e excluiu o papel ativo dos usuários no processo comunicacional e informacional (Capurro, 2007).

Além do paradigma físico, os *paradigmas cognitivo* e *social* também influenciaram a relação entre epistemologia e ciência da informação, demonstrando que considerar outras abordagens é crucial para ampliar os horizontes interpretativos de uma área que “[...] engloba componentes aplicados centrados sobre o objeto ‘informação’, contextualizado em sistemas, serviços e ambientes orgânicos diversos e plurais” (Ortega, 2009, p. 26).

Uma maneira de ampliar esses horizontes é a “nova” ou “neodocumentação”, que surgiu no encontro entre Michael Buckland, Niels Lund e Boyd Rayward no *Second International Conference on Conceptions in Library and Information Science* (CoLIS2), em 1996. As

¹⁸ Ver Shannon e Weaver (1949).

conferências CoLIS passaram então a serem realizadas anualmente para celebrar a documentação e todos os tipos de documentos, conforme a *Document Academy* (DOCAM, c2024), uma organização fundada por Maribeth Back e Niels Lund.

A neodocumentação é um resgate da documentação europeia (especificamente otlet-brietiana) nos estudos anglo-americanos. Os autores neodocumentalistas, nesse contexto, começaram a colocar em suspeição o conceito de informação, sua subjetivação excessiva e a necessidade de considerar sua dimensão política, conforme Ortega e Gustavo Saldanha. Os autores ainda frisam que a noção de documento é ampliada a partir da noção de materialidade, institucionalidade e política; e a discussão da profusão documental sob novas tecnologias e modos de comunicação (Ortega; Saldanha, 2017).

Asy Sanches Neto e Elisabete Souza analisaram a importância dos neodocumentalistas – sobretudo de Buckland – para a ciência da informação nacional¹⁹, e provocaram que *Precisamos superar o “Information as thing”*, um texto considerado clássico de Buckland de 1991 (Sanches Neto; Souza, 2021). Neste texto – *Information as thing* –, Buckland (1991) entende a informação como “processo”, como “conhecimento” e como “coisa”, sendo esta última a atribuição da característica “informativo” a objetos, dados, documentos etc.

Entre os trabalhos analisados do ENANCIB, o texto *Information as thing* foi o mais citado, o que leva Sanches Neto e Souza (2021, p. 14) a suporem que “[...] as pesquisas que vinculavam a ideia de documento com ênfase à ideia de informação é a abordagem predominante” na área. Para eles, esse texto denota uma “fase de aproximação” de Buckland com a documentação, mas é importante não se restringir à informação como coisa, e sim utilizar esse conceito para abranger outras questões.

Para Capurro e Hjørland (2007), o conceito de Buckland indica a característica subjetiva da informação, que pode vir a ser qualquer coisa, e também possui valor simbólico. A seu modo, Murguia (2011) entende que o conceito de Buckland evidencia a qualidade do conhecimento comunicado e materializado em coisas informativas, o que na cultura material situa o documento como agente central influenciador de relações sociais e institucionais, bem como chama a atenção para a materialidade dos documentos.

¹⁹ A análise foi realizada pelo número de citações dos referidos autores nos artigos apresentados no Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), ao longo de suas edições.

A seu modo, Rabello (2019) entende que o conceito de Buckland denota a característica do objeto poder ser validado como documento, assinalando espaços institucionais onde circulam valores sociais, o que viabiliza pensar os objetos como *coisas* atribuídas de significação, e não somente como meros suportes de informação.

Enfim, o conceito de informação como coisa de Buckland pode ser considerado como pedra angular da neodocumentação, abordagem que tem instigado investigações acerca de perspectivas de materialidade e institucionalidade da informação, tendo como ponto de partida o documento como um valor que se atribui ao objeto em determinado contexto institucional (Rabello, 2019).

Lund (2010) defende que abranger o conceito de documento é essencial para considerar novas mídias para a documentação. Dessa forma, a noção de documento lundiana é criada em um processo histórico do plano conceitual ao metaepistemológico, considerando a materialidade, o significado, e entendendo a documentação como campo interdisciplinar sócio humano (Ortega; Saldanha, 2017).

A sua vez, Ronald Day (2001) discute a moderna invenção da informação mediante a teoria crítica. Essa perspectiva, na visão de Ortega e Saldanha (2017), tem como locus privilegiado a perspectiva otletiana, com base no documento. Já Bernd Frohmann (2004) trata de uma filosofia da informação apoiada na materialidade dos documentos, o que postula “[...] a necessidade de uma filosofia materialista da informação, que estabeleça as relações entre as tantas materialidades que as práticas sobre documentos engendram [...]” (Ortega; Saldanha, 2017, p. 14).

Os autores salientam que a neodocumentação privilegia o documento nas suas relações históricas, sociais e políticas; e a materialidade é um elemento central para reconhecer a documentalidade “expressa a vida do homem”. A seu modo, Sanches Neto e Souza (2021) destacam que pode haver uma dificuldade ou “armadilha” conceitual em tentar entender esse “movimento/escola/campo”, já que não há tentativa aparente de construir epistemologicamente as discussões entre os autores neodocumentalistas.

De todo modo, a neodocumentação vem à ciência da informação como uma maneira de problematizar o enfoque no tratamento estrito da informação registrada, e reiterar a existência de outras dimensões – complementares – a esta que se impõe desde o surgimento da área. Conforme o percurso disciplinar delineado até aqui, foi possível observar que a abordagem fisicista se expressa nos primeiros instrumentos (resumos, índices, sistemas de classificação, catálogos etc.), instituições, bibliotecas, centros e unidades de informação e documentação etc. e disciplinas com

foco no acesso, organização e recuperação da informação registrada: biblioteconomia, seja em sua vertente humanista ou especializada; documentação e ciência da informação (Shera, 1980; Rabello, 2020).

A ciência da informação, na tentativa de se legitimar como uma Ciência moderna – com C maiúsculo –, procurou estabelecer leis universais e conceitos objetivos para a informação (Araújo, 2003). Com o enfoque na recuperação da informação, sua “criação” disciplinar se deu sob um viés técnico e instrumental – reduzindo a informação apenas à sua dimensão registrada num suporte (Rabello, 2012), que pode ser mensurada, manipulada, gerida e enquadrada no sistema.

Essa lógica fisicista se impôs no campo e influenciou o desenvolvimento de enfoques disciplinares como a ênfase na administração, no planejamento e desenvolvimento de coleções (Murguia, 2009). É nesse sentido que entendemos que essa perspectiva exerce *força* nas abordagens do campo e se legitima por meio de um tipo de autoridade, conduzindo um sentido epistemológico demarcador e disciplinarizador que dificulta recepcionar outras abordagens.

Em síntese, o percurso disciplinar da ciência da informação, com suas raízes modernas, forneceu subsídios para a área se desenvolver a partir de um paradigma fisicista que sustenta o argumento da força da informação registrada, corporificada num suporte. O livro, nessa perspectiva, tem sido tratado, processado e enquadrado na lógica de sistema, tendo seu valor atrelado ao suporte e ao conteúdo que veicula.

Mas o suporte e o conteúdo explícito, passível de tratamento descritivo e temático, são apenas algumas de suas dimensões, e para explorá-las é necessário problematizar o argumento de autoridade da força da informação registrada e partir em busca de um argumento com força própria, que considere outras dimensões da informação e do livro – algo que pretendemos alcançar com a abordagem neodocumental e o conceito de materialidade.

3 CONCEITO DE MATERIALIDADE E MATERIALIDADE DO LIVRO

Esta seção objetiva discutir o conceito de materialidade e materialidade do livro como subsídio para investigar a força sem força deste objeto. Como posto, as discussões sobre a materialidade da informação e do documento encontram espaço no desenvolvimento da abordagem neodocumental, que expande as interpretações no campo da documentação.

O conceito de materialidade é entendido no sentido de Frohmann (2008a) e sua análise foucaultiana do discurso, que o concebe em enunciados que circulam no mundo social, possuindo propriedades como *massa*, *inércia*, *resistência*, *força* e *poder*. Nessa direção, a materialidade se diferencia da fisicalidade – entendida na consubstanciação de suportes físicos – e gera efeitos.

No âmbito do objeto livro, a materialidade é propulsora de diversas instâncias de significação, que vão da afetividade pessoal à institucionalidade coletiva. O livro não é somente suporte e conteúdo, mas está “para além da informação”, pois configura-se como um objeto em cujas camadas ou dimensões, permitem uma análise holística. Em busca de algumas das dimensões dessa materialidade, partimos para uma revisão narrativa da literatura internacional no campo.

Trata-se de uma continuidade de estudo anterior (Amorim, 2021), o qual analisou a literatura nacional sobre o tema da materialidade e da materialidade do livro. Com base nesse estudo e na presente análise, obteremos um “estado da arte” sobre o tema, como alicerce para delinear dimensões conceituais da materialidade do livro.

3.1 Materialidade em Bernd Frohmann

O conceito de materialidade de Bernd Frohmann²⁰ tem sido norteador de estudos no campo da ciência da informação brasileira, como pode-se observar em trabalhos como os de Saldanha (2013), Zammataro e Albuquerque (2021), Ferrando e Freitas (2017), Rabello (2019, 2022), Amorim e Rabello (2023), entre outros. Isso porque possibilita, no âmbito da neodocumentação,

²⁰ Frohmann nasceu em Karlsruhe, na Alemanha, se graduou em Biblioteconomia e Ciência da Informação e fez doutorado na *University of Toronto*, no Canadá. Suas investigações abrangem o campo da informação e das tecno culturas, estratégias de conexão global das redes de informação e conhecimento, teoria da mídia, arqueologia da mídia e informação e ética midiática (Infoamérica, c2024; Londonriverbank, c2023). No contexto da neodocumentação, suas investigações têm apontado para uma possível ontologia ou filosofia da documentação, onde as práticas documentárias ganham materialidade e institucionalidade tais que mobilizam a sociedade mediante enunciados e políticas de informação, possuindo implicações diversas.

um entendimento do fenômeno informativo num espectro mais amplo, ou seja, em sua multidimensionalidade, considerando aspectos simbólicos, sociais, institucionais, públicos etc.

Frohmann foi influenciado por autores como Michel Foucault, Bruno Latour, Gilles Deleuze e Félix Guattari, entre outros. Em Foucault, especificamente, encontra na análise do discurso subsídio para refletir sobre o constante debate epistemológico – e, nessa direção, o fenômeno discursivo – na área de *Library and Information Science* (LIS), em busca de definir o que é “informação” (Frohmann, 1992).

Com isso, o autor enfatiza que aspectos de ordem social, cultural, política e econômica etc. necessariamente estão associadas com a teoria. No discurso cognitivo que dominou a área na década de 1980, por exemplo, aspectos como imperialismo teórico, referencialidade e reificação, interiores (representação e processamento), individualismo radical, conhecimento, intervenção de especialista e razão informativa; permitem a compreensão do poder e suas formas de operação nas maneiras de se falar ou abordar certos temas (Frohmann, 1992).

Assim, a promessa “centrada no usuário” da abordagem cognitiva é comprometida pelos modos nos quais os recursos discursivos são mobilizados para integrar os usuários dentro da lógica do sistema. Nesse contexto, quem tem autoridade são sujeitos privilegiados em contextos institucionais cujas “falas” denotam poderes sobre a informação, seus usos e usuários; da mesma forma, as redes criadas por esses sujeitos, suas posições e inter-relações são recursos discursivos para articular os problemas do campo (Frohmann, 1992, 1994).

Tais “falas” são denominadas por Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, em leitura de Foucault, como “atos sérios da fala”, uma “fala” privilegiada de especialistas (Dreyfus; Rabinow, 2013). Os considerados “porta-vozes”, conforme Michel Callon, passam a ter autoridade para *falar* pelos demais, pois se tornam representantes do grupo (Callon, 2021). No entanto, nem sempre essa fala de fato é representativa, cabe indagar, como Isabelle Stengers, “[...] quem pode falar de que, fazer-se o porta-voz de que, representar o quê?” (Stengers, 2018, p. 445). Em sua “proposição cosmopolítica”, esta autora chama a atenção para os perigos das falas do tipo “e portanto...” dos porta-vozes dos fatos, que podem tirar conclusões precipitadas sem se preocuparem com as consequências. Uma maneira de tentar evitar isso seria *desacelerar* e se colocar “em presença”, ou seja, no lugar do implicado (Stengers, 2018).

Nessa seara, a análise do discurso transpassa algumas oposições tradicionais no campo, como a distinção entre acadêmico/não acadêmico, pesquisa/não pesquisa, profissional/não

profissional etc. As novas identidades e métodos não surgiram sem tensões, e revelam que as construções discursivas são epistemológicas e políticas (Frohmann, 1994).

Assim, a concepção material da informação vem a Frohmann da relação entre a análise do discurso foucaultiana e a obra otletiana. Os enunciados existem e práticas sociais são institucionalizadas cotidianamente com documentos. Nos documentos, os enunciados ganham estabilidade, e a “informação” emerge como efeito das práticas sociais (Frohmann, 2000).

Em seu *Traité de Documentation*, Otlet reforça as propriedades materiais e sociais da informação, o que, segundo Frohmann (2000, p. 13, tradução nossa²¹), “[...] convida a uma análise foucaultiana das propriedades materiais e institucionais da informação como discurso”. Até mesmo o Livro Universal pensado por Otlet é registrado não somente como uma informação material, mas também como um conteúdo epistêmico imaterial de outros documentos, o que denota uma concepção abstrata e epistemológica da informação. A concepção otletiana da documentação se caracteriza ainda pela universalidade e consciência, e seus elementos constituem um fenômeno ou *discurso* da documentação, conforme o autor.

Nessa direção, há uma ênfase teórica da *interpretação* para a existência de enunciados, bem como conjuntos de enunciados e documentos; *práticas institucionalizadas* como enunciados que são evidentes, públicas e disciplinadas; e estudos sobre como estes enunciados alcançam *estabilidade* para constituir conhecimento autorizado/legitimado (Frohmann, 2000). Para Foucault (1980), é justamente a existência material dos enunciados que direcionam para sua existência, instituições e arranjos sociais que lhes garantem estabilidade.

Tal estabilidade só pode ser alcançada mediante a materialidade, que se relaciona a propriedades abstratas, conceitos, significantes, conteúdos epistêmicos etc. A materialidade possui e pode ser medida por sua “massa, inércia ou resistência”, e permite (re)inscrever os enunciados que são regulados por práticas institucionalizadas, inscritas em formas documentais específicas ou não, nos seus respectivos cenários institucionais, mais ou menos formais (Frohmann, 2000).

De acordo com o autor, a materialidade é um elo de junção entre o conceito de informação e as práticas sociais e públicas, de modo que concilia os estudos de informação com as práticas de regimes de informação específicos e permite considerações culturais, políticas e éticas. É o

²¹ “[...] invites a Foucaultian analysis of the material and institutional properties of information as discourse” (Frohmann, 2000, p. 13).

documento que “[...] nomeia a materialidade da informação” e a documentação, nesse sentido, é o “[...] meio de materialização da informação” (Frohmann, 2008a, p. 21-22).

A materialidade difere-se da *fisicalidade*, pois além de “massa, inércia ou resistência”, possui “energia, força e poder”, afeta e cria efeitos no mundo social; enquanto a fisicalidade refere-se ao aspecto físico dos objetos, os suportes. Imersa em contextos institucionais, a materialidade dos documentos se torna *pronunciada*, “da ordem da instituição”, em diálogo com Foucault (2005).

Frohmann (1995) também chama a atenção para o fato de que a informação media o poder exercido através das relações sociais; dito de outro modo, certos grupos específicos mantêm o domínio sobre a informação, e conseqüentemente, o domínio sobre outros grupos. Nesse contexto, o conceito de redes é relevante para circular a informação em seus canais, estruturas e super estruturas, produtores, consumidores ou, num termo, *regimes de informação*.

Esse conceito é pensado a partir da leitura frohmanniana da Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour e Callon, onde os elementos naturais, sociais e discursivos ganham importância para explicar o mundo. Na rede dos artefatos que compreende os híbridos como *quase-objetos*, as propriedades atribuídas são “[...] produtos de práticas de construção e manutenção de uma rede”, ou de um regime de informação (Frohmann, 1995, p. 7, tradução nossa²²).

Assim, o autor propõe que estudar os regimes de informação e “[...] como eles se originam e se estabilizam; como eles determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas neles e por meio deles” (Frohmann, 1995, p. 6, tradução nossa²³) é estudar a genealogia de um regime de informação e descrever uma *política de informação*. Na visão de Maria Nelida González de Gómez, a sua vez, o conceito de regime de informação permite realizar análises de atores, práticas e recursos mediante uma transversalidade de relações de informação-poder, expresso num *modo informacional* onde são estabelecidos sujeitos, regras, modelos, padrões, recursos etc. num tempo, lugar e sob circunstâncias específicas (González de Gómez, 2012).

Para Foucault (1979), em particular, o conjunto heterogêneo de instituições, leis, discursos, organizações, regras etc. é o *dispositivo*. O dispositivo regula o que pode e o que não pode ser dito. Um dispositivo é discursivo e não discursivo, possui elementos heterogêneos e se insere no jogo de poder/saber.

²² “[...] products of practices of construction and maintenance of a network” (Frohmann, 1995, p. 7).

²³ “[...] how they originate and stabilize; how they determine social relations, and how specific forms of power are exercised in and through them” (Frohmann, 1995, p. 6).

Os documentos também existem em sistemas de *agenciamento*. Aqui, Frohmann (2008b) recorre a Deleuze e Guattari (1987) e seu conceito de agenciamento, que enfatiza como os corpos atuam em arranjos (ou agenciamentos) com outros corpos, suas intensidades, poderes e capacidades. Já em Latour (2012), o conceito de “reagregando o social” é equivalente a “agenciando o social”²⁴, e os sistemas associativos de elementos heterogêneos direcionam as formas documentais, dispositivas, escritas, tecnológicas etc. e sua capacidade de agência, direcionando questões éticas e políticas.

Em relação às práticas documentárias, Frohmann (2004) afirma que sua primeira propriedade é a materialidade, que configura práticas com os documentos. A segunda propriedade é a *institucionalidade*, pois tais práticas estão enraizadas nas instituições. A terceira propriedade é a *disciplina social*, visto que as práticas requerem medidas disciplinares. Por fim, uma quarta propriedade é a *historicidade*, as práticas existem e deixam de existir em períodos históricos específicos. Tais práticas são realizadas com documentos, que a sua vez, podem ser caracterizados por sua materialidade, *multiplicidade* (existem em múltiplas formas) e *agência documentária autônoma* (atribuição de agência aos documentos, elementos não-humanos). Sendo assim, os documentos são muito mais do que um mero veículo de informação.

Rabello (2022) explica que a concepção da materialidade dos enunciados de Frohmann mescla conceitos como dispositivo e agência dos documentos, expressos na noção de regimes de informação. Revelam, nessa direção, uma intersecção entre as teorias foucaultianas e latourianas, permitindo reflexões ética, ontológica e de política de informação a partir da ação de documentar, de modo que o cerne do pensamento de Frohmann reside na politicidade da materialidade do enunciado/informação.

As contribuições frohmannianas tem enriquecido as interpretações sobre os documentos, a documentação, as dimensões simbólicas dos objetos, regimes e políticas de informação e “[...] permite, com efeito, fomentar o debate sobre as implicações sociais, epistemológicas, políticas e

²⁴ Há interpretações acerca da tradução do termo “*reassembling*” que Latour utiliza no livro original publicado em inglês *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*, de 2005; e a versão em língua portuguesa *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede*, de 2012. Para Salgado (2018), o título em português traz a ideia de “assembleia” ou “reassemblear”, aproximando-se do inglês “*reassembling*”, e deslinda a concepção de “parlamento das coisas” do autor. Já González de Gómez (2012) destaca que o termo em inglês vem de “*assemblage*”, que é equivalente ao termo em francês “*agenciamet*” utilizado na teoria deleuziana, de modo que essa “reagregação” do social pode ser facilmente entendida/traduzida como “agenciamento” do social.

éticas relacionadas à materialidade da informação em determinados regimes” (Amorim; Rabello, 2023, p. 109).

Por isso, autores brasileiros têm trabalhado com o referencial teórico frohmanniano em investigações na área de ciência da informação. Saldanha (2013), por exemplo, reflete sobre o aspecto “simbólico” do documento e destaca o papel da materialidade na construção da teoria social do documento, no âmbito da neodocumentação. Em leitura de Frohmann, este autor entende a materialidade como algo que “atua” no mundo, configurando-se como uma efetiva “potência simbólica”.

A sua vez, Thays Ferrando e Lídia Freitas relacionam as noções frohmannianas de agência documental, práticas documentárias, institucionalidade, historicidade, disciplina social e materialidade com o conceito de dispositivo foucaultiano. O documento, nesse contexto, é visto sob uma ótica relacional, e sua materialidade gera efeitos informativos inscritos nos dispositivos (Ferrando; Freitas, 2017).

Em âmbito de revisão sistemática de literatura, Ana Zammataro e Ana Albuquerque discutem as abordagens que têm sido utilizadas na área de ciência da informação oriundas dos estudos de Frohmann, relativas aos conceitos de materialidade, institucionalidade, historicidade e agência documental autônoma. Em análise de 20 artigos de periódicos sobre o tema, elas concluíram que os estudos frohmannianos são “[...] uma perspectiva importante para discutir desde aspectos clássicos da ciência até os assuntos atuais que emergem em torno desses conceitos tão específicos e importantes para a Ciência da Informação” (Zammataro; Albuquerque, 2021, p. 17).

Isso demonstra a relevância do conceito na literatura científica nacional e chama a atenção para a necessidade de se refletir sobre o tema tendo como base a literatura internacional, algo que se intenciona abordar na presente seção, especialmente no que toca a questão da materialidade de um objeto particular: o livro.

3.2 Objeto livro

O livro, desde a placa de argila dos nossos antepassados até o formato de códice atual, é um objeto simbólico que tem acompanhado o desenvolvimento humano ao longo do tempo. Os antigos conservavam placas de argila e papiros; os medievais os acorrentavam as estantes; nós,

contemporâneos, podemos colocá-los no bolso e ter acesso a uma biblioteca infinita: é um *avatar* ao longo da história, com outras formas para além do códice (Labarre, 1981).

O livro, ainda segundo Albert Labarre, é um fenômeno complexo; surge inicialmente como objeto, mas é sobretudo um meio de difusão e conservação do conhecimento, e nas mãos dos leitores, assume inteira significação (Labarre, 1981). O livro possibilita ao leitor um “[...] universo de interação e produção de sentidos”, educa os corpos, modos de agir, interesses, aspirações e necessidades (Goulart, 2016a, p. 349). Dito de outro modo, os leitores atribuem intencionalidades aos livros, sua posse pressupõe afetividade, idolatria, misticismo, intelectualismo, supremacia, entre outros aspectos, pois mais do que um suporte, o livro “[...] representa uma forma de expressividade e de produção de sentidos, que move ações, relações e interações em redes dialógicas” (Goulart, 2016b, p. 80).

Nessa direção, os livros são também constituidores das identidades dos sujeitos, despertam memórias e afetividades (Mendes; Custódio; Eggert-Steindel, 2017). Não à toa, formamos coleções particulares e institucionais, que refletem nossa identidade individual e coletiva. Atribuímos valor cultural aos objetos e os tornamos passíveis de serem colecionados. Nas coleções, eles possuem uma vida social muito maior que a nossa, atuam como símbolos passíveis de serem reinterpretados e representados (Pearce, 1992).

O que difere objetos particulares de objetos de museus e bibliotecas não é o seu valor de troca, mas um tipo de valor simbólico que os colocam em outra categoria, transcendida a sua fisicalidade: “[...] Colecionar parece operar naquela zona obscura entre ideias culturais de valor e os níveis mais profundos de personalidade individual” (Pearce, 1992, p. 35, tradução nossa²⁵).

Essa reflexão sobre os objetos situa-se no âmbito da cultura material, que, segundo Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez, caracteriza-se por: sua *coletividade*, ou seja, o fato de não dizer respeito a um sujeito e sim a uma população; os *acontecimentos*, é dizer, os fatos, hábitos, e tradições culturais de uma sociedade; e a *materialidade dos objetos*, que inseridos nas dinâmicas socioculturais, tem lugar e significado. Assim, a cultura material pode ser entendida como o lugar ou fenômenos socioculturais nos quais se inserem os objetos da vida cotidiana (Bucaille; Pesez, 1989).

²⁵ “[...] Collecting seems to operate in that obscure zone between cultural ideas of value and the deepest levels of individual personality” (Pearce, 1992, p. 35).

Para Murguia (2009, p. 89), a cultura material traz a necessidade de estudar os objetos “[...] dentro de uma rede de significações e valores, [...], a fim de revelar seu valor concreto”. Este autor destaca ainda que cada um se relaciona com os objetos da sua própria maneira, e em vários níveis, sendo que quando o objeto é colecionado apenas pelo prazer da posse e exibição, se encaixa no fenômeno do *coleccionismo*.

Cada objeto, conforme Walter Benjamin, possui lugar numa coleção que só faz sentido para quem a criou, o colecionador: a coleção reflete seus interesses, experiências e histórias (Benjamin, 2009). Numa esfera institucional, a coleção reflete os contextos político, cultural e socioeconômico de uma dada sociedade, e tem o poder de destacar ou mesmo silenciar acontecimentos históricos (Murguia, 2009).

Consoante com Murguia (2009), espaços como bibliotecas, museus e arquivos são instituições “coletoras de cultura” que revelam os saberes e fazeres das instituições, além das práticas e representações sociais de seu entorno. O autor destaca que essa perspectiva simbólica faz emergir o conceito de “semióforo”, de Krzysztof Pomian.

Pomian (1982) cunha o conceito de semióforo ao refletir sobre as coleções. As coleções, segundo o autor, situam-se numa atmosfera de significação e abstração, e só existem para serem observadas. Nesse sentido, o objeto da coleção é retirado do fluxo econômico (perde seu valor de uso e troca) e é elevado à categoria de semióforo, quando só existe para ser “[...] perpetuamente olhado e admirado” (Pomian, 1982, p. 56).

O livro, na visão de Pomian (1998) é diferente das obras literárias, que existem a despeito do suporte no qual se encontram. O livro possui como principal característica a visibilidade, é um conjunto de páginas com signos registrados, é para ser lido sem a mediação de uma máquina. Enquanto a obra literária perdura no tempo e espaço, o livro existe num tempo e num espaço definido, palpável. Enquanto a obra existe entre um narrador e um leitor, o livro mobiliza toda uma coletividade – desde o narrador até o leitor, passa por uma série de intermediários e aquece toda uma indústria livreira (Pomian, 1998).

O livro é suporte da obra literária, e os dois, apesar de distintos, coexistem no tempo e no espaço. A fisicalidade do livro, dessa forma, apoia-se na sua materialidade, e esse conjunto torna o objeto um semióforo, pois a ele é atribuído significado. Nessa concepção, obra e livro, ou seja, fisicalidade e materialidade, são indissolúveis. Mas se por acaso o objeto existir somente por sua

fisicalidade, se a ele não é atribuído significado, não constitui um semióforo, e sim uma *coisa*. O autor ressalta ainda que:

Ser semióforo é uma função que o livro só conserva quando se adopta face a ele uma das atitudes programadas pela sua própria forma [...]. Trata-o também como semióforo aquele que o preserva por ver nele um livro, sem no entanto estar disposto a lê-lo, ou que só vê nele um objecto estranho ou precioso que, por essa razão, resolve guardar. E aquele que o manda queimar, convencido de que pode exercer uma influência nociva sobre os leitores ou por querer destruir as produções escritas de um grupo, com o fim de destruir esse mesmo grupo (Pomian, 1998, p. 77).

A figura do colecionador ilustra bem o valor de semióforo atribuído ao livro. Vitor Serejo e Carlos Juvencio destacam que cada objeto faz parte da identidade de seu colecionador, cada objeto remete a uma “constelação de fatos” e possui uma história (se foi comprado, se foi um presente, a quem mais pertenceu, como chegou à coleção etc.). Com relação à coleção de livros, Serejo e Juvencio (2020) realçam que são objetos que desvelam todo um universo a partir de sua materialidade. Por outro lado, o livro também é semióforo quando ele é destruído com o objetivo de reprimir ou eliminar alguma ideia criada, valorizada ou defendida por determinado grupo. Por ver nos livros de direitos humanos da BCE o seu poder simbólico e representativo – e se sentir ameaçado com isso –, alguém os mutilou, numa clara intenção de atentar contra os próprios direitos humanos e a democracia. Por ser semióforo, e nessa categoria, ascender a uma potência simbólica e ultrapassar a sua própria fisicalidade, o livro possui materialidade.

3.3 Materialidade do livro

A materialidade do livro possibilita considerá-lo em suas múltiplas dimensões: “[...] O livro – quando estudado tendo como fundamento a multidimensionalidade da materialidade, seja expressa em meio analógico ou digital – se constitui como um objeto simbólico para além de ser concebido como mera fonte de informação” (Amorim; Rabello, 2022, p. 18).

Trata-se de uma visão holística do documento que, além de possuir valor informativo, pode ser validador de institucionalidades e políticas, conforme Rabello (2018). O autor se embasa nas

obras de Foucault e González de Gómez²⁶ para refletir sobre o tema, e chama a atenção da área para as dimensões epistemológica e política, traduzidas numa “dupla-hermenêutica”.

Essa dupla-hermenêutica revela, mediante a análise aprofundada por Jacques Le Goff²⁷, o conceito de documento-monumento, que incorpora a dimensão política e social: “[...] O documento-monumento sintetiza e provoca a reflexão sobre as institucionalidades envolvidas na transformação do objeto em algo com valor social, não apenas em algo com valor acadêmico-disciplinar, mas também político” (Rabello, 2018, p. 142).

A partir disso, o autor propõe uma **visão holística do documento**, que contempla as seguintes **dimensões**: institucionalidade, cultura material, regimes de informação, práticas informacionais, validação da informação, estudo da forma documental, historiografia, burocracia, **materialidade da informação**, desenvolvimento de coleções e organização do conhecimento. Com relação à materialidade da informação, o autor vale-se da concepção frohmanniana e considera a atribuição de valor ao objeto para além da fisicalidade, quando ele é institucionalizado.

Assim, a mencionada proposta holística leva à compreensão do documento como algo atribuído de valor e institucionalizado por alguma autoridade com poder simbólico legitimador, de modo que o documento é a **materialização dos enunciados validados institucionalmente**: “[...] A materialidade se sintetiza no conceito de documento como algum objeto físico com valor simbólico validado para determinada finalidade. O resultado do empreendimento permite delinear aquilo que se denomina de função documental” (Rabello, 2018, p. 149).

Através dessa visão holística sobre o documento, que pressupõe dimensões de materialidade da informação, é possível encontrar caminhos e articulações conceituais para investigar a informação materializada e institucionalizada como documento, algo que Rabello (2019) faz ao se propor a “(a) fundamentar caminhos para a investigação da informação materializada e institucionalizada como documento”, “(b) apresentar uma síntese dos caminhos delineados para especificamente”, “(c) edificar um quadro de articulações conceituais (...)”.

A proposta considera o documento como semióforo, a materialidade e as institucionalidades advindas de práticas sociais e discursivas que têm nas intencionalidades do objeto o seu modo de representação. Para compreender os caminhos da materialidade e institucionalidade do documento e construir uma articulação conceitual dos fenômenos, ele parte de proposta heurística de Imre

²⁶ Ver González de Gómez (2000).

²⁷ Ver Le Goff (1994).

Lakatos²⁸, e das teorias de autores como Max Weber, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu e Michel Foucault (Rabello, 2019).

Lakatos propõe o uso dos elementos “núcleo duro”, “cinturão protetor” e “cinturão externo (heurístico)” para criação de um ou mais programas de investigação científica, dispondo sobre leis, conceitos e pressupostos/fundamentos; o relacionamento entre teorias, através de hipóteses e terminologias; e a fundamentação metodológica, respectivamente. Nessa direção, Rabello (2019) desenha como “núcleo” de sua proposta de programa a “informação materializada e institucionalizada como documento”. Ele defende que este é um programa dentre outros e menciona que outros programas podem ou devem ser propostos.

Nos cinturões “externo” e “protetor”, o autor leva em consideração a teoria da ação-comunicativa, o método arqueológico, o método genealógico, a teoria da cultura material, a teoria da burocracia e dos regimes de informação. Em síntese, essas teorias têm em comum o interesse pelas questões informacionais, materiais, institucionais e de ações/práticas de sujeitos. Tanto a materialidade quanto a institucionalidade carecem ou, por vezes, necessitam se relacionar com a fisicalidade do objeto, envolvimento de ações de informação. Assim, os caminhos apontados pelo autor têm o documento – na sua relação com a informação – como ponto comum, e pretendem instigar a investigação acerca de outras perspectivas de materialidade.

Nessa direção, tendo em vista a via de “mão-dupla” proposta na tese do programa de investigação – expressa no seu núcleo –, representada nos enunciados como “duas faces de uma mesma moeda”, quais sejam: “a informação materializada e institucionalizada constitui o documento” e “o documento é constituído da informação materializada e institucionalizada” (Rabello, 2019), assim como considerando o pressuposto/tese de Murguía (2009), qual seja: o livro está “para além da informação”, pesquisas têm sido realizadas, desde 2020, para identificar esse “para além” nas múltiplas dimensões abordadas na literatura, numa tentativa de organizar possíveis dimensões da materialidade do livro.

Uma das primeiras pesquisas realizadas foi o *Mapeamento do tema “materialidade do livro” como subsídio para a compreensão do valor social e institucional do documento na Ciência da Informação*²⁹, inserida no projeto *Documento e institucionalidades: dos valores probatórios à validação da informação*, realizado no âmbito do Programa de Iniciação Científica da

²⁸ Ver Lakatos (1999).

²⁹ Os resultados da pesquisa foram apresentados no 27º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 18º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, que ocorreu entre 27 de setembro e 1º de outubro de 2021.

Universidade de Brasília (ProIC/UnB), edital 2020/2021, com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O resultado dessa pesquisa foi a elaboração de um instrumento – o mapeamento (composto por 107 textos entre artigos de periódicos, textos de anais de eventos, trabalhos acadêmicos, entre outros) – para embasar estudos sobre a informação materializada e institucionalizada como documento, cujos resultados formam um “estado da arte” da pesquisa realizada – até 2020 – sobre os temas da “materialidade” e “materialidade do livro” (Amorim; Rabello, 2021).

A continuação dessa pesquisa se deu com a monografia de conclusão de curso em biblioteconomia, na UnB, denominada *O livro para além da informação: materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em anais de eventos e em periódicos brasileiros em Ciência da Informação*³⁰, que analisou 42 dos textos nacionais daquele mapeamento³¹ e propôs investigar o conceito de materialidade e materialidade do livro a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas, com base no conceito de materialidade frohmanniano (Amorim, 2021).

As dimensões histórico-comparativas deste estudo tiveram como horizonte a abordagem da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, também considerando a apropriação dessa perspectiva em pesquisas realizadas na ciência da informação (Rabello, 2008). Trata-se de um método “[...] de crítica das fontes, atentando-se para o contexto político e social no qual os documentos foram produzidos” (Amorim, 2021, p. 62), e que considera *o conceito teorizável, a utilização e o emprego de conceitos, a relação entre conceito e contexto no processo de apreensão, a unicidade conceitual, e como mensurar a força diacrônica do conceito*, mediante as fontes documentais (Koselleck, 1992).

Com base nessa perspectiva, o “livro”, a “materialidade” e a “materialidade do livro” foram analisados como conceitos. A palavra “livro” remete a diversos sentidos, conteúdos, sentimentos, identidades, entre outros aspectos; é uma palavra importante e significativa que constitui um sentido comum (*minimal Bedeutungsgehalt*). Da mesma forma, a palavra “materialidade” tem sentido comum e remete à transcendência da fisicalidade e corporificação em enunciados. Ao unir

³⁰ Monografia com orientação de Rodrigo Rabello, apresentada para a obtenção do título de bacharel em biblioteconomia na Faculdade de Ciência da Informação da UnB em 19 de novembro de 2021.

³¹ Entre os 53 textos nacionais do mapeamento, optou-se por trabalhar com artigos de periódicos, textos de anais de evento e capítulos de livro, haja vista a relevância destas fontes para a investigação do tema.

as palavras “materialidade” e “livro”, os sentidos criam o conceito de “materialidade do livro”, de modo que “[...] O trabalho de mapear a literatura da área reflete a preocupação de pesquisadores em teorizar sobre o tema” (Amorim, 2021, p. 75).

Sobretudo a partir da perspectiva neodocumentalista, esse conceito foi utilizado e empregado na literatura científica, desvelando outros contextos nos quais outras camadas de informação são relevantes, algo que auxilia a compreensão da unidade conceitual, mas também da polissemia da “materialidade do livro”. Através do estudo temático-comparativo realizado, a força diacrônica do conceito de materialidade do livro foi expressa em dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais à materialidade expressa em Frohmann:

Quadro 2 – Dimensões de materialidade convergentes, diferenciadas ou relativamente divergente e complementares/transversais em relação à obra de Bernd Frohmann

Dimensão convergente	Dimensão diferenciada ou relativamente divergente	Dimensão complementar/transversal
Materialidade que transcende a fisicalidade do suporte: de intencionalidade, significação e passível de compor distintas institucionalidades.	Materialidade atrelada, com valor central, à fisicalidade do suporte.	Materialidade relacionada simultaneamente à fisicalidade e à significação.

Fonte: Adaptado de Amorim, 2021.

Na **dimensão convergente**, os textos mapeados abordam: a construção da teoria social da informação; a materialidade e a institucionalidade dos documentos; os dispositivos como documentos com materialidade; e as relações entre documento, informação e memória. Já na **dimensão diferenciada ou relativamente divergente**, os textos mapeados abordam: a biblioteca como espaço de informação corporificada; as configurações de sentido a partir das materializações do impresso e do arranjo; as características físicas como determinantes da raridade bibliográfica; e questões disciplinares entre a bibliografia, a informação e a documentação (Amorim, 2021).

Por fim, em relação à **dimensão complementar/transversal**, os textos mapeados abordam: o espaço físico como promotor do simbólico; o impresso como vetor de práticas, relações e representações; o livro no mundo digital; o fenômeno do colecionismo bibliográfico; o patrimônio como institucionalização da memória; a informação como prova ou monumento; e questões disciplinares entre a representação temática e o mundo das imagens (Amorim, 2021).

Em suma, na literatura nacional sobre a materialidade do livro foram observadas dimensões convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais à materialidade frohmanniana (Amorim, 2021), que abordam, dentre outros aspectos, relações de poder “[...] em situações de assimetria e de tensionamentos de saberes, de modos de inscrições, de idiomas e linguagens” (Amorim, Rabello, 2022, p. 18).

Sendo assim, o tema da materialidade do livro se mostra relevante para demonstrar que, para além do suporte, existe uma série de fatores de ordem pública, política, social, cultural, econômica, institucional, afetiva etc. Tais fatores levam à compreensão da materialidade da informação e do objeto livro como um fenômeno multifacetado. Resta agregar, nesse ponto da pesquisa, a revisão narrativa da literatura internacional sobre o tema, para entender como ele – o tema – tem sido tratado internacionalmente, algo relevante para se identificar as possíveis dimensões que poderão ser agregadas para complementar o entendimento das múltiplas dimensões da materialidade do livro.

3.4 Literatura internacional sobre a materialidade do livro

Entre os 107 textos identificados no mapeamento, 47 correspondem aos recuperados de bases de dados internacionais disponíveis para a análise³², são elas: *Library & Information Science Abstracts* (LISA, 21 publicações recuperadas), *Scopus* (12 publicações recuperadas), *Web of Science* (9 publicações recuperadas) e *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA, 5 publicações recuperadas). Com relação à tipologia, são 42 artigos de periódicos, 2 artigos de revisão de livro, 2 trabalhos oriundos de anais de evento e 1 boletim de biblioteca (Amorim; Rabello, 2021).

Esses documentos correspondem ao período entre 1996 e 2020, com maior ocorrência de publicações nos anos de 2014, 2016 e 2017 (com 7 documentos, cada). Com relação aos periódicos de maior cobertura, destacam-se: *Journal of Documentation* (6 artigos); *Publishing Research Quarterly* (4 artigos); *Informational Society* e *Library Trends* (com 3 artigos, cada); e LIBRES –

³² Entre os 54 textos internacionais que compõem o mapeamento, não foi possível acessar 7 pois não estavam disponíveis no google, nas bases de dados assinadas pela Universidade de Brasília e no Portal de Periódicos CAPES. Para seleção dos textos, foram estabelecidas as seguintes etapas de análise: 1. Busca simples e avançada com termos significativos (“materialidade”, “livro”, “materialidade do livro”, “institucionalidade”, “informação”, “institucionalidade da informação” e “ciência da informação” – com as respectivas traduções em língua inglesa) e filtro “tipo de documento – artigo”; 2. Análise qualitativa do título, palavras-chave e resumo; 3. Leitura técnica do documento e; 4. Extração de conceitos sobre o tema. Os dados foram dispostos em planilha de Excel.

Library and Information Science Research Electronic Journal (com 2 artigos) (Amorim; Rabello, 2021).

A partir da busca nessas fontes, a apresentação da revisão narrativa de literatura leva em consideração os principais assuntos identificados nos textos e seus atravessamentos: abordagem histórica, livros/documentos analógicos *versus* digitais; relação sujeito-objeto; abordagem social; questões disciplinares e perspectiva holística dos documentos. A escolha desses assuntos visa demonstrar como o livro foi tratado ao longo da história, e numa perspectiva contemporânea, como os debates têm se concentrado em sua relação com o mundo digital. Nesse contexto, a relação com o sujeito se modificou, mas permanece, pois entre livros e leitores se estabelecem relações sociais diversas, e no âmbito das disciplinas, questões sobre a epistemologia das mesmas. A partir de um panorama geral da literatura, somos levados a uma abordagem holística – ou multidimensional – dos documentos.

De modo a não se prender em uma categorização dos textos, os atravessamentos entre um assunto e outro estão presentes ao longo das subseções, de modo que, cabe frisar: os textos são plurais ao abordar os assuntos, portanto, o agrupamento numa seção implica somente o assunto que mais se sobressaiu na análise. Em itálico, estarão destacadas as perspectivas de materialidade de cada autor. Em Apêndice, há uma síntese da materialidade do livro conforme a literatura internacional analisada.

3.4.1 Abordagens históricas

Numa análise histórica, os textos mapeados abordam livros, catálogos e papel em diferentes épocas. São abordados os aspectos simbólicos e decorativos dos livros medievais (Hebing, 2017; Griffin, 2018); e na era moderna, os aspectos visuais do livro (Hérubel, 2020) e a materialidade “virtual” dos catálogos (Münkner, 2020). Na contemporaneidade, aspectos econômicos, culturais, políticos, simbólicos e sociais da história do livro são discutidos (Gordon-Burroughs, 2017), fatores que refletem a riqueza e abrangência do tema (Braddix, 2018).

Rosanne Hebing discute como os livros medievais são carregadores de características (*charms*) físicas, estéticas e simbólicas e como essas características desempenhavam funções simbólicas e sociais na sociedade medieval. A autora destaca que os livros poderiam ser considerados multifuncionais, pois possuíam função informativa e atuavam como uma espécie de

amuleto. Além disso, realça que a *combinação dos contextos nos quais os livros estavam inseridos denotam sua materialidade* (Hebing, 2017).

Similarmente, Carrie Griffin trabalha o caráter simbólico dos aspectos decorativos de manuscritos ingleses medievais. Para a autora, as receitas medievais são um meio de compreender a cultura medieval e o papel que os livros desempenhavam no imaginário pessoal e coletivo. Dessa forma, infere que *os livros medievais possuem uma relação entre seu conteúdo, sua materialidade e as qualidades imaginativas que essa materialidade evoca* (Griffin, 2018).

Já na modernidade europeia, Jean-Pierre Hérubel destaca, em uma revisão de livro³³, que aspectos visuais desses objetos influenciaram as percepções dos leitores. Aponta-se para uma fenomenologia histórica dos livros, e como eles medeiam significados através de seus recursos visuais, algo que possibilita diversas retóricas, posições e interpretações, de modo que: “[...] *Essas formas impressas, morfologias, envolvem o leitor na navegação da materialidade, bem como o visual e a fisicalidade do livro*” (Hérubel, 2020, p. 202, tradução³⁴ e grifo nossos).

A seu modo, Jörn Münkner traz uma análise histórica dos catálogos e uma discussão sobre a relação entre a forma representacional dos verbetes ali registrados e sua materialidade como itens concretos. O autor analisa três catálogos históricos do período moderno que trazem à mente os objetos que não estão presentes fisicamente. Em sua visão, catálogos são *lugares nos quais a materialidade dos livros e dos objetos é suspensa – ou virtualizada – na narrativa dos textos que compõem a lista, e evocam reações no leitor* (Münkner, 2020).

Já na contemporaneidade, Jessica Gordon-Burroughs analisa livros cubanos pós-soviéticos dos anos 1990, e realça a relação histórica entre o conteúdo simbólico desses objetos e a sociedade, a economia, a democratização cultural e a institucionalidade. A autora destaca que os livros representam uma parte da história e cultura cubanas. De modo geral, interpreta “[...] *o conceito do livro como objeto, meio, e artefato material, e como tal artefato está localizado na história, entendido como um filtro complexo do mundo social e econômico*” (Gordon-Burroughs, 2017, p. 451, tradução³⁵ e grifo nossos).

³³ Ver Reid (2019).

³⁴ “[...] These printed forms, morphologies, engage the reader in navigating the materiality, as well as, the visual and the book’s physicality” (Hérubel, 2020, p. 202).

³⁵ “[...] the concept of the book as object, medium, and material artifact, and how this artifact is located in history understood as a complex filter of economic and social worlds” (Gordon-Burroughs, 2017, p. 451).

Já Jaidree Braddix, destaca a riqueza e abrangência da história do livro³⁶, trazendo como elemento a questão digital. A narrativa contemporânea criada em torno da suposta morte anunciada do livro impresso é abordada, e a “*materialidade*” é identificada na condição de ser “*coisa*” ou a *presença física do livro* (Braddix, 2018).

De modo geral, as abordagens históricas demonstram como o desenvolvimento de tecnologias ao longo do tempo modifica as relações entre os sujeitos e os objetos da cultura material. Na contemporaneidade, entender as diferenças entre livros analógicos e digitais, por exemplo, tem sido uma questão bastante recorrente na literatura, conforme poderá ser observado adiante.

3.4.2 Entre o analógico e o digital

As discussões contemporâneas acerca da relação entre o analógico e o digital estabelecem uma ponte com o passado ao trazerem o acesso a livros raros e manuscritos, e buscarem “recriar” a materialidade dos livros analógicos no ambiente digital – mediante o processo de digitalização (Sonnenwald; McElligott, 2017a, 2017b; Gordon Lanning; Bengtson, 2016). O tema da digitalização também é visto como um elemento que enriquece a experiência de “estar no arquivo” e auxilia a prática de profissionais (Latham, 2010, 2011; Dever, 2014; Martin; Quan-Haase, 2016; Huvila, 2016).

Um equilíbrio entre o analógico e o digital é debatido entre os pesquisadores (Martin; Quan-Haase, 2016; Hou; Rashid; Lee, 2017; Sehn; Fragoso, 2015; Durant; Horava, 2015; O’Sullivan *et al.*, 2017; Gross; Bardzell; Bardzell, 2014); contudo, há quem, por um lado, sobreponha o digital ao analógico (Régner, 2014); e por outro, sobreponha o analógico ao digital (Ashton, 2007; Piepmeier, 2008; Novaes, 2015; Melot, 2001). As mudanças provocadas pelas mídias e seus efeitos também são objeto de discussão (Mules, 2011; Brillenburg Wurth, 2011).

Diane Sonnenwald e Jason McElligott destacam que os livros raros e os manuscritos oferecem percepções de eventos históricos e ter acesso a eles é uma rica experiência de aprendizado. Ainda que a tecnologia tenha aumentado esse acesso, não têm considerado o aspecto da materialidade, algo importante para o engajamento dos sentidos dos leitores (Sonnenwald; McElligott, 2017a).

³⁶ Ver Levy e Mole (2017).

Assim, os autores propõem uma nova realidade virtual de livros raros que integre os sentidos visual, tátil, auditivo, olfativo e demais aspectos cognitivos, haja vista que a interação com o livro raro é considerada de valor único, e a materialidade “[...] *poderia, portanto, potencialmente ser um canal muito útil para uma série de pessoas, eventos, emoções e práticas do passado* (Sonnenwald; McElligott, 2017b, p. 132, tradução³⁷ e grifo nossos).

De maneira similar, Robbyn Gordon Lanning e Jonathan Bengtson discutem como a materialidade de objetos de coleção impactam nossa visão acerca dos mesmos e o que eles comunicam. Nessa direção, discutem as potencialidades e os desafios do movimento de digitalização nas instituições, frisando que talvez o maior desafio seja conquistar o apreço daqueles que travam uma experiência afetiva e transcendental com os objetos físicos. Como maneira de contornar isso, os autores destacam que tudo o que estava presente no analógico deve ser referenciado no digital, mas reconhecem que *a materialidade dos objetos os torna únicos, e a experiência provocada por eles é difícil ou mesmo impossível de ser recriada no ambiente digital* (Gordon Lanning; Bengtson, 2016).

Numa análise correlata a respeito da digitalização, Kiersten Latham problematiza aquilo se perde ao considerar somente o viés do acesso, argumentando que existe uma relação única na interação do sujeito com o material. A autora realça que a preocupação com o acesso tornou a ordem do dia digitalizar tudo o quanto fosse possível nas instituições, mas é preciso reconhecer que “[...] *há algo único ou disponível no material original que não pode ser obtido na versão digital – pode ser sobre confiabilidade, autenticidade, contexto, a ‘sensação’, ou o fato de que simplesmente não há máquina envolvida*” (Latham, 2010, p. 11, tradução³⁸ e grifos nossos).

Esse algo único ou disponível a que se refere a autora é a sua materialidade, algo que transcende a fisicalidade. Dando seguimento a essa reflexão, ela enfatiza os “arquivos como coisa” (*archives as thing*) e os “arquivos como experiência” (*archives as experience*) e explica que “[...] *Se estamos preocupados com ‘conhecimento’ ao invés de ‘apenas informação’, devemos olhar (e*

³⁷ “[...] could, therefore, potentially be a very useful conduit to a series of long-passed people, events, emotions and practices” (Sonnenwald; McElligott, 2017b, p. 132).

³⁸ “[...] there is something unique or available in the original material that one cannot get with the digital version – it may be about trustworthiness, authenticity, context, the ‘feel’, or that fact that it is simpler when no machine is involved” (Latham, 2010, p. 11).

incluir) todos os aspectos do material arquivístico, todos os aspectos do conhecimento – e isso inclui sua própria materialidade” (Latham, 2011, p. 4, tradução³⁹ e grifo nossos).

Maryanne Dever, a sua vez, trabalha a dimensão da experiência de estar no arquivo e o impacto das tecnologias digitais na materialidade dos documentos. A partir da obra de Eve Langley, a autora afirma que a “virada digital” ocorre paralelamente à “virada material” no mundo da pesquisa científica, fazendo com que o tratamento dos documentos considere o poder atuante que eles exercem na pesquisa. Segundo ela, nos processos de digitalização, os documentos perdem sua materialidade e passam por um processo de desmaterialização, o que impacta a pesquisa. Aspectos relacionados à materialidade, em seu entendimento, estão sendo negligenciados na digitalização, e *não é possível separar o significado da materialidade ou considerar o papel como mero suporte das ideias* (Dever, 2014).

De modo coaduno, Kim Martin e Anabel Quan-Haase investigam como a mudança nas práticas de pesquisa de historiadores impactam a experiência de “descoberta” (*serendipity*). Essa “descoberta” acontece quando o historiador encontra algo por coincidência, e tem uma espécie de momento *eureka*. Em lugares como bibliotecas, arquivos, museus, e mais recentemente, na internet, o historiador pode experimentar esse momento. Em ambientes físicos, essa busca tem sido considerada mais eficiente do que no formato digital, ainda que tem sido pensadas tentativas de recriar as características dos ambientes físicos online. De modo geral, as autoras apontam que *um equilíbrio e integração entre recursos físicos e digitais é necessário para possibilitar aos historiadores as conexões entre os documentos e suas materialidades* (Martin; Quan-Haase, 2016).

Com uma análise a respeito do documento arqueológico e das práticas de pesquisa desses profissionais, Isto Huvila traz a concepção de documento como “objeto de fronteira” (*boundary object* – *BO*). Tais objetos são compostos de “*mangle*” e do conceito de “divulgação”. O *mangle* é entendido como o processo de interação entre humanos e não-humanos, em concordância com Andrew Pickering⁴⁰. Recorrendo à abordagem frohmanniana, o autor alega que os documentos arqueológicos são artefatos de práticas documentárias, e sua *materialidade pode ser significativa mesmo sem a existência física do material*, pois para funcionar como um BO, uma coisa deve ser um objeto material (analogico ou digital) e comunicar intenção (Huvila, 2016).

³⁹ “[...] If we are concerned about ‘knowledge’ rather than ‘just information’, we should look at (and include) all aspects of archival material, all aspects of knowledge—and this includes their very materiality” (Latham, 2011, p. 4).

⁴⁰ Ver Pickering (2008).

Um possível equilíbrio entre o analógico e o digital é vislumbrado por diversos autores. Por exemplo, Jinghui Hou, Justin Rashid e Kwan Min Lee analisam como a leitura na tela se diferencia da leitura em papel, e concluem que *a materialidade presente no papel difere substancialmente daquela presente nas telas: é como se elas possuíssem imaterialidade, pois o sujeito tem uma experiência motora-sensorial distinta*. Apesar disso, consideram que a leitura em papel e do digital equivalente se assemelham (Hou; Rashid; Lee, 2017).

A sua vez, Thaís Sehn e Suely Fragoso analisam os hábitos de leitura em relação aos livros impressos e aos *ebooks*, num estudo direcionado ao público brasileiro. Segundo as autoras, o crescimento do mercado digital livreiro tem potencializado as vendas do mercado impresso no Brasil, e foi observado entre os participantes do estudo “[...] *um sentimento forte de posse com o livro físico, em oposição à imaterialidade das bibliotecas digitais*” (Sehn; Fragoso, 2015, p. 411, tradução⁴¹ e grifo nossos). Ainda assim, a complementaridade entre o impresso e o digital foi enfatizada, pois muitos brasileiros leem em ambas as mídias, conforme as autoras.

Outra visão conciliadora da coexistência das mídias analógicas e digitais é a de John O’Sullivan, Leopoldina Fortunati, Sakari Taipale e Kevin Barnhurst, que discutem o papel dos jornais como um objeto e como uma instituição com presença híbrida, multifacetada e resistente na complexa mídia ecológica do futuro. Os autores argumentam que *a materialidade do objeto impresso funciona como uma espécie de matriz, algo que facilita a inovação e permite que os jornais coexistam com as mídias digitais* (O’Sullivan et al., 2017).

Já David Durant e Tony Horava, a sua maneira, discutem as implicações da mudança da cultura de leitura impressa para a cultura de leitura digital, e o papel que as bibliotecas universitárias exercem nesse contexto. A leitura em papel requer processos mentais lineares, ao passo que as novas mídias trouxeram novos processos mentais com a adição das imagens, sons, vídeos, entre outros recursos que impactam a leitura. Então, o formato importa, e *há sempre uma materialidade envolvida na leitura, em como interagimos com o suporte*. Dessa forma, é importante que as instituições se adaptem ao mundo digital sem abolir completamente as coleções impressas, mantendo o hibridismo, conforme os autores (Durant; Horava, 2015).

Shad Gross, Jeffrey Bardzell e Shaowen Bardzell também tratam dessa complementaridade entre as mídias na análise de interfaces tangíveis de usuários, teorias de materialidade

⁴¹ “[...] a stronger feeling of ownership with the physical book, as opposed to the immateriality of digital libraries” (Sehn; Fragoso, 2015, p. 411).

computacional e abordagens de Interação Humano-Computador (HCI, sigla para o inglês *Human-Computer Interaction*). Sua abordagem da materialidade considera no âmbito computacional as propriedades físicas dos dispositivos, considerando diferentes perspectivas e disciplinas. Segundo os autores, a pesquisa realizada na materialidade da HCI revela a oportunidade de desenvolver concepções do que “material” significa, de modo que *o significado da materialidade potencializa o entendimento das relações estabelecidas entre objetos concretos e sujeitos, pois materializa tradições e práticas* (Gross; Bardzell; Bardzell, 2014).

A percepção de que o meio condiciona a leitura e o modo como estabelecemos relações com os objetos também é expressa por Marie-Clémence Régnier. Mas diferentemente dos autores já mencionados, ela acredita que podemos nos beneficiar muito mais da “desmaterialização” do livro – algo que facilita o acesso ao patrimônio –, do que da sua manutenção em acervos físicos. A autora critica a musealização desses objetos, pois considera que, ao contrário dos livros, os suportes multimídia interativos oferecem a possibilidade dos visitantes se apropriarem com mais facilidade das exposições. Apesar de enfatizar o viés do acesso, ela ainda reconhece que *a materialidade reveste o livro de uma “aura” sagrada* (Régnier, 2014).

Em oposição a essa perspectiva, há o entendimento de que “[...] nenhuma mídia evoluiu o bastante para satisfazer as necessidades dos leitores de manusear o livro físico à sua frente”, conforme frisa Susanna Ashton (2007, p. 227, tradução nossa⁴²). A autora reflete sobre a prática de empréstimo de livros entre instituições e realça que ela se autossustenta pelo motivo de que os livros são tidos como “visitantes frágeis” (*fragile guests*), e, portanto, são tratados com o máximo cuidado; fato que justifica a “fé” de que retornarão ao sistema de cooperação. Trata-se de uma perspectiva que considera que *a materialidade do livro o torna uma mídia mais forte do que as demais*, o que o coloca numa posição superior aos livros digitais (Ashton, 2007).

Alison Piepmeier expressa ideia semelhante ao analisar os fanzines, revistas pequenas e independentes. Ela realça que mesmo na era da mídia eletrônica, os fanzines permanecem e instigam intimidade, relações de afeto e comunidades *corporificadas* através de sua materialidade, de modo que “[...] potencializam a sua materialidade num tipo de substituto para a interação física e promove mecanismos para criar relacionamentos significativos” (Piepmeier, 2008, p. 215,

⁴² “[...] no media forms have evolved to entirely satisfy reader’s need to handle the physical book in front of them” (Ashton, 2007, p. 227).

tradução nossa⁴³). Dessa forma, é um objeto cuja *materialidade contribui para o significado e molda a experiência e o entendimento do leitor*, conforme a autora.

Outra análise, de Aline Novaes – a respeito da mudança do suporte do jornal ao livro –, corrobora o potencial do livro para o significado. A autora investiga a questão da materialidade do suporte na obra de João do Rio, e considera uma concepção de livro transcendente à matéria meramente jornalística, pois a mudança de suporte, em sua visão, altera os significados. Com base nisso, ela sustenta a tese de que *a mudança de suporte – do jornal ao livro – em João do Rio muda e potencializa o significado da obra, pelo fato de o livro ser um objeto que possui materialidade* (Novaes, 2015).

Isso porque, de certo modo, os livros devem “[...] o seu valor mais às virtudes simbólicas da sua materialidade do que à especificidade dos seus conteúdos”, consoante com Michel Melot (2001, tradução nossa⁴⁴). Durante muito tempo, conforme realça o autor, eles foram os principais locais de leitura. No mundo contemporâneo, o uso das mídias e hipertextos modificaram a relação entre os sujeitos e a leitura, que passou a ser mais fragmentada; apesar disso, o livro continua em uma posição de destaque entre as mídias, pois *possui virtudes materiais que explicam sua aura extraordinária* (Melot, 2001).

Discussões como essas trazem as mudanças provocadas pelas mídias. Phillipa Mules, nessa direção, discute como a mudança na materialidade dos textos muda o significado. Ela argumenta que numa sociedade baseada em papel como a nossa, as características físicas dos livros, além de controlar como o conhecimento é acessado, armazenado e disseminado; exercem uma poderosa influência em como o conhecimento é percebido. Nessa direção, considera que *a materialidade dos textos, além de impactar nossa visão sobre a durabilidade e a estabilidade do conhecimento, influencia a percepção sobre a autoridade do autor* (Mules, 2011).

Já Kiene Brillenburg Wurth, em análise do livro *Tree of Codes*⁴⁵, entende que os textos materializam ou performam as mídias de maneira tal que as palavras ultrapassam a sua função inicial de informar, coincidindo com o conteúdo. Assim, a intertextualidade dos textos desemboca na intermedialidade: uma interação entre a linguagem verbal e visual, entre o analógico e o digital.

⁴³ “[...] leverage their materiality into a kind of surrogate physical interaction and offer mechanisms for creating meaningful relationships” (Piepmeier, 2008, p. 215).

⁴⁴ “[...] sa valeur plus aux vertus symboliques de sa matérialité qu’à la spécificité de ses contenus” (Melot, 2011). A fonte não é paginada.

⁴⁵ Ver Foer (2010).

Há uma crítica a respeito de recursos como o *kindle*, que consideram o livro como somente um canal de armazenamento de informações, e desconsideram *a materialidade do papel e do livro e sua importância para a leitura* (Brillenburg Wurth, 2011).

De modo geral, entre o analógico e o digital existem diversas questões que perpassam a história, a vida social e pessoal dos sujeitos nas suas relações com os objetos, entre outras. Muitas são as indagações a respeito do que muda lendo um livro analógico e um digital, quando nem sempre compreendemos ainda o que significa *ter* um livro, lê-lo, guardá-lo. Na subseção a seguir, os autores caminham na direção de apontar algumas das dimensões pressupostas na relação sujeito-objeto, seja ele analógico e/ou digital.

3.4.3 Relação sujeito-objeto

As relações sujeito-objeto exploradas na literatura levam em consideração como sujeitos lidam com os objetos, até em momentos específicos da vida, como é o caso da velhice (Ranada; Hagberg, 2014). Há uma ênfase na relação entre sujeitos e objetos específicos, como é o caso do documento e dos livros (Latham, 2014; Gorichanaz; Latham, 2016; Prosser, 2020; Thumala Olave, 2020). Até mesmo as analogias entre documentos e corpo humano, e do corpo humano como livro são abordadas (Day, 2018; Henningsen, 2016). Outro ponto de interesse foi a relação entre sujeitos e o ambiente das livrarias e bibliotecas (Luyt; Sagun, 2016; Hart; Bains; Jones, 1996).

O trabalho de Åsa Ranada e Jan-Erik Hagberg é interessante por analisar como algumas pessoas da terceira idade lidam com objetos materiais que fazem parte de suas casas e representam diferentes momentos de suas vidas – em outras palavras, demonstra como *a vida de alguém pode ser representada na materialidade dos objetos que possui*. Inspirados na teoria latouriana, os autores definem como “sala de materiais” os objetos que compõe a vida de alguém, e afirmam que quando idosos tem que se mudar a uma casa de repouso, por exemplo, elas alteram sua relação com os objetos e relutam em abrir mão deles, se preocupando em tornar esses objetos parte da rede familiar, mesmo quando não estiverem mais presentes (Ranada; Hagberg, 2014).

No que concerne a relação estabelecida entre sujeitos e documentos, Kiersten Latham investiga sobre como experienciamos esses objetos. Para ela, o mundo está repleto de coisas físicas que significam, os documentos; e sob a perspectiva neodocumental, é possível expandir o entendimento das relações entre humanos e coisas: ao travar contato com os objetos, o sujeito pode ter uma “experiência numinosa” (*numinous experience*), uma experiência única capaz de

transportá-lo a outros momentos, objetos, lugares etc. Assim, conclui que *a experiência com documentos é holística, e sua materialidade é significativa e conduz à significação* (Latham, 2014).

Mais tarde, explorando mais as questões ontológicas e epistemológicas do documento, Latham trabalha em coautoria com Tim Gorichanaz na proposição de uma estrutura de análise dos documentos sob múltiplas perspectivas investigativas e práticas. Essa estrutura leva em consideração o ponto de vista fenomenológico, e intenciona conceitualizar os documentos e pensar o *ser* e o *se tornar* documento. Com base na perspectiva neodocumental, os autores empreendem uma análise holística e apontam para a *“fusão” do sujeito com o objeto: dois seres que se traduzem em significado documental*⁴⁶ (Gorichanaz; Latham, 2016).

Essa “fusão” pode ser associada com a analogia que o neodocumentalista Day empreende da noção de documento com o corpo humano, com base nas obras de Otlet e Georges Bataille. Para Bataille, os documentos são extensão dos poderes dos sentidos; e para Otlet, os documentos são extensão dos poderes da razão. Em análise de *The Big Toe*⁴⁷, publicado por Bataille, o autor discorre sobre a analogia empreendida a respeito dessa parte do corpo humano: o “dedão” do pé, que sustenta todo o corpo: “[...] Para Bataille, a cultura humana literalmente se sustenta sobre o dedão do pé, assim como *a informação ‘se sustenta’ na materialidade dos documentos*” (Day, 2018, p. 397, tradução⁴⁸ e grifo nossos).

Dialogicamente, há a analogia do documento livro com o corpo humano, conforme Kadin Henningsen. O autor argumenta que muitos autores utilizam a metáfora do corpo como livro, no sentido de o corpo ser uma superfície na qual é possível escrever. Mas foge da metáfora, pois acredita que o corpo é de fato um livro: ele pode ser não somente escrito, mas circula e é lido. Ele exemplifica essa relação no uso de termos para livros (como apêndice), e metáforas de livros para o corpo (“livro aberto”, “está escrito na cara dele” etc.); e destaca que é possível escrever *no* corpo, mas reconhecer sobretudo a escrita *de* um corpo: “[...] *São precisamente os estilos ou tipografias culturais através dos quais o corpo está inscrito que o corpo é materializado ou chamado a ser como um livro cheio de significado [...]*” (Henningsen, 2016, p. 746, tradução⁴⁹ e grifo nossos).

⁴⁶ O significado pode ser atribuído de forma individual ou socializada, pois o mundo social contribui à experiência documental, à história individual e coletiva. É com o significado que o documento emerge (Gorichanaz; Latham, 2016).

⁴⁷ Ver Bataille (1985).

⁴⁸ “[...] For Bataille, human culture literally stands on the big toe, as information ‘stands on’ the materiality of documents” (Day, 2018, p. 397).

⁴⁹ “[...] It is precisely the cultural styles or typographies through which the body is inscribed that the body is materialized or called into being as a book imbued with meaning [...]” (Henningsen, 2016, p. 746).

Se os corpos são como os livros, pode ser que em situações de descartes de livros nossa reação seja de aversão, por ver neles a nossa imagem e semelhança. Essa relação é explorada por Deborah Prosser, que indaga, a partir de uma situação de desbaste numa biblioteca universitária, quais constructos culturais direcionam as emoções humanas em torno dos livros e das bibliotecas. A autora destaca que a comunidade de amantes de livro fala e se comporta com intensidade, pois os livros são significantes emocionais e culturais. Assim, o impulso de possuir livros e não conseguir jogá-los fora pode ser compreendido *a partir da materialidade dos objetos, os quais atribuímos os mais básicos sentimentos, e pelos quais nos sentimos representados* (Prosser, 2020).

O poder icônico dos livros e o amor dedicado a eles também é debatido por María Thumala Olave, que enfatiza o aspecto material, o valorativo e o ato da leitura. A autora considera o livro como um ícone em nossa cultura, que configura diversos significados e experiências. O apego aos livros, em sua visão, deve-se às suas características de bem cultural e social, bem “[...] como *a materialidade importa, oferecendo uma interpretação do apego a objetos culturais que integra valores culturais compartilhados e a dimensão experiencial e não representacional da construção de significado*” (Thumala Olave, 2020, p. 10, tradução⁵⁰ e grifo nossos).

Um dos espaços no qual esse valor cultural é compartilhado são as livrarias, onde ocorrem relações materiais. Brendan Luyt e Karryl Sagun analisam as memórias associadas com as livrarias singapurianas e demonstram a importância desses espaços nas comunidades. Segundo os autores, os livros e as livrarias refletem a história pessoal dos sujeitos e há vários tipos de materialidades nesse ambiente: *a materialidade do livro, a materialidade do lugar e a materialidade do que pode ser feito*. Com isso, concluem que *as livrarias potencializam os discursos sociais e são “teatros de materialidade” (theatres of materiality)* (Luyt; Sagun, 2016).

Também a biblioteca edifica-se como um símbolo em nossa sociedade, com materialidade e institucionalidade, conforme Chris Hart, Manmohan Bains e Kathryn Jones. Os autores analisam, especificamente, a presença física de prédios de bibliotecas municipais inglesas como espaços de guarda do conhecimento e símbolo da “superioridade” ocidental, e argumentam que a percepção popular em relação às bibliotecas são construções históricas, que remontam ao século XVIII. De modo geral, consideram que a biblioteca possui *status*, e o estatuto sagrado dos livros é reforçado nesse edifício, de modo que a arquitetura demonstra seu poder. *Isso reforça a materialidade do*

⁵⁰ “[...] *how materiality matters by offering an interpretation of attachment to cultural objects that integrates shared cultural valuations and the experiential, non-representational dimension of meaning-making*” (Thumala Olave, 2020, p. 10).

livro, e o poder da institucionalidade dos espaços de guarda do conhecimento (Hart; Bains; Jones, 1996).

Em suma, as relações sujeito-objeto exploradas na literatura chamam a atenção para sentimentos básicos de amor e perda, que levam ao fenômeno do colecionismo e a aversão ao descarte desses objetos, que dizem tanto a respeito da nossa personalidade. Mais do que dizer, há a percepção de que *somos* esses objetos através de nossos corpos, numa fusão com os mesmos. Os estudos sociais, nessa direção, podem fornecer caminhos para entender o lugar desse objeto em nossa sociedade.

3.4.4 Abordagem social

As abordagens sociais consideram o livro como um meio de sociabilidade (Plate, 2015) e a relação sujeito-objeto como um meio de “sociomaterialidade” (Jardine, 2017), de modo que as práticas são, em todo lugar, sociomateriais (Hultin, 2019). Ademais, há um entendimento do livro mediante a perspectiva da sociologia pragmática, algo que aponta também para os agenciamentos pressupostos na vida social das coisas (Silva, 2016; Silva; Bucholc, 2016).

Segundo Liedeke Plate, o livro é um meio de sociabilidade. Para demonstrar isso, a autora parte dos estudos de cultura material para explorar a materialidade do livro *Nox*, de Anne Carson; e realça que os estudos literários têm negligenciado a forma material dos livros nas investigações. A materialidade é entendida como as dimensões sensoriais e afetivas da leitura que potencializam a estética, o afeto, as emoções e o conhecimento. Dessa forma, ela concorda com o entendimento de Ian Woodward⁵¹ de que *como objetos materiais, os livros possuem agência e sua materialidade configura um meio de sociabilidade*; e agrega que o mundo social e o mundo material estão interrelacionados (Plate, 2015).

A sua maneira, Boris Jardine utiliza o termo “sociomaterialidade” para se referir a essa interrelação entre sujeitos e objetos. Ele trabalha o aspecto social da materialidade do objeto papel, uma substância com *materialidade flutuante*, e por isso, portadora de significado; e entende que a noção de materialidade modifica como se concebe a história das ferramentas de papel, possibilitando a compreensão da percepção, registro e comunicação das coisas. Nessa direção, propõe a abordagem da “sociomaterialidade” (*sociomateriality*): “[...] *A materialidade depende e*

⁵¹ Ver Woodward (2010).

é constitutiva de interações específicas em espaços sociais. Isso, de fato, é a sociomaterialidade” (Jardine, 2017, p. 14, tradução⁵² e grifo nossos).

Já Lotta Hultin trabalha essa temática a partir de uma posição ontológica e suas implicações no âmbito epistemológico, em uma abordagem relacional e performativa. Assim, ela considera que não há separação entre sujeitos e objetos no sentido dualista; mas, com base em Karen Barad⁵³, assume que atores, entidades e categorias estão relacionados pelas configurações materiais e num constante “se tornar” (*becoming*). Ela também defende a abordagem sociomaterial, onde os sujeitos e objetos são influenciados e possuem agência, o que denota o caráter de performatividade das práticas: “[...] *o pressuposto ontológico é que todas as práticas já são sempre e em todo lugar sociomateriais*” (Hultin, 2019, p. 100, tradução⁵⁴ e grifo nossos).

Já do ponto de vista da pragmática, Filipe Silva discute a sociologia pragmática do livro com base no trabalho de George Mead⁵⁵, e entende que não existem textos fora de sua materialidade. O debate entre humanos e não-humanos também é relevante para sua análise, que explora a vida social das coisas e a produção de significados. É nessa direção que afirma que não concebemos o livro desassociado de sua forma, visto que é a materialidade da produção-significado que produz a simetria ou dialética entre sujeitos e objetos; em outras palavras, *quando a forma e o significado se fundem, a materialidade do livro – como objeto físico e social – passa a ser social em um senso inteiramente novo, pois corporifica valores sociais* (Silva, 2016).

Já em coautoria Marta Bucholc, discute a importância da materialidade na genealogia pragmática do livro, partindo da obra *On the Process of Civilization*, de Norbert Elias. Os autores também citam Mead, para quem os objetos possuem agência não por serem coisas, mas por conta de sua socialidade. Livros, por exemplo, emergem como “objetos sociais” e como coisas a partir do engajamento dos sujeitos com o ambiente, numa relação mútua. Em sua visão, a abordagem da materialidade da produção-significado é adequada para pensar os objetos, já que as origens, *os significados e as ideias deles não podem ser desassociadas de sua materialidade* (Silva; Bucholc, 2016).

⁵² “[...] Materiality depends upon and is constitutive of specific interactions in social spaces. This, in fact, is sociomateriality” (Jardine, 2017, p. 14).

⁵³ Ver Barad (2007).

⁵⁴ “[...] the ontological assumption is that all practices are always and everywhere already sociomaterial” (Hultin, 2019, p. 100).

⁵⁵ Ver Mead (2011).

Em síntese, as abordagens sociais consideram o livro como um meio de sociabilidade que configura uma relação com o sujeito de sociomaterialidade. Todas as práticas com os objetos são entendidas como práticas sociomateriais, e é reconhecido o seu caráter de agência no mundo social, algo que chama a atenção para os agenciamentos do/e com os objetos.

3.4.5 Questões disciplinares

As questões envolvem as disciplinas de bibliologia e editoração (Saldanha, 2015; Murray, 2006), e dentro dessa última, destaca-se o tema da indústria do livro (Franssen; Velthius, 2014). No campo da bibliologia, em particular, Saldanha (2015) empreende uma compreensão do livro como objeto bibliológico por excelência. O autor discute a disciplina como pandiscurso da organização dos saberes, a partir do pensamento de Gabriel Peignot, Otlet e Robert Estivals; e realça a possibilidade de expansão epistemológica-histórica da Bibliologia, como micro e macrossaber.

Assim, o autor fala de uma microbibliologia que trata especificamente do objeto “livro”, e utiliza como referencial a filosofia de Antônio Houaiss⁵⁶, que considera o livro para além da sua materialidade – nessa direção, o “ser” livro é analisado em todas as suas potências, como “ato áureo”, instrumento espiritual, desdobramento do espírito, relação entre o simbólico e o material. Por fim, infere que *o livro só pode ser compreendido sob uma multiplicidade de conceitos orbitais, como “biblioteca”, “bibliografia”, “documentação”, entre outros, disciplinas que podem trazer pistas sobre sua materialidade* (Saldanha, 2015).

Já no campo da editoração, Simone Murray advoga por uma disciplina de estudos de publicação/editoração (*publishing studies*) enquanto analisa autores e tendências de pesquisa em torno da temática. Segundo ela, os debates têm sido interdisciplinares e apontam para aspectos estruturais, econômicos, culturais e políticos da indústria do livro. Ela frisa que os estudos de história do livro foram desenvolvidos no âmbito de disciplinas como a bibliografia, a biblioteconomia, a sociologia, a economia, a literatura, etc.; e que visam entender *a cultura material como uma força social ao longo da história, com implicações socioeconômicas, tecnológicas, legais e culturais* (Murray, 2006).

Também inserido no contexto da editoração, especificamente, na indústria do livro, Thomas Franssen e Olav Velthius analisam as propriedades materiais do livro que determinam a

⁵⁶ Ver Houaiss (1967).

precificação dos livros no mercado holandês de ficção entre 1980 e 2009. A indústria do livro, segundo os autores, é híbrida, e os valores são construções sociais. Os consumidores julgam o preço dos livros justos ou não valendo-se do critério da materialidade. Então, o tamanho, o número de páginas, a encadernação, a arte da capa etc. possuem uma grande influência no preço dos livros. Desse modo, concluem que *a moral econômica da indústria livreira está fundamentada na materialidade do livro*, numa análise focada na fisicalidade do objeto e no valor econômico (Franssen; Velthuis, 2014).

3.4.6 Perspectiva holística

Mediante o percurso delineado até aqui, pretende-se chegar a uma perspectiva agregadora que considere o caráter holístico dos documentos, e do documento livro, em particular. Nessa direção, o conceito de documento é abordado considerando a sua abrangência, poder de agenciamento e hibridismo (Dutta; Das, 2005; Faucher, 2014; Lester, 2018), aspectos que apontam para o seu caráter holístico (Pilerot, 2014).

Bidyarthi Dutta e Anup Das refletem sobre o conceito de documento e sua abrangência. Para eles, o documento representa um objeto físico que contém informação e resulta da interação entre a percepção humana, a natureza e a mente. Os autores realçam que, apesar de representar um objeto físico, a informação aparece em várias formas, inclusive na forma digital. A documentação possui as técnicas necessárias para potencializar a organização e o significado dos documentos. Em leitura de Buckland⁵⁷, reforçam *o caráter da materialidade, da intencionalidade, da processabilidade e da posição fenomenológica dos documentos* (Dutta; Das, 2005).

Já Kane Faucher, a seu modo, reflete sobre a essência dos documentos e da documentação numa perspectiva de agenciamentos. Isso porque, partindo da concepção deleuziana, o documento pode ser entendido como a representação manifestada em símbolos, códigos, sinais, entre outros. Assim, a fisicalidade não é a informação em si. Nessa direção, o autor propõe substituir o termo “documento” por “agenciamento”, e destaca duas características deste objeto: a habilidade de afetar e ser afetado. As transversalidades podem ser observadas na utilização do referencial teórico deleuziano e na *compreensão do documento como híbrido, ou seja, como objeto físico e representacional – com materialidade* (Faucher, 2014).

⁵⁷ Ver Buckland (1997).

Já no âmbito dos documentos arquivísticos, Peter Lester discute sobre as propriedades físicas e materiais dos arquivos, e argumenta que a experiência com o arquivo é holística, pois envolve reações cognitivas e físicas. Segundo ele, a literatura vem enfatizando o aspecto do conteúdo e da informação dos documentos em sobreposição ao aspecto material, o que demonstra o quanto os documentos são objetos mediadores. Desse modo, “[...] *Reconhecer o conhecimento que pode ser obtido a partir das propriedades materiais do registro permite uma compreensão mais holística de sua história e pode facilitar uma interpretação mais matizada e profunda de seu conteúdo*” (Lester, 2018, p. 77, tradução⁵⁸ e grifo nossos).

Já Ola Pilerot, a sua maneira, aponta para o caráter holístico dos documentos mediante a análise de como as informações são compartilhadas numa rede de pesquisadores da área de design. Como inspiração, o autor destaca os estudos neodocumentais e entende o compartilhamento de informação como uma atividade mediada por objetos informativos e a ideia de agência, de modo que os objetos se tornam multidimensionais e são capazes de formar comunidades. Assim, conclui que os objetos estão localizados na prática e *os estudos com foco nos aspectos materiais oferecem oportunidades de alargar as interpretações acerca dos documentos e do fenômeno de compartilhamento de informações* (Pilerot, 2014).

Em síntese, os estudos demonstram o quanto os documentos são híbridos. Evidenciam ainda que, a partir da materialidade, é possível corroborar o caráter holístico do documento (Rabello, 2018), algo anteriormente observado na abordagem de camadas ou dimensões em sua relação com a materialidade e com modos de institucionalidade da informação. Tais caminhos e articulações conceituais corroboram a proposta de programa de investigação acerca da “informação materializada e institucionalizada como documento” (Rabello, 2019). Tais pressupostos fornecem subsídios para se investigar a multidimensionalidade da materialidade do livro.

A partir disso, na terceira parte desta dissertação, algumas das dimensões da materialidade do livro serão apontadas como elementos que revestem o livro de força simbólica. Tais elementos, ao mesmo tempo, não assumem uma força autoritária, impositiva ou “naturalizada” de determinada visão de mundo. São apresentadas como possibilidades de visões múltiplas sobre o alcance simbólico do livro.

⁵⁸ “[...] Recognizing the knowledge that can be gleaned from the record’s material properties enables a more holistic understanding of its history, and can facilitate a more nuanced and deeper interpretation of its content” (Lester, 2018, p. 77).

4 FORÇA SEM FORÇA DO LIVRO

Esta seção objetiva, a partir do arcabouço teórico da ciência da informação e do conceito de materialidade, subsidiar a nossa hipótese da força sem força do livro. Conforme mencionado, nos inspiramos na tese da “força sem força do melhor argumento” de Habermas, discutida por Demo (2010). Com essa tese, é possível visualizar as diferenças entre “argumento de autoridade” e “autoridade do argumento”.

Nesse horizonte, argumentamos que o livro, na conjuntura fisicista da ciência da informação, possui força e vale-se do “argumento de autoridade” do campo para se legitimar. Já o conceito de materialidade, que aponta para a multidimensionalidade, ou seja, para as múltiplas dimensões simbólicas, epistêmicas, políticas e éticas em jogo (Rabello, 2019), reveste esse objeto de uma força sem força, sendo um argumento com autoridade própria.

4.1 Força sem força do melhor argumento

Conforme pontuado, a tese da força sem força do melhor argumento foi criada por Habermas (1987a), no contexto da teoria da ação comunicativa, definida por ele como uma teoria da sociedade que se esforça para dar razão aos cânones críticos. Seu livro, *Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*, aborda o conceito de racionalidade comunicativa; um conceito de sociedade que associa os paradigmas do *mundo da vida* (*Lebenswelt*) e de sistema; e uma teoria da modernidade.

O autor aborda as relações com o mundo e aspectos da racionalidade da ação em quatro conceitos sociológicos de ação. Cabe destacar, antes de mais nada, que o fio condutor para o entendimento da ação comunicativa é a linguística. Há um enfoque comunicativo cujos sujeitos são, em última instância, humanos. O próprio conceito de “entendimento” (*Verständigung*) remete a um acordo alcançado entre participantes que, a sua vez, pode ser medido por “pretensões de validade” suscetíveis a crítica.

As pretensões de validade caracterizam um saber manifestado simbolicamente no mundo. O conceito de racionalidade comunicativa, além de remeter a essas pretensões de validade expressas em discurso, diz respeito às relações que os atores estabelecem no mundo expressas em ação comunicativa, e reclamando validade a suas manifestações. Dessa forma, o autor busca uma

fundamentação de ordem ontológica para esses quatro conceitos de ação e, para tanto, parte da teoria dos três mundos popperiana.

Na teoria dos três mundos, Karl Popper⁵⁹ propõe que o primeiro mundo é composto por objetos e estados físicos; o segundo mundo é composto por estados mentais e de consciência – ou disposições comportamentais para a ação, conforme destaca Habermas (1987a); e o terceiro mundo é composto por conteúdos objetivos de pensamento, ou produtos da mente humana – tais produtos se convertem em *problemas autônomos*, e para resolvê-los, necessitamos criar teorias, que, a sua vez, geram mais problemas e teorias. Com isso, o terceiro mundo cresce cada vez mais e medeia as relações entre os outros mundos; nesse sentido, o autor realça que devemos sempre estar aprendendo coisas sobre a realidade, que é complexa e diversa, em um processo de constante autodescobrimento e autogeração.

Para uma possível teoria da ação, ele emprega os seguintes conceitos: *ação teleológica* – uma decisão entre alternativas de ação que visam a realização de um propósito; *ação regulada por normas* – quando um ator tem seu comportamento condicionado às normas vigentes e interiorizadas por meio de valores sociais; *ação dramática* – quando um ator, no âmbito de uma interação, se apresenta de uma maneira a provocar reações ou interpretações nos espectadores em relação a sua imagem; e *ação comunicativa* – quando há interação de ao menos dois sujeitos (humanos), e uso de linguagem e ação para estabelecer acordos (Habermas, 1987a).

O *meio linguístico* é o mecanismo coordenador da ação, e na ação comunicativa, pressupõe a linguagem como um meio de entendimento dos mundos da vida, objetivo, social e subjetivo. A linguagem é entendida mediante a perspectiva wittgensteiniana, por onde se concebe a *tripla relação da ação comunicativa com o mundo*. Já a ação é senão a manifestação simbólica do ator com o mundo, que o autor difere de *movimentos corporais* e *operações* que se *correalizam* nas ações. Com elas, o sujeito muda o mundo – atuando instrumentalmente e se expressando comunicativamente. Nas palavras do autor:

[...] O conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio dentro do qual tem lugar um tipo de processo de entendimento em cujo transcurso os participantes, ao se relacionarem com o mundo, se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidas ou postas em questão (Habermas, 1987a, p. 143, tradução nossa⁶⁰).

⁵⁹ Ver Popper (1979).

⁶⁰ “[...] El concepto de acción comunicativa presupone el lenguaje como un medio dentro del cual tiene lugar un tipo de procesos de entendimiento en cuyo transcurso los participantes, al relacionarse con un mundo, se presentan unos

Nessa perspectiva, os próprios falantes e ouvintes são realçados no conceito de ação comunicativa, pois são eles que buscam o consenso e submetem as situações aos critérios de verdade e, desse modo, se relacionam com os mundos objetivo, social e subjetivo. No segundo livro, *Teoría de la acción comunicativa, II: Crítica de la razón funcionalista*, Habermas (1987b) aprofunda os conceitos e destaca a psicologia social Mead⁶¹, que põe em perspectiva o conceito de racionalidade, e está alinhada com a perspectiva wittgensteiniana de linguagem (Habermas, 1987b).

Ele frisa a questão das pretensões de validade na ação comunicativa, e as possibilidades de resolver descentendimentos por meio da razão e desenvolver formas institucionalizadas de falas argumentativas. No plano individual, também o sujeito pode se portar criticamente frente a si mesmo e buscar validades para suas ações, haja vista que a ação comunicativa está pressuposta em diversas ações no mundo e se baseia em um processo cooperativo de interpretação e entendimento, que leva a “obtenção de um acordo” (*Einigung*) acerca da validade de um enunciado – sendo o acordo (*Einverständnis*) o reconhecimento intersubjetivo de uma dada pretensão de validade (Habermas, 1987b).

Em síntese, o autor apresenta a teoria da ação comunicativa como uma alternativa à filosofia da história, e uma maneira de retomar os estudos interdisciplinares sobre a racionalização da sociedade capitalista. Com isso, realça que a teoria da sociedade não precisa se curvar aos conteúdos normativos da sociedade burguesa, e pode-se voltar a relações de cooperação e a uma filosofia que se comprometa com uma teoria da racionalidade, *que sempre cultive a crítica e se mantenha aberta à autocrítica* (Habermas, 1987b).

Segundo Emir Suaiden, na apresentação do livro de Demo (2010), Habermas é um dos ícones das chamadas “novas epistemologias”, sobretudo por considerar que o projeto emancipatório da modernidade, baseado no positivismo, não se completou. Nesse sentido, as novas epistemologias resgatam essa expectativa ao entender o conhecimento como dinâmica disruptiva, rebelde e inacabada.

Nesse contexto, o argumento de autoridade é substituído pela autoridade do argumento, e há uma contínua discussão onde todos produzem conhecimento e onde se conjugam qualidade

frente a otros con pretensiones de validez que pueden ser reconocidas o puestas en cuestión” (Habermas, 1987a, p. 143).

⁶¹ Ver Mead (1934).

formal e política. A obra de Demo (2010), conforme Suaiden, indica rumos para discutir com qualidade teórica e prática a produção do conhecimento com autonomia e autoria.

No prefácio, o próprio Demo (2010) homenageia Habermas, e conta um pouco sobre o autor remanescente da Escola de Frankfurt. A “força sem força do melhor argumento” indica que o melhor argumento não se sustenta por alguma autoridade, mas sim por “força” própria, mesmo que tal força detenha uma validade relativa.

O argumento de autoridade, assim, se imagina final, mas a autoridade do argumento é sempre aberta e discutível. Com o exemplo da Wikipédia, o autor trabalha essas questões de “politicidade” do conhecimento, por essa ser – assim como as demais plataformas da web – uma esfera pública de discussão livre e aberta “banhada” de politicidade, que produz, na sua complexidade, textos consensuais e qualitativos (Demo, 2010).

Falamos, portanto, de “autorias cooperativas” que colaboram com o outro, fazendo com que as autonomias se entrelacem e formem unidades de contrários polarizadas que entram em consenso. Dessa maneira, o que sustenta um texto é a sua elaboração tão bem fundamentada que convence os outros, com argumentos bem estruturados e qualitativos, abertos, dinâmicos, flexíveis, discutíveis, que não se fecham em alguma autoridade, mas, pelo contrário, estão sempre abertos para a contra-argumentação e a autocrítica (Demo, 2010).

Do ponto de vista epistemológico, Demo (2005) volta-se para a capacidade autocrítica do conhecimento, que evita a prepotência; e do ponto de vista sociológico, volta-se para a interpretação de propostas acerca da comunicação, como a de Habermas, cujo legado considera importante e brilhante. Assim, o argumento de autoridade origina-se da noção de “explicação imanente” no surgimento da era moderna, quando a realidade era explicada mediante a evolução de leis naturais, o método analítico lógico e linear, e a ideia de *res extensa* cartesiana.

O que incomoda neste tipo de argumento é o abuso da autoridade, que prevalece sobre o próprio argumento. O autor exemplifica com a própria ciência, que se insinua como autoridade única e descarta e estigmatiza outros saberes, se querendo universal, quase como uma igreja moderna: “Imersos hoje na sociedade intensiva do conhecimento, temos a tendência a reverenciar a ciência como se reverencia qualquer livro sagrado, porque, assim como antigamente a religião invadia todas as dobras da vida, hoje este papel é reservado à ciência” (Demo, 2005, p. 22).

Mas como demonstrou Foucault (2005), o conhecimento está mais próximo do poder do que da verdade; ou seja, a tessitura do conhecimento implica poder mediante a “ordem do

discurso”, de modo que conhecer a realidade coincide com dominá-la. O poder, no sentido epistemológico, é a alma do conhecimento (Demo, 2005).

Já a autoridade do argumento, epistemologicamente, advém do pós-modernismo, que agregou à ciência a necessidade de autocrítica, pois “[...] a coerência da crítica está na autocrítica” (Demo, 2005, p. 31). Segundo ele, as nossas argumentações são tão transitórias quanto a própria realidade, e a ciência melhor se desempenha na reconstrução.

A própria noção epistemológica de conhecimento pressupõe a negação, a disrupção e a rebeldia. O critério mais aceitável, assim, é a discutibilidade dos argumentos, e o reconhecimento de sua politicidade intrínseca: “É nessa perspectiva que a autoridade do argumento conclama a autoridade não autoritária, combinando de modo perspicaz ciência e democracia, como transparece na teoria da ação comunicativa de Habermas” (Demo, 2005, p. 38).

Então, esta “força sem força” do melhor argumento proposta por Habermas possui “força”, mas é “sem força”. Isso significa dizer que: a) a autoridade do argumento provém da qualidade da fundamentação e se sustenta sem ser autoritária; b) a qualidade da argumentação caracteriza a sua força de convencimento; c) no fundo, **a força sem força é a única força que tem força**; e d) a força mais forte não força, convence sem vencer e impõem-se sem violentar (Demo, 2010).

Este último aspecto é de suma importância, pois enfatiza a questão da retórica: a força sem força convida à argumentação, à dialogicidade. Quando Habermas fala de força sem força, afasta os tipos brutos de força inspirados nos argumentos de autoridade, de um lado; e sugere modos de argumentação que prezam pela qualidade aberta da fundamentação, onde pode-se convencer sem vencer, já o: “Argumento de autoridade não é argumento; é autoridade; é monólogo” (Demo, 2010, p. 31).

Uma das características da autoridade do argumento é a **qualidade formal**, entendida como uma marca da fundamentação acurada e persistente, que não começa nem acaba, apenas se refaz continuamente. Sob a ótica do discurso modernista positivista, a qualidade formal seria um procedimento analítico linear, com a aplicação rígida de procedimentos para descobrir leis universalizantes, passíveis de controle, mensuração e reteste. Já na ótica dialética, a qualidade formal trabalha a ciência à luz de hipóteses diversas, sabendo que a realidade é complexa e ambígua. Nenhum discurso, assim, é conclusivo, pois a ordem é da teoria e não da realidade. “Ser discutível” é um aspecto fundamental para garantir a qualidade formal, não cabem discursos dogmáticos, mas uma argumentação constante, segundo o autor.

Assim, o discurso formal tem qualidade formal se é bem feito, bem fundamentado, bem referenciado, bem concebido e bem apresentado. Uma das faces mais pertinentes do argumento é a fundamentação, que pode partir de muitos horizontes e é sempre aberta e relativa, mas exigente. O argumento não conclui a discussão, mas a alimenta. Não é fixo, continua aprendendo de outros argumentos, permite consensos frágeis, é sempre reversível (Demo, 2010).

Outra característica do argumento de autoridade é a **qualidade política**, entendida na argumentação dinamizada por cooperações e rivalidades igualitárias, com ética e sempre dispostas a manter o diálogo. Aqui o texto não se impõe, segue a regra da “[...] *fundamentação tão bem feita que possa sempre ser refeita*” (Demo, 2010, p. 36). Assim, as dinâmicas políticas são complexas e não podem ser “resolvidas”, pois não existe consenso político perfeito ou texto final. As negociações não extinguem as rivalidades, mas as acomodam, e o importante é prevalecer o bem comum.

Em outras palavras, a politicidade implica correlações de força que compõem cooperações e rivalidades, e a qualidade política está na complexidade de dinâmicas incompletas e contrárias. O consenso que se pode alcançar agrega as vozes, e não as silencia. A fidelidade é mais valiosa que o confronto. Na prática, a própria ciência é entendida como “a arte de argumentar”, e implica dimensões epistemológicas como: o *questionamento*, que é o cerne do argumento; o *contra-argumento*, que estabelece o diálogo crítico; a *fundamentação*; o *jogo aberto e produtivo*; a *compreensão*; a *reconstrução*; a *pesquisa*; a *elaboração*; o *saber pensar*; e a constituição do *sujeito autônomo* (Demo, 2005; 2010).

Com base nisso, *questionamos* o argumento da força da informação registrada – corporificada no suporte livro e em seu conteúdo explícito – para a ciência da informação, *contra-argumentando* que tal argumento pressupõe uma força impositiva, baseada no argumento de autoridade. Se essa perspectiva for considerada como texto final, ela impede o diálogo crítico com o cotejo à ideia de múltiplas dimensões da materialidade do documento e do livro discutida na literatura, permitindo a *compreensão* e a *reconstrução* da força sem força do livro, a única que não força.

4.2 Força do livro

Conforme discorrido na seção sobre a ciência da informação, o movimento bibliográfico é tido como precursor da documentação europeia, que, a sua vez, foi uma base fértil para o desenvolvimento da própria ciência da informação. No momento de desenvolvimento dessas áreas, segundo Carlos Araújo, as discussões alinhavam-se às perspectivas das ciências exatas, e a um projeto de modernidade inspirado em moldes matemáticos (Araújo, 2003).

A modernidade, conforme vimos, deu origem ao cientificismo e à racionalização (Mendes, 2016) que caracterizam a lógica positivista, que nega a politicidade da ciência sob o discurso da neutralidade metodológica, de acordo com Rabello (2022). A neutralidade na área de ciência da informação, sob essa lógica, tornou-se um imperativo para se formular leis universais e conceitos objetivos para a informação (Araújo, 2003).

A ciência da informação, como posto, passou a ser representada pela área de recuperação da informação (Ortega, 2009), e a preocupação foi direcionada a questões concernentes ao comportamento e efeitos da informação, usos e usuários da informação, processos de avaliação de sistemas de informação, e ênfase na tecnologia (Saracevic, 2009). Para Rabello (2012), a recuperação da informação foi um enfoque importante para a “criação” disciplinar da ciência da informação, que posteriormente ampliou o seu campo de ação instrumental. Até hoje essa vertente apresenta lacunas de fundamentação e preocupação epistemológica, pois enfatizou “[...] mais a tecnologia e os recortes teórico-disciplinares sob o ponto de vista prático e tecnicista em detrimento da contextualização do pensamento produzido na [ciência da informação] numa tradição científica e filosófica” (Rabello, 2012, p. 14-15).

Capurro (2007) salienta que a teoria da recuperação da informação é baseada em uma epistemologia fisicista, de modo que a ciência da informação já nasceu com o paradigma físico e enfoque cognitivo idealista e individualista. O autor atribui esse paradigma à Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver, conforme mencionado, que foi tomada como modelo na ciência da informação, influenciando o desenvolvimento de pesquisas considerando o binarismo emissor/receptor, e a mensagem transmitida como informação (Capurro, 2007).

Ele frisa que esse paradigma exclui o papel ativo que o usuário possui no processo informativo e comunicativo, e não atoa o paradigma cognitivo, mais tarde, surge como uma alternativa para pensar a dimensão dos usuários (Capurro, 2007). Na visão de Rabello (2012), a

teoria matemática instrumentaliza a comunicação da informação científica em um sistema de informação, o que remete à *teoria dos sistemas* e ao controle da *informação registrada*.

De modo coaduno, Daniela Almeida, Deise Antonio, Vera Boccato, Maria Gonçalves e Rogério Ramalho também realçam que o paradigma físico é baseado numa epistemologia fisicista centrada em “[...] sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável que não necessariamente abarca significado semântico” (Almeida *et al.*, 2007, p. 19). Na visão dos autores, a teoria de Shannon e Weaver não se preocupa com a semântica dos dados, mas com a capacidade da informação de ser quantificada, processada e transmitida nos sistemas computacionais.

Nesse sentido, tal paradigma dedica-se a desenvolver e aperfeiçoar métodos para uma “gestão de dados” mais eficiente, o que leva ao entendimento de que “[...] o Paradigma Físico não valoriza o usuário no processo de recuperação da informação, não considerando suas percepções e interpretações” (Almeida *et al.*, 2007, p. 20). Já com relação ao paradigma cognitivo, os autores destacam que são considerados os modelos mentais dos usuários mediante abordagens cognitivas, que buscam interpretar o sujeito cognoscente e valorizar as dimensões semânticas e pragmáticas nos sistemas de recuperação. Mas, novamente, o intuito é melhorar ainda mais a “gestão de informações”, sem considerar o contexto social no qual o usuário está inserido.

Similarmente, Murguia (2009) salienta que a proposição da ciência da informação priorizou a construção do seu objeto a partir de uma informação intermediária entre dado e conhecimento, passível de ser mensurada, manipulada e fabricada; e ignorou a materialidade dos suportes. No âmbito da biblioteconomia, por exemplo – disciplina correlata e que tem como objeto central o livro –, havia o interesse nas bibliografias por estas serem repertórios de acesso à informação, e mais tarde, nas coleções de livros pelo uso que se poderia fazer deles de modo a atender as necessidades dos usuários, conforme o autor.

Os estudos de administração, planejamento, desenvolvimento de métodos, técnicas e critérios para gerir as coleções – desenvolvimento de coleções – são uma preocupação central da área: “[...] Desse modo, as regras de produtividade, no menor custo e tempo possível, se tornaram a norma, dando lugar para que as bibliotecas se tornassem lugares frios e impessoais” (Murguia, 2009, p. 97).

Em outras palavras, a concepção hegemônica na área de biblioteconomia e ciência da informação, conforme a proposição de Oswaldo Almeida Junior e Rabello, idealiza e transforma o

usuário num mero objeto, impedindo o seu protagonismo, “igualando-o ao acervo, às técnicas, à administração do sistema informacional e aos serviços oferecidos” (Almeida Junior; Rabello, 2022, p. 483). Os autores argumentam que, historicamente, as bibliotecas e as técnicas bibliotecárias surgiram a partir das demandas, necessidades e interesses do público, de modo que tais demandas são anteriores às técnicas. Mas ao invés das técnicas seguirem as demandas do público, passaram a ditar formas de acessar os acervos.

Nessa direção, a área de biblioteconomia se apresenta – formalmente – com uma preocupação com os usuários, o que direcionou a formação dos bibliotecários com forte conotação técnica. Como resultado, o que era para ser central – o atendimento ao público – se tornou um enfoque secundário. O entendimento de que o bibliotecário deve atender o usuário de maneira adequada, eficiente e eficaz, fruto dessa concepção, corre o risco de validar a explicação de mundo de um determinado grupo, tornando o ambiente da biblioteca propenso a enaltecer a ciência como único saber válido, de forma classista, exigindo que o usuário “se adapte a ela e aceite seu acervo como aquele que representa o verdadeiro conhecimento” (Almeida Junior; Rabello, 2022, p. 488).

Como implicação, essa perspectiva pode silenciar grupos que não se veem representados no acervo de uma determinada biblioteca, e deslegitimar conhecimentos que fogem ao recorte da ciência tida como verdadeira. Também pode incorrer em uma perspectiva de mediação da informação que não considera a variedade dos saberes e conhecimentos existentes na sociedade. Nesse ponto, Almeida Junior e Rabello (2022) frisam que a biblioteca deve se adaptar ao usuário, e não o contrário.

Os autores problematizam ainda o entendimento de que o objetivo maior das bibliotecas é a recuperação da informação, haja vista que essa ideia carrega a premissa de que a biblioteca atua com um acervo que é passível de ser recuperado. No entanto, vivemos em uma época na qual a informação pode ser acessada de várias formas, inclusive fora da biblioteca. Dessa maneira, erroneamente, a recuperação da informação se volta ao acervo que a biblioteca possui, enquanto deveria se voltar para o que o usuário realmente necessita (Almeida Junior; Rabello, 2022). Nesse sentido, é preciso ir além da noção “tradicional” de mediação da informação e ultrapassar os limites físicos e virtuais das bibliotecas.

O ponto de Almeida Junior e Rabello (2022) é que na perspectiva hegemônica – que aqui chamamos de fisicista –, o usuário é visto como coisa, e os processos técnicos vistos como recursos para atender às suas demandas informacionais (desde que elas estejam contempladas no acervo da

instituição). As demandas dos usuários somente podem ir até onde o acervo vai, só se pode recuperar aquilo que é verdade para o grupo que está no poder – a elite, única que vê representada a sua memória nos acervos das instituições.

Nessa perspectiva, o usuário

[...] tende a se perder entre o mobiliário, o prédio, os códigos, as ferramentas de trabalho, os documentos administrativos, o acervo, as sisudas, intransigentes e imutáveis políticas de desenvolvimento de acervo, assim como inúmeros outros itens que são controláveis pelos bibliotecários. [...] Idealizado, o usuário deve se ater ao que se espera dele e todo desvio do que foi previamente traçado, deve ser punido com sanções presentes nos regulamentos da biblioteca. Fora dos regulamentos, o usuário é apenas uma coisa, sem direito de fala ou de participação (Almeida Junior; Rabello, 2022, p. 491).

Enquanto o usuário é relegado a um papel terciário, o verdadeiro protagonista é o sistema da biblioteca, e depois o bibliotecário, conforme os autores. O sistema dita as regras e cria impedimentos para os usuários, e os bibliotecários exercem o controle, não deixando espaço para que surja o novo. Almeida Junior e Rabello (2022), ao proporem a revisão e rediscussão do entendimento sobre recuperação da informação, expõem as contradições da concepção hegemônica que tem no discurso o usuário como centro de seus processos, mas na prática, o toma como coisa. Na mesma seara, a informação também é vista como coisa processável e manipulável, de modo que o trabalho do bibliotecário e o sistema estão atrelados ao controle.

Em suma, essa lógica físico-cognitiva – que aqui abordamos como paradigma ou abordagem fisicista –, implica, entre outros aspectos, o tratamento tecnicista da informação, sendo o tecnicismo entendido como a aplicação da técnica de modo descontextualizado, como dado bruto e passível de ser quantificável, processável e transmissível num suporte e/ou sistema, modificando um estado de conhecimento do usuário – da incerteza à aquisição de informação/conhecimento. A informação é compreendida de forma “encapsulada”, como uma ervilha a ser extraída de sua vagem (Rayward, 1994).

Igualmente, o objeto livro foi valorado por ser passível de ser processado dentro do sistema de informação, e veicular conteúdo que possa transmitir conhecimento ao usuário. O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, por exemplo, define o livro como: 1) documento geralmente impresso formado por folhas ou cadernos; 2) Reunião de folhas ou cadernos enfeixados ou montados em capas, suporte sobre o qual são colocados sinais e contém ao menos 50 páginas; 3) volume, pode ser obra literária, científica ou artística; 4) criação e registro de conhecimento

gravados ou impressos em folhas ou outro material, documento, publicação; 5) suporte físico do documento em contraposição ao conteúdo; entre outras (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 231).

Como é possível observar, há uma ênfase na relação entre conteúdo e suporte, o que direciona a uma visão do livro como suporte de informação registrada e registro de conhecimento. O suporte, em sua fisicalidade dentro do sistema de informação, permite a circulação da mensagem no sistema, como postula a Teoria Matemática da Comunicação. Cabe realçar que a fisicalidade do suporte pode ser expressa de forma analógica ou digital, de modo que o paradigma fisicista não se preocupa somente com os suportes, mas com suportes de informação registrada (conteúdos) passíveis de serem tratados (descritiva e tematicamente) num sistema (pressupondo entrada, processamento e saída de informação).

Desse modo, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, ao definir o livro como suporte de informação registrada, reproduz e institucionaliza a percepção e o entendimento corrente de livro até a primeira década do século XXI – com inspiração fisicista. Essa institucionalidade, fortemente presente na área de ciência da informação, pode ser compreendida como um tipo de *autoridade*, de modo que reveste a noção de livro com o *argumento de autoridade* das áreas que o percebem como suporte de informação registrada e registro, numa lógica de sistema, com a aplicação de procedimentos para controlar, mensurar e gerir as coleções e os conteúdos em sistemas de informação.

Com isso, *a abordagem fisicista da informação impõe a força da informação registrada, constituindo um argumento de autoridade, privilegiando o livro como suporte de informação registrada ou registro e considerando apenas o seu conteúdo explícito*. Ao privilegiar somente duas dimensões do livro – suporte e conteúdo explícito registrado –, essa concepção, em sua relativa simplicidade, abre margem para outras perspectivas, considerando a complexidade com o somatório de outras dimensões. A partir da fisicalidade, a materialidade se expressa e, com ela, podem ser estudadas diversas dimensões dos objetos da cultura material. Desse modo, mediante o questionamento da noção de livro como fruto do paradigma físico-cognitivo da informação, propomos o contra-argumento do paradigma social e do conceito de materialidade como subsídio para expandir os entendimentos sobre as múltiplas dimensões da materialidade deste objeto, estabelecendo um diálogo crítico aberto e produtivo para compreender, reconstruir e pensar sobre a força sem força do livro.

4.3 Força sem força do livro

Conforme vimos, por muito tempo a informação foi descontextualizada dos seus valores sociais, filosóficos, religiosos, econômicos, legais etc. (Saracevic, 2009), e a ênfase social na ciência da informação só se deu na década de 1970, sob o referencial teórico marxista (Araújo, 2003). Nessa direção, os estudos sobre informação e cidadania, ação cultural, democratização da informação, entre outros, começaram a ser explorados; e com a aproximação dos enfoques microsociológicos e interpretativos, a ciência da informação passou a ter subsídios para reformular o próprio conceito de informação, agregando o componente social como parte de sua epistemologia (Araújo, 2003).

Assim, emerge o paradigma social. Com base na hermenêutica, Capurro (2007) destaca que a informação passa a ser considerada num contexto mais abrangente, considerando as relações estabelecidas entre os sujeitos e a informação, e questões sociais, econômicas, técnicas, culturais, políticas e éticas. Para Almeida *et al.* (2007, p. 22), o paradigma social volta pela primeira vez os olhos para os elementos subjetivos e contextuais e para a visão de mundo dos usuários, “A partir dessa concepção, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação”.

Nesse sentido, a informação é percebida como um fenômeno num contexto coletivo no qual as estruturas de conhecimento estão ligadas às instituições de memória das comunidades (Almeida *et al.*, 2007). Miguel Rendón-Rojas e Alejandro García-Cervantes (2012) defendem, nessa direção, uma Epistemologia da Identidade Comunitária-Informacional (EIC-I), que abrange o paradigma contextual, o sujeito informacional e as entidades de informação.

A EIC-I remonta à epistemologia social proposta por Jesse Shera e Margaret Egan, e dialoga com disciplinas das ciências humanas e sociais, como a filosofia, a sociologia e a antropologia. De acordo com os autores, há uma busca pela episteme social construída com o “outro”, ou seja, uma interação com o *ethos* comunitário, as práticas sociais, culturais, políticas e socio informativas que influenciam na construção identitária do *sujeito informacional*, que surge em oposição ao *usuário informacional* (Rendón-Rojas; García-Cervantes, 2012).

Enquanto o usuário de informação, na lógica fisicista, “faz uso” da fonte de informação, o sujeito informacional faz “uso” da informação interpelado por práticas hegemônicas, políticas, relações de assimetria etc., estabelecendo uma relação com a informação socio-edu-cultural (social,

educacional, cultural). O que prevalece são os sujeitos que transformam a sociedade gerando diversas necessidades, entre elas, de informação (Rendón-Rojas; García-Cervantes, 2012).

De forma similar, Rabello e Oswaldo Almeida Junior (2022), refletindo sobre o usuário como implicado, pontuam que em relação ao paradigma ou modelo tradicional, a dimensão física está relacionada à eficiência da transmissão de informações no sistema; o sujeito central é o profissional e o usuário é tido como um “autômato” do sistema ou mesmo “container” de informação. Na dimensão subjetiva, a sua vez, há ênfase no processo cognitivo daquele que utiliza a informação para assim obter subsídios de aperfeiçoamento do sistema.

Em contraposição, o paradigma ou modelo emergente dá destaque à dimensão social, que considera a informação como um fenômeno social; todos os sujeitos são importantes e relacionam-se com a informação de forma compartilhada, interventiva, interativa e intersubjetiva. O sistema pode estar presente, mas não é indispensável (Rabello; Almeida Junior, 2022). A noção que associa modos de institucionalidade a formação de redes, passa a ganhar relevância (Rabello, 2022).

Dentro dessa proposta social, o conceito de “práticas informacionais” tem sido relevante por estudar o movimento constante de disposições sociais, coletivas, às elaborações de perspectivas individuais acerca dos modos de se relacionar com a informação, e o tensionamento permanente entre essas duas dimensões, coletiva e individual (Araújo, 2017). A perspectiva das práticas informacionais surgiu como uma alternativa ao conceito de comportamento informacional, e busca ver o caráter ativo dos sujeitos e as determinações que sobre eles incidem, identificando suas ações frente aos mecanismos de “controle de vida” e mobilizando recursos sociais e cognitivos. Isso abre margem a uma compreensão das dimensões simbólicas associadas aos fenômenos informacionais.

Assim, conforme vimos com a abordagem neodocumental, o enfoque social ganhou destaque nos estudos da informação, com a aproximação de informação com conhecimento e seus aspectos imateriais, bem como a ideia de agenciamentos sociais, domínios e comunidades discursivas e a noção de regimes de informação e materialidade, de acordo com Henriette Gomes (2020)⁶². Com base nessa análise, a autora defende que:

[...] a informação é o fenômeno que emerge do compartilhamento do conhecimento e dos saberes humanos [...]. O conhecimento é compartilhado por meio da sua materialização (informação), constituída ou não de uma fisicalidade, mas sempre de uma materialidade, que se dá pela articulação de diversas linguagens e acaba permitindo a sua retomada,

⁶² A autora analisou obras de autores como: Michael Buckland, Gernot Wersig, Yves-François Le Coadic, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Bernd Frohmann.

revisão e reflexão, em movimentos potencializadores do exercício da crítica, da construção de novos conhecimentos ou, até mesmo, da ressignificação daqueles anteriormente estabelecidos (Gomes, 2020, p. 9, grifos nossos).

O estado de compartilhamento está permeado pelas intencionalidades dos sujeitos e pelos dispositivos disponíveis. *Tal estado é expressão de uma ação materializadora, portanto, que pode ou não possuir fisicalidade.* As ações de comunicação constituem o *locus* da mediação da informação, cuja abrangência a autora discute, e que em sua visão, permite o sucesso da mediação (Gomes, 2020).

De forma geral, o paradigma social e os estudos neodocumentais permitiram ampliar os horizontes da área de ciência da informação e considerar diversos aspectos que encontram no documento o meio de materialização da informação. O documento ainda possui institucionalidade, disciplina social e historicidade; existe numa multiplicidade de formas e possui agência, constituindo-se um ator ativo da realidade social, sendo, portanto, muito mais do que um mero suporte de informação (Frohmann, 2004; 2008a).

O documento livro, nessa conjuntura, também está “para além da informação”, conforme realça Murguia (2009, p. 100), que apresenta “[...] uma proposta que considera o livro a partir do aspecto da materialidade do seu suporte e desde a perspectiva do texto. Isto é, uma abordagem que permite estabelecer as relações que o sujeito mantém com o livro, incluindo o seu colecionismo”. Assim como ele, concebemos que o livro, além de informação registrada e explícita, possui diversos significados e valores, e, considerando sua materialidade, é possível identificar algumas de suas múltiplas dimensões: é nessa multidimensionalidade, precisamente, que reside uma força sem força.

Em outras palavras, argumentamos que *o livro encontra sua força sem força como objeto holístico à luz do conceito de multidimensionalidade da materialidade que lhe é característica, oriundo dos estudos neodocumentais presentes no paradigma social*, o que agrega, mas vai além do paradigma físico.

Com base na literatura discutida, agregamos as vozes que corroboram para uma visão holística dos documentos e os caminhos que instigam outras perspectivas/dimensões de materialidade. Assim, fundamentamos nosso argumento de que a força sem força do livro reside na multidimensionalidade de sua materialidade, algo que o situa “para além da informação”. Consideramos que esse argumento possui autoridade própria, pois constitui um argumento forte

advindo da abordagem social, complexa e não linear; portanto, a partir do que se observa, não haveria espaço para imposições de conceitos ou argumentos de autoridade, e sim para múltiplas perspectivas cujo intuito é abranger cada vez mais os horizontes de pesquisa.

O livro, visto como um objeto holístico, não começa nem acaba, mas se refaz continuamente. Pretendemos demonstrar isso com mais detalhes ao fim da dissertação, propondo dimensões da materialidade do livro. Mas, longe de enquadrar a materialidade em contexto a categorias pré-concebidas, destacamos que o intuito é convidar ao diálogo e alimentar as discussões sobre a força sem força do livro, a partir do contexto que se constrói com o estudo da rede que culminou na constituição do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB.

PARTE II: REDE E CRIAÇÃO DO ESPAÇO DIREITOS HUMANOS DA BCE/UNB

Esta segunda parte objetiva abordar a Teoria Ator-Rede (TAR) e sua importância para a ciência da informação (seção 5), o que são os Direitos Humanos (seção 6), definições sobre as bibliotecas universitárias e um histórico da BCE/UnB (seção 7), e, finalmente, os agenciamentos que levaram à criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB (seção 8).

Com relação à **metodologia**, foi utilizado o método de *revisão de literatura* para: identificar os conceitos-chave da TAR e sua importância dentro das investigações em ciência da informação (seção 5); entender o que são os Direitos Humanos (seção 6); caracterizar as bibliotecas universitárias e a BCE/UnB (seção 7), e entender, mediante pesquisa documental (matérias jornalísticas e documentos oficiais), o caso de biblioclastia ocorrido na BCE/UnB (seção 8).

Como maneira de estudar o caso em questão, foi utilizado o recurso heurístico da TAR, e seguindo os próprios atores, foram realizadas *entrevistas semiestruturadas*. Essa entrevista “face a face com participantes” envolve questões semiestruturadas e abertas com a finalidade de extrair a opinião do entrevistado e abarca a: 1) reunião dos dados brutos; 2) organização e preparação dos dados para análise; 3) leitura completa dos dados; 4) codificação dos dados em categorias de análise; 5) inter-relacionamento dos temas; e 6) interpretação do significado (Creswell, 2010, p. 219-224).

Os atores foram identificados mediante o método da *amostragem em bola de neve*. Tal método pressupõe que “[...] os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma” (Dewes, 2013, p. 10). O primeiro passo foi encontrar indivíduos pertencentes à população-alvo, que constituíram a “semente” da amostra, também denominados de “onda zero”, pois indicaram outros indivíduos relacionados ao fenômeno de interesse. A partir da onda zero se formou a onda um, a onda dois e assim por diante, até alcançar o tamanho ideal da amostra ou não encontrar mais contatos para gerar uma nova onda, conforme o autor.

Assim, a metodologia dessa segunda parte consistirá em:

Quadro 3 – Metodologia da Parte II

Método ou Heurística ⁶³	Objeto	Seções
Revisão de Literatura	Teoria Ator-Rede, Direitos Humanos, Bibliotecas Universitárias e BCE/UnB, Caso BCE/UnB	5, 6 e 7
Entrevistas semiestruturadas	Aplicação de entrevistas com os atores humanos identificados mediante o método da amostragem em bola de neve	8
Teoria Ator-Rede	Agenciamentos para a criação do espaço	8

Fonte: Elaboração nossa.

A entrevista semiestruturada segue o Questionário 1, no Apêndice A.

Diante disso, partimos do pressuposto de que é possível mapear alguns dos agenciamentos que culminaram na criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB, e encontrar caminhos para demonstrar empiricamente a força sem força do livro.

⁶³ Na visão de Álvaro Matute, com base na definição do *Diccionario de la Real Academia*, a heurística pode ser entendida como a “arte de inventar” ou como a “busca ou investigação de documentos ou fontes históricas”; é a investigação propriamente dita, a compreensão, a interpretação, a explicação, a reconstrução, a crítica etc. sobre um dado assunto (Matute, 1999). Na presente dissertação, a TAR não é método, mas recurso heurístico para entender *como* se deram os processos (agenciamentos) que levaram à criação do espaço, conforme exposto.

5 TEORIA ATOR-REDE

Esta seção objetiva discutir a Teoria Ator-Rede (TAR), que vem do inglês *Actor Network-Theory*, cujo acrônimo ANT, na língua inglesa, significa “formiga” em português. O interessante desse jogo de palavras é que, de fato, para a TAR/ANT, o cientista tem um trabalho similar ao de uma formiga: viciado em trabalho, na busca incessante por “farejar” associações (Latour, 2012).

Nessa busca por associações e considerando todos os atores – humanos e não-humanos – e suas relações, a TAR viabiliza enxergar as diversas redes que perpassam o mundo, sem conferir privilégios a um “nó” ou outro, removendo qualquer possível centro único detentor de verdades absolutas a respeito do que é feito o social, correlacionando o que é visto de forma separada na sociologia tradicional: ciência, natureza e sociedade (Araújo; Cardoso, 2007).

5.1 TAR: pelos caminhos de Latour

Bruno Latour (1947-2022) é tido como um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), e uma grande contribuição teórica de seu trabalho é atribuída ao desenvolvimento da TAR, ao lado de autores como Michel Callon, John Law, e outros.

A presente dissertação se concentrará nos caminhos trilhados por este autor para compreender a TAR e seus elementos, sem, no entanto, ter pretensões de exaurir sua produção bibliográfica, que é muito vasta no campo. Sendo assim, foram abordados alguns textos publicados por Latour entre 1979 e 2005:

1. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, livro publicado originalmente em 1979;
2. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*⁶⁴, livro publicado originalmente em 1987;
3. *Jamais fomos modernos: um ensaio de uma antropologia simétrica*, livro publicado originalmente em 1991;
4. *Where are the missing masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts*, capítulo de livro publicado originalmente em 1992;
5. *On technical médiation*, artigo publicado originalmente em 1994;

⁶⁴ Ver Latour (1987).

6. *Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico*, artigo publicado originalmente em 1995;
7. *On actor-network theory: A few clarifications*, artigo publicado originalmente em 1996;
8. *On recalling ANT*, artigo publicado originalmente em 1999;
9. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede*, livro publicado originalmente em 2005 e;
10. *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*, capítulo de livro publicado originalmente em 2000.

Esses textos abordam o início da carreira de Latour, quando ele começa a seguir cientistas e se interessar pela construção de fatos científicos, e passa a problematizar os cânones tradicionais modernos, onde a sociologia era utilizada para explicar o social. Entretanto, segundo esse raciocínio, o social não precisa ser explicado, e os cientistas do social, longe de fornecerem explicações, devem seguir os atores que constroem o social, sendo que seu trabalho é descrever as associações que formam as redes: registrar os movimentos do social, sempre um passo atrás de seus atores.

Desde uma perspectiva simétrica, a TAR se constitui um recurso para se pensar a sociedade, em um primeiro momento, para o entendimento das redes, de forma não hierárquica. Essa descrição de atores em ação, de suas associações, seria necessária para, em um segundo momento, identificar as possíveis assimetrias. Sendo o nosso interesse identificar os agenciamentos da rede de criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB, a TAR se apresenta, aparentemente, como um recurso valioso do ponto de vista heurístico sob o qual vale a pena se debruçar.

5.1.1 Do laboratório à ciência em ação

No final dos anos 1970, segundo Leticia Freire, se difundiu na França um amplo movimento de renovação das ciências sociais denominado de *tournand pragmatique*, conforme ressaltado por Mohamed Nachi⁶⁵ (Freire, 2013). Destacam-se duas abordagens nesse movimento: a *sociologia pragmática*, uma “sociologia da capacidade crítica” que estuda situações de disputa, controvérsias e as justificativas dadas pelos sujeitos – e tem como referências autores como Luc Boltanski e

⁶⁵ Ver Nachi (2006).

Laurent Thévenot⁶⁶; e a *antropologia das ciências, estudos sociais da ciência* ou *estudos da ciência*, propondo novas maneiras de se construir o saber. Essa perspectiva tem como referenciais estudiosos como Bruno Latour, John Law e Michel Callon (Freire, 2013; Araújo; Cardoso, 2007).

A *antropologia das ciências* é um campo que se opõe à racionalidade científica, privilegiando os aspectos sociais na construção da ciência. Carlos Machado⁶⁷ aponta que Bruno Latour e Michel Callon, especificamente, trabalham o campo da *sociologia da tradução*, uma abordagem que rompe com polarizações ou dualidades tradicionais e propõe um novo modelo no qual os conhecimentos tecno-científicos são efeitos de uma multiplicidade de técnicas e interações sociais, conforme Ronaldo Araújo e Ana Cardoso (Araújo; Cardoso, 2007).

Bruno Latour⁶⁸ é natural de Beaune Burgundy (França), formou-se em filosofia, mas, além de filósofo, é reconhecido como sociólogo, epistemólogo ou antropólogo e é, como destaca Freire (2013), um sujeito que se assemelha a sua própria obra, por também ser composto de elementos heterogêneos na junção dos conhecimentos de várias disciplinas. Após se formar em filosofia, ele desenvolveu pesquisas acerca da sociologia do desenvolvimento na África, ocasião na qual surgiu seu interesse pela antropologia das ciências, de acordo com Araújo (2009).

Depois dessa experiência, ele se mudou para os Estados Unidos e direcionou sua pesquisa à transposição das categorias antropológicas para a análise da ciência e dos fundamentos da verdade científica. Lá, em coautoria com Steve Woolgar, ele publicou, em 1979, seu primeiro livro intitulado *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Trata-se de um estudo etnográfico de um laboratório de neuroquímica da Califórnia, onde Latour e Woolgar investigam as práticas e os gestos dos cientistas na construção dos fatos científicos.

Nesse livro, conforme realça Freire (2013), os autores utilizam a metáfora dos objetos “quentes” e “frios” para discorrer sobre seu objeto de estudo. Os objetos quentes seriam aqueles que ainda são alvo de controvérsias; e os frios aqueles cujo debate já se estabilizou com uma versão ou verdade consentida. O foco de interesse são os objetos quentes, que ainda não se fecham em uma “caixa-preta”, e viabilizam pensar os processos de construção e as controvérsias em aberto (Freire, 2013).

⁶⁶ Ver Boltanski e Thevenot (1991).

⁶⁷ Ver Machado (2006).

⁶⁸ Durante sua carreira trabalhou no *Centre de Sociologie de l'Innovation* da *École Nationale Supérieure des Mines de Paris* – juntamente com Michel Callon –, no *Sciences Po* e no *Centre de Sociologie des Organisations* (CSO). Além disso, trabalhou como professor visitante em universidades como a *London School of Economics* e a *Harvard University* (Freire, 2013).

Na leitura de Araújo e Cardoso (2007) dessa obra, as práticas de investigação empírica se apoiam nas práticas realizadas em laboratório, onde é possível pensar os atores envolvidos nos processos científicos que se articulam em rede, agenciando outros atores. Já para Araújo (2009), *A vida de laboratório* critica os estudos em ciência que separam conteúdo científico e contexto social, levando ao entendimento de que a ciência se constrói a partir da sociedade.

Ao estudar o laboratório, Latour e Woolgar prolongam o programa forte formulado por David Bloor⁶⁹ e sua noção de *simetria*, que permite tratar simetricamente natureza e sociedade. Observando como os pesquisadores passam de circunstâncias locais para circunstâncias gerais, há uma gama de *transformações, traduções e deslocamentos*, ou seja, toda uma *rede* (Latour; Woolgar, 1997).

Em seu segundo livro, *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, de 1987, Latour corrobora o argumento anterior ao acompanhar o modo pelo qual cientistas e engenheiros constroem fatos e artefatos científicos, por meio do contexto social e o conteúdo técnico, na sua rede de atores (Araújo, 2009).

Ainda de acordo com Araújo (2009), em *Ciência em Ação*, Latour problematiza a rigidez das dualidades tradicionais ditadas pela modernidade, para questionar, no livro seguinte, se de fato já fomos modernos. *Jamais fomos modernos: um ensaio de uma antropologia simétrica*, de 1991, apresenta exemplos de tais posicionamentos científicos de distanciamento e fragmentação, que se movem segundo múltiplos interesses que se sobrepõem ao objeto. Para tanto, ele se apoia na TAR para propor uma *antropologia simétrica*, ou seja, um ponto de análise comum entre atores humanos e não-humanos (Araújo, 2009).

5.1.2 Jamais fomos modernos: em busca de uma nova Constituição

Jamais fomos modernos é, nas palavras de Latour (2019), um ensaio situado no âmbito das ciências e das técnicas (*Science Studies*, no inglês), ou “Ciências, técnicas, sociedades”. O intuito dessa perspectiva é desmitificar a ideia de corte entre conhecimentos exatos e poder, entre natureza e cultura. Isso porque, para o autor, tudo, inclusive nós, somos entidades híbridas.

Ele destaca que os críticos possuem em seu repertório a naturalização, a socialização e a desconstrução para explicar o mundo. Assim, marginalizam os estudos sobre a ciência ou os

⁶⁹ Ver Bloor (2009).

seccionam em fatos, poder e discurso, desconhecendo até mesmo a existência de redes. Mas as redes existem e são simultaneamente reais, discursivas e coletivas: “[...] Os fatos científicos são construídos, mas não podem ser reduzidos ao social, pois *o social está povoado por objetos mobilizados para construí-lo*” (Latour, 2019, p. 15, grifo nosso).

Desse modo, ele indaga se alguma vez já fomos modernos. Pois se não o tivermos sido, as redes encontrariam um lar. O “moderno”, “modernização” ou “modernidade” apareceram como uma revolução, definindo uma briga entre Antigos e Modernos: “[...] ‘Moderno’, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; e um combate no qual há vencedores e vencidos” (Latour, 2019, p. 20).

A hipótese do ensaio, então, é de que a palavra “moderno” designa dois conjuntos de práticas: o primeiro cria, via *tradução*, híbridos de natureza e cultura – o que o autor designa de redes; e o segundo cria, via *purificação*, as zonas ontológicas dos *humanos* e dos *não-humanos* – o que o autor designa de crítica. Ser moderno é considerar que essas práticas atuam separadas, e só podemos deixar de sê-lo “[...] A partir do momento em que concentramos nossa atenção simultaneamente no trabalho de purificação e no de hibridização [...]” (Latour, 2019, p. 21).

Comumente se trata a modernidade sob uma lógica humanista, mas esse hábito por si só é assimétrico, visto que esquece o surgimento do conjunto das coisas “não-humanas”, concorde com o autor. O tratamento separado moderno desconsidera, assim, a proliferação dos híbridos. De modo a superar isso, é preciso reconstruir o espaço simétrico entre humanos e não-humanos para então compreender a separação dos poderes naturais e políticos.

Com base na abordagem de Robert Boyle, o autor salienta que: “[...] Estes não-humanos, privados de alma, mas aos quais é atribuído um sentido, chegam a ser mais confiáveis que o comum dos mortais, aos quais é atribuída uma vontade, mas que não possuem a capacidade de indicar, de forma confiável, os fenômenos” (Latour, 2019, p. 36).

Além de Boyle, o autor recorre a Thomas Hobbes⁷⁰, frisando, a partir destes autores, o princípio de simetria para explicar natureza e sociedade. Enquanto Hobbes e seus seguidores criaram importantes recursos para tratar o poder, Boyle e seus seguidores elaboraram um repertório relevante sobre a natureza. Steven Shapin e Simon Schaffer⁷¹, em leitura de Hobbes e Boyle, fazem

⁷⁰ Ver Hobbes (1971).

⁷¹ Ver Shapin e Schaffer (1985).

uma análise assimétrica no sentido de atribuir maior capacidade explicativa a Hobbes, sem conduzir a simetria até o fim.

Indo até o fim nessa simetria, compreender-se-ia, segundo Latour (2019), que Boyle cria um discurso político onde a política deve estar excluída; e Hobbes imagina uma política científica na qual a ciência experimental deve estar excluída: “[...] Em outras palavras, eles inventaram nosso mundo moderno, *um mundo no qual a representação das coisas por intermédio do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos por intermédio do contrato social*” (Latour, 2019, p. 41).

O artefato de Boyle também é o laboratório, o lugar onde os fatos são produzidos e representados, e tem como porta-vozes eles mesmos e os cientistas, que são seus representantes. Os fatos “[...] são portanto capazes de falar, de escrever, de significar no recinto artificial do laboratório [...]” (Latour, 2019, p. 43). O objeto é mudo, mas está dotado de sentidos, e possui uma força natural. Os descendentes de Boyle e Hobbes, de acordo com o autor, fornecem recursos que usamos até hoje, como a força social, de um lado; e a força natural, de outro.

Com o intuito de tentar definir a Constituição do mundo moderno, Latour (2019) também recorre a Shapin e Schaffer. As duas grandezas constitucionais – a não-humanidade da natureza e a humanidade do social – devem ser consideradas juntas, pois “[...] *são apenas dois ramos do mesmo governo*” (Latour, 2019, p. 45).

Os modernos são obstinados pela distinção entre o racional e o irracional, entre ciências falsas e verdadeiras, mas paralisariam impotentes diante das coisas, pois apesar de construirmos a sociedade, ela nos transcende, tem suas próprias leis, assim como a natureza. Assim, os modernos mantêm sua potência crítica nessa dupla linguagem: mobilizam a natureza no seio das relações sociais, mas a mantêm distante dos homens; constroem e desconstroem a sociedade, mas tornam suas leis absolutas (Latour, 2019).

Então, a Constituição, ao crer na separação entre humanos e não-humanos, tornou os modernos invencíveis, segundo o autor. Eles separam as relações de força política das de razões científicas, mesmo apoiando a força sobre a razão e a razão sobre a força, mantendo sempre duas cartas na manga. Nessa direção, as outras naturezas-culturas tornaram-se pré-modernas por contraste.

“*Entretanto, o mundo moderno jamais existiu, no sentido que jamais funcionou de acordo com as regras de sua Constituição*” (Latour, 2019, p. 56, grifo nosso). Os modernos consideram

que seu poder de mobilização advinha da separação de humanos e não-humanos, mas pelo contrário, vem pela amplificação de sua mistura. A Constituição deles permitiu tudo, inclusive essa mistura, que culminou na socialização acelerada de não-humanos, ainda que sem lhes dar o status de “sociedade real”. Quanto mais pensam estar fazendo uma ciência pura, mais se ligam à construção da sociedade. Em suma, a Constituição abriga, mas despreza os híbridos, bem como os objetos e os arranjos práticos que a sustentam.

O autor também trata do pós-modernismo, afirmando que se trata de um sintoma, e não uma nova solução, pois ao mesmo tempo em que ele vive sob a Constituição moderna, não acredita em suas garantias. Os pós-modernos anulam o projeto moderno ao seguir somente a parte da Constituição que trata da pureza, ao passo que ignoram a parte que pratica a hibridização e, conseqüentemente, desconhecem a presença dos mediadores. Por outro lado, o que Latour defende é o *não-moderno (ou amoderno)*: “[...] É um não-moderno todo aquele que levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e o povoamento de híbridos que ela nega” (Latour, 2019, p. 64).

Nesse contexto, os híbridos são *quase-objetos*, termo cunhado por Michel Serres⁷², pois não ocupam a posição de objeto prevista pela Constituição, nem ocupam a posição de sujeito. Para acolher os quase-objetos, assim, deve-se encontrar um espaço que não mais é o da Constituição moderna, acrescentando práticas de mediação às práticas de purificação. Ao desdobrar essas duas dimensões, o não-moderno pode encontrar um lugar para os híbridos numa nova Constituição. Quanto mais os quase-objetos se multiplicam, mais cresce a distinção entre o polo da natureza e o polo sujeito/sociedade.

As filosofias modernizadoras criaram a separação entre os polos da Constituição para absorver os quase-objetos e desenvolveram uma outra estratégia para tomar conta do meio, e ao invés de se concentrarem sobre o trabalho de purificação, concentraram-se sobre a linguagem, uma de suas mediações. A “semiótica”, “semiologia” ou “virada linguística” tornam o discurso um mediador independente da natureza e da sociedade. Isso porque considerava-se que a linguagem ocupava um papel mediano na filosofia moderna.

Nesse viés, por outro lado, a linguagem se tornou sua própria lei e seu próprio mundo, de acordo com o autor. Ao conceder autonomia à linguagem, encontrou-se uma maneira de fugir das armadilhas simétricas da socialização e da naturalização; mas impediu-se, nalguma medida, de

⁷² Ver Serres (1974).

seguir a trilha dos quase-objetos, visto que eles pertencem tanto ao discurso quanto ao coletivo e à natureza. Sendo assim, os pós-modernos justaporam – mas sem conectar – os repertórios da crítica à natureza, à sociedade e ao discurso (Latour, 2019).

Na lógica moderna, há a impressão de que se vive um novo tempo que rompe com o passado, como se a assimetria entre a natureza e a cultura se tornasse a assimetria entre o tempo passado e o futuro, concorde com o autor. Mas a temporalidade moderna foi rompida com a proliferação dos quase-objetos, haja vista que “[...] O tempo não é um panorama geral, mas antes o resultado provisório da ligação entre os seres. [...]. Não há mais, nunca houve nada além dos elementos que escapam ao sistema, objetos cuja data e duração são incertas” (Latour, 2019, p. 94).

Nesse ponto, ele salienta que, misturando os tempos, pode-se correr o risco de se tornar pré-moderno, ou regredir como os antimodernos, visto que não é possível progredir como os modernos. Longe disso, deve-se passar de uma temporalidade a outra, pois uma temporalidade não é temporal, e sim uma maneira de classificar e ligar os elementos.

Para desdobrar o Império do Meio, Latour (2019) inverte a forma das explicações, e parte do ponto de clivagem. Ou seja, as explicações não partem das formas aos fenômenos, e sim do centro em sentido aos extremos. As cadeias de mediadores substituem as cadeias de intermediários, conforme modelo proposto por Antoine Hennion⁷³. Tal modelo permite integrar o trabalho de purificação com um caso de mediação particular, ao invés de negar a existência dos híbridos. A partir disso, compreende-se que

[...] A natureza gira, de fato, mas não ao redor do sujeito-sociedade. Ela gira em torno do coletivo produtor de coisas e de homens. O sujeito gira, de fato, mas não em torno da natureza. Ele é obtido a partir do coletivo produtor de homens e de coisas. O Império do Meio se encontra, enfim, representado. Naturezas e sociedades são os seus satélites (Latour, 2019, p. 99).

Na perspectiva moderna, segundo o autor, a natureza e a sociedade não precisam ser explicadas, pois são as entidades que explicam as coisas. Nesse contexto, os intermediários ligam as duas entidades. Realizando uma “contrarrevolução copernicana”, Latour (2019, p. 102) afirma que devemos levar mais a sério o trabalho dos intermediários, já que eles são mediadores, ou seja, são “[...] atores dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também de traí-lo”.

⁷³ Ver Hennion (1991).

Com isso, o autor corrobora seu argumento de que, partindo do meio, as setas da explicação se invertem e são redistribuídas pelo conjunto de intermediários, os mediadores que tornam o tempo presente. Tal contrarrevolução se dá no sentido de modificar o lugar do objeto levando-o ao coletivo, sem, no entanto, aproximá-lo da sociedade. Trata-se de uma maneira de contar como o objeto faz o sujeito, e não o contrário, e assim, mostrar o outro lado da história.

Em sua visão, não há uma sociedade primitiva e outra moderna, mas “[...] Uma série de substituições, de deslocamentos, de traduções [que] mobilizam povos e coisas em escala cada vez maior” (Latour, 2019, p. 106). Na ontologia dos mediadores, assim, há uma geometria variável se considerarmos que existe uma linha de latitude que é o grau de estabilização, que é tão importante quanto a linha de longitude que é a posição que vai do natural ao social. Nos espaços desdobrados pelas trajetórias, cada actante possui uma assinatura única. Nestes lugares são criados os mistos que irão se tornar naturais ou sociais, de acordo com o autor.

Os modernos criaram quatro repertórios para acomodar a proliferação dos quase-objetos, assumindo que eram incompatíveis: o primeiro trata da *natureza*, assumindo que ela existe fora de nós e que somos capazes de mobilizá-la e/ou construí-la; o segundo trata do *laço social* que liga os humanos e estrutura a sociedade, assumindo que este laço, ainda que seja construído por nós, nos ultrapassa. O terceiro trata da *significação* e do *sentido das narrativas* que permeiam a sociedade e que nos dominam mesmo sendo texto e discurso; e por fim, o quarto trata do *Ser*, distribuído e coextensivo à existência dos entes. Para Latour é difícil distinguir esses quatro repertórios, haja vista que

[...] os quase-objetos quase-sujeitos traçam redes. São reais, bem reais, e nós humanos não os criamos. Mas são coletivos, uma vez que nos ligam uns aos outros, que circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação. São, entretanto, discursivos, narrados, históricos, apaixonados e povoados de actantes com formas autônomas. São instáveis e arriscados, existenciais e portadores de Ser. Essa ligação dos quatro repertórios nos permite construir uma morada vasta o bastante para que nela abriguemos o Império do Meio, a verdadeira morada comum do mundo não-moderno e, ao mesmo tempo, de sua Constituição (Latour, 2019, p. 112).

Com isso, a antropologia volta a ser o modelo de descrição desejado, apesar de evitar estudar os objetos da natureza e priorizar o estudo das culturas. Desse modo, é assimétrica, e em busca de uma simetria deve ultrapassar os limites da sociologia do conhecimento e da epistemologia. Conforme recorda o autor, “O princípio de simetria restabelece, [...], a continuidade, a historicidade e, vale lembrar, a justiça” (Latour, 2019, p. 117).

Ele também discorre a respeito do Princípio de simetria generalizada de Michel Callon (2021). É este que permite livrar-se dos cortes epistemológicos, das separações *a priori* entre ditas ciências “sancionadas” e ciências “proscritas”, e das divisões entre sociologias (do conhecimento, da crença e das ciências). Portanto, a antropologia pode estender os estudos às naturezas.

Nesse ponto, o Princípio de simetria de Bloor é explorado novamente. Por um lado, tal princípio obriga uma disciplina a fornecer explicações absolutas; por outro, é, em si, assimétrico, pois o que explica o que é verdadeiro e o que é falso é a sociedade. Já o Princípio de simetria generalizada, por sua vez, exige que o verdadeiro e o falso sejam explicados a partir dos mesmos termos.

Nesse sentido, compreende-se que, no trabalho de mediação, tanto a natureza quanto a sociedade são imanentes; e após o trabalho de purificação, ambas são transcendentais. O Princípio de simetria generalizada permite que o antropólogo acompanhe, desde um ponto médio, a atribuição de propriedades humanas e não-humanas, comparando naturezas-culturas (Latour, 2019).

Para exemplificar tal questão, o autor compara a cultura ocidental com a oriental, argumentando que com o Princípio de simetria generalizada, os ocidentais não se encontram numa posição privilegiada em relação aos orientais, pois ambas são naturezas-culturas, variando a dimensão da mobilização das redes. Mas devem ser simetricamente interpretadas de uma posição intermediária, para que não ocorra assimetrias.

As naturezas-culturas são denominadas de coletivos, que aos olhos da antropologia comparada, se parecem por compartilhar os futuros elementos tanto da natureza quanto do mundo social. Apesar disso, os coletivos diferem em como repartem os seres, em como atribuem propriedades a estes seres, e em como ocorrem as mobilizações – diferenças que formam pequenas divisões, na visão do autor.

Dessa maneira, além de estabelecer a igualdade, o Princípio de simetria registra as diferenças ou assimetrias, algo que nos leva a compreensão de como alguns coletivos dominam outros. As ciências e as técnicas multiplicam os não humanos que constroem os coletivos e tornam mais íntima a comunidade formada pelos seres. Nesse processo, a cada nova tradução de quase-objetos, o corpo social – sujeitos e objetos – se redefine. Algo salutar para entender que “[...] Não há diferenças de natureza – e menos ainda de cultura” (Latour, 2019, p. 136).

Latour também realça que os modernos exageram a universalidade de suas ciências, o tamanho e a rigidez de suas sociedades. Para passar do local ao global, do humano ao não-humano, é necessário utilizar o aparato da rede de práticas e instrumentos, de documentos e traduções. O local é composto por híbridos, e é preciso mobilizar um volume grande de objetos para a sua descrição.

As “redes de poder” e as “linhas de força” se estendem pelo mundo. Enquanto a proposta do autor considera os agenciamentos intermediários, ou seja, as redes; os modernos trabalham nos extremos local e global. Os termos “local” e “global” direcionam pontos de vista sobre as redes mais ou menos longas e/ou conectadas. Isso delimita uma região ontológica que nos define, mas não se assemelha às nossas práticas.

Ao comparar o trabalho de tradução dos coletivos, a existência da antropologia simétrica é possibilitada e as questões do relativismo absoluto são dissolvidas. Ao abandonar o mundo moderno, recaímos sobre um processo, um movimento, uma passagem, um passe. Parte-se de uma existência contínua e arriscada, da colocação em presença e da relação entre os seres: “[...] O mundo dos sentidos e o mundo do ser são um único e mesmo mundo, o da tradução, da substituição, da delegação, do passe” (Latour, 2019, p. 162). Os mediadores, delegados e tradutores, assim, dão sentido ao mundo.

Em síntese, Latour (2019) conserva e rejeita premissas tanto dos modernos, quanto dos pré-modernos e ainda dos pós-modernos, mostrando que uma abordagem não descarta a outra, e que o conhecimento é formado pela composição de saberes:

Quadro 4 – O que conservar e rejeitar dos modernos, pré-modernos e pós-modernos

	O que conservar	O que rejeitar
Dos modernos	as redes extensas, o tamanho, a experimentação, os universais relativos, a separação da natureza objetiva e da sociedade livre.	a separação entre natureza e sociedade, a clandestinidade das práticas de mediação, a grande divisão exterior, a denúncia crítica e a universalidade e racionalidade.
Dos pré-modernos	a não-separabilidade das coisas e dos signos, a transcendência sem oposto, a multiplicação dos não-humanos, a temporalidade por intensidade.	a obrigação de ligar sempre a ordem social e natural, o mecanismo de acusação expiatório, o etnocentrismo, o território e a escala.
Dos pós-modernos	o tempo múltiplo, a desconstrução, a reflexividade, a desnaturalização.	a crença no modernismo, a impotência, a desconstrução crítica, a reflexividade irônica e o anacronismo.

Fonte: Adaptado de Latour, 2019.

O autor também compara as constituições moderna e a não-moderna. Enquanto a primeira tem como primeira garantia a *natureza transcendente e imanente*; a segunda tem como primeira garantia a *não-separabilidade da produção comum das naturezas e das sociedades*. Como segunda

garantia, a constituição moderna tem a *imanência e transcendência da sociedade*; enquanto a constituição não-moderna possui o *acompanhamento contínuo da colocação em natureza e da colocação em sociedade*.

Como terceira garantia, tal como o trabalho de purificação e mediação na constituição moderna, a *natureza e a sociedade são distintas*; ao passo que na não-moderna, a terceira garantia é a *redefinição da liberdade como uma capacidade de triagem das combinações de híbridos*, que são independentes do fluxo temporal homogêneo. Por fim, como quarta garantia, *Deus assegura a arbitragem entre os dois ramos do governo*, apesar de estar ausente na constituição moderna; já na não-moderna, *a produção de híbridos é explícita, coletiva e objeto de uma democracia*.

Ao longo do ensaio, o autor demonstra que a representação oficial é eficaz por permitir a exploração dos híbridos na constituição moderna. Mas a nova constituição que se poderia propor modificaria profundamente o fluxo dos quase-objetos. Ele conclui que se não mudarmos a casa comum, não absorveremos as outras culturas e nem a natureza e os outros se tornarão modernos, de modo que “[...] Cabe a nós mudar nossas formas de mudar” (Latour, 2019, p. 182).

5.1.3 Mudando a forma de ver os artefatos: massas perdidas, mediações técnicas e história dos objetos

No capítulo de livro *Where are the missing masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts*, Latour (1992) corrobora a importância dos não-humanos, ao exemplificar como um dia, ao entrar em seu carro, o alarme para colocar o cinto de segurança soou antes que ele pudesse colocá-lo: tal situação o deixou nervoso e lhe deu consciência do quanto estava subjugado ao poder daquele artefato.

Segundo alguns físicos, não há massa suficiente no universo, e eles estão em busca de uma “massa perdida” para balancear as contas. O mesmo ocorre com os sociólogos, visto que eles, a sua vez, buscam links sociais para unir a sociedade ou criar leis morais para nos fazer comportar adequadamente. Mas, ainda assim, algo falta, algo fortemente social e moral. Isso pode ser encontrado no trabalho da sociologia dos artefatos: “[...] Para equilibrar as contas da sociedade,

devemos abandonar nossa atenção exclusiva dos humanos e olhar também para os não-humanos” (Latour, 1992, p. 227, tradução nossa⁷⁴).

Nessa direção, ele desafia algumas suposições dos sociólogos acerca do contexto social das máquinas, explicando que, para compreender a função de um não-humano, basta imaginar o que os humanos teriam de fazer caso eles não estivessem presentes. Imagine o que os humanos teriam de fazer se os não-humanos “portas” não existissem. Como passariam de um lugar a outro? Assim exemplifica Latour: Com as portas, só cabe aos humanos abri-las e fechá-las. Mas se se quisesse substituir o trabalho humano, poder-se-ia utilizar outro artefato, cuja função seria unicamente abrir e fechar a porta. Assim, constata-se que “[...] quando os humanos são deslocados e desqualificados, os não-humanos precisam ser atualizados e requalificados” (Latour, 1992, p. 232, tradução nossa⁷⁵).

Os não-humanos também impõe aos humanos um comportamento, que o autor chama – com base em Madeleine Akrich – prescrição (*prescription*). Tal comportamento é na verdade a dimensão ética e moral dos mecanismos. Desse modo, não-humanos possuem forças, valores, ética e deveres. Um exemplo disso são os acidentes, que deixam claro o que as máquinas disseram e fizeram (Latour, 1992).

Aos não-humanos também são atribuídos humores e sentimentos, uma espécie de projeção dos humanos, associada com o antropomorfismo pelos sociólogos. Os objetos são antropomórficos em três sentidos: foram feitos por humanos, substituem as ações dos humanos e moldam a ação humana. No entanto, Latour (1992) critica essa visão, pois não considera que os sociólogos possuem autoridade para definir a forma (morfismo) dos humanos (antropo).

Os artefatos também organizam a relação entre o que pode ser pré-inscrito nos usuários e o que está inscrito neles. Assim:

[...] podemos chamar sociologismo o que, dada a competência, pré-inscrição e circunscrição de usuários e autores humanos, você pode ler dos roteiros que atores não-humanos têm que interpretar; e tecnologismo a reivindicação simétrica que, dada a competência e pré-inscrição de atores não-humanos, você pode facilmente ler e

⁷⁴ “[...] To balance our accounts of society, we simply have to turn our exclusive attention away from humans and look also at nonhumans” (Latour, 1992, p. 227).

⁷⁵ “[...] when humans are displaced and deskilled, nonhumans have to be upgraded and re-skilled” (Latour, 1992, p. 232).

deduzir do comportamento prescrito para autores e usuários (Latour, 1992, p. 239, tradução nossa⁷⁶).

A razão pela qual os sociólogos não gostam de separar a barreira entre humanos e não-humanos é a confusão que eles fazem com a divisão entre atores figurativos e não-figurativos. No entanto, humanos e não-humanos são atores equivalentes, pois são entidades que fazem coisas. O autor ressalta ainda que em nossa sociedade há dois sistemas de apelação: os não-humanos (ou máquinas) e os super-humanos (ou “deuses”).

Ele salienta que “[...] Estudantes de tecnologia nunca se deparam com pessoas em um lado e as coisas por outro, eles se deparam com programas de ação, partes das quais são dotadas de partes de humanos, enquanto outras seções são confiadas a partes de não-humanos” (Latour, 1992, p. 254, tradução nossa⁷⁷). O objeto de análise passa a ser o objeto *sui generis*, a coisa colecionável, que atravessa os programas e anti-programas, e possui eficiência, socialização e hibridismo. Assim, conclui que as massas perdidas não estão nas supostas tecnologias não-humanas, mas na perspectiva das teorias sociais.

Isso abre margem para Latour (1994) discutir a mediação técnica por meio das lentes da filosofia, da sociologia e da genealogia em *On technical mediation*. Para tanto, ele analisa o mito grego de Dédalo, personagem que projetou o Labirinto para Minotauro, e ensinou a Ariadne como Teseu podia escapar dele. O conhecimento de Dédalo é uma instância da *métis*; e a técnica demonstrada por ele é uma ferramenta para penetrar na evolução da civilização.

Tal como no mito, a filosofia possui um labirinto de maquinários e artefatos. Em oposição a Martin Heidegger⁷⁸, que considera a tecnologia única, onipresente, superior e insuperável; Latour (1994) dá um exemplo para demonstrar como aquele filósofo estava enganado sobre a mediação técnica. O exemplo é o slogan “Armas matam pessoas”, para o qual a *National Rifle Association* (NRA) respondeu com outro slogan: “Pessoas matam pessoas; não armas”.

O primeiro slogan é materialista, pois atribui à arma propriedades tais que podem transformar um cidadão de bem em alguém perigoso. Já a NRA, por outro lado, considera a arma

⁷⁶ “[...] we can call sociology the claim that, given the competence, pre-inscription, and circumscription of human users and authors, you can read out the scripts non-human actors have to play; and technologism the symmetric claim that, given the competence and pre-inscription of nonhuman actors, you can easily read out and deduce the behavior prescribed to authors and users” (Latour, 1992, p. 239).

⁷⁷ “[...] Students of technology are never faced with people on the one hand and things on the other, they are faced with programs of action, sections of which are endowed to parts of humans, while other sections are entrusted to parts of nonhumans” (Latour, 1992, p. 254).

⁷⁸ Ver Heidegger (1977).

apenas um meio neutro que não adiciona nada à ação, que é atribuída somente a quem a utiliza: ou se nasce bom ou mal. São duas narrativas distintas: enquanto na primeira, as técnicas nos dominam; na segunda, nós dominamos as técnicas, que não passam de escravos sujeitos aos nossos interesses.

A partir disso, Latour (1994) propõe 4 sentidos para o termo *mediação*. O primeiro é o *programa de ação*, definido como uma série de passos, intenções e objetivos que um agente pode descrever em uma história, que leva ao significado de *tradução*. Conforme o exemplo, se o agente humano está nervoso e quer vingança, pode causar um desvio com o outro agente (a arma) e machucar um terceiro agente.

Sob a lógica da NRA, nessa direção, a arma não passa de um intermediário. Mas sob a lógica dos materialistas, a arma tem intenções que podem se sobrepor ao do agente que a carrega, e a ação humana é que se torna um intermediário. Mas uma terceira via é a da tradução, onde é criado um novo objetivo que corresponde ao programa de ação de ambos os agentes (humano e não-humano): o agente somente queria machucar, mas de posse da arma, quer matar.

Como Serres, Latour (1994, p. 32, tradução nossa⁷⁹) usa a tradução para referir-se ao “[...] deslocamento, direção, invenção, mediação, a criação de um link que não existia antes e que, até certo ponto, modifica dois elementos ou agentes”. No exemplo, o ator não é nem o humano nem a arma, mas é *outra pessoa*, um *cidadão-arma*, uma *arma-cidadã*. Isso porque você é uma pessoa diferente com a arma; com ela na mão, e uma série de associações que ocorrem quando você a dispara, você é modificado por ela, o que torna a tradução simétrica. Do mesmo modo que você é diferente com a arma, ela é diferente na sua mão: deixa de ser uma arma-na-gaveta, uma arma-no-bolso, e passa a ser uma arma-na-sua-mão, direcionada a alguém.

Essa outra pessoa é um ator *híbrido*, composto pela arma e pelo cidadão-arma. Ou seja, agentes podem ser humanos e não-humanos, e cada um possui objetivos ou funções; mas no caso dos não-humanos, um termo melhor, emprestado da semiótica, é *actante*. No exemplo, o cidadão-arma poderia ser um coletivo, uma classe de trabalhadores que trabalha com elas, uma instituição, rede comercial ou associação que defende sua posse etc. (Latour, 1994).

Um único actante, nesse sentido, tem diversas formas “actantes”, da mesma maneira que um ator pode ter diversos papéis “atoriais”. Por isso, as associações entre humanos e não-humanos podem ser descritas em termos de programas de ação, termo útil para compreender a atribuição de

⁷⁹ “[...] displacement, drift, invention, mediation, the creation of a link that did not exist before and that to some degree modifies two elements or agents” (Latour, 1994, p. 32).

objetivos ou funções que ainda não foram estabelecidos entre humanos e não-humanos, de acordo com o autor.

Tais exemplos de ator-actante nos forçam a abandonar a dicotomia entre sujeitos e objetos, pois as responsabilidades sobre a ação são simetricamente distribuídas entre os vários actantes. Assim, “[...] o motor principal de uma ação torna-se uma série nova, distribuída e aninhada de práticas cujas somas podem ser feitas, mas apenas se respeitarmos o papel mediador de todos os actantes mobilizados na lista” (Latour, 1994, p. 34, tradução nossa⁸⁰).

A atribuição do papel principal a um ator não enfraquece a necessidade de *composição* de outras forças para explicar a ação, que não é necessariamente uma propriedade de humanos, mas sim a associação de actantes; sendo este o segundo sentido de mediação técnica proposto pelo autor. A simetria, nesse contexto, é definida como *aquilo que é conservado através da transformação*.

Mensurar o papel de mediação das técnicas é difícil porque a ação é objeto de “caixa preta”, um processo que torna opaca a produção conjunta de atores e artefatos. Latour (1994) exemplifica com um projetor, um intermediário mudo determinado por sua função numa sequência de ações. Porém, se ele quebra, uma crise se inicia, e nos damos conta de que ele é formado por diversas partes, cada uma com sua função, objetivo e sua própria “caixa preta”.

Um grupo pode se amontoar ao redor desse artefato com defeito/quase-objeto/quase-sujeito para tentar entender cada passo nessa sequência de ações: “[...] Assim, o projetor vale por um, por nada, por cem partes, por vários humanos, por nenhum humano – e cada parte em si pode contar por um, por zero, por muitos, por um objeto, por um grupo” (Latour, 1994, p. 36, tradução nossa⁸¹).

Com base nisso, ele propõe uma filosofia que leve em consideração 7 passos: 1) desinteresse; 2) interesse (interrupção, desvio, recrutamento); 3) composição de um novo objetivo; 4) ponto de passagem obrigatório; 5) alinhamento; 6) caixa preta; e 7) convergência. Esses passos constituem o terceiro significado de mediação, ou *caixa preta reversível*. Assim, Latour (1994) chama atenção para a importância de considerar todas as caixas pretas de um ambiente, e todas as partes que estão dentro dela; se qualquer uma dessas partes quebrar, indaga quantos humanos imediatamente seriam materializados. Apesar disso, alguns filósofos ainda acreditam que existem tais coisas como objetos, conforme ele ironiza.

⁸⁰ “[...] the primer mover of an action becomes a [...], distributed, and nested series of practices whose sum might be made but only if we respect the mediating role of all the actants mobilized in the list” (Latour, 1994, p. 34).

⁸¹ “[...] Thus, the projector counts for one, for nothing, for one hundred parts, for so many humans, for no human – and each part itself may count for one, for zero, for many, for an object, for a group” (Latour, 1994, p. 36).

Para tratar sobre o quarto e mais importante significado de mediação, Latour (1994) destaca que até então utilizou os termos *história* e *programa de ação*, *objetivo* e *função*, *tradução* e *interesse*, *humano* e *não-humano*. Mas longe de serem entendidas como habitantes passivas do mundo do discurso, as técnicas modificam a expressão da matéria e produzem significado através de um tipo especial de articulação que transpassa os limites comuns entre coisas e signos.

Outro exemplo é dado pelo autor. Dessa vez, ele trata sobre quebra-molas no campus universitário instalados para forçar a diminuição de velocidade dos motoristas. O objetivo do motorista é traduzido de “diminua a velocidade para não pôr em perigo os estudantes” para “diminua a velocidade para proteger a suspensão do carro”, através dos quebra-molas. Para Latour (1994), é mais provável que as pessoas respondam mais ao segundo enunciado do que ao primeiro; para outros, não importa qual enunciado motiva as pessoas, mas se os carros estão diminuindo a velocidade.

Os quebra-molas representam um outro nível de desvio, feito de concreto, para além de signos e advertências, como placas e avisos. Nesse contexto, a noção de desvio, de tradução, modifica tanto os objetivos e funções quanto a expressão da matéria. Ao invés de “inscrito”, o programa de ação está “materializado”, “objetificado”. Assim, o quarto significado de mediação é *delegação*, quando entramos num mundo de brutas relações materiais (Latour, 1994).

Compreender as noções de desvio, tradução, delegação, inscrição e deslocamento, requer o entendimento de *virada* conforme os semióticos a colocam. Retomando o último exemplo, se nos imaginarmos no lugar dos engenheiros que tomaram a decisão de colocar quebra-molas no campus, somos transportados a outro espaço, tempo e ator. A isso Latour (1994) denomina *identificação* – quando o enunciador e o enunciado contribuem para a *virada*, a delegação de nós mesmos a outros *quadros de referência*.

Numa dimensão imaginativa, assim, podemos ocupar vários quadros de referência, o que não quer dizer que somos nós e alguém mais, mas sim que uma ação já ocorrida ainda está ativa hoje, como se vivêssemos no meio de delegados técnicos. Retornando ao último exemplo, não são os atores humanos ou o quebra-molas o interesse de Latour (1994), mas sim o ponto cego onde propriedades materiais e sociais são intercambiadas, ou a zona onde policiais se tornam quebra-molas, e vice-versa.

Nessa linha de raciocínio, destaca que Heidegger não vê mediação, apenas intermediários, sendo que os humanos são senão instrumentos para os objetivos da tecnologia. Por outro lado, a

visão de Latour (1994) é a de que o humanismo precisa ser recolocado no âmbito da filosofia da tecnologia, numa posição que define entre o anti-humanismo e o “humanismo”. Para tanto, precisamos ignorar as formas de humanos e não-humanos, e reconhecer o papel mediador das técnicas. Essa posição intermediária, portanto, é a da simetria, onde as propriedades dos actantes são intercambiadas, conforme posto.

Passando sua reflexão ao campo da sociologia, Latour (1994) inicia exemplificando com o filme de 2001 *Space Odyssey*, do cineasta Stanley Kubrick; por trazer um mito moderno tão poderoso quanto o de Dédalo. No filme, uma grande caixa preta conecta o passado e o futuro, e há um confronto entre homens e máquinas no tempo e no espaço. Na trama, não há indicação das propriedades da enigmática caixa, apesar do efeito que ela provoca. Em certo momento, um macaco se apropria de um osso e o lança ao céu, sintetizando milhares de anos de evolução em um único corte, das ferramentas à alta tecnologia.

Latour (1994) indaga, a partir disso, o que é uma sociologia dos objetos e como eles entraram nos coletivos humanos. Mais do que um artefato ou um pedaço de tecnologia, o autor usa o adjetivo *técnico*, que possui diversos significados. Primeiramente, o adjetivo designa um subprograma num curso de ação. Em segundo lugar, designa os papéis subordinados de pessoas, objetos e habilidades, ou seja, uma hierarquia. Em terceiro lugar, designa um puxão, um nó no funcionamento dos subprogramas, um desvio que pode ameaçar o objetivo do curso de ação.

O quarto significado carrega a mesma incerteza sobre o que é o fim e o que é o meio, designando ora uma posição inferior, ora uma posição indispensável; e de certo modo, incerteza, capricho e mistério. Além disso, o objetivo também designa um tipo específico de delegação, movimento, virada que atravessa entidades que possuem propriedades, tempos e ontologias distintas, mas que partilham o mesmo destino: criar um novo actante, de acordo com o autor.

Já como substantivo, a técnica designa um *modus operandi*, um *saber como*, antecipando algum resultado. A habilidade técnica, assim, só pode ser observada na sua dispersão entre diversos tipos de actantes. Enfatizando a visão marxista, o autor destaca que quando falamos de algo técnico, “[...] nós falamos sobre deslocamento, conflitos, substituição, desqualificação e requalificação; nunca sobre uma mera ‘coisa’. Habilidade técnica não é unicamente possuída por humanos e relutantemente concedida a não-humanos” (Latour, 1994, p. 45, tradução nossa⁸²).

⁸² “[...] we talk about displacement, conflicts, replacement, unskilling, deskilling, and reskilling; never about a mere ‘thing’. Technical skill is not uniquely possessed by humans and reluctantly granted to nonhumans” (Latour, 1994, p. 45).

Dessa forma, a habilidade emerge numa zona de transação mediante a qual as propriedades e as técnicas circulam ou são redistribuídas entre humanos e não-humanos, os habilitando ou não a agir. Ao nos defrontarmos com um objeto, devemos ter em mente que ele materializa um longo processo de proliferação de mediadores, com diversos subprogramas, associado com uma instituição. E o que for real para o objeto, é real para o sujeito, tornando a relação simétrica (Latour, 1994).

Ação e intencionalidade com propósitos são propriedades de instituições, ou seja, *dispositifs*; pois somente corpos institucionais podem absorver a proliferação de mediadores, e desse modo, regular e redistribuir habilidades:

[...] Objetos reais são Sempre partes de instituições, tremendo em seu status confuso de mediadores, mobilizando terras e pessoas distantes, prontos para se tornar coisas ou pessoas, sem saber se são compostos por um ou vários, por uma caixa preta que conta para um ou para um labirinto escondendo multidões (Latour, 1994, p. 46, tradução nossa⁸³).

No paradigma emergente, o *coletivo* – entendido como um intercâmbio de propriedades humanas e não-humanas num corpo institucional – é substituído por *sociedade*. Assim, tal paradigma se interessa pelos movimentos através dos quais cada coletivo estende seu tecido social a outras entidades. Primeiro, há a *tradução (translation)*, onde características da ordem social são inscritas em outra matéria; em seguida, há a troca de propriedades entre não-humanos, o *cruzamento (crossover)*; depois, o não-humano é manipulado ou induzido ao coletivo, no *recrutamento (enrollment)*; novos híbridos, em seguida, são criados através da *mobilização (mobilization)* de não-humanos no coletivo; e por fim, o coletivo toma uma nova direção após a alteração, na *mudança (displacement)* (Latour, 1994).

Então, um coletivo mais avançado passa por esse processo mais vezes, envolvendo mais elementos, formando objetos e sujeitos simultaneamente. Para somente um humano, há o recrutamento de diversas pessoas, instituições, objetos. Nessa seara, o adjetivo *moderno* descreve a intimidade profunda entre a ciência e a tecnologia, como realça o autor.

De exemplo, ele cita o *Aramis*, um projeto experimental de um metrô automatizado no sul de Paris que não tinha condutor. Antes de virar um objeto ou uma instituição, a tecnologia era um *projeto*, um esboço, que foi discutido por 2 anos por diversas pessoas, tornando-se um corpo

⁸³ “[...] Real objects are Always parts of institutions, trembling in their mixed status as mediators, mobilizing faraway lands and people, ready to become people or things, not knowing if they are composed of one or of many, of a black box counting for one or of a labyrinth concealing multitudes” (Latour, 1994, p. 46).

institucional por si mesmo, incluindo passageiros, controladores, engenheiros, uma pluralidade de não-humanos, enfim, uma caixa preta. De ideia para projeto, projeto para experimento, até chegar no sistema de transporte, cada vez mais humanos e não-humanos eram requeridos.

No âmbito da genealogia, Latour (1994) parte dos estudos dos babuínos do Quênia de Shirley Strum; pois os babuínos oferecem uma referência para registrar o que significa a tecnologia, já que sua organização política e social é complexa, apesar de não usarem ferramentas e artefatos. O que os coletivos humanos possuem e eles não é a mediação técnica, que pode ser sumarizada na ação técnica, uma forma de delegação que nos permite mobilizar outros actantes durante as interações.

A visão da técnica, assim, permite observar a socialização de não-humanos, que se mesclam com os humanos de maneira tal que ambos não podem ser distinguidos. As técnicas, então, são meios e fins, são o lugar onde se constrói o tecido social: “[...] Humanos, por milhares de anos, estenderam suas relações sociais para outros actantes com os quais, com quem, trocaram várias propriedades, e com os quais, com quem, formam *coletivos*” (Latour, 1994, p. 53, tradução nossa⁸⁴).

Sendo assim, o Princípio da simetria está implícito em toda atividade que se dá entre humanos e não-humanos, ou, no mínimo, problematiza a superioridade dos humanos. A responsabilidade pela ação deve ser compartilhada, do mesmo modo que as humanidades devem ser (re)descritas como mediadoras.

Para abordar o significado de *sociotécnico*, Latour (1994) destaca 11 camadas de significado para tratar das associações genealógicas. Em ordem decrescente, são elas:

Quadro 5 – Camadas de significado das associações genealógicas (ordem decrescente)

N.	Camada	Significado
11	Ecologia política	a representação de não-humanos é necessária, e as tecnologias nos mostram o quão vastos são os não-humanos. Os híbridos são não-humanos que adquirem propriedades de cidadania. Com base em Serres ⁸⁵ , Latour chama atenção para a necessidade de definir uma política das coisas;
10	Tecnologias	mais do que entidades materiais, os não-humanos são organizações complexas e sociáveis;
9	Redes de poder	as redes de poder são mobilizadas por uma quantidade massiva de propriedades materiais, e são híbridas;
8	Indústria	a matéria possui uma genealogia complexa. Os não-humanos possuem uma vida social e autonomia. A “megamáquina” é estendida aos não-humanos;

⁸⁴ “[...] Humans, for millions of years, have extended their social relations to other actants with which, with whom, they have swapped many properties, and with which, with whom, they form *collectives*” (Latour, 1994, p. 53).

⁸⁵ Ver Serres (1990).

7	A megamáquina	a massa de não-humanos possui uma ecologia interna, e na construção de um império. O que é aprendido dos não-humanos em sua superestrutura é reimportado nos humanos;
6	Ecologia internalizada	trata-se da intensa socialização, reconfiguração, reeducação de não-humanos, animais e plantas;
5	Sociedade	construída nas interações cotidianas, ao contrário da lógica durkheimiana;
4	Técnicas	extrai, recombina e socializa ferramentas e não-humanos, que se tornam sociotécnicos;
3	Complicação social	termo cunhado por Latour e Strum ⁸⁶ para designar interações complexas que ocorrem em negociações sociais estabilizadas por não-humanos. É possível, assim, seguir as interações das caixas pretas e recombinar subprogramas uns nos outros;
2	O kit básico de ferramentas	as ferramentas são extensões das habilidades sociais conferidas a não-humanos. O kit básico de ferramentas permite analisar a história sociotécnica;
1	Complexidade social	o que é aprendido dos não-humanos é reimportado no domínio social, e o que é ensaiado no domínio social, a sua vez, é exportado de volta aos não-humanos, que possuem sua própria história; esse é o significado da palavra <i>sociotécnico</i> : “[...] nós somos animais sociotécnicos, e cada interação humana é sociotécnica. Nós nunca estamos limitados a laços sociais” (Latour, 1994, p. 64, tradução nossa ⁸⁷).

Fonte: adaptado de Latour, 1994.

Com isso, ele espera ter nos convencido a considerar que artefatos e coisas merecem muito mais, e destaca que eles não medeiam nossas ações: “[...] Não, eles são nós” (Latour, 1994, p. 64, tradução nossa⁸⁸). Essa fala de Latour dialoga muito com a concepção de livro trabalhada na seção anterior: como artefatos, objetos semióforos, os livros também são nós, como podemos ver nas figuras dos “homens-semióforos”, “homens-coisas”, “homem-livro”⁸⁹.

Nessa direção, artefatos e coisas também têm seu lugar na história, conforme discutido em *Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico*. Nesse texto, Latour (1995) busca compreender como a metafísica de Alfred Whitehead⁹⁰ lança a questão candente da historicidade das coisas na história social das ciências; partindo do exemplo da descoberta-invenção-construção do fermento do ácido láctico por Louis Pasteur, em 1857.

Whitehead, a seu modo, estabelece uma crítica ao substancialismo, partilhada por muitos historiadores da ciência. Uma crítica ao substancialismo seria, no contexto de uma descoberta, não conferir nenhum papel aos seres não-humanos, ou seja, construir a narrativa somente com as

⁸⁶ Ver Strum e Latour (1987).

⁸⁷ “[...] we are sociotechnical animals, and each human interaction is sociotechnical. We are never limited to social ties” (Latour, 1994, p. 64).

⁸⁸ “[...] No, they are us” (Latour, 1994, p. 64).

⁸⁹ No seu conceito de semióforo, Pomian realça que os humanos podem ascender à categoria de semióforos. Aqueles tidos como representantes do invisível, como profetas, por exemplo, atuam tal como os objetos ao comunicarem mundo visível e invisível; sendo assim, são “homens-semióforos”. Já aqueles que desempenham funções de utilidade na sociedade, são tidos como “homens-coisas” (Pomian, 1982). Igualmente, as metáforas “obra literária” e “livro” encontram na figura do “homem-livro” do romance distópico de ficção científica *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, representação de um corpo que é lido.

⁹⁰ Ver Whitehead (1929).

práticas, instrumentos, lugares, autoridades, instituições etc. Com isso, as pequenas determinações acrescentadas umas às outras contariam sobre as descobertas tanto quanto a sua substância. Nessa direção, Whitehead trata de um realismo histórico radical, um realismo sem substância (Latour, 1995).

Sobre o exemplo, ele explica que em 1858 Pasteur relata a descoberta do fermento do ácido láctico, logo após ter posto em evidência o fermento do levedo de cerveja. Apesar de ter sido descoberto por Pasteur, na verdade, o fermento do ácido láctico sempre existiu, então, é necessário construir o relato histórico atribuindo historicidade aos elementos.

Parece impossível na história das ciências partilhar o acontecimento entre Pasteur e o ácido láctico, mas o Princípio de simetria generalizada exige tal partilha. O fermento “chega” a Pasteur, o transformando em um gênio da química, do mesmo modo que Pasteur “chega ao” fermento, transformando-o também. Na trajetória do fermento láctico, o jovem Pasteur é um episódio no destino, de acordo com Latour (1995).

Pasteur é, assim, um acontecimento que se dá com o ácido láctico. O ácido se apresenta, nesse contexto, como um conjunto de verbos/ações que remetem a gestos de laboratório. Portanto, para o autor, Pasteur é um corpo múltiplo fazendo advir no laboratório essa sequência regular de ações, que, partindo do ácido, dão existência ao fermento.

Em outras palavras, no laboratório, o corpo hábil de Pasteur conduz ao estabelecimento durável de uma fermentação láctica, mediante gestos (como filtrar, acrescentar etc.), ingredientes (levedo de cerveja, cálcio etc.), aparelhos (recipientes, tubos etc.), instrumentos de medida (termômetros, termostatos etc.) e truques do ofício. Assim, a fermentação se torna visível, pura, datada, localizada. A história de Pasteur e seu fermento, do fermento e seu Pasteur se fez a partir de acontecimentos relacionados (Latour, 1995).

Enquanto Pasteur passa de uma epistemologia à outra, o fermento passa de acontecimento à substância. Essa compreensão é possível a partir de Whitehead, para quem a contradição é apenas aparente. Sendo assim, o fermento muda sua história com Pasteur, e está em paridade com ele e seu laboratório. A historicidade não pode ser definida como um simples rearranjo de fatores, mas aceitando que os acontecimentos ocorrem, em parte, sem causa. A ocorrência do fermento, por exemplo, não é de todo causa, consequência, meio ou fim, consoante com o autor, que frisa a importância de falar sobre a historicidade das coisas, partindo do Princípio de simetria generalizada.

Como têm sido salutar até aqui, a noção de pessoa também se estende às coisas, que possuem um papel na fábrica do mundo: “[...] A natureza partilha com a sociedade a mesma historicidade, sem que, no entanto, o conjunto reunificado se torne imanente ou transcendente, impessoal ou pessoal. [...]. A história das ciências transforma-se, em definitivo, no existencialismo estendido às próprias coisas” (Latour, 1995, p. 22).

Os exemplos de Latour demonstram a relevância em se considerar os humanos e não-humanos simetricamente, sob uma perspectiva que não estava sendo considerada na história das ciências. Essa “massa perdida” que tanto buscam os físicos e os sociólogos pode ser encontrada na sociologia e historicidade dos artefatos, que formam híbridos conosco a um ponto tal que nos tornamos humanos-não-humanos ao mesmo tempo.

As transformações ocorridas nos processos de tradução revelam a complexa caixa-preta presente no social, composta de inúmeras partes, com programas de ação, interesses e interessamentos. Com base no Princípio da simetria generalizada, é possível realizar uma virada e de fato empreender nós mesmos a tarefa de mudar as nossas formas de mudar, identificando desvios, delegações, instruções, deslocamentos, quadros de referências etc. do objeto sociotécnico.

5.1.4 TAR: debates terminológicos

Nesse ponto, Latour já forneceu diversos elementos da TAR: humanos, não-humanos, traduções, desvios, transformações, composições, redes, associações, quadros de referências... Longe de ser um interesse somente seu, outros autores, como Callon, Akrich, Law, dentre outros; também se debruçavam sobre o tema que ganhava a atenção do campo da sociologia e dos críticos.

Na metade da década de 1990, Latour (1996) sente a necessidade de esclarecer algumas questões relativas à TAR, em *On actor-network theory: A few clarifications*. Em primeiro lugar, ele destaca alguns mal-entendidos no uso da palavra “rede”: o significado *técnico* de “rede” no sentido usado pelos engenheiros, mas que pode ser somente um dos sentidos possíveis tratados pela TAR, que no seu termo “ator-rede” pode não possuir características da rede no sentido técnico, pode ser ou não local, ter ou não padrões ou nódulos estrategicamente posicionados.

Um outro mal-entendido, segundo o autor, é que a TAR tem muito pouco a ver com os estudos de redes sociais, que se preocupam com as relações *sociais* de atores *humanos individuais*. A sua maneira, a TAR objetiva descrever a essência das sociedades, sem se limitar aos atores

humanos individuais, mas estendendo a palavra ator aos não-humanos, entidades não-individuais, em suma, actantes. Busca, assim, agregar redes sociais à teoria social, e, consoante com Annemarie Mol e Law⁹¹, é tanto uma ontologia ou uma metafísica quanto uma sociologia.

O uso da palavra rede (*réseau*), assim, vem do filósofo Denis Diderot e sua descrição de matéria e corpos, sem recorrer à divisão cartesiana entre matéria e espírito, conforme Wilda Anderson⁹². A TAR descreve essências ou rizomas, assim como na lógica de Deleuze e Guattari (1987), indicando uma série de transformações, traduções e transduções que não poderiam ser representados por nenhum termo da teoria social. Ao invés de pensar em termos de superfícies ou esferas, pensa-se em termos de nódulos que podem ter várias dimensões e conexões. Assim, a única maneira de reinserir as coisas no tecido social é mediante uma ontologia do tipo rede na teoria social (Latour, 1996; 1999).

A força da TAR, dessa forma, reside na disseminação, heterogeneidade e entrelaçamento de laços fracos, algo que dialoga com a análise de micropoderes de Foucault e a recente sociologia da tecnologia. Não importa o quão forte seja um laço, ele está ligado a um ou vários laços mais fracos. No que toca uma base filosófica, a TAR faz um movimento reverso: ao invés de partir de concepções universais de natural ou social, parte de localidades desconectadas para entender as relações.

Para a TAR, “[...] literalmente não existe nada além de redes [...]” (Latour, 1996, p. 370, tradução nossa⁹³). As mais simples propriedades das redes e a adição de um *ator* que faz algum *trabalho*, adiciona à TAR um ingrediente ontológico modificante. Como propriedades comuns de todas as redes, o autor cita:

- a) Longe/perto: as redes permitem abandonar a ideia de distância ou proximidade, pois, nelas, os elementos podem estar perto ou remotos, só depende do nível de conexão ou desconexão: “[...] não existe proximidade ou distância que não seja definida pela conectividade” (Latour, 1996, p. 371, tradução nossa⁹⁴), ou seja, não há espaço “real”, mas associações;
- b) Escala pequena/escala grande: com as redes, é possível também nos afastarmos da distinção entre micro e macro que atormenta a teoria social, pois uma rede nunca é *maior* que outra,

⁹¹ Ver Mol e Law (1994).

⁹² Ver Anderson (1990).

⁹³ “[...] Literally there is nothing but networks [...]” (Latour, 1996, p. 370).

⁹⁴ “[...] there is no such a thing as a proximity or a distance which would not be defined by connectivity” (Latour, 1996, p. 371).

e sim *mais longa* ou *mais intensamente* conectada. Não é possível ir da base ao topo como se convencionou, pois os elementos podem ser escalados conforme sua característica diferenciada, algo que viabiliza analisar um elemento do nível individual ao coletivo, e vice-versa: “[...] A escala, isto é, o tipo, número e topografia de conexões, é deixada aos próprios atores” (Latour, 1996, p. 371, tradução nossa⁹⁵). A noção de rede, então, é entendida como uma entidade global conectada que, ao mesmo tempo, permanece local;

- c) Dentro/fora: não há fora nas redes, então não somos obrigados a preencher o espaço ou sombras entre as conexões.

Sendo assim, *a noção de rede para a TAR pressupõe associações e conexões*. Um ator-rede, é, nessa direção, uma definição ontológica para um tipo de entidade que *faz* o rastreamento e a inscrição. Na definição social convencional, o ator geralmente é um indivíduo humano – geralmente do sexo masculino – que, no intuito de possuir poder, se alia em redes com aliados (Latour, 1996).

Já para a TAR, o “ator” é uma definição semiótica, um actante, “[...] ou seja, é algo que age ou cuja atividade é concedida por outros. *Não* implica nenhuma motivação especial de atores *humanos individuais*, nem de humanos em geral. Um actante pode ser literalmente qualquer coisa, desde que seja a fonte de uma ação” (Latour, 1996, p. 373, tradução nossa⁹⁶).

Na agenda da TAR, está em questão a atribuição de características humanas, desumanas e não-humanas; as conexões estabelecidas entre elas; a distribuição de propriedades entre as entidades; a circulação e a transformação implicada pelas atribuições, distribuições e conexões; entre outros aspectos, conforme o autor.

A TAR foi desenvolvida com base na definição semiótica de construção da entidade; numa estrutura metodológica que registra a heterogeneidade de tal construção; e na reivindicação ontológica do caráter “em rede” dos actantes (Latour, 1996).

Da semiótica, “virada linguística” ou “virada semiótica”; mantém-se a produção de significado, discurso ou texto estendido às coisas, que se tornaram mediadores e não mais meros

⁹⁵ “[...] The scale, that is, the type, number and topography of connections, is left to the actors themselves” (Latour, 1996, p. 371).

⁹⁶ “[...] that is something that acts or to which activity is granted by others. It implies *no* special motivation of *human individual* actors, nor of humans in general. An actant can literally be anything provided it is granted to be source of an action” (Latour, 1994, p. 373).

intermediários. Portanto, a semiótica ofereceu uma caixa de ferramentas para estudar a produção de significados ou entidades. Cada entidade, relação, ação é entendida como uma “escolha” ou “seleção” de uma fina ramificação que vai dos actantes aos atores. Os atores, nesse sentido, são concebidos como fluxos, objetos circulantes cuja estabilidade e continuidade é obtida mediante ações com outros atores, frisa o autor.

No âmbito metodológico, a TAR é entendida como um *método de descrição da implantação de associações e o caminho de qualquer narração*. O registro – e não a forma do que é registrado – é o mais importante: “Ao invés de prever constantemente como um ator deveria se comportar e que associações são permitidas *a priori*, a TAR não faz nenhuma suposição, e de maneira a permanecer não comprometida, necessita estabelecer seus instrumentos insistindo na flexibilidade e absoluta liberdade” (Latour, 1996, p. 374, tradução nossa⁹⁷).

Já no que se refere à reivindicação ontológica do caráter “em rede” dos actantes, o autor defende uma semiótica das coisas para, finalmente, elevá-las ao status ontológico, de modo a se resgatar o que se perde quando recorremos à distinção entre representação e coisas.

Estender a semiótica às coisas e construir um referencial metodológico de descrição demonstra que atores-redes se conectam e fornecem uma explicação sobre si próprios. Uma explicação é senão as conexões entre elementos não relacionados mostrando como um elemento envolve tantos outros. Cada rede tem seu próprio quadro de referência e sua própria definição de crescimento e explicação (Latour, 1996).

Com essas propriedades topológicas básicas das redes e as características ontológicas dos atores, ele realça que a TAR é uma atividade de rastreamento da rede: “[...] Uma rede não é uma coisa, mas o movimento registrado de uma coisa” (Latour, 1996, p. 378, tradução nossa⁹⁸). Há uma continuidade e multiplicidade de circulação de objetos ou *quase-objetos*: “[...] Como regra, um quase-objeto deveria ser pensado como um actante em movimento que transforma aqueles que fazem o movimento, porque transforma o objeto em movimento” (Latour, 1996, p. 379, tradução nossa⁹⁹).

⁹⁷ “[...] Instead of constantly predicting how an actor should behave and which associations are allowed a priori, ANT makes no assumption at all, and in order to remain uncommitted it needs to set its instrument by insisting on infinite pliability and absolute freedom” (Latour, 1996, p. 374).

⁹⁸ “[...] A network is not a thing, but the recorded movement of a thing” (Latour, 1996, p. 378).

⁹⁹ “[...] As a rule, a quasi-object should be thought of as a moving actant that transforms those who do the moving, because they transform the moving object” (Latour, 1996, p. 379).

Em *On recalling ANT*, Latour (1999) retoma a questão da terminologia pelo fato de que a palavra “ator” na sua forma hifenizada com “rede” estava sendo alvo de críticas por preconizar a “morte do homem”, como se ocupasse uma posição no debate sobre agência/estrutura ou mesmo ultrapassasse essa contradição, o que não é verdade. Ele propõe abandonar essas palavras, num primeiro momento, e prestar atenção nas operações de *enquadramento* (*framing*) – conforme trabalha Callon¹⁰⁰ – e *sumarização* (*summing up*).

Não é verdade que os cientistas sociais têm alternado entre ator e sistema, agência e estrutura; mas eles têm dedicado muito trabalho às noções de sociedade, valores, normas, cultura, estrutura, contexto social e outros termos para designar as macro-interações. No entanto, fazendo o movimento reverso – do macro ao micro – eles notaram que as situações locais são tão complexas quanto as globais, segundo o autor.

Daí a relevância da TAR, pois ao invés de se debruçar sobre o fenômeno da ordem social, considera que o social é uma entidade *circulante*. Sendo assim, rejeita as oposições micro e macro, individual e estrutura, e se concentra no movimento e suas características, como posto. O polo ator-rede “[...] refere-se a algo completamente diferente que é a *sumarização* de interações através de vários tipos de dispositivos, inscrições, formas e fórmulas, em um *locus* extremamente local, prático e pequeno” (Latour, 1999, p. 17, tradução nossa¹⁰¹).

A ação de actuar (*actantiality*) não tem a ver com o que um ator faz, mas ao que fornece ações, subjetividades, intencionalidades e moralidade aos actantes. Com isso, Latour argumenta que a nova posição do ator é de “interobjetividade”

[...] O ‘ator’ não está aqui para desempenhar o papel de agência e a ‘rede’ para desempenhar o papel de sociedade. Ator e rede – se ainda quisermos utilizar estes termos – designam duas faces do mesmo fenômeno, como ondas e partículas, a lenta percepção de que o social é um certo tipo de circulação que pode viajar infinitamente *sem* nunca encontrar o nível micro – nunca há uma interação que não é enquadrada – ou o nível macro – nunca há somente sumarização local que produz ou totalidades locais (‘oligoptica’) ou localidades totais (agências) (Latour, 1999, p. 19, tradução nossa¹⁰²).

¹⁰⁰ Ver Callon (1999).

¹⁰¹ “[...] it refers to something entirely different which is the *summing up* of interactions through various kinds of devices, inscriptions, forms and formulae, into a very local, very practical, very tiny *locus*” (Latour, 1999, p. 17).

¹⁰² “[...] ‘Actor’ is not here to play the role of agency and ‘network’ to play the role of society. Actor and network – if we want to still use those terms – designates two faces of the same phenomenon, like waves and particles, the slow realization that the social is a certain type of circulation that can travel endlessly *without* ever encountering either the micro-level – there is never an interaction that is not framed – or the macro-level – there are only local summing up which produce either local totalities (‘oligoptica’) or total localities (agencies)” (Latour, 1999, p. 19).

Portanto, “natureza”, “sociedade”, “subjetividade” definem o que circula localmente e a que se subscreve, e não do que o mundo é feito. *Entre* as redes há espaços vazios, uma *terra incógnita* que demonstra a extensão da nossa ignorância e o quanto há possibilidade de mudança.

Já em relação à palavra “teoria”, Latour (1999) recorda que a TAR deveria se chamar “ontologia actante-rizoma”, como disse Mike Lynch. Mas ninguém se importaria com esse nome e com o acrônimo “ARO”, em sua opinião. A TAR nunca foi uma teoria acerca do que é feito o social, ao contrário da leitura de muitos sociólogos. Pelo contrário, a TAR

[...] foi simplesmente outra forma de ser fiel aos *insights* da etnometodologia: os atores sabem o que fazem e temos que aprender com eles não apenas o que fazem, mas como e por que o fazem. Somos *nós*, os cientistas sociais, que carecemos de conhecimento do que fazem, e não *eles* que carecem da explicação de por que são involuntariamente manipulados por forças exteriores a eles mesmos e conhecidas pelo poderoso olhar e métodos do cientista social (Latour, 1999, p. 19, tradução nossa¹⁰³).

Sendo assim, a TAR é uma maneira de aprender com os atores sem impor nenhuma definição *a priori*. Seus termos (associação, tradução, ponto de passagem obrigatória etc.) são uma forma de evitar substituir os termos, a sociologia e a ontologia dos próprios atores – actantes, de fato –, que podem implantar as suas próprias categorias e definir o mundo nos seus próprios termos.

Assim como a etnometodologia, a TAR é uma maneira de acessar os locais, é “[...] um método e não uma teoria”, uma maneira de viajar de um ponto a outro, um campo a outro, e não diz como as coisas devem ser, mas como ir sistematicamente registrando a habilidade dos actantes de construir o mundo:

[...] Nesse sentido, as potencialidades da TAR ainda são amplamente inexploradas, especialmente as implicações políticas de uma teoria social que não pretende explicar o comportamento e as razões dos atores, mas apenas encontrar os procedimentos que os tornam capazes de negociar seus caminhos por meio de uma atividade de construção do mundo do outro (Latour, 1999, p. 21, tradução nossa¹⁰⁴).

Por fim, com relação ao hífen que distingue “ator” e “rede”, Latour (1999) destaca que a TAR é uma teoria do espaço ou fluidos que circulam em uma situação do tipo não-moderna, e uma

¹⁰³ “[...] was simply another way of being faithful to the *insights* of ethnomethodology: actors know what they do and we have to learn from them not only what they do, but how and why they do it. It is *us*, the social scientists, who lack knowledge of what they do, and not *they* who are missing the explanation of why they are unwittingly manipulated by forces exterior to themselves and known to the social scientist's powerful gaze and methods” (Latour, 1999, p. 19).

¹⁰⁴ “[...] In that sense, the potentialities of ANT are still largely untapped, especially the political implications of a social theory that would not claim to explain the actors' behavior and reasons, but only to find the procedures which render actors able to negotiate their ways through one another's world-building activity” (Latour, 1999, p. 21).

maneira de desenvolver estudos da ciência que ignoram a questão da “construção do social” e o “debate realista/relativista” dos modernos.

5.1.5 Agenciando o social

A TAR é uma maneira de identificar os *agenciamentos* que constroem o social, de modo que se torna necessário aclarar o que se entende por agenciamento. Conforme González de Gómez (2012), os termos em inglês “*reassembling*” e “*assemblage*” – com tradução “reagregar” em português – são equivalentes ao francês “*agenciamet*”, conceito trabalhado na teoria deleuziana.

Assim, o *agenciamet*, para Deleuze e Guattari (1987), aponta para uma “multiplicidade” de conexões entre corpos que atua num fluxo semiótico, material e social dentro de um *rizoma*, a estrutura na qual existe e exerce poderes, capacidades e intensidades. O rizoma pode ser pensado como uma árvore (raiz) de cujo centro partem inúmeras ramificações de conexões sem ordem hierárquica ou de filiação, segundo Tiago Salgado.

Dessa forma, nas formulações de Latour, os agenciamentos sociotécnicos produzem atores-rede, que produzem mais agenciamentos, importando, assim, o agenciamento daquilo que faz *agir*: “[...] A ação enreda múltiplos atores e múltiplas ações, sendo, portanto, uma rede de ações e de atores, ou melhor, ator-rede” (Salgado, 2018, p. 102).

A agência não é pensada em termos de pessoas ou objetos técnicos, mas no *resultado de uma dada composição de agenciamentos*, e um agenciamento é um cofuncionamento de individuantes que agregam suas partes heterogêneas. Com isso, a rede sociotécnica diz respeito ao conjunto de híbridos que se expande em formas de ação (Salgado, 2018; Neves, 2006). Dessa forma, o sentido de agenciar remete justamente à ação dentro das redes, as associações entre os elementos humanos e não-humanos, cujo resultado constrói o social.

Com isso, chegamos a uma sistematização da TAR proposta por Latour (2012) no livro *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Embora a tradução em língua portuguesa do texto aponte para uma “reagregação”, optamos por utilizar o termo “agenciamento”, conforme o sentido dado por Latour, emprestado da teoria deleuziana.

Latour (2012) inicia esse texto destacando que, na sociologia, o social parece estar diluído simultaneamente em lugar nenhum e todos os lugares, o que desestabiliza a própria ciência. Assim, apesar dos estudos sociológicos tentarem imitar o sucesso das ciências naturais, se mostrando

revestidos de objetividade através do emprego de métodos quantitativos, eles se equivocam ao não reconhecer que a “sociedade” não enquadra tudo, mas é um dos elementos de ligação de associações. Desse modo, “[...] podemos permanecer fiéis às intuições das ciências sociais redefinindo a sociologia não como a ‘ciência do social’, mas como uma *busca de associações*” (Latour, 2012, p. 23).

Desse modo, poder-se-á ampliar a noção do que vem a ser o social, para além das sociedades modernas e dos humanos. O social, nessa direção, passa a ser “[...] um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (Latour, 2012, p. 25), e por isso ele propõe uma “sociologia de associações” ou “associologia”, em oposição à tradicional “sociologia do social”.

Essa sociologia encontra na TAR um recurso para identificar, através dos atores, os movimentos de associação e agenciamento. O autor organiza o livro em três partes, que dizem respeito às controvérsias, ao rastreamento de conexões sociais a partir das controvérsias, e, por fim, justifica a tarefa de agenciar o coletivo.

A primeira parte é organizada por tipos de controvérsias, e o autor trabalha com cinco grandes incertezas relativas à natureza dos grupos, à natureza das ações, à natureza dos objetos, à natureza dos fatos, e, finalmente, aos estudos rotulados de ciência do social.

Antes de mais nada, ele frisa que a TAR deixa os atores desdobrarem as controvérsias e só depois vislumbra a ordem no curso de ação. É através disso que ela consegue “[...] rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores” (Latour, 2012, p. 45), ou seja, o mundo social é construído a partir do fluxo das controvérsias, e não na interrupção das mesmas. Enquanto a ciência tradicional tenta acabar com todas as controvérsias, a TAR as enxerga como maneiras de rastrear as conexões das redes sociais.

Com relação à primeira fonte de incerteza, Latour (2012) destaca que o relacionamento com o grupo ou entre grupos é marcado por laços frágeis, mutáveis, incertos e controvertidos. Enquanto que para os sociólogos do social a questão reside em encontrar um grupo privilegiado, para a TAR cabe rastrear as pistas deixadas pelos grupos, suas atividades, formação e desmantelamento. Nesse sentido, o ponto de partida são as controvérsias do grupo, que o analista percebe através de uma *infralinguagem*, um tipo de linguagem que permite que o vocabulário dos atores seja ouvido, em oposição aos jargões da metalinguagem.

Com isso, será possível chegar “[...] a uma boa compreensão de como o social é gerado, porquanto a conexão relativista entre quadros de referência permite um julgamento mais objetivo

que as posições absolutas (ou seja, arbitrárias) sugeridas pelo senso comum” (Latour, 2012, p. 54). A lista gerada de controvérsias, nesse sentido, envolve mais dados a cada novo agrupamento, o que torna o trabalho do analista mais abstrato e custoso.

Para delinear um grupo, então, torna-se necessário recorrer aos *porta-vozes* que falam por esse grupo, visto que eles estão sempre em ação, invocando regras e justificando a existência do mesmo. São esses limites ou fronteiras que acabam delineando também *antigrupos*: “[...] O delineamento de grupos é não apenas uma das ocupações dos cientistas sociais, mas também é tarefa constante dos próprios atores. *Estes fazem a sociologia para os sociólogos, e os sociólogos aprendem deles o que compõe seu conjunto de associações*” (Latour, 2012, p. 56, grifo nosso). Assim, ele frisa que o pesquisador sempre está “um passo *atrás*” daquele que estuda.

Com relação à segunda fonte de incerteza, o autor enfatiza que a ação deve ser vista “[...] como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos. É essa venerável fonte de incerteza que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede” (Latour, 2012, p. 72).

Em sua visão, há uma *subdeterminação da ação*, ou seja, quando entramos em ação, as incertezas e controvérsias giram ao redor do quê e quem age. O que nos leva a agir, segundo ele, pode ser *agenciado* de várias formas, haja vista que não é feito de material social. Desse modo, o “ator” na expressão “ator-rede” é quase que um alvo em cuja direção enxameiam um conjunto de entidades, o que não deixa claro o quê ou quem de fato é:

[...] Se quisermos desdobrar a metáfora, a própria palavra ator desvia nossa atenção para um total deslocamento da ação, advertindo-nos de que esse não é um caso coerente, controlado, bem acabado e bem delineado. Por definição, a ação é *deslocada*. [...]. Se se diz que um ator é um *ator-rede*, é em primeiro lugar para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação – a vez da palavra ‘rede’ chegará no devido tempo (Latour, 2012, p. 76).

O ponto de partida das controvérsias sobre as ações, de acordo com Latour (2012), é a *metafísica empírica* – se se considerar que a metafísica, a sua vez, busca definir a estrutura básica do mundo –; visto que as ações povoam o mundo com novos impulsos, e contestam a existência de outros mundos. Assim, ele reflete sobre como explorar a metafísica dos atores, que se envolvem em diversas construções metafísicas, e redefinem os elementos do mundo – como demonstram os antropólogos.

As controvérsias ao redor da ação também têm sua maneira de se organizar, de modo que o autor sugere que assim como na incerteza anterior, se proponha um conjunto de recursos com vistas a acompanhar os atores na atividade de abonar ou desabonar as ações em seus relatos. Isso é senão uma lista de características que estão sempre presentes nos argumentos, sobremaneira contraditórios, do que aconteceu. Considera-se também que “[...] as ações são parte de um relato; possuem uma figura qualquer; opõem-se a outras ações rivais; e, por fim, são acompanhadas por uma teoria explícita da ação” (Latour, 2012, p. 84).

Nessa direção, cabe distinguir também se a ação é intermediária ou mediadora. Certo é que não importa o tipo de figura, e sim a gama de mediadores que ela pode abrir. Ademais, “[...] quando os veículos são tratados como mediadores que engendram outros mediadores, então inúmeras situações novas e imprevistas ocorrem (induzem coisas a fazer *outras coisas* que não eram esperadas)”. Desse modo, a TAR concatena mediadores, e substitui as causas pelos atores, com “[...] o significado técnico que a palavra ‘rede’ assumirá mais tarde” (Latour, 2012, p. 93).

O autor também afirma a existência de assimetrias e desigualdades, e reforça a importância de aumentar o número de atores “em jogo”. Assim, discorre sobre a terceira fonte de incerteza: os objetos. Para a TAR, segundo ele, o social é tido como uma associação momentânea, um modo pelo qual são aglutinadas novas formas. Assim, não é possível afirmar a durabilidade de um vínculo, e se o mesmo é constituído de material social.

Quando os cientistas sociais invocam o caráter duradouro de certos vínculos sociais, eles atribuem a fragilidade de outros laços da sociedade às coisas não sociais, ou seja, aos objetos. Por outro lado, salienta que os objetos participam do curso de ação, pois “[...] *qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante” (Latour, 2012, p. 108). Os objetos “determinam”, servem de “pano de fundo”, autorizam, sugerem, interrompem, influenciam etc. a ação humana; são, em suma, atores completos, e explicam diversas coisas, como poderes e assimetrias.

Para a TAR, então, o curso de ação ziguezagueia entre conexões de humanos e não humanos, e traça sua trajetória em meio a essa heterogeneidade. Os estudos, dessa forma, devem lidar com a continuidade e a descontinuidade dos modos de ação. Por seus laços com os humanos, os objetos passam de mediadores a intermediários, pois “[...] parecem associar-se uns com os outros e com laços sociais só *momentaneamente*”, de modo que se torna necessário “*forçá-los a falar*”, a descrever a si mesmos (Latour, 2012, p. 119).

Para visualizar essas ocasiões momentâneas, cabe ao analista estudar os objetos nos lugares nos quais eles vivem uma vida múltipla e complexa, e se fundem com outras ações sociais; identificar situações nas quais eles se transformam em mediadores e rapidamente desaparecem graças ao desuso etc.; estudar as situações de rupturas e acidentes, onde os intermediários se tornam mediadores e, assim, alteram seu modo de existência; e analisar situações nas quais eles são trazidos à luz por arquivos, documentos etc. (Latour, 2012).

Com relação à quarta fonte de incerteza, o autor frisa que a TAR traz a questão do que são realmente as coisas: um fato, uma ciência, uma construção, o social. No que toca a construção, ele afirma que ela oferece um ponto de observação das ligações entre humanos e não-humanos. Dizer que algo é construído denota uma associação com sua qualidade, durabilidade etc., e traz a indagação de como as coisas foram construídas. Por isso, para os estudiosos da TAR, locais como laboratórios, institutos de pesquisa, bibliotecas, entre outros, são locais onde o construtivismo é prontamente aplicado.

A partir disso, surge a expressão “construção de fatos”, que descreve o fenômeno da realidade e da artificialidade. Para os sociólogos do social, no entanto, se algo era construído e artificial, não podia ser real e verdadeiro. Contudo, Latour (2012) destaca que não se pode confundir *construtivismo* com *construtivismo social*; enquanto o primeiro visa explicar a realidade objetiva de entidades, cuja reunião poderia resultar em falha, o segundo *substitui* do que essa realidade é feita por *outro material* – o social que lhe constitui, propriamente.

No desenvolvimento da sociologia da ciência, segundo o autor, concluiu-se que: não há explicação social para a ciência objetiva, pois o social é o que deve ser explicado; a sociologia da ciência não deve se limitar a padrões, e o estabelecimento de relações deve ser sempre prudente; os sociólogos do social são muito tímidos; e os sociólogos da ciência acreditam que é possível fazer uma sociologia de toda a ciência, que não se limita ao contexto superficial e social, e cuja prática requer uma nova teoria para lançar luz a outros tópicos.

Mas o social, nesse prisma, não pode explicar os objetos; apenas o contrário é verdadeiro. O que veio a chamar-se “teoria-do-ator-rede” ou “sociologia da tradução” estabeleceu-se com a premissa de que o social circula em *qualquer lugar* como uma espécie de movimento que liga as coisas não sociais, ou seja, como associação:

[...] Ainda não sabemos como todos esses atores estão ligados, mas podemos declarar como a nova posição preestabelecida antes do estudo começar, que todos os atores que vamos desdobrar podem

estar *associados* de tal modo que eles *fazem outros fazerem coisas*. Isso não se faz transportando-se uma força que permaneceria *a mesma* por todo o percurso como um tipo de intermediário fiel, mas gerando *transformações* manifestadas pelos numerosos *eventos* inesperados desencadeados nos outros mediadores que os *seguem* por toda parte. Foi a isso que chamei ‘princípio de irredução’, e tal é o significado filosófico da ANT [...] (Latour, 2012, p. 158).

Nesse sentido, a rede é o caminho *traçado* pelas traduções, e a tradução pressupõe “[...] uma relação que não transporta causalidade, mas induz dois mediadores à coexistência” (Latour, 2012, p. 160). Na sociologia das associações, assim, é através da tradução entre os mediadores que se podem rastrear as associações.

Neste ponto, Latour (2012) retoma a obra de Ludwig Fleck¹⁰⁵, que sob a ótica kantiana ou kuhniana trata da “gênese” do fato científico. Para este autor, a coletividade do pensamento humano permite a emergência de um fato, e logo após, de um evento. Para Latour (2012), porém, as *questões de interesse (matters of concern)* são mais interessantes que as *questões de fato (matters of fact)*, haja vista que aquelas permitem renovar o que se compreende por “natural” e “social”.

De novo, o autor propõe uma lista de afazeres para considerar essa incerteza. Primeiramente, há de se considerar que os fatos científicos são uma grande fonte de informação por serem fabricados em laboratórios, mas eles não se limitam a essa esfera, estando cada vez mais presente em diversas instâncias da sociedade, e, por isso, tornando os vínculos sociais mais *rastreáveis*. Tais fatos também potencializam as possibilidades de compreensão das agências, formulação de teorias, entre outros, sempre em busca da realidade.

Por fim, com relação à quinta fonte de incerteza, Latour (2012) realça que quando traçamos conexões sociais, estamos compondo relatos, que nada mais são do que textos, tipicamente. Na rotina dos sociólogos, muitas vezes o texto *por escrever* é adiado, diante da quantidade massiva de informações, transcrições, dados etc. Todavia, ele argumenta que o escrever deve ser exercitado durante todo o processo de pesquisa, e para a TAR, o texto também é um mediador.

Isso porque o texto bem escrito faz aparecer o social. O bom “relato textual”, conforme designa Latour (2012), não deixa de lado o problema da exatidão e da veracidade. Para os cientistas sociais, segundo ele, os relatos textuais são o grande laboratório de pesquisa. É nesses relatos que o social é retrçado, reunido, agenciado. O bom relato “*tece uma rede*”:

¹⁰⁵ Ver Fleck (1981).

[...] um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores *fazem alguma coisa* e não ficam apenas observando. [...]. O texto, em nossa definição de ciência social, versa, portanto, sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social (Latour, 2012, p. 189).

Assim, a rede pode ser compreendida como *um indicador de qualidade de um texto*, que tece redes de atores e permite estabelecer relações e translações: “[...] Portanto, rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo [...]” (Latour, 2012, p. 192).

Como postulado até aqui, uma sociologia do social é uma sociologia da tradução das associações entre os atores, dos agenciamentos que compõem e descompõem as redes, num movimento contínuo. Qualquer descrição do social, assim, é fragmentada e desatualizada, sempre um passo atrás dos atores humanos e não-humanos. Com isso, devemos realizar um trabalho de “formiguinha”, tentando rastrear todas as conexões possíveis de um laboratório particular: a biblioteca.

5.1.6 Biblioteca como laboratório

Segundo Latour (2000), a perspectiva patrimonialista nas bibliotecas as coloca sob o prisma da guarda e da custódia dos materiais. Essa visão começou a ser contestada com a idealização das primeiras bibliotecas públicas na Europa, onde vários teóricos chamaram a atenção para a popularização do espaço das bibliotecas; ainda que com outros fins políticos, objetivavam o uso do espaço e dos materiais, sob a perspectiva funcionalista.

Não obstante, para Latour (2000), a biblioteca, além de servir como espaço de acesso ao conhecimento, deve ser vista como parte de uma rede, possibilitando que a matéria registrável seja transformada em signos, e que sejam consideradas todas as relações socioculturais daí decorrentes.

O autor propõe, num primeiro momento, a definição de informação como o resultado da relação entre *periferia* e *centro*, lugares onde circula um *veículo* – a *inscrição* (matéria registrada). Ele pondera explicando que, ao constituir acervos, dá-se preferência a carregar uma amostra e uma inscrição, ao invés de carregar os espécimes dos quais se tem interesse, referindo-se ao trabalho dos naturalistas que iam ao estrangeiro conhecer as espécies que lá residiam.

Sendo assim, “[...] a informação permite justamente limitar-se à forma, sem ter o embaraço da matéria” (Latour, 2000, p. 23), não é um signo propriamente dito, mas inscrições sobre a matéria. Para a obtenção de informações, empreende-se um trabalho de produção minucioso, de busca, análise, seleção, etc., possibilitando que posteriormente o signo remeta a esse trabalho e igualmente permita voltar à matéria por sua inscrição.

O lugar responsável por reunir todas as matérias distintas através da inscrição são instituições constituídas por acervos, como as bibliotecas. O trabalho continua com a categorização e o tratamento dessas inscrições, de modo a possibilitar seu acesso e sua conservação. Frisa o autor que “[...] a informação exige uma competência, um trabalho tão material quanto o do embutidor ou do fresador” (Latour, 2000, p. 26).

Essas instituições servem de intermediárias e regulam tais relações – seus signos ligam-se ao mundo, agem sobre ele, e criam novos conhecimentos. Desse modo, o trabalho em biblioteca muito se assemelha ao trabalho em laboratório, pois, segundo Latour (2000), *é onde as inscrições assistem à criação, à experimentação, em suma, ao fazer científico.*

A linguagem, a seu modo, está presente em diversas relações – de continuidade e descontinuidade. Liga centros a periferias e assim por diante. Aproxima-se do conceito de “*conéctica*”, elemento que associa o lugar da biblioteca com todos os outros lugares dos quais tratam as inscrições.

A característica que permite que uma inscrição seja compatível a outras é o que o autor denomina de “*centros de cálculo*”. É este que permite o diálogo entre os signos, e em última instância, possibilita a rede – conectando a biblioteca ao mundo. Não se pode compreender, por conseguinte, uma inscrição sem a outra, pois o signo não existe isolado, mas possibilita a transformação.

Portanto, as redes configuram-se pelas inscrições, circulando de forma a permitir a mobilidade e imutabilidade das relações, o que o autor denomina “*móveis imutáveis*”. Essa circulação viabiliza a troca de propriedades entre as inscrições, e é nessa troca que são produzidos os novos conhecimentos.

Fora das redes não ocorre esse intercâmbio, e os signos, segundo o autor, perdem o sentido, pois os “fenômenos circulam *através do conjunto*, e é unicamente sua circulação que permite verificá-los, assegurá-los, validá-los” (Latour, 2000, p. 37). Os fenômenos, ao se deslocarem, otimizam as relações:

Compreende-se então que as instituições como as bibliotecas, os laboratórios, as coleções não são simples meios que se poderiam dispensar facilmente, sob pretexto de que os fenômenos falariam por si mesmos à simples luz da razão. Adicionados uns aos outros, eles compõem os fenômenos que só têm existência por essa exposição através da série das transformações (Latour, 2000, p. 39-40).

O autor enfatiza que esses locais oferecem a oportunidade para seus visitantes se conectarem com o mundo em múltiplas dimensões. Sua produção – seja ela registrada ou em pensamento – resulta em transformações sobre a realidade e outras matérias. O mundo sem bibliotecas, laboratórios e coleções tornaria difícil a compreensão sobre os fenômenos, por isso o autor assinala que “[...] convém mantê-los, se nos interessarmos pela razão” (Latour, 2000, p. 43).

Assim, nossos interessamentos convergem com Latour, pois tendo no Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB nosso laboratório, convém, além de mantê-lo, realizar o trabalho do cientista social e rastrear as conexões que resultaram em sua criação, identificando os atores, as composições, os desvios etc.; e fazer desse relato também um mediador dessa rede que liga a biblioteca ao mundo.

Bibliotecas, assim como museus e arquivos, são instituições que lidam com informação, e, portanto, e são de interesse das áreas de ciência da informação e afins. Assim, esse estudo também visa contribuir no sentido de demonstrar a relevância da TAR como uma ferramenta profícua de investigações no campo.

5.2 Ciência da informação e TAR¹⁰⁶

Segundo Débora Sampaio e José Loureiro, os termos “informação” e “memória” possuem uma amplitude de significados e sentidos, e transformam-se ao longo do tempo por estarem inseridos em um contexto sociocultural heterogêneo e plural. Tal contexto dialoga com a noção de “rede” proposta pela TAR, “[...] uma formação dinâmica erigida por relações, fluxos e mediações” conectada por atores-redes (Sampaio; Loureiro, 2019, p. 48).

Em diálogo com Latour (1999), os coletivos humanos e não-humanos se articulam e se afetam mutuamente, num cenário de contínua interação sem sobreposição de um sobre o outro,

¹⁰⁶ A disciplina “Mediação da informação, diálogos com a Teoria Ator-Rede” – ministrada por Rodrigo Rabello, em 2023, no âmbito dos “Tópicos Especiais em Comunicação e Mediação da Informação”, do PPGCinf/UnB – buscou revisitado e estabelecer aproximações entre TAR e ciência da informação.

produzindo informações que, no devir, consoante com Sampaio e Loureiro (2019), podem ser analisadas como memória.

Já a informação, conceito “núcleo” da disciplina de ciência da informação, opera como “regulador” da vida cotidiana, sendo “[...] condição *sine qua non* para o desenvolvimento da sociedade”, e se concretiza na relação entre humanos e objetos, a partir do momento no qual as coisas materiais são apreendidas pelo intelecto (Sampaio; Loureiro, 2019, p. 54).

Sob as lentes do paradigma social, a informação, de acordo com os autores, pode ter diversas interpretações e ser entendida de diversas maneiras. A concepção de informação como coisa, em objetos que podem vir a ser informativos (Buckland, 1991), é ampliada por Latour (2012), que considera as coisas partícipes na constituição do mundo, consoante com Sampaio e Loureiro (2019).

Assim, ainda em dialogicidade com os autores, a informação, além de dizer respeito ao modo como os sujeitos se relacionam com a realidade, fala sobre os artefatos que são criados pelas relações e práticas sociais. Ao tratar sobre as bibliotecas, Latour (2000) se aproxima da informação como uma relação fundada entre a periferia e o centro; materializada num veículo que denomina inscrição. Para entender o centro é necessário compreender a rede de transformações que conecta a inscrição ao mundo.

Com isso, “[...] a noção de rede vem se consolidando, e se constituindo enquanto um espaço de troca e disseminação da informação, dando um novo foco as redes sociais de informação, onde os sujeitos se desenvolvem e as relações com o tempo e o espaço se transformam e se expandem” (Sampaio; Loureiro, 2019, p. 55).

Nessa direção, a memória social dialoga com os objetos que reunimos ao longo do tempo, e que materializam o conhecimento, atuando como agentes de informação e agentes simbólicos, construindo e desconstruindo significados. Dessa forma, a memória social pode ser recordada, desconstruída e refeita, de maneira tal que “[...] memória social e informação encontram-se imersas em uma teia relacional composta por humanos e não-humanos que nos permitem conceber as associações dos elementos que compõem o tempo e o espaço no interior daquilo que denominamos social” (Sampaio; Loureiro, 2019, p. 59).

Outra reflexão sobre as relações entre o conceito de informação e a TAR é a de Sampaio e Loureiro em coautoria com Esdras Dantas. Os autores destacam que a partir do momento em que importa conceitos, teorias e metodologias de disciplinas secundárias no estudo da informação, a

ciência da informação expõe sua propriedade como ciência hegemônica (Sampaio; Loureiro; Dantas, 2022).

Mediante os conceitos introdutórios de “ciência” e “informação”, o campo da ciência da informação se desdobra, estabelecendo um diálogo com outras áreas e convergindo para o pluralismo e a descentração epistemológica. Isso porque o objeto informação também é objeto de outros campos de estudos que o interpretam sob outros enfoques, como é o caso da comunicação social e da ciência da computação, de acordo com os autores.

No entanto, o objeto informação, para a ciência da informação, é uma representação, haja vista que a informação em si mesma é complexa, flexível, mutável e de difícil apreensão, e alcança todos os aspectos da vida social, podendo ser abordada sob a lente comunicacional, filosófica, semiológica, pragmática etc. (Sampaio; Loureiro; Dantas, 2022).

O primeiro momento de construção conceitual da informação é a cultura, que como artefato ou processo alimenta as maneiras de ser, conceber e estar em sociedade. A TAR, que possui no acrônimo o hífen, assinala justamente que o ator e a rede não podem existir separadamente, conforme Latour (1999). A noção de “entidade híbrida” também se aplica à informação, conforme os autores.

Como os fatos científicos só podem ser sustentados nas redes de atores, a atividade científica é compreendida como heterogênea, de modo que se torna papel da ciência da informação analisar a substância e propriedades de seu objeto enquanto produto científico, algo que pressupõe o movimento segundo o qual algum interesse motiva a ação dos actantes. De modo geral, os autores salientam que:

[...] Nesta sociedade caracterizada pela modernidade e marcada pela globalização e pelo uso das tecnologias, configura-se um desafio pensar a informação direcionando o olhar para as dimensões simbólicas e representatividades circundantes, marcadas por fatos, interpretações, discursos, objetos, sentidos e significações, práticas e fazeres que constituem-se e reconstituem-se continuamente no interior do social e a partir das redes que se estabelecem (Sampaio; Loureiro; Dantas, 2022, p. 52).

A sua vez, Araújo e Cardoso (2007) discutem a ciência da informação a partir da TAR, e corroboram a possibilidade de pensar a área sobre o prisma epistemológico e interdisciplinar e a possibilidade de a TAR contribuir no sentido de trazer a perspectiva de ciência como ciência em ação e ciência em redes.

Já Araújo (2009), investigando a influência de Latour na ciência da informação, analisa referências e citações presentes na literatura científica brasileira do campo, sobretudo em estudos direcionados à aspectos históricos, epistemológicos e interdisciplinares. Na ciência da informação, segundo ele, Latour publicou dois artigos e um capítulo de livro. O primeiro artigo, publicado no *Documentaliste* em 1980, em coautoria com Maya Sigogneau, é *Une base de données bibliographiques peut-elle devenir une banque de données pour la recherche sur la recherche*, e trata-se de um estudo bibliométrico e cienciométrico na base de dados Pascal (Araújo, 2009).

O segundo artigo, publicado em 1982 no *Scientometrics*, em coautoria com Maya Sigogneau e Jean-Pierre Courtial é *How to measure the degree of independance of a research system*, que analisa as contribuições dos países centrais e periféricos aos campos da ciência, e problematiza a dependência em pesquisa e o uso hegemônico do inglês. Já o capítulo de livro *Redes que a razão desconhece*, conforme visto, discute os conceitos de informação, biblioteca, inscrição, centro, periferia etc. (Araújo, 2009).

Este capítulo, conforme o autor, é fonte de ricas reflexões na área de ciência da informação, em discussões a respeito das bibliotecas e a materialidade da informação. Na área, o programa pioneiro no ensino, pesquisa e produção científica relacionada à TAR no Brasil foi o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO (Araújo, 2009).

A análise de citação de Araújo (2009) considera as formas de adesão dos pesquisadores, as temáticas trabalhadas, a identificação de diálogos e relações de outros autores com Latour, e obras dele mais inseridas no campo. Os artigos analisados foram reunidos de buscas na BRAPCI, HOLMES, PERI e Google Acadêmico, com os termos “ciência da informação” e “Latour” cruzados, e amostragem reunida por julgamento.

Foram analisados 43 artigos com 1.235 referências, publicados entre 1995 e 2007 em 9 periódicos da área e 1 em periódico interdisciplinar, com maior ocorrência de trabalhos em 2000. A autora mais frequente (11,1%) foi González de Gómez. Os temas mais predominantes foram, com base no esquema proposto por Oddone e Gomes¹⁰⁷: “aspectos teóricos e gerais da ciência da informação” (34,88%), onde apareceram trabalhos sobre políticas e regimes de informação e atravessamentos com Frohmann (1995); “legislação, políticas públicas de informação e de cultura” e; “tecnologias da informação” (13,95%) (Araújo, 2009).

¹⁰⁷ Ver Oddone e Gomes (2004).

Ademais, apareceram trabalhos sobre “tecnologia da informação”, “comunicação, divulgação e produção editorial”, “informação, cultura e sociedade”, “estudos de usuário, demanda e uso da informação e de unidades de informação”, “processamento, recuperação e disseminação da informação” e ainda “gerência de serviços e unidades de informação”, conforme o autor.

Latour foi citado 99 vezes (36,53%); também foram citados Foucault (8,86%), González de Gómez (7,01%), Callon (7,01%), Frohmann (3,32%), entre outros. As obras mais citadas de Latour foram as já mencionadas *Redes que a razão desconhece* (11), *Jamais fomos modernos* (10) e *A vida de laboratório* (9). Então:

[...] Tendo em vista todos os questionamentos e proposições de Latour sobre a ciência e o fazer científico, tem-se como algo positivo, identificar que a maioria dos trabalhos que citam o autor foi desenvolvida dentro de estudos que envolvem a discussão histórica, epistemológica e interdisciplinar do campo (Araújo, 2009, p. 309).

Dessa forma, a TAR fornece recursos importantes para descrever os movimentos das redes, inclusive as que perpassam lugares de informação, como é o caso das bibliotecas; e no âmbito da ciência da informação, tem se mostrado um rico recurso heurístico para investigações históricas, epistemológicas e interdisciplinares, desde 1995, ano em que foi criado o grupo de estudos no Brasil.

Em síntese, e conforme vimos, Latour se encaixa num movimento de renovação das ciências sociais que se difundiu nos anos 1970, na França. Propondo novas formas de estudar o mundo social, e rompendo com polarizações ou dualidades tradicionais, Latour é um pouco como sua obra e como a ciência da informação: multidisciplinar. Seu interesse pela antropologia das ciências fez com que, inicialmente, estudasse o laboratório, lugar onde os fatos científicos assistem e participam de sua criação; e logo, em seguida, acompanha os cientistas, os engenheiros e suas redes.

Ao questionar se um dia já fomos modernos, ele propõe uma antropologia simétrica para analisar atores humanos e não-humanos, entendendo que o social é feito de objetos mobilizados para construí-lo. O moderno é assimétrico, assinala ruptura no tempo e no espaço, rejeita os híbridos ou quase-objetos, enquanto o amoderno os abraça.

Os quase-objetos quase-sujeitos são mediadores, transportam, redefinem, desdobram, traem aquilo que traduzem no interior das redes. Por isso, apoiando-se em Callon, ele destaca a importância do Princípio de simetria generalizada para analisar esses quase-objetos nos mesmos

termos de análise dos atores humanos, estabelecendo a igualdade, a justiça, as diferenças, os poderes e as assimetrias.

Para equilibrar as contas da sociedade, como ele diz, é necessário olhar para estes não-humanos sob as lentes da sociologia dos artefatos. Basta somente imaginar como seria nossa vida se um dos artefatos que usamos cotidianamente falhasse: isso desencadearia uma série de desvios no curso de ação. Pensar nessa suposta situação, seja lá qual for, esclarece a força, os deveres, os valores e a ética desses mediadores técnicos.

A mediação define passos, intenções e objetivos de um programa de ação que leva ao significado de tradução, entendida como um deslocamento, direção, a criação de um link que pressupõem transformação. Os híbridos não-humanos podem ter diversos papéis actantes, enquanto os híbridos humanos podem ter diversos papéis atoriais num programa de ação. A ação, num curso de ação, é formada pela composição de forças ou associações entre esses elementos.

A mediação também pode significar uma caixa preta reversível, que nos leva para as inúmeras partes que podem contar por um ou por muitos numa sequência de ações. Outro significado de mediação é delegação, quando o programa de ação é materializado, ao invés de inscrito. Propriedades sociais e materiais são intercambiadas e chegam na posição intermediária da simetria.

O técnico designa um subprograma no curso de ação, os papéis actantes e/ou atoriais, nó/desvio no funcionamento dos subprogramas, um *modus operandi* que regula a (re)distribuição de habilidades a humanos e não-humanos. Estes objetos fazem parte de instituições onde mobilizam coisas, pessoas, processos e coletivos/sociedades. Efetivamente, os coletivos são formados nas interações entre técnicas e sociedade, que levam ao entendimento de sociotécnico.

Assim como no exemplo de Latour, a história de um fermento se deu com a história de Pasteur, o que revela que como objetos sociotécnicos, as coisas também possuem sua própria historicidade. A história das ciências e das pessoas se estende às coisas.

A TAR, assim, se inscreve tanto em uma ontologia, quanto em uma metafísica ou em uma sociologia. Ela descreve essências, rizomas ou agenciamentos das transformações e traduções das redes sociais. Nas redes, de fato, existem somente associações e conexões e atores-redes mediante os quais é possível rastrear essas conexões. São os atores-redes que definem o mundo nos seus próprios termos.

A sociologia, de ciência do social, passa a ser uma busca por associações; e o social, passa a ser um movimento de associações e agenciamentos. Com a TAR, as controvérsias são o ponto de partida para o rastreamento das conexões que culminará na tarefa de agenciar o coletivo. Nessa empreitada, devemos lidar com a continuidade e descontinuidade da ação, com os laços formados momentaneamente, enfim, com a descrição que os atores fazem de si mesmos.

Munidos dessa caixa de ferramentas, partimos para o nosso “laboratório” formado do interessamento inicial inscrito entre livros, acervo, biblioteca e direitos humanos, enfim, naquilo que foi a centelha inicial que desencadeou mediações e agenciamentos de actantes: uma ação biblioclasta no Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB.

6 DIREITOS HUMANOS

Na visão de Fábio Comparato, há uma discussão no direito acerca da razão de ser ou do fundamento dos direitos humanos (Comparato, 1998). O autor parte da noção filosófica de fundamento e sua importância em matéria de direitos humanos e assinala que, na linguagem filosófica clássica, falava-se de *princípio* ao invés de *fundamento*.

Para Aristóteles¹⁰⁸, por exemplo, a *arquê* era fonte de onde derivava o ser ou a condição da existência de algo. Já a transição da noção de princípio para fundamento pode ser observada no pensamento de Immanuel Kant¹⁰⁹, para quem a noção de dedução transcendental no campo ético toma em conta a aceção de razão justificativa, um meio de encontrar o “supremo princípio da moralidade” ou “imperativo categórico”, uma “lei prática incondicional” que serviria de fundamento para as ações humanas. Com isso, entende-se que o fundamento último da moralidade é a própria liberdade (Comparato, 1998).

O direito positivo brasileiro, segundo o autor, emprega o termo *fundamento* conforme a lógica kantiana, como razão justificativa ou fonte legitimadora. Na Constituição Federal de 1988, a título de exemplo, o art. 1º trata dos “fundamentos” da República Federativa do Brasil, ou seja, as razões de ser da organização estatal. Já no art. 3º, são explicitados os “objetivos fundamentais” mediante as razões justificativas.

No âmbito da teoria geral do direito, a sua vez, a noção de fundamento é associada à *validade* das normas jurídicas e à fonte dos efeitos que dela decorrem. O ordenamento jurídico interno tem como fundamento a Constituição, que por seu turno, se funda no poder constituinte. O poder constituinte, a seu modo, encontra fundamento último num *fato* ou num *princípio ético*, conforme o autor.

No século XVII a pesquisa de um fundamento para o direito iniciou-se na Europa Ocidental como consequência das guerras religiosas entre católicos e protestantes. Tal pesquisa orientou-se pela ressurreição da moral naturalista estoica e a construção do jusnaturalismo, de um lado; e pelo antinaturalismo ou voluntarismo de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, do outro (Comparato, 1998).

¹⁰⁸ Discutido em *Metafísica*, livro 1.

¹⁰⁹ Discutido em *Crítica da Razão Pura*.

O antinaturalismo configurou-se como a matriz do positivismo jurídico a partir do século XIX. Dentro dessa concepção, o fundamento do direito passou a orientar-se segundo o pressuposto lógico do “contrato social” ou a norma fundamental. No entanto, o positivismo recai na falha teórica de considerar o fundamento ou o princípio sempre fora dele, ou seja, o fundamento seria uma causa transcendente, e não um de seus elementos (Comparato, 1998).

Aí que se põe, de acordo com o autor, a questão dos direitos humanos, cuja validade precisa se assentar em algo bem mais profundo que a ordenação estatal. Em conferência a respeito do tema realizada em 1967, Norberto Bobbio¹¹⁰ sustentou a falta de fundamento num fundamento absoluto para os direitos humanos, argumentando que a expressão “direitos humanos” é vaga e indefinível, que trata-se de uma categoria variável na história e que forma uma categoria heterogênea.

A respeito disso, o autor comenta que não há uma definição precisa e indisputável nem para o próprio direito, e rebate que mesmo Bobbio reconhece que *há direitos que valem para todos em qualquer situação, direitos absolutos*. Do mesmo modo, *a categoria dos direitos humanos compreende diversos outros direitos de variados tipos* (Comparato, 1998).

Dessa forma, o conceito de direito humano consiste em “[...] ser, essencialmente, uma pessoa, isto é, um ser cujo valor ético é superior a todos os demais no mundo” (Comparato, 1998, p. 28). *São direitos universais e não localizados*, que foram institucionalizados com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e promulgada pela resolução 217 A (III), pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

Entre outras coisas, a declaração considera: o reconhecimento da dignidade humana, seus direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz; o advento da liberdade de palavra, de crença e da liberdade de estar a salvo de temores como a mais alta aspiração do homem comum; a proteção dos direitos humanos pelo Estado de Direito; o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; a promoção do progresso social e melhores condições de vida; o respeito e a observância dos direitos humanos por todos os povos e nações.

No seu Art. I, a declaração estipula que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (Organização das Nações Unidas, 1948). No seu Art. II,

[...] Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza,

¹¹⁰ Discutido em *Sul fondamento dei diritti dell'uomo*.

origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 4).

No seu Art. III, “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”; no seu Art. IV, a declaração estipula que ninguém poderá ser mantido em escravidão ou servidão; no V, que ninguém poderá ser submetido à tortura, tratamento ou castigo degradante, cruel ou desumano. No VI, que toda pessoa têm o direito de ser reconhecida como pessoa; no VII, que todos são iguais perante a lei, e como tal, têm direito à sua proteção (Organização das Nações Unidas, 1948).

No Art. VIII, está estipulado que “Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei” (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 5).

A declaração também estipula no seu Art. IX que ninguém poderá ser preso, detido ou exilado. E que todos têm direito a uma audiência pública e justa num tribunal independente e imparcial (Art. X), além de ser presumida inocente até que se prove o contrário, e garantida sua ampla defesa (Art. XI) (Organização das Nações Unidas, 1948).

Ademais, ninguém poderá ser sujeito a interferências em sua vida privada e familiar, sua correspondência e receber ataques à sua honra e reputação (Art. XII). E a toda pessoa é assegurado o direito à liberdade de locomoção e residência, bem como o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu, e ao qual pode regressar (Art. XIII). Em caso de perseguição, o Artigo XIV dispõe que a vítima pode procurar e gozar de asilo político em outros países (Organização das Nações Unidas, 1948).

Todas as pessoas têm direito a ter uma nacionalidade e não podem ser arbitrariamente privados da mesma, ou de poder mudar de nacionalidade (Art. XV). As pessoas de maior idade, sem qualquer distinção, poderão contrair matrimônio com consentimento (Art. XVI). As pessoas têm direito à propriedade e não poderão ser arbitrariamente privadas dela (Art. XVII) (Organização das Nações Unidas, 1948).

A liberdade de pensamento, consciência e religião é assegurada a todas as pessoas (Art. XVIII), que também têm liberdade de opinião e expressão (Art. XIX). As pessoas têm liberdade de se reunir e constituir associações de forma pacífica, e não poderão ser obrigadas a fazer parte de uma associação (Art. XX) (Organização das Nações Unidas, 1948).

O Artigo XXI estipula que cada pessoa pode tomar parte do governo diretamente ou por intermédio de representantes eleitos democraticamente, bem como tem acesso ao serviço público do seu país. Como membro da sociedade, toda pessoa tem direito à segurança social, direitos

econômicos, sociais e culturais (Art. XXII) e direito ao trabalho, condições justas de emprego, proteção contra o desemprego, remuneração igual por igual trabalho, remuneração justa e satisfatória que lhe assegure dignidade, constituir sindicatos (Art. XXIII), e direito à repouso, lazer, limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas (Art. XXIV) (Organização das Nações Unidas, 1948).

A declaração ainda dispõe que toda pessoa deve ter um padrão de vida que assegure a saúde, o bem estar, alimentação, vestuário, habitação, acesso à médicos e serviços sociais, segurança, entre outros; e a maternidade e a infância devem ter cuidados e assistências especiais (Art. XXV, 1 e 2) (Organização das Nações Unidas, 1948).

A instrução é garantida a todas as pessoas, e deve ser gratuita e obrigatória nos graus fundamentais, e a instrução técnico-profissional e superior deve ser acessível; a instrução será orientada para desenvolver a personalidade humana e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; e os pais poderão escolher o gênero de instrução dos seus filhos (Art. XXVI) (Organização das Nações Unidas, 1948).

As pessoas têm direito a usufruir e participar da vida cultural, das artes e das ciências; e como autores de alguma produção, têm assegurados os seus direitos morais e materiais (Art. XXVII). As pessoas também têm direito a uma ordem social e internacional que obedeça à presente declaração (Art. XXVIII); tem deveres para com a comunidade, estão sujeitas apenas às limitações determinadas por lei no exercício dos seus direitos e deveres, que não podem ser contrários aos aqui estabelecidos (Art. XXIX) (Organização das Nações Unidas, 1948). Por fim, a declaração estabelece no seu Artigo XXX que

[...] Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 14).

No contexto do direito brasileiro, uma vertente crítica¹¹¹ que tem buscado uma sociedade mais livre, justa e solidária, que garanta os direitos humanos estabelecidos internacionalmente é o

¹¹¹ Convém destacar a transição de uma abordagem mais tradicional dos direitos humanos, representada pela Declaração Universal, a uma abordagem mais contemporânea, donde se encaixa a vertente crítica do Direito Achado na Rua. Segundo Giuseppe Tosi, os direitos humanos originam-se no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna, e é fundado pelo jusnaturalismo moderno. A Declaração de 1948 é o pontapé inicial para a construção desse *corpus* jurídico e ético-político dos direitos humanos, também influenciado pelo liberalismo, o socialismo e o cristianismo social. Há um pluralismo teórico e ideológico nas maneiras de se abordar o tema, o que torna o debate sobre a legitimidade dos direitos humanos ainda presente na contemporaneidade. Essa transição foi marcada pelo

Direito Achado na Rua. Essa vertente nasceu em meio aos trabalhos da Assembleia Constituinte, no Cerrado, nomeadamente na proposta de Roberto Lyra Filho da chamada Nova Escola Jurídica Brasileira – designada Nair, em homenagem a uma de suas fundadoras, a professora Nair Bicalho (Sousa Junior *et al.*, 2021).

Quando falamos sobre direito, falamos sobre abordagens interdisciplinares, de acordo com Richard Abel. Os fenômenos jurídicos são complexos e contraditórios, há muitos que demandam direitos e liberdades para si mesmos, mas não concordam que esses mesmos direitos e liberdades sejam estendidos aqueles que consideram inferiores (Abel, 2021). Muitas vezes aplica-se o princípio de igualdade para experiências desiguais, o que pode acarretar em violações de direitos, concorde com o autor.

O princípio da igualdade é um dos valores centrais da nossa sociedade, já que sem padrões de igualdade, conforme visto, não há como afirmar se alguém é realmente livre, ou se a liberdade existe de fato:

[...] A igualdade neste contexto discursivo se constitui como pressuposto para a liberdade. A ideia de cidadania plena para todos, ou seja, aquela embasada nas suas três dimensões clássicas (direitos civis, políticos e sociais), efetivamente exercidas, orienta a teoria e a prática do movimento Direito Achado na Rua. Essa cidadania plena é um ideal que dificilmente será alcançado no sistema capitalista de produção [...] (Apostolova, 2021, p. 111).

Segundo a autora, no contexto mundial atual, parece mais politicamente viável radicalizar a democracia, e esta é entendida como o exercício de direitos, que se embasa no princípio da igualdade. Ela frisa que a ideia de cidadania, no entanto, não se alcança somente partindo da equiparação entre direito e lei, e no Brasil, a não concretização da igualdade no direito civil e social acaba por enfraquecer o regime democrático (Apostolova, 2021).

O desgaste no sistema democrático, provocado pelos problemas de cidadania não resolvidos desde a independência do país, auxilia na marginalização de alguns grupos e manutenção dos privilégios de outros. Tudo isso leva ao risco de implementação de sistemas autoritários, com pedidos, inclusive, pela volta da ditadura militar (Apostolova, 2021).

Para compreender melhor a percepção dos brasileiros sobre os direitos humanos e a desigualdade de gênero, como a desigualdade de gênero reflete na percepção de direitos humanos

interesse em inserir cada vez mais questões sociais, e constituir uma abordagem interdisciplinar no estudo dos direitos humanos, que reconheça não somente uma disciplina ou doutrina “teórica”, mas uma doutrina “prática” para o debate ético e político sobre sua efetivação em instrumentos, garantias jurídicas e políticas públicas (Tosi, 2004).

e qual a percepção das mulheres que defendem direitos humanos; o Instituto Ipsos, a pedido da ONU Mulheres Brasil, realizou pesquisas entre 9 de fevereiro e 22 de março de 2021, e entre 20 de dezembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023, com cerca de 2400 homens e mulheres; e publicou o relatório executivo sobre a Percepção Social sobre Direitos Humanos e sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos (ONU Mulheres, 2024), com dados importantes sobre a temática que vale a pena ressaltar.

Segundo o relatório (ONU Mulheres, 2024, p. 6) “Todas as pessoas possuem o direito de viver em liberdade e dignidade porque existem como seres humanos”, e “Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos!”. Para institucionalizar essa última afirmativa, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres, um dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos. Outros importantes instrumentos para a história dos direitos das mulheres e meninas são, conforme o relatório: a Declaração de Viena, de 1993; a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, de 1965; a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais, de 1989; e a Convenção sobre os Direitos das Crianças, também de 1989.

Os direitos humanos universais, indivisíveis e inalienáveis são fundamentais para sociedades democráticas, de modo que “[...] é dever do Estado não só garantir que estejam formalmente previstos nas leis, como também criar condições para que toda a população possa ter acesso de fato a esses direitos” (ONU Mulheres, 2024). Os dados do relatório mostram que o conhecimento sobre os direitos humanos cresceu em 2023, com redução percentual dos entrevistados que declararam conhecer “nada ou quase nada” sobre o tema, comparado ao ano de 2021: de 19% (em 2021) para 16% (em 2023).

Cerca de 8% dos entrevistados se declararam contra os direitos humanos, 87% a favor e 5% não souberam responder. Isso demonstra, segundo o relatório, que a população está mais consciente sobre a importância dos direitos humanos, sobretudo a população entre 25 e 39 anos com maior escolaridade; por outro lado, houve uma queda de favorabilidade entre a população acima de 60 anos e as classes mais baixas. A compreensão sobre o significado de direitos humanos foi referenciada no direito de ir e vir (18%), os direitos de todos independente de raça ou classe social (41%) e o direito à vida (41%) (ONU Mulheres, 2024).

A compreensão sobre os direitos humanos foi confrontada pela percepção de que nem todos têm acesso a esses direitos. A frase “os Direitos Humanos não defendem pessoas como eu” dividiu opiniões: 45% discordaram, 44% concordaram, 10% não concordaram nem discordaram, e 1% não souberam responder. Isso demonstra, conforme o relatório, que tratar publicamente o assunto é tabu na sociedade: 92% concordaram que “Todas as pessoas, sem distinção, devem ter seus Direitos Humanos garantidos”, mas entre todos, 49% afirmaram ter receio de falar sobre o tema e serem considerados defensores de “bandidos” (ONU Mulheres, 2024, p. 11).

Assim, nota-se que a opinião de que os direitos humanos beneficiam mais os bandidos prevaleceu, mas parece haver uma convergência para uma compreensão positiva de que esses direitos podem proteger quem mais necessita, as pessoas mais empobrecidas: cerca de 38% responderam que os direitos humanos beneficiam mais os bandidos, e 44% responderam que beneficiam mais as vítimas (ONU Mulheres, 2024).

Também identificou-se que o Estado têm promovido garantias de direitos, especialmente para jovens, pessoas mais pobres e menos escolarizadas; de modo que a percepção de que os direitos humanos enfraquecem a democracia diminuiu: agora 2 em cada 3 pessoas acreditam que eles, de fato, fortalecem a democracia, cerca de 65%; enquanto 23% acreditam que enfraquece, 8% não acreditam numa coisa nem outra e 4% não souberam responder (ONU Mulheres, 2024).

Entre as instituições percebidas como as que mais promovem os direitos humanos, estão: a ONU (48%), ONGs e movimentos sociais (46%), o poder judiciário (35%), o poder legislativo (24%), o Estado (28%) e empresas privadas (10%). 66% acreditam que o governo não garante integralmente os direitos humanos da população, 24% acreditam que o governo garante esses direitos, 7% não acreditam numa coisa nem outra e 3% não souberam responder. Ainda assim, comparado ao ano de 2021, melhorou a percepção de que o governo garante esses direitos (de 13% para 24%). Outro dado importante é o de que entre a população preta, 84% não acreditam que o governo garante os seus direitos (ONU Mulheres, 2024).

Apesar da maioria dos entrevistados serem favoráveis à equidade entre homens e mulheres, houve uma redução no apoio ao protagonismo feminino, ao feminismo e à defesa dos direitos de casais homossexuais, percebida entre pessoas de baixa renda, de idade mais avançada e menos escolarizadas. Outro dado relevante é a percepção de que mulheres brancas e negras não têm as mesmas oportunidades e direitos (51%). A misoginia e o sexismo prevalecem em níveis elevados, segundo o relatório.

Houve uma queda na defesa da livre manifestação feminina e pela equidade de direitos de casais homossexuais. O relatório também revelou que:

[...] Em 2021, homens e mulheres apresentavam percentuais semelhantes quanto à discussão de gênero, ao passo que em 2023 vemos **um perfil masculino que rejeita** mais ideias que tratam da **defesa de direitos e oportunidades para as mulheres**, ou do **reconhecimento do protagonismo** feminino durante a pandemia da covid-19” (ONU Mulheres, 2024, p. 19).

Homens passam a concordar mais que “[...] uma mulher só está realizada após se tornar mãe, assim como o papel de liderança política ser do homem” (ONU Mulheres, 2024, p. 22). O percentual de homens pró-feminismo caiu 9 pontos. A violência contra as mulheres permaneceu elevada quanto mais alta a renda e entre os homens mais pobres, enquanto reduziu entre mulheres de baixa renda. O relatório apontou ainda que 1 em cada 5 pessoas não conseguiu citar uma liderança feminina que defende os direitos humanos, e aquelas que citaram, citaram mais a Marielle Franco e a Maria da Penha. O estudo também mostrou que aumentou a percepção de que as mulheres que lutam pelos direitos humanos são intolerantes (31%). A percepção da misoginia como um problema grave caiu de 83% (2021) para 79% (2023).

A população preta é a que mais declarou apoio às diferentes formas de lutar pelos direitos humanos, e “[...] Enquanto cresce entre as mulheres a concordância de que ‘Homens e mulheres devem ter o mesmo salário quando exercem a mesma função’, homens pardos e brancos apresentam menor aderência a essa ideia” (ONU Mulheres, 2024, p. 34).

De modo geral, o relatório demonstra que houve um aumento na favorabilidade aos direitos humanos no Brasil com o aumento de pessoas favoráveis ao tema e diminuição nos que se consideravam indecisos, entre o período de maio de 2018 (quando os dados do primeiro relatório foram coletados) e janeiro de 2023 (quando os dados deste relatório pararam de ser coletados). Os resultados também mostraram que:

[...] O crescimento na favorabilidade aos Direitos Humanos é especialmente notável entre os **jovens e mais escolarizados**, sugerindo que a longo prazo a **educação pode desempenhar um papel importante na formação de opiniões favoráveis em relação aos Direitos Humanos**. Esses resultados destacam a necessidade de **abordagens específicas para diferentes segmentos da população** quando se trata de campanhas educativas e informativas sobre Direitos Humanos. [...] Dessa forma, **embora seja encorajador ver que a favorabilidade aos Direitos Humanos está aumentando, ainda há trabalho a ser feito para garantir que todos os segmentos da população entendam plenamente a importância desses direitos fundamentais** (ONU Mulheres, 2024, p. 37).

Tendo em vista o papel da educação na formação de opiniões favoráveis em relação aos direitos humanos, as universidades são fundamentais no desenvolvimento de iniciativas agregadoras para uma visão de mundo crítica e democrática, de modo a engajar o reconhecimento desses direitos fundamentais.

Conforme a reitora da universidade de Brasília, Márcia Abrahão Moura, e a antropóloga e professora Mônica Nogueira, é papel das universidades garantir uma educação voltada para a formação e transformação do sujeito, desenvolvimento de competências técnicas, de pensamento crítico e valores humanísticos: “[...] Sendo assim, podemos evidenciar a estreita relação da universidade com a promoção da cidadania e dos direitos humanos” (Moura; Nogueira, 2021, p. 26).

Como medidas para garantir os direitos humanos, a UnB têm fomentado o desenvolvimento do programa Direito Achado na Rua, a expansão dos campi para atender outras regiões administrativas do Distrito Federal (em 2006 e 2008), a abertura de cursos noturnos para atender estudantes trabalhadores (desde 1990), o pioneirismo na implementação de cotas raciais (em 2003), a realização de um vestibular específico para indígenas (em 2005), a extensão das ações afirmativas à pós-graduação (em 2020) (Moura; Nogueira, 2021) e a realização, em 2024, de um vestibular específico para pessoas com mais de 60 anos.

De acordo com as autoras, em dez anos o número de estudantes autodeclarados pretos ou pardos triplicou na instituição, e também cresceu o número e a diversidade de estudantes indígenas e estudantes em condição de refúgio: “[...] Essa mudança no perfil dos estudantes demonstra a importância e o potencial do ensino superior público, acessível a todos – afinal, um direito conquistado pela sociedade brasileira” (Moura; Nogueira, 2021, p. 29).

A universidade busca ainda fomentar políticas de assistência estudantil, combater o racismo, fornecer apoio psicossocial e reafirmar o compromisso com a Educação em Direitos Humanos (EDH). Em 2017, foi criado o Conselho de Direitos Humanos (CDH) para contribuir com as normativas e programas de assistência, avançando a ampliação de direitos e o caráter formativo da gestão universitária, de acordo com as autoras.

O Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB está vinculado ao Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP), e juntos, compartilham conhecimentos e saberes com outros 33 núcleos de direitos humanos, políticas públicas, desenvolvimento, comunicação, cultura, arte etc., segundo Nair Bicalho de Sousa e Flávia Beleza (2021).

As autoras destacam que desde 1986, o NEP desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre os direitos humanos, e tem como linhas de pesquisa: a) o Direito Achado na Rua; b) Educação em e para os direitos humanos e para a paz; c) Mediação social transformadora e; d) Direitos humanos, cidadania e movimentos sociais. Semestralmente, o NEP oferta a disciplina de Direitos Humanos e Cidadania, e recentemente incluiu novas disciplinas voltada para a questão da violência e democracia, além de ioga e não-violência (Sousa; Beleza, 2021).

O NEP faz parcerias com a Universidade de Coimbra, em Portugal, com a *Universidad Autónoma Nacional de Andalucía* e a *Universidad de Sevilla*, na Espanha. A nível institucional, o NEP faz parcerias com o Ministério da Justiça, a Secretaria Geral da Presidência da República (SEDH), a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), o Comitê Nacional em Educação em Direitos Humanos e a Coordenação Geral de Combate à Tortura. A atuação do NEP também levou à criação, em 2011, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania junto ao CEAM (Sousa; Beleza, 2021).

A UnB, que durante toda a ditadura foi vítima de graves violações de direitos humanos e liberdades individuais, conserva essa memória e atua no sentido de fortalecer e defender a democracia e os direitos humanos, enquanto valor e prática:

[...] Esse exercício legou à comunidade da UnB a compreensão de que a democracia implica em garantir condições para a expressão da pluralidade de ideias, o debate franco e a abertura para a contestação. Ademais, somente por meio do aprofundamento desse exercício é possível formar profissionais cidadãos para a superação de desigualdades e injustiças sociais (Moura; Nogueira, 2021, p. 29).

Sendo assim, as autoras corroboram como função fundamental das universidades a defesa da democracia, dos direitos humanos e do acesso à educação, conhecimento e cultura. Como mais uma maneira de manter vivas essas memórias e simbolizar essa luta, o Espaço Direitos Humanos foi criado na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, e é sobre essa instituição – e o contexto no qual ela foi criada – que nos debruçaremos adiante.

7 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNB

Esta seção objetiva caracterizar a biblioteca e os tipos de biblioteca, a biblioteca universitária e especificamente, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília: seu histórico, funções, espaços, usos e usuários. De modo geral, busca contextualizar o lugar no qual se deu o caso de mutilação de livros e a posterior construção do Espaço Direitos Humanos.

7.1 Biblioteca e tipos de bibliotecas

Segundo Edson Nery da Fonseca (2007), a palavra “biblioteca” vem do termo grego *bibliothéke*: sua raiz *biblion* significa livro; e sua raiz *théke* significa estrutura que protege, como caixa, estante, edifício etc. A palavra biblioteca também pode designar institucionalmente órgãos da administração pública e privada, títulos de coleções bibliográficas, obras individuais e coletivas, entre outros, conforme o autor.

A biblioteca, entre várias definições, pode ser entendida ainda como uma:

Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão ‘material manuscrito ou impresso’ (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 48).

Na visão de Luciano Oliveira (2019), a associação da noção de biblioteca como espaço físico onde se guardam livros é um conceito tradicional; de modo amplo, um conceito mais atualizado da biblioteca é entendê-la como todo espaço, concreto ou virtual, que reúne qualquer tipo de coleção de informações em qualquer suporte.

A distinção de diferentes tipos de bibliotecas só se deu na contemporaneidade, quando o planejamento se impôs como condição essencial para o desenvolvimento dessas instituições, que remontam, no entanto, à antiguidade (Fonseca, 2007). A história das bibliotecas, segundo Alfredo Serrai (1975), surge atrelada à descoberta da escrita sobre materiais leves e estáveis, como tijolos de barro, rolos de papiro, códices de pergaminho etc.; e a partir da necessidade de organizar esses materiais para que fossem encontrados de maneira mais rápida e econômica.

Serrai (1975) divide a história das bibliotecas em dois momentos: antiga e média (antes da invenção da imprensa) e moderna e contemporânea (depois da invenção da imprensa). No primeiro momento, ele realça que as bibliotecas surgiram muitos séculos antes de Cristo em países como

China e Egito. No Egito, por exemplo, a Biblioteca de Alexandria, que remonta ao século II a. C., foi uma das maiores e mais prestigiadas de seu tempo; bem como a Biblioteca de Pérgamo, sua concorrente no projeto de reunir todo o conhecimento produzido até então.

O fim do Império Romano no Ocidente acompanha o fim da biblioteca antiga, segundo o autor. A partir daí, passaram a se desenvolver as bibliotecas medievais, essencialmente nos mosteiros e ligadas à fé cristã. Com o humanismo e o renascimento, houve um interesse em redescobrir, copiar, comprar e até mesmo surruiar os textos clássicos que até então só eram acessíveis pelos monges. Com a invenção da imprensa por Gutenberg, a história antiga e média das bibliotecas termina para dar início à história moderna e contemporânea, caracterizada pela profusão da indústria livreira e o acesso aos livros por mais segmentos da população (Serrai, 1975).

Com isso, na idade moderna, a estrutura, o significado e a definição da biblioteca mudam juntamente com as reformulações sociais daquele momento histórico, e gradualmente, tipos de bibliotecas começam a aparecer associados à diversas funções (Serrai, 1975). De lá para cá, conforme Fonseca (2007), nos deparamos com um novo conceito de biblioteca, menos como coleção de documentos passíveis de receberem tratamento técnico; e mais como *assembleia de usuários da informação* – nessa direção, o elemento humano é mais importante que o documento, e o usuário passa a ser o objeto central da área e dos tipos de bibliotecas.

Entre os tipos de biblioteca, estão (Fonseca, 2007):

- a) Bibliotecas nacionais: reúnem, preservam e difundem a documentação produzida em território nacional, coordenam a permuta nacional e internacional de publicações, bem como programas nacionais de aquisição de obras estrangeiras e são responsáveis pela rede nacional de bibliotecas e o catálogo coletivo nacional. No Brasil, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui essa função;
- b) Bibliotecas infantis: visam atender ao público infantil. No Brasil, o trabalho de Lenyra Fraccaroli e Denise Tavares é considerado pioneiro no estabelecimento dessa tipologia de biblioteca e sistematização de manuais e bibliografias infantis, a partir da década de 1940;
- c) Bibliotecas escolares: visam atender as crianças e adolescentes nas escolas, e suprir suas demandas por livros e materiais didáticos nessa fase da vida;
- d) Bibliotecas públicas: são como uma extensão das bibliotecas escolares, já que surgiram com o propósito de educar a população em geral. No entanto, existem também para fornecer lazer, cultura e informação à sociedade;

- e) **Bibliotecas especializadas:** tanto a especialização das coleções (por assunto) quanto a tipologia de usuários determinam a especialização da biblioteca. No Brasil, segundo o autor, são o tipo de biblioteca mais desenvolvida;
- f) **Bibliotecas universitárias:** servem para atender as necessidades bibliográficas e documentais daqueles que fazem curso superior. Tais bibliotecas também fomentam a pesquisa científica e fornecem suporte aos serviços mantidos pelas universidades.

Além dessas tipologias, Cunha e Cavalcanti (2008) e realçam as: bibliotecas ambulantes (volantes, itinerantes, carro-biblioteca etc.); as bibliotecas domésticas (particulares, frutos do colecionismo pessoal); as bibliotecas comunitárias (que atendem a uma comunidade específica e surgem como iniciativa da comunidade, diferentemente das públicas, que são mantidas pelo governo); as bibliotecas especializadas com acervo em braile, ou audiovisual, ou em mapas (mapoteca), filmes (cinemateca), fitas (fitoteca), fotos (fototeca), imagens (iconoteca), jogos (brinquedoteca), gibis (gibiteca), materiais digitais (biblioteca digital); e ainda as bibliotecas especializadas por usuários como as empresariais, as que atendem ao público prisional, ao governo (bibliotecas legislativas etc.), entre outras.

7.2 Biblioteca universitária

De acordo com Nice Figueiredo (1979), as bibliotecas especializadas e as universitárias são de tipo semelhante em relação às coleções e aos serviços prestados, bem como ao tipo de usuário com formação de nível superior. Entre as funções das bibliotecas especializadas, a autora destaca o desenvolvimento de coleções com base nas necessidades e objetivos da organização a qual pertencem, a manutenção de catálogos, índices e referências acerca de assuntos especializados, instrumentos de disseminação da informação, serviço de referência, serviços personalizados de vários tipos, entre outras.

Com relação às bibliotecas universitárias, ela frisa o quadro das bibliotecas universitárias da América Latina de 1962, que aponta a falta de bibliotecas centrais bem organizadas, falta de cooperação entre bibliotecas, falta de regulamentos eficientes, falta de participação nas decisões da universidade, falta de pessoal, lacunas nas coleções, materiais ultrapassados nos acervos, orçamentos inadequados etc. O quadro foi apresentado no Seminário sobre o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina entre setembro e outubro de 1962, na cidade de

Mendoza; na ocasião, foi considerada imprescindível a criação de uma rede de bibliotecas nas universidades coordenadas por uma biblioteca central e outras auxiliares, maior participação da biblioteca nas decisões da universidade e do governo, e mais pessoal capacitado (Figueiredo, 1979).

Na visão de Heloisa Anzolin e Rosa Corrêa (2008, p. 803), a “[...] Biblioteca universitária é imprescindível como suporte à infraestrutura bibliográfica e documental a qualquer comunidade acadêmica, é indispensável no processo de pesquisa, estudo e consequente produção de conhecimento”. Segundo as autoras, o volume de informação do mundo contemporâneo tem demandado cada vez mais da biblioteca atualização constante e variedade do seu acervo para suprir a produção do conhecimento nas universidades.

Desse modo, as autoras salientam que uma instituição de ensino superior tem sua qualidade atrelada à excelência da sua biblioteca, que pode ser considerada uma espécie de “enciclopédia” viva do mundo moderno. Historicamente, a biblioteca sempre esteve ligada à ideia de universidade por esta instituição ser um centro de produção e difusão do conhecimento; e dentro dela, medeia o ensino e a pesquisa, promove acesso a recursos tecnológicos, é um ambiente de estudo, concentração e recolhimento que facilita o processo de descoberta.

Para Ana Flávia Kama (2022), a sua vez, as universidades são instituições longevas e representaram, ao longo da história, fenômenos relativos à evolução científica e intelectual da humanidade. A autora explica que o conceito de universidade moderna nasceu no início do século XIX na Alemanha, com a ideia de que docentes e discentes devem aprender juntos e pesquisando. Na América Latina, um dos primeiros movimentos a reformar o sistema de ensino superior – pautado na defesa das liberdades acadêmicas – foi a Reforma de Córdoba, realizada em 1918.

Assim, tendo em vista o contexto histórico e as funções basilares, a autora defende que a genealogia do modelo universitário está permeada por vários elementos formadores ligados ao fazer acadêmico, e entre eles, aqueles que contribuem para a coleta, organização e disseminação de informações: as bibliotecas e editoras universitárias. Nas palavras da autora: “[...] A história das universidades e de sua criação e renovações no decorrer dos séculos é também a história de suas casas editoriais e bibliotecas” (Kama, 2022, p. 83). Em sua visão, as bibliotecas universitárias são como um coração no campus, no sentido de que alinham seus objetivos aos da universidade e apoiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, colaborando para a promoção de uma academia mais democrática e emancipatória.

7.3 Biblioteca universitária da UnB

A Universidade de Brasília, em particular, nasceu a partir do intento utópico de Darci Ribeiro e Anísio Teixeira – a pedido de Juscelino Kubitschek – de realizar o ensino superior público no Brasil, e tinha como proposta uma vasta área no centro da nova capital, com previsão de projetos arquitetônicos modernos e um campus acolhedor, aberto e inovador que tivesse uma aura democrática e renovadora (Kama, 2022). Em outras palavras, o projeto de Darci e Anísio era concretizar “[...] a utopia universitária ganhando seu embrião em forma de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade” (Kama, 2022, p. 82). Assim, em 21 de abril de 1962, quatro meses após sua criação legal, as aulas e atividades começaram na UnB calcadas em alicerces inovadores e emancipadores, conforme a autora.

Nessa conjuntura, a biblioteca universitária da UnB foi pensada inicialmente como uma unidade complementar, conforme o Estatuto da Universidade aprovado pelo Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962. Conforme Fonseca (1973), que conta a história da biblioteca, ela iniciou-se, a partir do decreto, como uma coleção de publicações reunidas sem critério, doadas por “pessoas gradas” e entidades públicas e privadas, o que se chamou à época de “coleção de emergência”.

Foi instalada no edifício do Ministério da Educação e Cultura, lugar onde tiveram início os cursos da universidade. Em julho de 1962, foi transferida para a “Sala dos Papiros”, a sala FE-3/4 do campus, um dos primeiros edifícios construídos. Como acreditava-se que a biblioteca deveria ser dirigida por um professor do Departamento de Biblioteconomia, Darci pediu a ele que acumulasse as funções de professor de Documentação e coordenador da biblioteca (Fonseca, 1973).

Uma de suas primeiras iniciativas foi solicitar bibliografias dos coordenadores dos cursos e instalações dignas para a biblioteca. Segundo o plano urbanístico do campus criado por Lúcio Costa, a Praça Maior da Universidade deveria ter quatro edifícios, e entre eles, a biblioteca. Niemeyer já havia esboçado croquis para esses edifícios, então ele procurou o arquiteto Elvin Dubugras para dar encaminhamento ao projeto, que, no entanto, deixou de ser executado pois Niemeyer ameaçou retirar-se da universidade se os edifícios fossem projetados pela equipe de Alcides Miranda, a qual Dubugras fazia parte (Fonseca, 1973).

Após reunir as bibliografias dos cursos, a questão em como adquiri-las foi solucionada com a ideia de Georges Landau – então consultor da reitoria para assuntos internacionais – de solicitar um auxílio à Fundação Ford. Foi então firmado um convênio com os representantes da instituição no Brasil que se iniciou em 1963 e foi concluído em 1968. Com o recurso, foram adquiridos livros

e assinados periódicos das áreas de interesse para a Educação, Ciência e Tecnologia, bem como equipamentos, financiamentos de bolsas de estudos de pós-graduação, financiamento de viagens relacionadas ao convênio e uma assessoria da *American Library Association* (Fonseca, 1973).

Além do enriquecimento do acervo, ele frisa que o convênio contribuiu no projeto arquitetônico do novo edifício da biblioteca, através da assessoria prestada por Frazer Poole e Morris Gelfand. Sempre que solicitava a Darci um limite de orçamento para a aquisição de materiais, era confrontado com o desafio de formar na UnB uma brasileira completa, com todos os livros referenciados por Rubens Borba de Moraes na *Bibliographia Brasiliana*. De fato, durante sua coordenação a biblioteca cresceu muito, com a aquisição de coleções particulares de grande valor, incluindo obras raras e materiais para suprir as demandas dos cursos (Fonseca, 1973).

Com o aumento do acervo, a biblioteca passou a ocupar duas salas, a FE-3 e 4 e uma parte do edifício SG-12. Para conseguir esse espaço, ele condicionou sua própria continuação na universidade, chegando até a solicitar dispensa. Farto das atividades administrativas, indicou o bibliotecário Abner Vicentini para substituí-lo na coordenação da biblioteca, em 1964 (Fonseca, 1973).

Nesse mesmo ano, a ditadura militar foi instaurada no Brasil. A UnB, segundo Cristiano Paixão e Claudia Carvalho, se tornou alvo de violências, arbitrariedades e vigilância constante (Paixão; Carvalho, 2018). A primeira invasão ao *campus* ocorreu em 9 de abril de 1964, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume II (Brasil, 2014a).

Militares vindo de Minas Gerais chegaram em 14 ônibus e invadiram salas, revistaram estudantes, procuraram armas e materiais de propaganda subversiva, prenderam 13 professores e interditaram a biblioteca. Depois dessa invasão, o reitor Anísio Teixeira e o professor Almir de Castro foram demitidos, e em 13 de abril, um decreto assinado por Ranieri Mazzili, então no exercício da presidência da república, extinguiu o mandato de todos os membros do Conselho Diretor da UnB (Brasil, 2014a).

Em 1965, ainda segundo o Relatório, o reitor da UnB, Laerte Ramos de Carvalho, afastou Roberto Las Casas, então diretor do Instituto de Ciências Humanas, e Edna Sóter de Oliveira, funcionária da universidade, por motivos políticos e ideológicos. Isso gerou diversos protestos e todos os coordenadores de institutos renunciaram coletivamente. Em 08 de outubro, os professores decidiram entrar em greve, e logo em seguida, os estudantes. Em 10 de outubro, o reitor solicitou à Polícia Federal a ocupação do *campus*, e houve prisões de professores (Brasil, 2014a).

Em reação aos acontecimentos, cerca de 223 professores pediram demissão em 18 de outubro, em apoio aos colegas perseguidos pelo regime. Em 1967, houve protestos por parte dos estudantes contra a visita de John Tuthill, embaixador norte-americano, e eles sofreram violência dentro da biblioteca, que se tornou “[...] parte da cartografia da repressão na UnB” (Paixão; Carvalho, 2018).

Em 29 de agosto de 1968, os militares invadiram a universidade e espancaram, torturaram e prenderam vários estudantes e funcionários. Um dos alvos da operação era a Federação dos Estudantes da UnB, considerada subversiva e paramilitar. Honestino Guimarães, o presidente da federação, foi espancado e preso nessa ocasião (Paixão; Carvalho, 2018). Era constantemente monitorado, e ao todo, foi preso quatro vezes em greves, manifestações e protestos, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume I (Brasil, 2014b).

Honestino foi expulso da UnB e seguiu para a clandestinidade. Desapareceu em 10 de outubro de 1973 e seu corpo nunca foi encontrado; o Relatório realça que apesar do governo militar não ter declarado sua prisão, consta em alguns documentos que ele foi preso nessa data (Brasil, 2014b). O estudante hoje é um símbolo de resistência para a UnB, que o concedeu o diploma acadêmico *post mortem* em 07 de junho de 2024, como uma forma de “reparação” e homenagem à sua trajetória e luta contra a ditadura militar (Germano; Gouveia, 2024).

Outro fato relacionado a Honestino é relatado por Marcella Rodrigues, que entrevistou funcionários e usuários da BCE na época da ditadura. Um dos amigos de Honestino foi entrevistado e narra um episódio no qual o estudante chama a ele e outros amigos por volta de meia noite para ir à biblioteca. Eles vigiaram enquanto Honestino invadiu a biblioteca, e voltou com livros sobre o comunismo, movimento da união soviética, entre outros. Eles percebem que havia livros de esquerda, mas eles estavam escondidos no porão da BCE (Rodrigues, 2013).

Funcionários entrevistados relataram que não havia uma restrição formal à aquisição de obras ou disponibilização no acervo, mas havia o “bom senso entre os bibliotecários” em não adquirir certas obras e recolher outras consideradas subversivas. Houve também uma situação na qual militares foram à biblioteca e mandaram retirar livros de capa vermelha do acervo pois a cor vermelha remetia ao comunismo, apesar dos livros não terem relação alguma com o tema (Rodrigues, 2013).

Em 1970 iniciaram-se as obras do prédio definitivo e houve a Instalação do subcentro da BIREME para atender professores e estudantes da área de saúde; e em 1971, a BCE passou a

integrar a Rede Nacional de Informação Científica, comandada pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (atual IBICT), como resultado de um convênio estabelecido entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o Conselho Nacional de Pesquisas. O prédio definitivo foi inaugurado em 12 de março de 1973, pelo então diretor Elton Volpini, que ficou no cargo entre 1968 e 1976 (Universidade de Brasília, c2024a).

Imagem 1 – Inauguração do prédio definitivo da BCE/UnB



Fonte: BCE/UnB.

Em 1977, a BCE começou a participar do Programa de Desenvolvimento das Bibliotecas de Ciências Agrárias (PRODEBIC). Esse ano foi marcado por dura repressão na UnB, com quatro invasões militares, conforme o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. A primeira invasão ocorreu em 31 de maio, quando os estudantes entraram em greve e o então reitor, José Carlos Azevedo, suspendeu 16 alunos líderes das manifestações. Após a invasão, as aulas retornaram. Em 06 de junho as tropas militares invadiram novamente o *campus* e prenderam estudantes. Entre outubro e novembro, houve mais duas invasões (Brasil, 2014a).

Na biblioteca, a década de 1980 iniciou com o processo de automação de rotinas de processamento; foi criado um “serviço de alerta” para os departamentos avisando as novas aquisições do acervo (1981), a biblioteca passou a ser centro coordenador do Catálogo Coletivo Regional de Periódicos do Distrito Federal e Goiás (1982), e começou a participar da rede de comunicação digital para acesso ao DIALOG (1985) (Universidade de Brasília, c2024a).

O ano de 1986 foi marcado pela reincorporação ao acervo das obras que haviam sido consideradas “subversivas” pelo regime militar e retiradas das estantes em 1964. Em 1987, foi criada a Biblioteca do Hospital Universitário de Brasília (HUB), com uma coleção especializada em medicina, e também o Setor de Conservação e Restauração. No ano seguinte, foi inaugurada a Sala de Microformas com leitoras de microfilmes e microfichas, e em 1989, a biblioteca integrou

a Rede Nacional de Catalogação Cooperativa BIBLIODATA/CALCO, da Fundação Getúlio Vargas (Universidade de Brasília, c2024a).

Na década de 1990, a biblioteca foi classificada nível A pelo Programa de Acesso Público à Informação, mantido pelo CNPq e pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) (1990); participou da “Exposição do Livro Ilustrado Brasileiro” de Haia (Holanda) (1991); se filiou à Rede Nacional de Pesquisa (RNP), inaugurou o Posto de Serviço da Rede Antares e firmou um convênio com a EMPRAPA – para alimentar a Base de Dados Cerrado –, e com a BIREME – para criar o Centro Cooperante da Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde – (1994) (Universidade de Brasília, c2024a).

Em 1995, entrou na rede COMUT, e de 1996 a 1999 instituiu o programa “Quintas Culturais”, para promover apresentações artístico-culturais toda última quinta-feira do mês. Nessa época, a biblioteca também inaugurou a Biblioteca Virtual de Periódicos e o catálogo de teses e dissertações da UnB. Em 1999, recebeu o software de automação “Thesaurus” (Universidade de Brasília, c2024a).

Nos anos 2000, a biblioteca inaugurou o Arquivo Carlos Lacerda, disponibilizou o catálogo na internet, concluiu as obras no subsolo e passou a integrar o Portal de Periódicos da CAPES. Em 2004, o acervo passou por um projeto de higienização e restauração e foi instalado o software Pergamum. Em 2005, foi instalado o sistema eletromagnético para a segurança do acervo e foi lançada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Em 2006, foi firmado um convênio com a APAE para a formação de pessoas com deficiência. Em 2007, foi criado o Espaço Cassiano Nunes; em 2008, foi lançada a Biblioteca Digital e Sonora e o Repositório Institucional da UnB. Em 2009, foi a vez de lançar a Biblioteca Digital de Monografias e o Portal de Periódicos da UnB (Universidade de Brasília, c2024a).

De 2010 para cá, a biblioteca continua expandindo suas atividades e seu acervo, e provendo mais serviços à comunidade: acesso a diversas bibliotecas digitais, bases de dados, capacitações, clube de leitura, clube do vinil, cineclube, cabines de estudo, cabines multimídia, atendimento individualizado, biblioteca 24h, entre outros. O acervo compreende as seguintes coleções (Universidade de Brasília, c2024b):

- a) acervo geral: composto por livros, folhetos, teses e dissertações. Está ordenado por assunto respeitando a CDU (10 classes);

- b) coleções especiais: divididas em Acervos Especializados e Multimeios. Os acervos especializados reúnem coleções temáticas sobre Artes, Brasília, Publicações da Editora UnB, Cordéis, Brasiliana, Obras raras, Cassiano Nunes, etc. Os acervos multimeios reúnem coleções de mapas, discos de vinil, partituras, microformas, globos etc.;
- c) obras raras: composta por manuscritos antigos e modernos, primeiras edições de autores brasileiros e portugueses, periódicos do século XIX e início do século XX, edições raras, edições de arte, exemplares com dedicatórias de personalidades, obras em miniatura, ex-líbris, separatas etc.
- d) periódicos: há cerca de 3.700 títulos de periódicos e 48.000 fascículos no acervo de diversos assuntos;
- e) referências: dicionários, vocabulários, enciclopédias, guias, índices, almanaques, atlas e mapas, manuais, diretórios etc.

Em 2016, foi criado formalmente o Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB), mediante a Resolução do Conselho Universitário nº 0008/2016. O SiB-UnB é coordenado pela Direção da BCE/UnB, e é composto pelas bibliotecas setoriais: Biblioteca da Faculdade de Ceilândia, Biblioteca da Faculdade do Gama, Biblioteca da Faculdade de Planaltina, CEDIARTE – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e COLEMED – Biblioteca do Hospital Universitário (Mignot; Kama, 2023).

Entre as bases de dados e E-books que provê acesso encontram-se: o *Portal de Periódicos da CAPES*, *Minha Biblioteca*, *Best Practice*, *Jstor*, *SciVal*, *Target*, e ainda diversas fontes de informação de acesso livre. Além disso, a biblioteca conta com diversos espaços (Universidade de Brasília, c2024b):

- a) espaços para eventos: auditório, sala de exposições, sala de treinamento e saguão do subsolo. Podem ser utilizados pela comunidade acadêmica mediante agendamento para a realização de eventos diversos, como exposições, defesas e seminários;
- b) Espaço Cassiano Nunes: abriga o acervo doado pelo escritor à BCE. Possui obras literárias, obras de arte, mobiliário e correspondências;
- c) Espaço Ler: criado em 2023 para promover um espaço acolhedor, de convivência e leitura. O acervo literário está disponível para empréstimo à comunidade externa;

- d) Espaço Pop: o Espaço de Pesquisa e Oficina Pagu tem como objetivo oferecer aos usuários um novo conceito de interação e uso da biblioteca, oferecendo sala de TV, sala de acervo e sala de jogos. O acervo é formado por gibiteca, RPGs, Ludoteca e videogames; oferece ainda oficinas e apostilas de *lettering*, HQ's, habilidades específicas e campeonatos de xadrez, board-games e clube de leitura;
- e) **Espaço Direitos Humanos**: criado em 2018 a partir de uma situação de mutilação de livros. Sendo nosso objeto de interesse, será analisado posteriormente.

O edifício atual, assinado pelo arquiteto José Galbinski, possui quatro pavimentos e aproximadamente 17.000 m², abriga mais de 1,6 milhão de exemplares e atende docentes, discentes, pesquisadores, servidores, terceirizados e a comunidade do DF, segundo Kama (2022). Ainda conforme a autora, a BCE e a Editora UnB integram e auxiliam a UnB na condução de seus objetivos e contribuem para a liberdade e o acesso à informação.

8 CRIAÇÃO DO ESPAÇO DIREITOS HUMANOS DA BCE/UNB

Esta seção objetiva entender, mediante matérias jornalísticas, documentos e entrevistas, o contexto e o caso de ação biblioclata ocorrido na BCE/UnB em outubro de 2018, que levou à criação do Espaço Direitos Humanos.

Mediante a aplicação do recurso heurístico da TAR e do método da amostragem em bola de neve, delineamos agenciamentos dessa rede, seguindo, a princípio, um “ator 0”, ou seja, um ator humano híbrido que, trabalhando na biblioteca, participou ativamente do processo de construção do espaço.

A partir das pistas obtidas com este ator zero, foi composta a onda 1 com outros atores importantes na constituição dessa rede. A partir das pistas dessa primeira onda, foi formada a onda 2 com outros atores relevantes, até chegar à onda 3, formada, a sua vez, por atores usuários do Espaço Direitos Humanos – com vistas a compreender aspectos do entendimento da comunidade usuária sobre o Espaço e as atividades aí desenvolvidas.

Esperamos, dessa forma, ser o mais fiel possível aos atores e deixar que eles mostrem os caminhos do curso de ação que teve como tradução a criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB. Conforme a TAR, apesar de ser fiel aos atores e seus relatos, os agenciamentos a serem delineados são aproximações de como pode ter se dado essa rede, de modo que nossa tentativa não se imagina final ou verdadeira, mas é uma ferramenta para buscar compreender a história que deu origem ao Espaço, seu papel simbólico na BCE, seus usos e usuários e suas potencialidades.

8.1 Contexto: instabilidade política no Brasil

Ao menos desde 2013, o Brasil tem vivido ações de militarização da vida e da política, conforme explica Edson Teles. Essas ações se intensificaram com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Para o autor, isso ocorre por meio da lógica da produção do inimigo interno às relações sociais que ameaça a ordem e a paz, algo também operacionalizado na ditadura militar (Teles, 2018).

São exemplos dessas ações de 2013 o Movimento Passe Livre que entoava frases como “o gigante acordou”, conforme reportagem da *BBC News*. Em junho daquele ano milhares tomaram as ruas para protestar contra os gastos do governo, entre outros, aqueles relacionados à Copa do Mundo que seria sediada no país no ano seguinte. Mas o estopim para o movimento foi o aumento

do passe de ônibus em São Paulo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Cenas de violência e arbitrariedade da polícia desencadearam manifestações em diversas cidades brasileiras, e em Brasília, manifestantes chegaram a ocupar o teto do Congresso Nacional (BBC News, 2013).

Durante quase dois meses, os protestos tornaram-se quase cotidianos, e o debate político se acirrou nas ruas, com brigas entre apoiadores de grupos políticos opostos e a queda de popularidade da então presidenta Dilma (BBC News, 2013).

Entre julho e agosto de 2014 o Brasil foi palco da Copa do Mundo. Havia a apreensão, segundo o portal de notícias *IBahia*, de que o evento fosse prejudicado pelos protestos que ainda ocorriam Brasil afora, e apesar de ter havido pequenas manifestações, não houve confusões maiores que prejudicassem os jogos. O ano também foi marcado pela morte trágica do então candidato à presidência Eduardo Campos (PSB). O avião em que ele estava caiu em agosto, em Santos. As eleições de outubro foram acirradas, e apesar da queda de popularidade, Dilma conseguiu se reeleger (*IBahia*, 2014).

Em 2015, no entanto, o governo paralisou e o país entrou em recessão, e a popularidade de Dilma despencou, conforme o portal *GZH*. Os casos de corrupção na Petrobrás, as pedaladas fiscais e a rejeição popular intensificaram pedidos de impeachment, e Eduardo Cunha (PSDB), então presidente da Câmara dos Deputados, abriu o processo pedindo a impugnação da presidenta nas eleições de 2014 (*GZH*, 2015).

Em outubro, o Tribunal de Contas da União recomendou a reprovação das contas da presidenta, que recorreu às pedaladas fiscais para fechar as contas do ano anterior, o que teria incutido, na visão da oposição, em crime de responsabilidade. Apesar de Cunha ter aberto o processo de impeachment, este foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal, e o ano de 2015 terminou com a questão “Dilma cai ou não cai?” (*GZH*, 2015).

A crise política de 2016 dividiu o Brasil, aponta o portal *G1*. O estopim para o processo foi a nomeação do então ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva como ministro chefe da Casa Civil. Nesta ocasião, Lula já era réu de cinco processos da Lava Jato envolvendo um triplex do Guarujá e um sítio em Atibaia. Em meio a esse contexto, a Casa Civil anulou a posse (*G1*, 2016).

Em 13 de março, a maior manifestação da história pediu o impeachment da presidenta. O Senado aprovou a abertura do processo e Dilma foi afastada por 180 dias; durante o processo, a defesa argumentou que não havia fundamentos jurídicos consistentes para configurar o crime, mas

por 61 votos a 20, a presidenta foi destituída do cargo. Michel Temer (MDB), então vice-presidente, assumiu a presidência definitivamente (Sasaki, 2017).

As duas narrativas (uma que imputava crime de responsabilidade, e outra que denunciava um golpe à democracia) polarizaram a sociedade brasileira, e os congressistas que votaram no processo de impeachment foram influenciados por um contexto “[...] em que mais pesaram os aspectos econômicos e políticos do que propriamente as implicações jurídicas da denúncia contra Dilma. A posse de Temer não debelou a crise política, e o Brasil sai de 2016 mergulhado em uma das mais graves crises institucionais de sua história” (Sasaki, 2017).

As manifestações em favor do impeachment foram uma mostra “[...] do uso conservador da condição discursiva do vitimado e revoltoso, agregado ao discurso do poder unificado, o qual aparecia renovado e fortalecido após a consumação do processo político contra o governo deposto” (Teles, 2019).

2017 também foi um ano conturbado para o país. Em maio, um trecho da conversa entre o presidente Temer e o empresário Joesley Batista foi divulgado, aludindo a um suposto pagamento a Eduardo Cunha, que estava na prisão. Isso motivou a primeira denúncia ao presidente em exercício, acusado de corrupção passiva; no entanto, a Câmara dos Deputados o livrou do risco de virar réu no Supremo Tribunal Federal. Ainda nesse ano o então juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão pelo caso do triplex (Calegari, 2017).

Já 2018 foi marcado pela intervenção federal em dois estados brasileiros, a morte da vereadora Marielle Franco, o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, a prisão de Lula, entre outros fatos marcantes, segundo Luiza Damé, Paula Labossiere, Mariana Tokarnia e Alex Rodrigues, da *Agência Brasil* (Damé *et al.*, 2018).

Temer decretou intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro, que durou 10 meses. Em 14 de março, a ativista e defensora dos direitos humanos, a vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados a tiros no centro do Rio de Janeiro após um evento político (Damé *et al.*, 2018).

O caso gerou comoção nacional e internacional e até hoje é investigado, tendo resultado na prisão dos seguintes envolvidos: Élcio de Queiroz, preso em março de 2019, que confessou ter dirigido o veículo no dia do crime; Ronnie Lessa, também preso em março de 2019, acusado de ter feito os disparos contra o carro de Marielle e Anderson; Edilson Barbosa dos Santos, preso em

fevereiro de 2024, acusado de realizar o desmanche do veículo utilizado pelos assassinos (Salomão, 2024); os irmãos Domingos Brazão e Chiquinho Brazão, suspeitos de serem os mandantes do crime, e o delegado Rivaldo Barbosa, acusado de ajudar a planejar o crime e atrapalhar as investigações, presos em março de 2024 (Pierre; Martins, 2024). A pergunta “Quem mandou matar Marielle?” ressoou sem resposta por 6 anos, durante os quais Marielle se tornou um símbolo de luta política e resistência – inclusive, um retrato seu está exposto no Espaço Direitos Humanos.

Outro fato marcante, conforme mencionado, foi a prisão de Lula, em 07 de abril de 2018. Lula se entregou após ter sido condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. Durante sua prisão, cumprida em Curitiba, milhares de apoiadores fizeram vigília em frente ao prédio da Polícia Federal. Em setembro, Lula deixou a prisão após a defesa argumentar – e a justiça acolher – que lhe foi violado o direito a um julgamento justo, imparcial e independente (Damé *et al.*, 2018).

Outro fato marcante foi o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 2018. Muitas das peças do acervo de cerca de 20 milhões de itens foram destruídas, e até hoje, muitas peças passam por restauração (Damé *et al.*, 2018). A imagem do museu, uma instituição cultural forte simbolicamente, com materialidade e institucionalidade, causou e causa muita comoção. De certo modo, ver o patrimônio histórico consumido em chamas pode se assemelhar aos sentimentos de ver livros mutilados, pois ambas as situações envolvem tristeza e indignação pelo que aqueles objetos e/ou instituições significam.

Imagem 2 – Incêndio no Museu Nacional em São Cristóvão (2018)



Fonte: Tânia Rego/Agência Brasil.

2018 também foi marcado por outros fatos marcantes, como o retorno de doenças como o sarampo e a pólio ao Brasil; a crise migratória desencadeada pela chegada contínua de venezuelanos ao território nacional, o que acarretou em casos de xenofobia; o arquivamento do projeto de lei conhecido como Escola sem Partido; a aprovação de normativas para a reforma do Ensino Médio; a saída de Cuba do programa Mais médicos, o que enfraqueceu as relações internacionais entre os dois países (Brasil e Cuba); a saída de Sergio Moro das investigações da Operação Lava Jato; a intervenção federal na segurança pública em Roraima etc. (Damé *et al.*, 2018).

Todos esses fatos repercutiram muito na esfera política, especialmente no processo de eleições presidenciais. O Brasil teve uma disputa acirrada entre grupos democráticos de esquerda ou centro-esquerda (representados pelo então candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad) e de extrema direita (representados pelo então candidato à presidência pelo Partido Social Liberal, atual União Brasil, Jair Bolsonaro). O debate e às vezes embates criminosos de grupos antidemocráticos marcaram o período.

Sobretudo no segundo turno, onde se enfrentaram Haddad (apoiado pelo então ex-presidente Lula) e Bolsonaro diretamente, cresceu o número de denúncias de agressões pelo país. Segundo Camilla Costa, Felipe Souza e Paula Idoeta, da *BBC News Brasil*, faltando pouco mais de duas semanas para a votação do segundo turno, aumentaram os casos de ataques físicos – alguns resultando em morte – e xingamentos, a maioria contra mulheres e homossexuais (Costa; Souza; Idoeta, 2018). Essa foi a tônica sobretudo dos apoiadores de extrema direita. Victor Barbosa e Ana Carolina Costa, em análise da percepção do impacto das eleições de 2018 sobre a violência contra pessoas LGBT, indagam a respeito das razões pelas quais o discurso da direita conservadora brasileira está sempre associado a uma diminuição dos direitos humanos, e realçam que o processo eleitoral de 2018 foi um dos mais conturbados da nossa jovem democracia (Barbosa; Costa, 2021).

Para o professor entrevistado do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Cesar Alvarez, é preocupante o fato de “ser uma eleição de muitos conflitos e com ao menos um candidato [Jair Bolsonaro] defendendo claramente a violência e (se posicionando) contra os direitos humanos, o que pode estimular atitudes agressivas por parte de seus correligionários” (Costa; Souza; Idoeta, 2018).

A reportagem também entrevistou mulheres que foram xingadas ou empurradas nas ruas, e que atribuem as agressões “[...] ao fato de estarem usando camisetas vermelhas, adesivos ou

broches da campanha ‘Ele Não’ – em referência ao movimento de mulheres contra Jair Bolsonaro” (Costa; Souza; Idoeta, 2018).

Esses adereços – camisetas vermelhas, adesivos, broches etc. –, que faziam alusão à campanha contra o candidato Bolsonaro e/ou a favor do candidato Haddad, se tornaram objetos simbólicos representativos, para alguns, da luta a favor da democracia e dos direitos humanos – vista na figura de um possível governo de esquerda. Já para outros, estes mesmos adereços se tornaram objetos simbólicos representativos de ideias que precisavam ser combatidos a todo custo, inclusive com o uso de violência verbal e física – que repercute na esfera simbólica.

De fato, muitos, mesmo apoiando o candidato Haddad, evitavam usar esses adereços – objetos semióforos – para não serem alvo de violência por parte de extremistas apoiadores de Bolsonaro, que veio a ser eleito naquele ano.

8.2 Universidades e UnB em 2018

A universidade, como instituição inserida na sociedade, não é isenta das coisas que acontecem fora de seus campi. Desse modo, os eventos que repercutiam no país também o fizeram nas universidades, que vivenciaram momentos de polarização e episódios de violência. De acordo com Pedro Nogueira, do *Brasil de Fato*, às vésperas do 2º turno das eleições agentes do Estado invadiram universidades para interrogar professores, vetar atividades, arrancar faixas e apreender materiais (Nogueira, 2018).

A mando dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), policiais federais e militares invadiram universidades públicas em todo o país para apreender materiais que pudessem fazer campanha eleitoral. Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por exemplo, a ordem do juiz eleitoral Horácio Ferreira de Melo Junior foi recolher o “Manifesto em Defesa da Democracia e da Universidade Pública” e o computador da assessoria do sindicato docente da universidade. O teor desse manifesto era defender a democracia, as liberdades individuais e a universidade pública, sem fazer menção à defesa de uma candidatura ou outra (Nogueira, 2018).

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), policiais removeram uma bandeira antifascista que não continha qualquer menção aos candidatos do pleito. Na Universidade Federal de São João Del Rei, um Mandado de Notificação ordenou a retirada do site da instituição da Nota da Reitoria em favor dos princípios democráticos e contra a violência nas eleições. Na

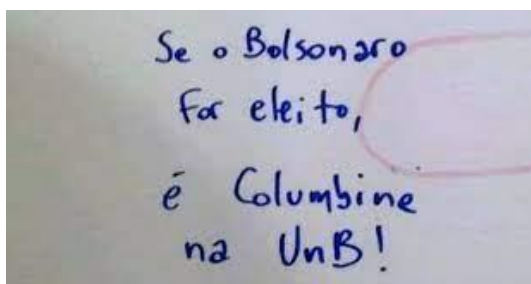
Universidade Estadual do Pará (UEPA), o professor de Ciências Sociais, Mário Brasil, teve sua aula sobre *fake news* invadida pela Polícia Militar e foi coagido a ir à delegacia prestar esclarecimentos, mas se recusou a ir (Nogueira, 2018).

Um Mandado de Notificação emitido pelo juiz Rubens Witzel Filho proibiu a realização da aula pública “Esmagar o fascismo” na Universidade da Grande Dourados (UFGD). Para o professor entrevistado da UEPA, Daniel Sombra, esses atos são “um claro precedente contra a autonomia universitária, a pluralidade de pensamento, o respeito às tradições das ciências sociais e o cerceamento à liberdade de pensamento” (Nogueira, 2018).

Foram ao menos 35 universidades alvo das ações dos TREs que tiveram aulas interrompidas ou frases retiradas “contra o fascismo”, mesmo sem referência direta a nenhum dos candidatos, conforme Ricardo Coletta, Afonso Benites e Beatriz Jucá, do *El País*. A então procuradora da República, Raquel Dodge, condenou as intervenções nos campi e entrou com um pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberdade acadêmica. O ex-presidente do STF, Carlos Ayres Britto, considerou que as ações registradas foram excessivas e violam o princípio de autonomia universitária (Coletta; Benites; Jucá, 2018).

A UnB, em particular, vivenciou atos pró e contra Bolsonaro e teve episódios de ameaça e violência. Conforme reportagem da *Agência Brasil* de 18 de outubro de 2018, a UnB confirmou a denúncia de uma pichação na porta de um dos banheiros¹¹² com ameaça de um massacre no campus caso o candidato Bolsonaro vencesse as eleições. A foto foi postada nas redes sociais e viralizou na internet. A mensagem escrita à mão fazia referência a um atentado cometido em uma escola nos Estados Unidos que resultou na morte de 12 alunos e um professor. O responsável pela pichação não foi identificado, e a instituição reportou o caso à Polícia Federal (Agência Brasil, 2018).

Imagem 3 – Ameaça de atentado na UnB (2018)



Fonte: Twitter.

¹¹² Com o relato do ator 4, em seguida, é aclarado que esse banheiro pichado era da BCE.

No dia 29 de outubro de 2018, houve uma manifestação favorável ao presidente eleito Bolsonaro na instituição. Houve tumulto e os cartazes dos manifestantes foram rasgados, a Polícia Militar foi acionada e os manifestantes foram obrigados a sair da UnB escoltados, conforme Antonio Temóteo, da *UOL*. Mesmo antes do tumulto, a UnB acompanhava os posts que circulavam em redes sociais sobre potenciais transtornos em razão dos resultados das urnas, e solicitou às autoridades policiais reforço para garantir a segurança no campus (Temóteo, 2018).

Ainda segundo a reportagem, a UnB também solicitou à Advocacia-Geral da União (AGU) que ingressasse com medida cautelar na Justiça de modo a garantir a segurança do local. A prefeitura do campus recolheu adesivos, limpou pichações e a UnB repudiou os atos de vandalismo que ocorriam na universidade (Temóteo, 2018), incluindo a mutilação de livros na BCE, que veremos adiante.

8.3 Caso BCE/UnB

Dentro desse contexto se deu o caso de biblioclastia que é nosso objeto de estudo. Especificamente, em 04 de outubro de 2018, a BCE publicou uma nota pública informando a danificação proposital de cinco livros de temáticas relacionadas aos direitos humanos. A instituição deu início a uma varredura no acervo dessa temática para verificar se havia mais obras rasgadas e informou que abriria uma investigação preliminar para apurar os fatos e identificar os responsáveis, junto à Polícia Federal (Universidade de Brasília, 2018a).

Imagem 4 – Livro de direitos humanos que foi encontrado rasgado



Fonte: G1DF.

Ainda no dia 04 e nos dias seguintes, veículos de comunicação como o *Correio Brasiliense*, a *Agência Brasil*, a *Secretaria de Comunicação da UnB* (Secom UnB), o *GI DF*, entre outros, noticiaram o fato. A reportagem da *Agência Brasil*, publicada em 05 de outubro de 2018, discorre sobre a nota da instituição, e sobre os livros propositalmente danificados, com páginas rasgadas e riscadas. O diretor da biblioteca, Fernando Leite, foi entrevistado e informou que a varredura do acervo deveria demorar entre 7 e 15 dias (Gonçalves, 2018).

O diretor, na ocasião, explicou que “O livro dentro de uma universidade pública é patrimônio público e a investigação sobre depredação de patrimônio público é atribuição da PF”, e ressaltou que no primeiro semestre daquele ano tinham sido identificados danos em três obras daquele acervo, que foram encaminhadas ao setor de restauração, mas quando souberam de mais duas obras na mesma situação perceberam que não se tratava de uma coincidência (Gonçalves, 2018).

A reportagem salienta que, em face do volume de obras e área, a biblioteca não possui câmeras em todos os espaços. Também realça a nota do Ministério dos Direitos Humanos que lamentou o episódio e reforçou a coexistência de ideias e leituras distintas sobre o passado (Gonçalves, 2018).

A nota do Ministério dos Direitos Humanos havia sido publicada naquele mesmo dia (05 de outubro), e foi assinada pelo então ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, que frisou que “Rasgar obras literárias que veiculam narrativas sobre as conquistas em direitos humanos é, em última análise, impedir a formação de uma visão crítica e democrática do mundo que nos cerca” (Brasil, 2018).

O Gabinete da Reitoria da UnB também publicou, em 05 de outubro, uma carta em defesa da democracia. Ainda que sem citar diretamente o caso ocorrido na biblioteca, a nota salienta: “Quando hoje nos deparamos com manifestações públicas que atentam contra a democracia brasileira ou com atos que contrariam os valores estabelecidos em um Estado democrático de direito, não podemos ignorar”. Também reflete sobre o voto nas eleições que ocorreriam naquele domingo (07 de outubro), e frisa o princípio estatutário do compromisso com a paz e defesa dos direitos humanos (Universidade de Brasília, 2018b).

Em 10 de outubro, uma manifestação de membros da comunidade acadêmica repudiou as ações de vandalismo e a depredação de livros na BCE, conforme noticiado pela Secretaria de Comunicação da UnB (*Secom UnB*). Segundo a reportagem, o clima entre os manifestantes era de

indignação, e a professora Tatiana Lionço, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (Nedig/CEAM), salientou que “Rasgar livros é um ataque contra os direitos humanos e os conceitos democráticos, além de ferir profundamente os princípios de liberdade que norteiam nossa Universidade” (Secom UnB, 2018a).

A passeata começou no Instituto Central de Ciências (ICC) e foi até a entrada da BCE. Estudantes e professores fizeram pronunciamentos contra o cerceamento da liberdade e a favor da democracia, e o período político conturbado das eleições foi mencionado. O mestrando em Direitos Humanos, Jack Araújo, destacou que “Quem fez isso tinha intenções definidas. Não rasgaram livros de matemática ou física, apenas aqueles com pautas voltadas à defesa dos direitos humanos”, e “Não podemos ficar calados quando a nossa liberdade é ameaçada” (Secom UnB, 2018a).

Imagem 5 – Manifestação em defesa da democracia e dos direitos humanos



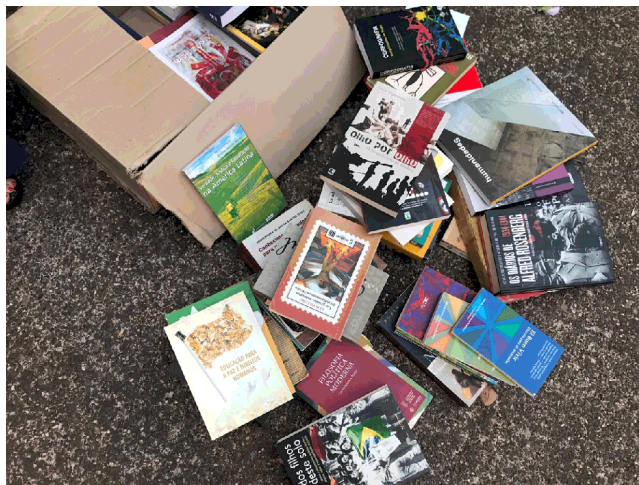
Fonte: Raquel Avani, 10/10/2018.

A reportagem também destaca que a promoção e a defesa dos direitos humanos era tema da campanha institucional da UnB em 2018 (*UnB Mais Humana*), em comemoração aos 30 anos da promulgação da Constituição Cidadã e 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e frisou a nota publicada pelo Conselho de Direitos Humanos da UnB, que repudiou a mutilação criminosa de livros, a depredação do patrimônio público, a violência contra a democracia e o cerceamento de direitos, alegando que não há espaço na universidade para a censura e a violência, além de se solidarizar com a BCE (Secom UnB, 2018a).

Também no dia 10 e como ato simbólico, alunos de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UnB doaram livros sobre o tema ao acervo da BCE, conforme a reportagem do Portal de notícias *GI DF*. A doação ocorreu no ato da manifestação; a aluna Sueli Barreto destacou “Quando a minha

turma soube que os livros estavam aparecendo destruídos, perguntamos: O que a gente tinha com isso? Temos tudo", e reforçou que os alunos não podem ficar omissos (Carvalho, 2018).

Imagem 6 – Livros doados por estudantes para substituir obras sobre direitos humanos rasgadas



Fonte: Leticia Carvalho/G1.

Alexandre Bernardino Costa, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito, frisou que “Pessoas já estão morrendo por conta da intolerância religiosa, sexual e política. É fundamental defender os direitos humanos com mais força neste momento de radicalismo vivenciado na Universidade” (Carvalho, 2018).

O Conselho Universitário da UnB (Consuni) também se manifestou formalmente em 19 de outubro. A nota em defesa da democracia, dos direitos humanos e da cultura da paz destaca a intolerância que marcava as eleições presidenciais daquele ano, e vê como um exemplo da perseguição à liberdade a destruição de livros de direitos humanos na BCE (Universidade de Brasília, 2018c).

O Consuni conclamou a sociedade a defender a democracia, os direitos humanos, a justiça social, a inclusão e lutar contra toda e qualquer forma de preconceito, violência e intolerância; considerando que esses valores garantirão o direito à cidadania e uma sociedade mais plural, fraterna e solidária (Universidade de Brasília, 2018c).

No mês seguinte, especificamente em 14 de novembro, na 6ª Ata da Reunião de Conselho Consultivo da BCE, há a discussão da inauguração do que viria a ser o Espaço Direitos Humanos. A ata dispõe que:

O Espaço será na antiga sala Cláudio Santoro, localizado na sala ASS-17/30(154), no primeiro subsolo da biblioteca, em frente ao salão de estudos do Multimeios. A sala concentrará os diversos assuntos

relacionados ao tema de direitos humanos. A Inauguração será dia 20 de novembro de 2018 às 17h. O evento contará com a presença de autoridades sobre o tema, bem como dos Decanos e da Magnífica Reitora da UnB (Leite *et al.*, 2018).

Dois dias depois, em 16 de novembro, servidores da biblioteca concedem uma entrevista ao *GI* anunciando a criação do espaço, que é uma maneira de compartilhar a produção de informações sobre os direitos humanos, disponibilizar um espaço de convivência e uma exposição fotográfica permanente. O local reuniria cerca de 900 títulos, e teria como objetivo fomentar debates, pesquisas e sessões de cinema (Garonce, 2018).

Imagem 7 – Convite para a inauguração do Espaço Direitos Humanos



Fonte: BCE/UnB.

Nessa reportagem, a bibliotecária Ana Flávia Kama realça que foram, na verdade, sete os livros rasgados naquela ocasião, sendo quatro sobre direitos humanos, um sobre a história do movimento pagão na Europa e dois sobre o Movimento Renascentista; até aquele momento, ninguém havia sido responsabilizado pelo vandalismo (Garonce, 2018).

Os livros doados pelos estudantes de Pós-Graduação em Direitos Humanos, cerca de 200 exemplares, estavam sendo higienizados e catalogados para entrar no acervo. Câmeras de segurança foram instaladas dentro da biblioteca para evitar novos casos de danificação de livros (Garonce, 2018).

Em 19 de novembro, a biblioteca estende o convite à comunidade acadêmica em seu site oficial, assinalando:

[...] O entendimento de que a promoção da dignidade humana resulta da garantia dos direitos humanos em todas as suas dimensões, associado aos recentes episódios de destruição de livros cujos temas tratam de direitos

humanos na BCE, constituem a mola propulsora da iniciativa. O estabelecimento deste espaço representa mais um marco institucional para a defesa intransigente dos direitos humanos (Universidade de Brasília, 2018d).

O convite também realça que, na ocasião do lançamento, seria lançada a coleção digital “Para não esquecer: UnB e a ditadura militar”, que reúne materiais sobre as invasões militares na instituição durante esse período tão sombrio de nossa história (Universidade de Brasília, 2018d).

A data de inauguração do espaço, 20 de novembro, também foi uma escolha simbólica por este ser o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Durante o evento de inauguração, autoridades discursaram, como o diretor da biblioteca, Fernando Leite, que informou que a ideia já estava sendo desenvolvida anteriormente, e o espaço é “um local para manter viva a memória da construção dos direitos humanos, compartilhar saberes e estimular a reflexão sobre o tema” (Secom UnB, 2018b).

Na fala da reitora, Márcia Abrahão, ela considerou que a deprecação das obras num ano em que era celebrado os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos não era coincidência, e lembrou o lema da campanha institucional de 2018: “O Conselho de Direitos Humanos, criado nessa gestão, manifestou repúdio à intransigência e intolerância. Mas vamos continuar a defender nossos valores e a liberdade de cátedra” (Secom UnB, 2018b)

Após as falas das autoridades, o público conheceu o espaço, que fica na sala ASS-17/30(154), no primeiro subsolo da biblioteca, em frente ao salão de estudos do Multimeios. Ao entrar, o usuário contempla no seu lado esquerdo um mural pintado à mão, celebrando os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com trechos da referida declaração. Na parede à frente e à direita do Espaço, há uma figura de Marielle na parede, e quadros de personalidades influentes nos direitos humanos: Malala Yousafzai, Nelson Mandela, Raoni Metuktire, Martin Luther King, Chico Mendes, Maria da Penha e outros.

No centro da sala há uma mesa grande com várias cadeiras, para abrigar reuniões e debates. Na parede da direita e do fundo, estão estantes vermelhas e cinzas com o acervo sobre os direitos humanos, são cerca de 900 obras.

Imagem 8 – Inauguração do Espaço Direitos Humanos



Fonte: Beto Monteiro/Secom UnB.

Imagem 9 – Espaço Direitos Humanos BCE/UnB



Fonte: Beto Monteiro/Secom UnB.

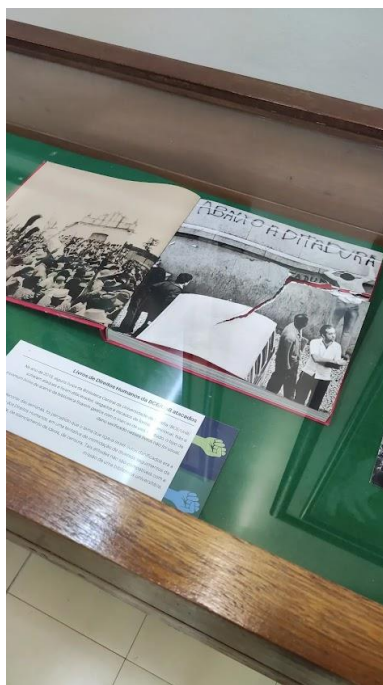
Imagem 10 – Equipe da biblioteca na inauguração do Espaço Direitos Humanos



Fonte: Beto Monteiro/Secom UnB.

Há também, no Espaço, um piano do músico e professor Cláudio Santoro, cujo acervo antes ocupava a sala ASS-17/30(154), e um expositor de livros novos na coleção. As obras que sofreram vandalismo e fotografias da manifestação estão expostas¹¹³ do lado interno, como maneira de recordar o que aconteceu, e o que deu origem ao Espaço, este novo ator/actante não-humano.

Imagem 11 – Livro mutilado exposto no Espaço Direitos Humanos



Fonte: Arquivo pessoal.

8.4 Os atores¹¹⁴

Conforme mencionado, a proposta da TAR de seguir os próprios atores para delinear, a partir de seus relatos, os possíveis agenciamentos da rede, foi operacionalizada com o método da

¹¹³ A exposição das obras mutiladas, se relaciona, nalguma medida, com a ideia de musealização do trágico. Conforme Clovis Britto e Marijara Queiroz, muitos museus se tornam espaços recordatórios da morte física ou simbólica, de modo que as estratégias de agenciamento e a fabricação de legados mudam as trajetórias dos artefatos expostos, na conjuntura de uma economia de símbolos (Britto; Queiroz, 2022). Nessa direção, a exposição desses livros mutilados culmina na sua musealização, pois a presença do trágico – a mutilação – os tornou artefatos de exposição.

¹¹⁴ Ao descrever o relato dos atores em ondas, mesmo em citações indiretas, será utilizado o recurso da linguagem coloquial para se aproximar do conteúdo relatado. Para mobilizar o termo “ator”, condizente com a TAR, e preservar a identidade dos entrevistados, não será distinguido o gênero nos relatos, de modo que “o ator” pode se referir a pessoas que se identificam em várias identidades de gênero, e não necessariamente somente a pessoas que se identificam com os pronomes masculinos (o/ele/dele).

amostragem em bola de neve. Conforme Dewes (2013), o primeiro passo é encontrar indivíduos “semente” da amostra para compor a “onda zero”, e a partir de suas habilidades para identificar outros membros, formar as ondas subsequentes.

Na primeira etapa da pesquisa (fase do relatório de qualificação), foi aplicado um instrumento piloto (entrevista semiestruturada) com um ator humano identificado como responsável, entre outros, pela criação do espaço. Tal ator constituiu a onda zero da amostra, e a partir das suas indicações, as ondas subsequentes foram formadas com atores institucionais, ou seja, ligados à BCE/UnB: onda 1.

De modo a compreender a visão de outros atores não institucionais (que participaram ou não dos eventos de 2018), nas ondas 2 e 3, optou-se por entrevistar usuários e ex-usuários do espaço e da BCE/UnB, e entender como este lugar simbólico é apreendido pela comunidade acadêmica.

Por questões de limitação temporal, optou-se por estabelecer um recorte na pesquisa, e trabalhar com 10 atores na amostra, haja vista que não seria viável alcançar o tamanho ideal de amostra, que seria aquela onde não fosse possível encontrar mais contatos para gerar uma nova onda, conforme Dewes (2013).

Nas subseções, a seguir, estão os relatos gerados a partir das entrevistas semiestruturadas aplicadas com cada um dos atores identificados nas ondas. Considerando que o relato da TAR também é um ator não-humano, buscou-se, de fato, *relatar* a entrevista, ou seja, não escrever de forma linear no tipo pergunta-resposta, mas *descrever* como foi a entrevista e que pontos foram elencados pelos atores na sua relação com os livros, com a biblioteca, com o trabalho/estudo e com o espaço, conforme o roteiro utilizado para conduzir a entrevista, que se encontra disponível para consulta no apêndice.

Ainda que os nomes dos atores seja um passo importante para precisar os papéis no curso de ação, optou-se por não os identificar nos relatos, como uma maneira de assegurar-lhes a confidencialidade das informações concedidas e o sigilo de seus dados pessoais, uma recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB. Sendo assim, os atores serão designados com a expressão “ator” e o número: ator semente, ator 1, ator 2 e assim por diante.

8.4.1 Onda zero

Com base na pesquisa documental, foi identificado alguém que participou ativamente dos eventos ocorridos naqueles meses de outubro e novembro de 2018 e realizada a primeira entrevista, em 04 de dezembro de 2023. Este “ator semente” compõe nossa “onda zero”.

Este ator sempre gostou de livros, que influenciaram sua carreira acadêmica e profissional. Possui graduação em biblioteconomia, e pós-graduação em ciência da informação. Trabalha na biblioteca.

Em sua visão, *o livro* sempre foi “um símbolo de evasão de significados”, um símbolo impresso e significativo – o que coaduna com a ideia de semióforo. Entende que seu trabalho se relaciona às bases do que se entende por humanidade, e compromete-se com a missão institucional da biblioteca.

Em relação à *biblioteca*, considera essa instituição um patrimônio público de elevada importância simbólica. Relata que, por isso mesmo, tudo o que aconteceu trouxe instabilidade ao ambiente de trabalho: frequentemente obras eram encontradas rasgadas no acervo, e isso trazia uma sensação de “ameaça”; mas naquele ano de eleições, aquilo ocorreu com frequência e de forma direcionada: livros sobre a ditadura, sobre os direitos humanos, sobre religiões de matriz africana, entre outros; estavam entre os alvos.

O país estava vivendo um momento muito complicado com a polarização política, e isso se refletiu na universidade e na biblioteca. À medida em que encontravam livros dessas temáticas rasgados e riscados, os bibliotecários se convenciam de que não era uma coincidência. Então, em outubro, ao encontrarem mais dois livros mutilados, tomaram a decisão de publicar a nota. Aquela situação que se tornava recorrente foi entendida como um ataque muito claro aos nossos direitos, uma violência “pequena” que pode expandir para uma violência estrutural, conforme descreve.

Pessoalmente, ao ver os livros mutilados, relata sentimentos como raiva, vontade de chorar, sensação de impunidade e até vontade de proteger os livros, guardando-os longe do público. Mas aquela situação ruim serviu de ponto de reflexão, e o projeto de fazer uma coleção dedicada aos direitos humanos – que já estava presente na mente dos gestores há algum tempo – ganhou força. A partir daí, todos – servidores, terceirizados, estudantes, professores – mobilizaram esforços para concretizar a ideia.

A sala ASS-17/30(154), no primeiro subsolo da biblioteca, que fica em frente ao salão de estudos do Multimeios, estava desocupada, sendo utilizada somente como depósito. Então, a BCE

reuniu esforços institucionais com a Diretoria dos Direitos Humanos para realizar uma curadoria do acervo, identificando a pluralidade de temáticas para fazer parte do espaço. Uma exposição permanente também foi criada, as paredes foram pintadas e até o piano do compositor e maestro brasileiro, Cláudio Santoro (1919-1989), foi trazido para criar um espaço que motivasse o debate e promovesse a cultura.

O espaço foi pensado para ser de acolhimento e para rememorar a lembrança do ocorrido, bem como para ser um símbolo de resistência. Fizeram questão de colocar os livros rasgados expostos para lembrar, comover e convocar a comunidade à luta, e a ocupar aquele espaço.

Em uma reunião houve inclusive a discussão a respeito do nome do espaço, conforme relata. Havia o interesse, por parte de alguns, de que ele se chamasse “Espaço Marielle Franco”, em homenagem à vereadora assassinada, vítima de um atentado ocorrido em março daquele ano. Mas a questão da intolerância foi considerada, e, ao final, a proposta do uso do nome “Espaço Direitos Humanos” conseguiu maior adesão.

A data de 20 de novembro foi escolhida também como um símbolo para a inauguração, e autoridades foram convidadas para participar do evento, como a magnífica reitora, o deputado Fábio Félix, a deputada Érika Kokay, entre outros. O evento foi exitoso e reuniu um público considerável da comunidade acadêmica que veio prestigiar a iniciativa, e ainda teve música executada no piano, contando com uma banda improvisada com bibliotecários da BCE e uma estudante de biblioteconomia.

O resultado do trabalho de menos de dois meses – da decisão de fazer o espaço até sua inauguração – valeu a pena, pois o espaço se concretizou como uma resposta concreta da universidade contra a depredação de livros e ataques contra a democracia, e fornece um ponto de partida importante para qualquer um interessado em saber mais e pesquisar sobre os direitos humanos. Além disso, é um espaço de debate, cultura, mostra de filmes, reuniões etc. que a comunidade pode desfrutar, e um símbolo do livro como instrumento de libertação, conforme descreve.

O ator semente também realçou o papel histórico da UnB durante a ditadura, e como a censura impactou a biblioteca, que teve livros recolhidos e trancados no porão. Mas assim como a instituição lutou pela retomada do regime democrático, a biblioteca também cumpriu o seu papel nessa situação, dando um espaço corporificado aos debates democráticos e a favor dos direitos

humanos. O ator semente ainda citou o nome de outros atores importantes no processo, que comporão a onda 1 adiante.

8.4.2 Onda 1: atores institucionais

Essa primeira onda é composta por atores indicados pelo ator semente como também influentes na criação do Espaço. Sendo assim, foi realizada uma entrevista – em 08 de março de 2024 – com o “ator 1”. Esse ator sempre gostou do ambiente da biblioteca e sempre trabalhou nessas instituições.

Com relação aos livros, os enxerga como fonte de informação, mas também os atribui valor sentimental. Nesse ponto, notamos que o perfil técnico desse ator direciona, nalguma medida, sua visão do livro como fonte de informação, em primeiro lugar; e depois, como algo com algum valor pessoal, quando indagado acerca de sua relação mais afetiva com esses objetos.

Com relação ao caso de 2018, o ator 1 relata que, na época, os demais profissionais encontravam os livros mutilados no acervo e levavam à sua pessoa. Relata que essa situação ocorreu várias vezes, até que passou a notar, com os colegas, o perfil dos livros que chegavam: livros de direitos humanos e de religiões pagãs. Assim, decidiram levar o caso à mídia. Especificamente, contataram a rede Bandeirantes para relatar a situação, e o caso foi ganhando proporção na medida em que esse e outros veículos de comunicação foram compartilhando a notícia.

Nota-se que o ator 1 estava no início do curso da ação, pois recebia os livros mutilados, e levou o caso à direção para que demais medidas fossem tomadas – tendo como resultado a criação do Espaço, que hoje interpreta como uma forma de protesto à situação ocorrida, conforme realça.

Na direção, o caso chegou ao “ator 2” – entrevistado em 18 de março de 2024. Este ator é natural de outro estado, e também trabalha na biblioteca. Relata que quando estava na escola, não tinha muito contato com os livros, pois, apesar de ter acesso a salas de leitura e bibliotecas, não tinha tanto contato com uma biblioteca que contasse com atividades bibliotecárias de incentivo à leitura. Sendo assim, lia ocasionalmente e, somente na época de prestar vestibular, seu interesse foi aumentando. Na universidade, sua relação com a leitura se intensificou: atualmente, lê de forma recreativa para “viver outras realidades” e de forma informativa.

Em virtude de sua atividade profissional, enxerga o livro como “um artefato de materialização do conhecimento”, que tem como papel ser um veículo de comunicação do conhecimento para democratizar o acesso e os processos de produção, disseminação etc. do conhecimento registrado: “É só mais um dos artefatos que servem à comunicação”.

Diz não ter muito apego aos livros – os objetos em si –, e sempre que empresta os seus, é sem perspectiva de que irão retornar. Atualmente lê no kindle por este ser um dos dispositivos que emulam a experiência com o livro físico.

Com relação à biblioteca, diz que em determinados contextos não há necessidade de haver uma biblioteca, mas sim de haver atividade bibliotecária, pois muito mais do que um espaço de acesso à informação registrada, essa instituição ocupa um espaço e um papel fundamental nos processos de democratização e socialização da informação. Sobretudo, “o mais importante são as pessoas”, e as experiências que podem ser proporcionadas a elas.

Em seu entendimento, os espaços da BCE (Direitos Humanos, POP, LER etc.) são uma maneira de fomentar essa socialização e dinamizar a produção e distribuição do conhecimento, que vai “além do livro, mas tem no livro uma possibilidade” de exercer essa função.

Em relação ao Espaço Direitos Humanos, relata que existia uma ideia, ainda que incipiente, para dar um foco no tema dos direitos humanos em vista dos acontecimentos daquele ano. Era um momento muito difícil de ascensão do fascismo na política e na sociedade como um todo, resultando na perseguição de defensores dos direitos humanos, como foi o caso de Marielle Franco.

O ator 2 frisa o quanto esse atentado contra uma mulher defensora dos direitos humanos impactou a todos. Nesse contexto, foram identificados livros vandalizados com temáticas que incomodavam muito grupos que demonstravam desdém aos direitos humanos. Cita, nesse ponto, livros sobre a teoria da evolução de Charles Darwin (que iam contra o fundamentalismo religioso), sobre os direitos humanos e livros críticos à ditadura militar.

De modo geral, essa vandalização foi tida como uma forma de intimidação, e uma negação do conhecimento científico materializada numa ação simbólica de mutilação. Tendo em vista a história da universidade – que já passou por situações de censura –, da própria BCE e do papel da ciência e da pesquisa, houve uma conexão dessas mutilações de livros com todo esse contexto, de modo que houve a necessidade de fazer algo: “Então vamos responder à altura”, para “demarcar muito bem que aqui [na BCE] não [se referindo à vandalização], aqui é um espaço plural onde os direitos humanos são cultivados...”.

O ator 2 frisa que o nome do espaço seria Marielle Franco, mas a equipe criada para tocar o projeto teve receio de retaliações, haja vista que em muitos lugares a vereadora estava sendo homenageada com placas etc., e esses objetos estavam sendo alvo de vandalizações. Contra a vontade deste ator, o nome não foi acolhido, mas houve acordo para o uso de “Espaço Direitos Humanos”, como o próprio ator semente já havia mencionado.

A equipe fez um levantamento do acervo já existente e foi realizada a compra de mais materiais. Como um espaço simbólico, o retrato de Marielle e de outros defensores importantes dos direitos humanos foram expostos. Hoje, o espaço carrega um simbolismo forte e promove atividades; inclusive, o salão ao lado agora conta com um mural sobre os direitos reprodutivos das mulheres, feito na ocasião do voto favorável de Rosa Weber à descriminalização do aborto no STF (em setembro de 2023), que compõe os direitos humanos das mulheres, e onde lê-se “Cuidemos umas das outras” e “Nem uma a menos”.

Imagem 12 – Mural sobre os direitos reprodutivos das mulheres (BCE/UnB)



Fonte: Arquivo pessoal.

Ações como essas demonstram o quanto a biblioteca possui politicidade; politicidade essa que, para o ator 2, não escolhe lado, ou melhor, escolhe o lado da ciência e dos direitos humanos. O relato desse ator demonstra como o enunciado inicial desse curso de ação começa bem antes da situação de mutilação de livros, pois o espaço já estava sendo pensado em face do contexto de instabilidade vivido, e corrobora como diante de um ataque aos livros como atores não-humanos a quem se atribui valor simbólico, a concretização do espaço também foi uma resposta política, tendo os livros também como sujeitos da ação.

Após a decisão de reunir uma equipe para criar o espaço, o ator 3 ficou responsável por reunir o acervo. Este ator relata que teve a oportunidade de trabalhar em uma biblioteca escolar, o que direcionou sua escolha profissional. Hoje trabalha na biblioteca, que considera uma instituição popular com peso e importância na sociedade, mas à qual não é dado o devido valor. Frisa que

valoriza a biblioteca, e enxerga nas ações realizadas pela BCE um esforço muito grande para impactar positivamente a comunidade – e que acaba reverberando na sociedade, chamando a atenção da mídia, por exemplo. Com isso, enxerga uma institucionalidade forte no nome da BCE, que angaria espaço, respeito e adeptos. Cita o Espaço LER, recém-inaugurado, como um exemplo dessas ações.

Já o livro, em sua visão, continua forte mesmo em meio a outras mídias. Quando perguntado acerca de como enxerga o livro, indaga “em quê sentido?”, algo que denota que há vários sentidos/dimensões para o livro. Cita que podemos falar do livro como objeto, como canal, ou mesmo como símbolo de afeto.

Por seu trabalho estar relacionado com o tratamento técnico desses objetos, ela os vê de uma forma pragmática, como coisas que possuem a função agregada de informar. Mas pelo lado pessoal, diz não ter apego pelos livros, apesar de manter sua biblioteca particular e não emprestar os seus, pois prefere presentear quando for o caso.

Com relação ao Espaço Direitos Humanos, relata que o grande motivador para reunir aquela coleção foram os casos de mutilação de livros. Assim como os demais entrevistados, realça que já haviam casos antes de outubro de 2018 de livros sendo encontrados mutilados, mas a partir da reincidência, formou-se uma equipe para criar o espaço, e sua função foi selecionar o material que comporia esse acervo.

Dessa forma, estabeleceu contato com o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da UnB para que pudessem sugerir obras para compor o acervo. Na BCE, as obras que já existiam sobre o assunto foram remanejadas para o espaço. Também realça, conforme visto, que foi sugerido que o nome do espaço homenageasse Marielle Franco, no entanto, a ideia não foi pra frente. Todo o espaço foi pensado para ser exatamente do jeito que é atualmente, com o mobiliário organizado da forma como está, os quadros das personalidades influentes nos direitos humanos, o piano, a arte da parede – feita por uma colega – etc.

Imagem 13 – Croquis do Espaço Direitos Humanos



Fonte: Ator 3, BCE/UnB.

Cita também que em 2023 foi realizada outra consulta ao PPGDH para renovar o acervo, e mediante as sugestões, cerca de 60 títulos estão em processo de compra. Outro ponto interessante é a revisão como um todo do acervo, realizada com o intuito de retirar materiais desatualizados e que não mais estão alinhados com as novas abordagens nos direitos humanos.

Com relação ao uso do espaço, relata um fato ocorrido que lhe chamou atenção: uma estudante, em certa ocasião, entrou no espaço, apagou as luzes e fechou a porta para dormir. Tratava-se de uma estudante em situação de vulnerabilidade social. O ator 3 foi até ela explicar que não era possível restringir o acesso ao espaço para uso particular, ao passo que a aluna respondeu “isso não tem nada de humano”. Foi uma situação que trouxe à tona questões estruturais – de estudantes em situação vulnerável, e que encontram na biblioteca também um espaço de abrigo –, e questões éticas – visto que a biblioteca existe para atender a todos, mas particularizar um ambiente o restringe aos demais, o que não coaduna com sua função.

Outro ponto importante elencado é o fato de serem realizadas ações no espaço para fomentar seu uso: por exemplo, ele está no roteiro de visita à biblioteca, e alguns professores já solicitaram realizar algumas aulas lá. Porém, sempre que um grande grupo se reúne ali, os estudantes do salão ao lado reclamam de barulho, algo que, de certo modo, pode vir a reprimir algumas reuniões no futuro. No entanto, aquele salão é de ruído moderado e permite reuniões, o que demonstra a necessidade de informar aqueles usuários que virem a reclamar do barulho.

De modo geral, o ator 3 trouxe a importância de ter um espaço que dá visibilidade aos direitos humanos e é um lugar de apoio às atividades que podem ser realizadas, como visitas, aulas e reuniões.

Alguém que não é da BCE, mas ajudou ativamente no processo de consolidação do espaço é o ator 4, que relata que sua infância foi marcada pela influência dos tios bibliotecários, que possuíam uma biblioteca em casa e inclusive pagavam para que catalogasse seus livros em fichas.

Aprendeu a ler antes da alfabetização na escola, assim como seu avô materno, que era autodidata. Diz que esse avô “lia exageradamente”, e possivelmente, possuía algum grau de autismo com hiper foco na leitura, embora não tenha sido diagnosticado. Em sua família, acreditavam que ele ficou “louco”, pois lia muito; e pelo fato deste ator, assim como ele, ter aprendido a ler por si mesmo, a mãe chegava a controlar o quanto lia, com receio de que ficasse como o avô.

O livro era uma maneira de fugir da realidade. À medida em que foi crescendo se envolveu em movimentos sociais, e sempre frequentava bibliotecas: era um espaço de encontro desses movimentos, para conversar e realizar cineclubes. Com isso, o grupo o qual fazia parte foi convidado a participar da construção de uma biblioteca na cidade Estrutural, e como já conhecia muito sobre bibliotecas, se envolveu ativamente no processo.

A biblioteca ficava num galpão ao lado de um lixão a céu aberto na quadra 16 da cidade. Enquanto os pais trabalhavam, as crianças ficavam nesse galpão (que era uma creche), e surgiu a necessidade de criar a biblioteca para auxiliá-las em suas atividades escolares, concretizada com livros que os próprios catadores encontravam no lixão. Pela noite, era a vez dos pais irem para o galpão e terem aulas de alfabetização. Então, além de ajudar na construção da biblioteca, este ator trabalhava com a alfabetização de adultos.

Essa experiência foi muito significativa, e a partir disso, decidiu cursar biblioteconomia. Atualmente é docente na área e atua num projeto de extensão que também auxilia uma outra biblioteca da Estrutural¹¹⁵ – a que trabalhou como alfabetizadora acabou fechando quando o lixão da quadra 16 foi extinto.

Conforme podemos ver, este ator sempre gostou e frequentou bibliotecas, e seu lugar preferido atualmente é a BCE. Até hoje, gosta de ir estudar lá por esse espaço remeter à concentração, foco e produção. Mas mais do que isso, frisa o quanto esse espaço sempre foi importante em sua vida por ser um lugar de encontros – diz teve que os melhores *insights* da sua vida acadêmica conversando com colegas de outros cursos, nas pausas de estudo que fazia na BCE.

Enquanto instituição social, entende que a biblioteca tem esse papel fundamental de encontro, além de possibilitar a circulação do livro para quem não tem acesso. Mas, sobretudo, “a biblioteca é sobre pessoas”, um espaço de encontros culturais e políticos. Conta que foi socializada no espaço da biblioteca, e hoje leva o filho para desfrutar de bibliotecas infantis e livrarias.

Um fato curioso é que apesar de usar muito o espaço, pegou poucos livros emprestados, pois seu processo de aprendizado foi direcionado a uma leitura impressa, marcando os livros. Por isso, prefere comprar livros a pegá-los emprestados. Tem o hábito de trocar livros com marcações com pessoas de seu círculo, de modo que estabelecem um diálogo entre si nas páginas marcadas.

¹¹⁵ Essa biblioteca foi criada a partir da iniciativa da líder comunitária Abadia Teixeira e sua irmã Jeruza Teixeira, moradoras da estrutural. Elas criaram a biblioteca “Catando Palavras” em 1998, a partir dos livros que eram encontrados no lixão da cidade. Hoje é uma biblioteca comunitária de referência que está associada a uma editora e ao museu comunitário da cidade.

Estes livros e suas marcas “são conversas muito valiosas”, portanto, tem um apego, um “chamego” com estes livros específicos.

Ainda assim, não se opõe à leitura em tela, e utiliza um aplicativo de leitura e o kindle. Gosta da praticidade de poder ler e ter à disposição recursos de tradução etc. Assim, lê em ambas as mídias. Pensa no livro como algo muito além do objeto físico, pois sua forma física foi transformada ao longo do tempo. Apesar dessas transformações, acredita que há uma dificuldade em reconhecer os outros formatos – para além do físico – no qual o livro se apresenta. Em sua visão, ainda estamos tateando as outras possibilidades do livro.

Enxerga a forma física desse objeto como uma característica transitória. Nessa direção, o entende mais como conteúdo, como “inscrição de conhecimento, de saber”. Não acha que o livro, por si só, tenha propriedades miraculosas de salvar alguém, “mas é um instrumento usado pro progresso dos saberes”, indubitavelmente.

Além disso, é um instrumento de comunicação que amplifica as vozes ali registradas, e pode acabar por constituir um espaço privilegiado onde só alguns tem reconhecidas as suas vozes. Por seu simbolismo, o livro traz uma ideia de intelectualidade que pode ser enganosa, e sempre representa as controvérsias que existem na sociedade. O ator 4 ainda reforça que “o livro é manifestação de uma cultura que se inventa, que é colocada”, valorada, e no mundo contemporâneo se apresenta híbrida. Enxerga um movimento de influenciadores do mundo digital buscando legitimar seu espaço publicando livros físicos, e acha isso curioso.

Com relação aos eventos de 2018, diz que todos estavam muito temerosos com a violência na universidade, pois ninguém sabia o que poderia acontecer. Antes dos livros mutilados, já haviam pichado uma ameaça (Columbine na UnB) nos banheiros da BCE, o que já tinha trazido medo.

Por ter uma relação próxima com o ator 2, recebeu uma ligação compartilhando que livros haviam sido encontrados mutilados, e conversaram sobre o que poderia ser feito. Nesse ponto, realça que foi discutido tanto se era melhor não fazer nada (e não dar visibilidade aos agressores), quanto o que fazer (e como isso acabaria dando visibilidade aos agressores).

Decidiram agir, pois estavam fazendo aquilo justamente para silenciar os debates sobre os direitos humanos, e era justamente o que não permitiriam que acontecesse: “vamos responder mais alto”. Eles organizaram a manifestação em frente à BCE em 10 de outubro, o que gerou visibilidade ao tema: “As pessoas queriam ver os livros”, após a manifestação, e daí a ideia de expor os objetos mutilados.

O Espaço Direitos Humanos foi criado, assim, para ser mais do que um espaço ou o acervo, mas para ser lugar de reunião, de discussão sobre o tema, pois já que queriam silenciar a biblioteca, esta responderia com mais oferta de informação. O espaço materializa essa ideia, em sua visão.

De modo geral, os atores institucionais, entre servidores da BCE e professores, tendem a enxergar o livro mais como um instrumento de disseminação da informação, enfocando seu conteúdo, o que se aproxima, nalguma medida, da perspectiva fisicista que predomina no campo. Por outro lado, entendem a biblioteca como uma instituição ativa na sociedade, que, com sua politicidade, realiza ações e prioriza os sujeitos, sendo as fontes de informação um meio para atender aos interesses e necessidades informacionais e cidadãs. Desse modo, nota-se que eles consideram a dimensão fisicista e outras dimensões do seu fazer profissional, da biblioteca e do objeto livro.

Também foi possível notar fases desse curso de ação no nível institucional, que se inicia a partir do recebimento de livros mutilados e comunicação à direção e aos veículos de comunicação. A direção estabelece conversas com os servidores e uma professora da UnB, e decidem fazer uma manifestação. O interesse em ver os livros mutilados e a ideia encapsulada de dar visibilidade ao tema reúnem uma equipe para criar o espaço. O PPGDH é outro ator institucional acionado para contribuir na definição do acervo, e menos de dois meses após o fato o espaço é inaugurado, à imagem e semelhança de seus croquis.

8.4.3 Onda 2: os atores usuários da BCE em 2018

Conforme dito, a onda 2 foi formada por usuários da BCE/UnB que estiveram inseridos no contexto dos eventos de 2018 que deram origem ao espaço. Em 08 de março de 2024, um usuário que visitava o espaço foi convidado a participar da pesquisa. Este usuário estava matriculado em 2018 e se recordava dos eventos. Trata-se do “ator 5”, graduado em biblioteconomia e que tem uma relação de carinho e apego com os livros e com as bibliotecas, por serem instituições que guardam livros.

Nas palavras do ator 5, “o livro é uma janela que te permite visualizar múltiplos horizontes”. Sua relação com a leitura começou ainda criança, quando estava na 4ª série e leu seu primeiro livro de literatura em um projeto da escola. A partir daí, passou a gostar e colecionar livros, e diz, assim como o ator 3, que não os empresta e prefere presentear, pois já emprestou livros que não

retornaram à sua coleção, ou outros que retornaram com muitas marcas. Em sua visão, ao emprestar, não podemos garantir que o outro terá tanto cuidado quanto nós temos ao lê-los.

Em relação à biblioteca, entende que essa instituição é importante por possibilitar o acesso ao conhecimento, o que denota sua função social. Sempre frequentou as salas de leituras de suas escolas e, atualmente, utiliza mais os serviços online da biblioteca que frequenta do que o espaço físico propriamente dito.

Entrou na UnB em 2017, então testemunhou os eventos de 2018. Relata ter tido uma reação de espanto por achar que na biblioteca os livros estavam seguros. Acha difícil aceitar que mutilaram os livros “pelo prazer de mutilar”. Apesar de não ter participado da manifestação em 10 de outubro, compartilhou a nota da instituição nas redes sociais.

Também foi pelas redes sociais que ficou sabendo da inauguração do espaço, e foi conhecê-lo. Diz que gosta de passar lá quando vai à biblioteca, por ser um espaço bonito e aconchegante, que representa uma resistência.

Quando perguntado acerca das ações que poderiam fomentar o uso do espaço, sugeriu atividades cooperativas como debates sobre os direitos humanos ou documentários e filmes acerca do tema e dos defensores ali representadas (nos quadros). Além disso, sugeriu atividades culturais como sarais de poesia e exposições.

O ator 5 indicou outros atores que conhecia que estavam na universidade em 2018. Esses atores foram contatados e convidados a participarem da pesquisa. O primeiro ator que aceitou o convite é o “ator 6”, que cursou filosofia na UnB e atualmente é ensina a disciplina em uma escola pública. Sempre gostou muito da área e por isso resolveu atuar nela.

Sua relação com os livros é influenciada por sua atuação profissional. O livro é o seu principal objeto de trabalho, utilizado para pesquisas dentro e fora de sala de aula. Apesar de os pais sempre terem incentivado a leitura, só adquiriu esse hábito com mais intensidade na graduação. Possui uma coleção de livros em casa. O ator 6 comentou que não tem problemas em emprestá-los mesmo sabendo que podem não retornar. Há livros que possui apego e outros não, depende da relação que tem com cada objeto em particular: se fez parte de um momento importante de sua vida, se ganhou de presente etc.

Com relação à biblioteca, frequentava mais para socializar do que para pegar livros emprestados, com exceção da época da universidade, quando frequentava bastante a BCE para estudar. Acredita que essa instituição representa “um grande espaço de memória e de acesso

democrático à informação”, ainda que haja a ressalva de que nem todos tem à disposição uma biblioteca perto de casa para frequentar.

O ator 6 entrou na UnB em 2017 e, portanto, foi contemporâneo aos eventos de 2018. Não participou de nenhuma manifestação, mas achou “uma burrice tão grande” a situação ocorrida, pois, em sua visão, rasgar um livro é uma ação que não tem propósito, apesar do valor simbólico negativo.

Conhece o espaço, porém, não sabia que ele havia sido criado como resposta a essa situação específica. Acredita que se trata de algo importante para a biblioteca e para a comunidade recordarem a importância dos direitos humanos. Inclusive, destaca que no ano de 2018 estava cursando uma disciplina sobre Tópicos em Psicologia da Educação que justamente trabalhava os 70 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que pensou que o espaço também era uma forma de homenagear esse fato.

O ator 6 sugeriu ainda divulgar o espaço nas redes sociais da instituição, criar conteúdos e chamar a comunidade, pois nem todos conhecem a história por trás do espaço, assim como ele.

Outro ator entrevistado foi o “ator 7”, que começou a estudar na UnB em 2018 no curso de ciências contábeis, e atualmente trabalha em uma empresa de auditoria.

Conta que gostaria de fazer faculdade de economia, mas acabou passando em ciências contábeis e se interessou pelo curso. Sempre teve o hábito de leitura, pois a mãe sempre lhe dava livros de presente. O ator 7 tem hoje uma coleção de livros de diversos assuntos, e prefere o livro físico ao digital, pois tem mais apego ao objeto. Argumenta que a leitura física prende mais do que a leitura em tela, e todos os recursos disponíveis para a distração. Com relação ao objeto em si, acha bonita a sua estética, gosta do cheiro, do toque, de marcá-los à vontade com canetas e post-its: em suma, acha a leitura em papel “mais real”.

Prefere os livros físicos para ler recreativamente, mas, quando precisa estudar, lê a versão digital, pois geralmente não sente a necessidade de guardar o texto fisicamente. Sempre frequentou bibliotecas e gostou de passar tempo nelas. Quando era criança, gostava de ler quadrinhos e, na adolescência, gostava de os socializar com os amigos. Também sempre teve o hábito de pegar livros emprestados na escola, na universidade, e com os amigos.

Para este ator, a biblioteca “é um espaço que a gente ainda vê mais com um olhar como quando precisa de algo”, mas mais do que isso, deve ser vista como um espaço de debate, interação e socialização.

Com relação aos fatos de 2018, lembra que foi um período mais conturbado e entende que a mutilação dos livros foi um ato para causar medo. Recorda-se de ameaças na universidade, e acredita que a destruição desses objetos é um sinal de que os direitos humanos sempre estão em risco, principalmente naquele ano, com a eminência da eleição de um candidato que não defendia essas causas.

O ator 7 realça, ainda, sentimentos como medo e impotência se se deparasse com a mutilação desses livros, pois a violência física contra o objeto é uma imagem simbolicamente forte. Após a inauguração, conheceu o Espaço, e gostava de passar lá sempre que ia à biblioteca. Ele, o Espaço, lhe pareceu pouco movimentado, “um espaço parado”, e acha que falta eventos para chamar a atenção da comunidade.

De modo geral, os usuários da BCE que estiveram presentes em 2018 corroboram o quanto o clima na universidade era temeroso, não só sentido pelos servidores, quanto também pelos estudantes. O apego ao livro é evidente na fala dos entrevistados, e mesmo aquele que diz não ter apego ao objeto reforça que depende do objeto. O livro é visto pelo seu conteúdo (informação registrada) e pelos sentimentos que evoca, pela sensação, toque, cheiro; em suma, pela experiência “mais real” de leitura: novamente, vemos os atravessamentos de múltiplas dimensões deste objeto.

8.4.4 Onda 3: os atores usuários da BCE

A onda 3 foi formada por usuários da BCE/UnB que utilizam atualmente os seus serviços, de modo a compreender como o espaço é percebido e utilizado pela comunidade. Dois usuários foram escolhidos aleatoriamente e convidados a participar da pesquisa.

Em 04 de dezembro de 2023 foi realizada entrevista com o “ator 8”, discente do curso de biblioteconomia, que sempre se sentiu confortável com o silêncio da biblioteca e enxergou esse espaço como um espaço de paz, que lhe traz prazer e bem estar. Enxerga as bibliotecas, por sua vez, como espaços culturais e inclusivos que fomentam a convivência, e possibilitam um mundo de oportunidades, assim como a universidade.

Por ter entrado na universidade após o ano de 2018, não tem memórias sobre a mutilação dos livros, apenas “ouviu dizer”. Diz que a ideia de livros mutilados é “como se fossem pessoas mutiladas”, pois há uma relação de zelo com esses objetos e sua mutilação passa uma “mensagem para ferir”.

Em sua opinião, ter um espaço como é o Espaço Direitos Humanos é importante para que casos como esse não ocorram novamente. Espaços de memória são fundamentais para resgatar histórias e lembrar acontecimentos. Nesse ponto, citou o papel do Museu da Memória Viva de Ceilândia, cidade¹¹⁶ em que vive e que se propõe a manter viva a memória daquela territorialidade.

Também realçou que o Espaço Direitos Humanos lhe traz conforto, principalmente por conta da fotografia exposta lá de Marielle Franco, quem a mãe conhecia, e cujo assassinato foi algo muito duro para sua família. Foi justamente essa fotografia chamou sua atenção para entrar no espaço pela primeira vez, após saber de sua existência pela página do Instagram “UnB Sincera”, que publicou uma foto do espaço com o piano de Cláudio Santoro, algo que lhe despertou o interesse. Até o momento da entrevista, no entanto, não sabia os motivos que levaram à criação do espaço.

Atualmente diz que frequenta a biblioteca – e, conseqüentemente, o espaço – menos do que gostaria, pois possui muitas multas pendentes. Assim que quitá-las, quer frequentar mais a biblioteca, pegar mais livros emprestados e usufruir dos serviços.

Acredita que para fomentar o Espaço Direitos Humanos, poderiam ocorrer ali as reuniões do clube do livro da biblioteca, bem como oficinas para que todos conhecessem a história do espaço – pois mesmo sendo do curso de biblioteconomia, não sabia essas informações. Acha que o espaço precisa ser mais divulgado para que os alunos não fiquem com receio de entrar em lugares que não conhecem, assim como um dia também teve.

Notadamente, o ator 8 tem uma relação próxima com os livros e as bibliotecas, que sempre estiveram presentes em sua trajetória escolar, e agora, universitária. Seu relato demonstra que as novas gerações de estudantes ainda não conhecem o espaço e precisam ter acesso a essas informações, de modo a se sentirem mais confortáveis de explorar a biblioteca e os serviços oferecidos.

Outra entrevista foi realizada em 06 de dezembro de 2023 com o “ator 9”, discente do curso de letras estrangeiras aplicadas e que também enxerga sua relação com os livros e a biblioteca como algo importante.

¹¹⁶ O Distrito Federal é formado por 35 regiões administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental em termos de descentralização administrativa e coordenação de serviços públicos. A Região Administrativa de Ceilândia – RA IX foi criada institucionalmente em 1989, com a Lei nº 11.921 (SEGOV, c2024), e atualmente é uma das regiões mais populosas e conhecidas do DF, com uma rica cultura marcada pela migração nordestina, o hip hop, arte de rua, entre outras manifestações culturais.

Deposita no livro “confiança e poder”; vê esse objeto como algo tão importante que não deveria ser comercializado, pois não se vende o conhecimento. Diz que, por isso, dos inúmeros livros que tem em casa, sempre está inclinado a doar, ao invés de cogitar vendê-los. Em sua visão, a biblioteca “é um espaço acessível na teoria. Mas não é pra todo mundo”. Entende que essa instituição se afasta de alguns; como exemplo, cita o fato de não estar aberta geralmente em horários não comerciais, quando pessoas que trabalham durante o dia teriam tempo de frequentá-las.

Apesar de considerar a biblioteca um lugar importante, o ator 9 vê que seu contato com a BCE ainda é pequeno, pois tem que fazer estágio e não tem muito tempo para usufruir da biblioteca após as aulas. Antes do estágio, sempre a frequentava para estudar, descansar ou conversar com amigos.

Por ter entrando na universidade em 2019, não sabia do caso de mutilação de livros e da história do Espaço Direitos Humanos. Em relação ao caso de mutilação, diz que “Mutilar é uma palavra pesada. Se tratando de um livro parece uma pessoa desalmada que não entende o significado do livro”.

Essa situação lhe traz uma ideia de retrocesso e sentimento de revolta e impotência, pois se trata da destruição de “um objeto que tem um simbolismo forte, ainda mais num momento de fragilidade da democracia”, como era o caso em 2018. Diz que não teria coragem de jogar um livro fora, desprezá-lo, independentemente de qual fosse o livro, e que a situação de mutilação traz muita agressividade.

O ator 9 conheceu o Espaço Direitos Humanos numa visita guiada na biblioteca no início do curso, mas na ocasião não falaram a história do lugar. Acha que é um espaço muito importante para mostrar que podem tentar destruir os livros, mas não vão conseguir: “mostra que a ideia prevalece. Tem toda uma narrativa”.

Pensa que para promover o espaço deviam ser criadas rodas de conversa, usar o espaço para fazer exposições, passar documentários sobre militantes, os professores realizarem atividades com os alunos, entre outros.

Os relatos dos atores 8 e 9 corroboram a importância de se educar a nova geração de estudantes sobre o espaço, e que nele poderiam ser realizadas mais atividades para fomentar seu uso. Vemos usuários intimamente relacionados com os livros, que mantêm sua biblioteca particular e veem nesse objeto um semióforo. Aqui, mais do que nas outras ondas, prevalece outras dimensões

do livro – para além da física. Novamente, a biblioteca é tida como esse importante espaço de vivências e experiências.

A fala do ator 8, nalguma medida, relaciona-se com a fala do ator 2, pois foram relatos onde o assassinato de Marielle tocou pessoalmente os atores. O ator 2 defendeu abertamente o nome do espaço Marielle, mas a ideia não foi consenso, ao passo que colocou a imagem dela na parede, de forma que seria a primeira ativista de direitos humanos vista na entrada do espaço. Essa mesma imagem foi o que atraiu o ator 8 para o espaço: entre os atravessamentos das vivências descritas, os relatos se encontram de uma maneira muito simbólica atrelados ao Espaço no subsolo da biblioteca.

Imagem 14 – Visão da Entrada do Espaço Direitos Humanos



Fonte: Arquivo pessoal.

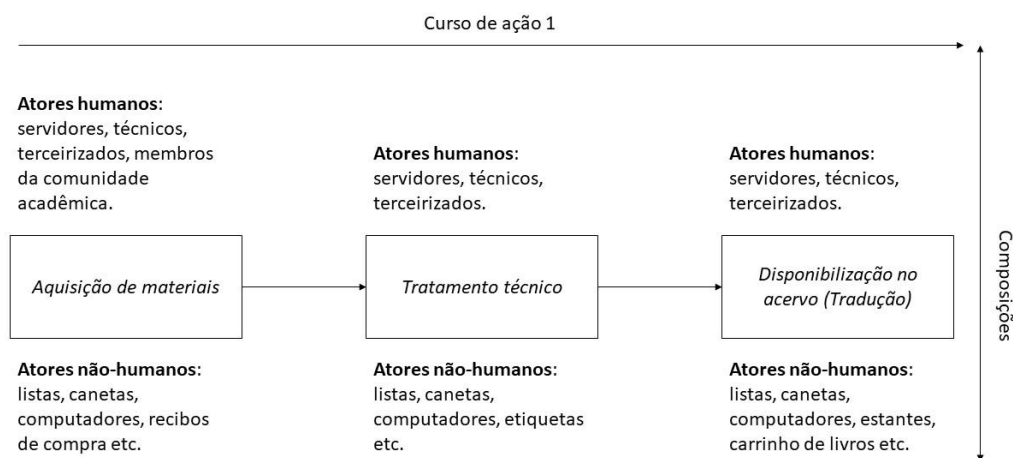
8.5 Agenciamentos

Inspirando-nos nos ensinamentos obtidos a partir da leitura de pressupostos da TAR, nosso “laboratório” é o Espaço Direitos Humanos. Ele faz parte de uma tradução de um curso de ação que sofreu um desvio, uma interrupção. Partindo das controvérsias, podemos considerar que as polarizações políticas de 2018 levaram atores humanos, de um lado, a defender a democracia; e, do outro, atacar as instituições democráticas. Na BCE, uma forma simbólica de atacar a democracia e os direitos humanos foi a mutilação de livros dessas temáticas.

Consideremos um **curso de ação 1** – dos vários possíveis – da biblioteca. Materiais impressos são adquiridos via compra e/ou doação, tratados tecnicamente, passando por setores da biblioteca até chegar às estantes.

Nesse curso de ação, entre um material ser cogitado pela seleção até sua compra e disponibilização no acervo há uma série de **composições**: 1)¹¹⁷ para realizar a compra, o bibliotecário (ator humano) deve avaliar a demanda da comunidade (atores humanos), fazer pesquisas em determinadas fontes (atores não-humanos) e elaborar uma lista (ator não-humano); 2) para comprar, efetivamente, o bibliotecário (ator humano) deve realizar um pregão (ator não-humano), negociar com editoras e livrarias (formadas por atores humanos e não-humanos) e comprar, realizando todos os procedimentos administrativos cabíveis (envolvendo atores humanos e não-humanos); 3) quando os materiais chegam, é necessário tratá-los, catalogá-los, indexá-los, imprimir etiquetas etc. (envolve atores humanos e não-humanos); 4) os materiais são levados às estantes corretas e disponibilizados no sistema (envolve atores humanos e não-humanos); entre outros.

Imagem 15 – Curso de ação 1 possível para a biblioteca (da aquisição à disponibilização no acervo)

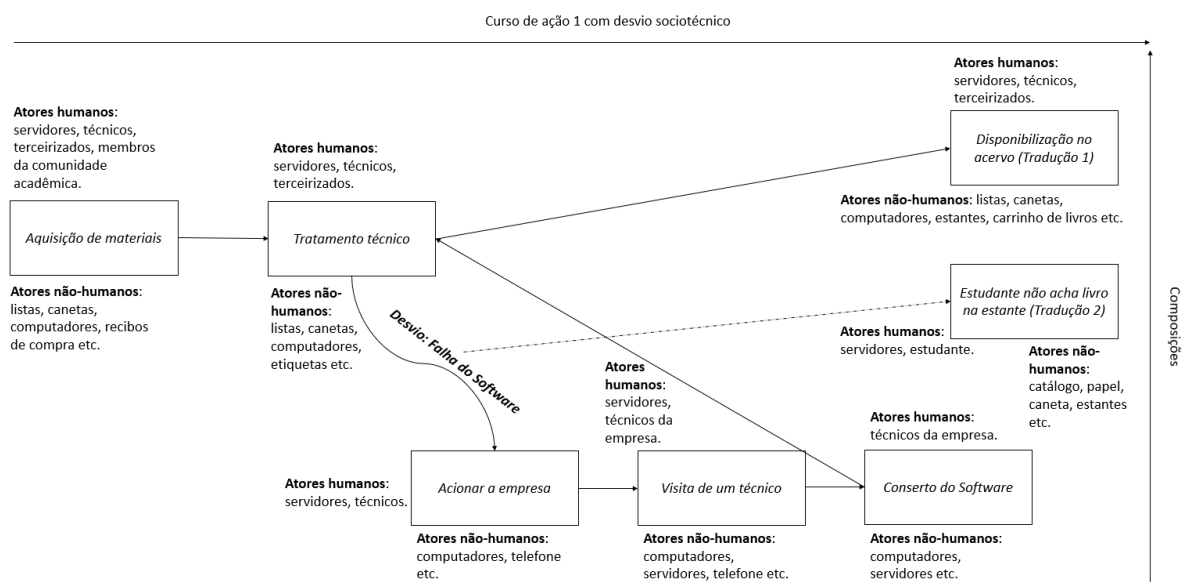


Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

¹¹⁷ Mesmo antes da compra, o profissional bibliotecário participa de diversas composições, como o planejamento (que envolve análise de séries temporais, projeções, pesquisas de opinião e atitude), escrita das diretrizes para processos decisórios, formalização de uma política de desenvolvimento de coleções para a instituição (com objetivos, comunidade alvo, escopo do acervo, parâmetros gerais da coleção, formas de aquisição, desbaste, avaliação), entre outras.

Se qualquer coisa acontecer nesse curso de ação, se houver um **desvio**, todo o curso de ação pode ser prejudicado, e ao invés da tradução ser “Disponibilização no acervo”, poderia ser “Usuário/leitor¹¹⁸ não acha livro na estante”. Por exemplo, se na composição 2 (tratamento técnico) o *software* de gestão da biblioteca falhar, não seria possível catalogar, indexar o livro naquele momento, podendo demandar atores humanos e não-humanos no conserto desse objeto sociotécnico (o *software*); e atrasar o curso de ação, ocasionando uma nova tradução.

Imagem 16 – Curso de ação 1 possível para a biblioteca (com desvio sociotécnico)

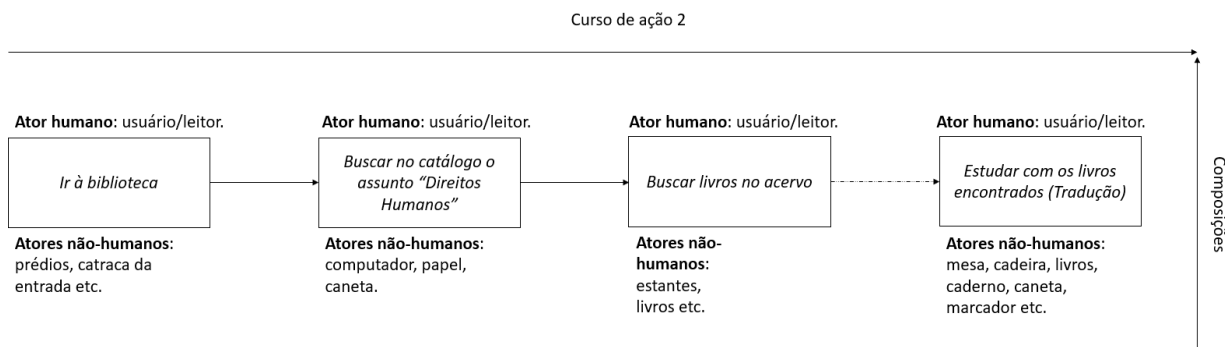


Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Agora imaginemos um **curso de ação 2** possível da biblioteca. Um usuário/leitor (ator humano) está interessado no tema dos direitos humanos, e vai até a biblioteca (ator não-humano) para buscar um livro (ator não-humano). Ele busca num computador na entrada (ator não-humano) o assunto no catálogo e anota em um papel com uma caneta (atores não-humanos) o número de chamada do livro (ator não-humano). Vai até a estante (ator não-humano) correspondente e busca entre os livros (atores não-humanos) aquele que procura. O usuário/leitor encontra o livro, senta em uma mesa (ator não-humano) e vai estudar o assunto.

¹¹⁸ Apesar de os estudantes fazerem parte do público-alvo da missão institucional da BCE/UnB, os atores que a frequentam e utilizam seus produtos e serviços serão designados de “usuário/leitor”. Denominá-lo desse modo é relevante, pois, a BCE/UnB recebe usuários externos à comunidade universitária. É importante também, pois em relação às ações biblioclastas não se sabe que segmento cometeu a mutilação dos livros na instituição.

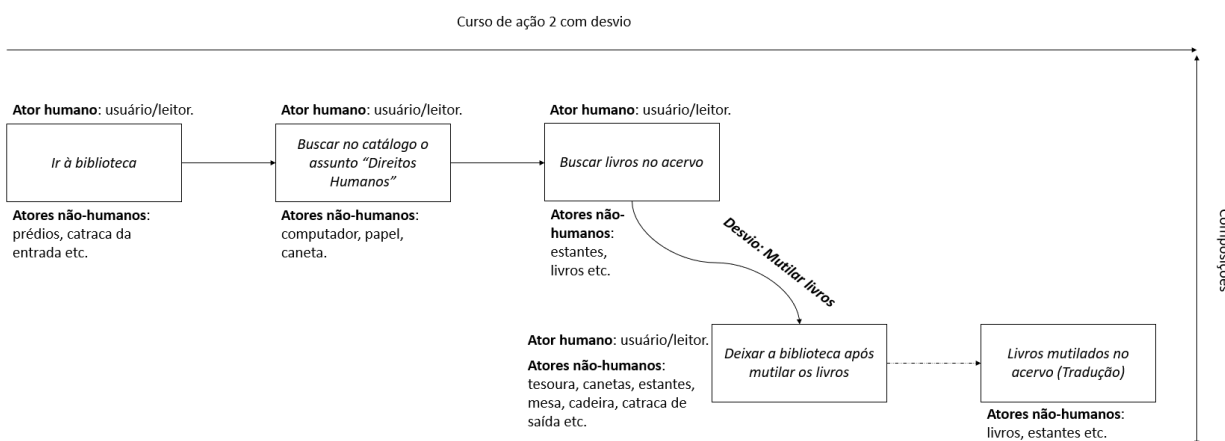
Imagem 17 – Curso de ação 2 possível para a biblioteca (partindo de um ator humano usuário/leitor com intenção de aprender sobre direitos humanos)



Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Um **desvio** nesse curso de ação 2 poderia ocasionar na tradução “Livros mutilados no acervo” ao invés de “Estudar com os livros encontrados” se as intencionalidades desse usuário/leitor fossem diferentes. Partindo da controvérsia da polarização e pendendo para o ataque aos direitos humanos e à democracia, esse usuário/leitor vai à biblioteca e dirige-se ao acervo do tema. O usuário/leitor biblioclasta escolhe livros de direitos humanos e sobre a ditadura militar, e por ver nesses livros um semióforo, decide depositar ali seu ódio, mutilando-os (desvio). Rasga e risca as páginas, atentando não só contra o livro e o patrimônio público, mas contra as ideias e grupos sociais ali representados.

Imagem 18 – Curso de ação 2 possível para a biblioteca (com desvio de um ator humano usuário/leitor biblioclasta com intenção de mutilar livros)

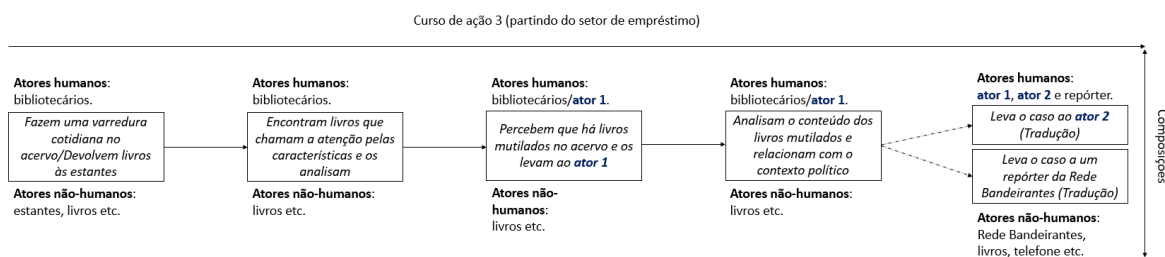


Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Ainda que não tenhamos como rastrear os fatos por este ou todos os atores humanos responsáveis pela mutilação – os biblioclastas –, haja vista que ninguém foi identificado e responsabilizado até o momento, o curso de ação proposto visa ilustrar que a rotina tradicional da biblioteca sofreu um desvio que resultou numa tradução de mutilação de livros.

Já partindo dos relatos dos atores institucionais, podemos observar esse desvio do ponto de vista dos atores humanos servidores. Esse **curso de ação 3** possível poderia ter começado de maneira rotineira, com a devolução de livros ao acervo, por exemplo. Ao identificar livros mutilados, bibliotecários levaram os livros ao **ator 1**. Juntos, estes atores analisaram o conteúdo desses livros, e convencidos de que aquilo se relacionava com o contexto político no qual estavam inseridos, levaram o caso ao setor de direção e à rede Bandeirantes de televisão.

Imagem 19 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo do setor de empréstimo)

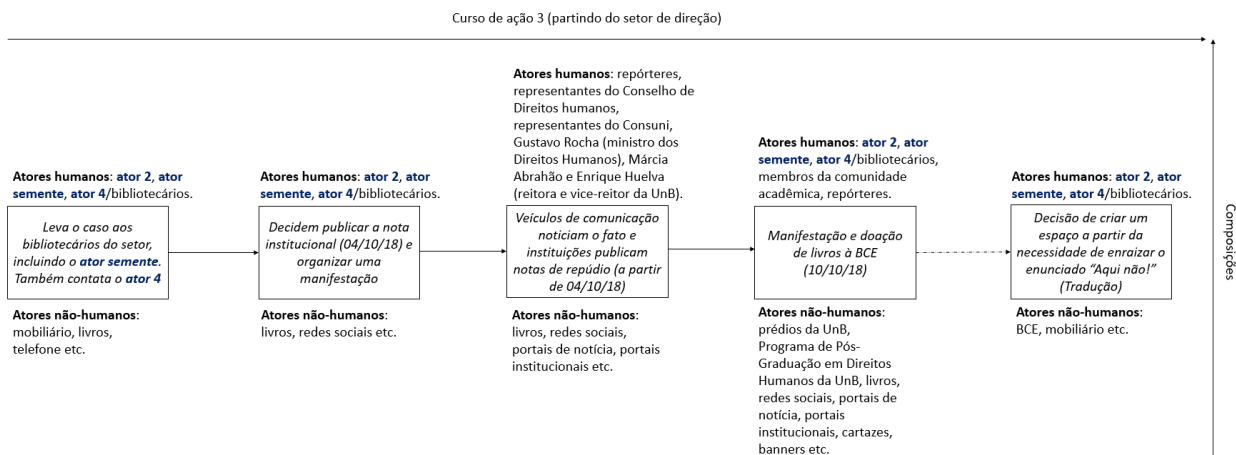


Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Chegando à direção, o caso tomou grande proporção, o que resultou na decisão de criar um espaço para dar visibilidade à temática. Do mesmo modo, ao chegar na rede Bandeirantes e ser publicada uma reportagem no site da emissora, o caso ganhou a atenção de outros veículos de comunicação, e outras reportagens foram produzidas, o que também teve como tradução a resposta de outros atores institucionais, como o Ministério dos Direitos Humanos, o Consuni, entre outros.

Mas dando sequência a esse possível curso de ação 3, o ator 1 leva o caso ao **ator 2**, que conversa com os demais servidores do setor (incluindo o **ator semente**), e com um colega discente (o **ator 4**). Eles ponderam se é prudente fazer algo ou não, e o quanto isso dará visibilidade ao ocorrido. A primeira medida tomada é publicar a nota pública e, em seguida, organizar uma manifestação em frente à biblioteca. Com a atenção da mídia e o interesse em ver os livros mutilados, a ideia de criar um espaço sobre o tema (que já era vislumbrada pelo ator 2), ganha força, assim como o enunciado “**Aqui não!**” –, a resposta aos biblioclastas seria mais alta.

Imagem 20 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo do setor de direção)

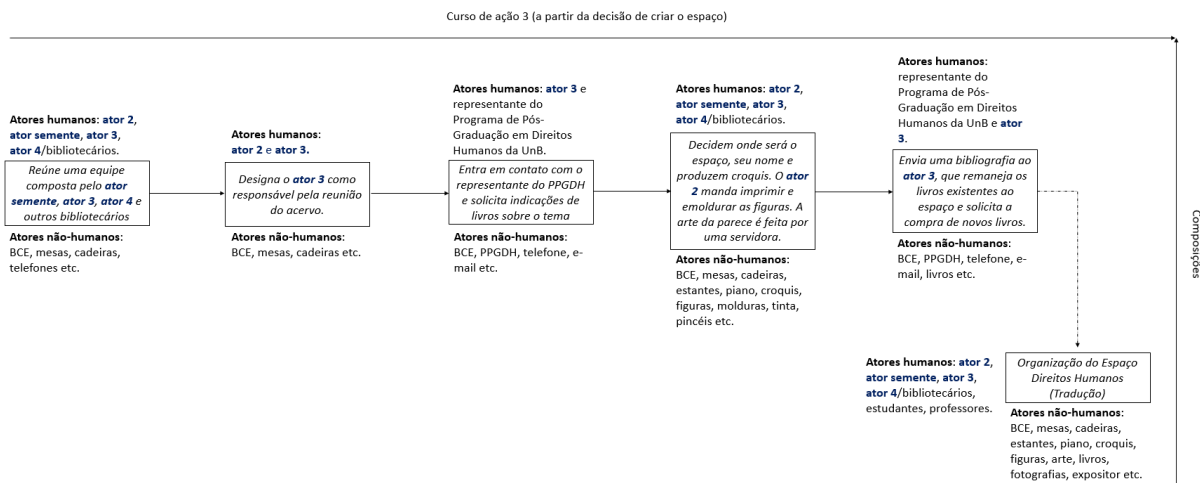


Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

A partir da decisão de criar o espaço, medidas foram tomadas para concretizá-lo no menor tempo possível. Uma equipe foi reunida para a empreitada, composta pelo ator semente, pelo ator 2, pelo **ator 3**, pelo ator 4, e outros atores servidores. Foi decidido que a sala ASS-17/30(154) seria o lugar desse novo espaço, e o ator 2 propôs que ele se chamasse Espaço Marielle Franco, algo que o ator 4 apoiou. Mas outros servidores argumentaram que esse nome poderia gerar mais tensão e, ao fim, todos concordaram com o nome “Espaço Direitos Humanos”.

Croquis foram feitos pensando em como seria o espaço e a disposição do mobiliário, que já pertencia à biblioteca. O ator 3, responsável pela reunião do acervo, contatou o PPGDH da UnB para que sugerissem obras da temática. As obras que já existiam sobre o assunto foram tratadas tecnicamente com as informações do novo espaço e para lá remanejadas, e as que não existiam na biblioteca foram adquiridas. O ator 2 mandou imprimir e emoldurar as figuras das personalidades influentes no tema e uma servidora fez a arte da parede. Assim, o espaço foi nascendo.

Imagem 21 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (a partir da decisão de criar o espaço)



Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Cabe frisar que o curso de ação 3 foi mapeado principalmente mediante o relato dos atores, pois não foram produzidos documentos oficiais disponíveis ao público durante esses procedimentos. Há o relato de comunicações não-oficiais entre eles, como conversas telefônicas, via aplicativo e e-mails trocados. No entanto, por serem pessoais, essas comunicações não foram compartilhadas pelos atores, e não poderiam ser utilizadas na dissertação por não se adequarem ao princípio da confidencialidade da pesquisa.

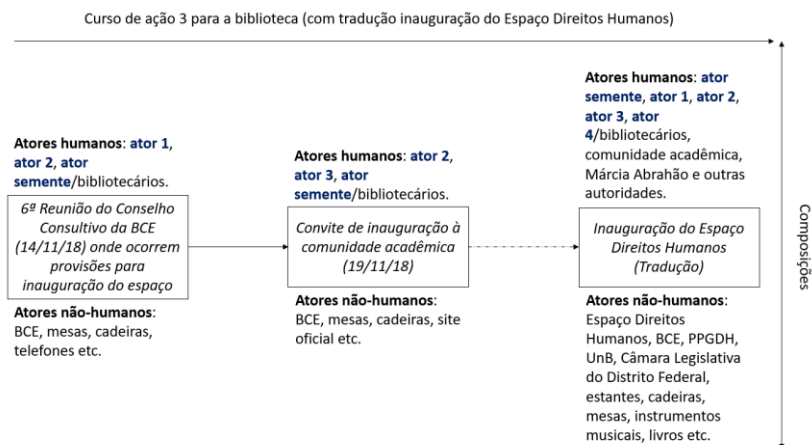
O único documento oficial produzido pela equipe no período de criação e aberto ao público é a ata da 6ª Reunião de Conselho Consultivo da BCE, na qual estão presentes o ator semente, o ator 1, o ator 2, e outros atores bibliotecários. Nessa reunião, já há provisões para a inauguração. Outro documento produzido é o convite de inauguração, veiculado no site oficial da instituição.

Mas há outros documentos – sobretudo notas oficiais – que foram produzidos por outras instâncias da UnB ou por outras instituições, conforme visto. Essas notas foram sendo publicadas ao longo do curso de ação, o que denota que a partir do desvio notificado pela BCE em 04 de outubro, houve diversas composições/desvios (mais e menos oficiais), que deram origem ao espaço.

Entendemos que as composições “mais oficiais” são precisamente esses documentos e a própria consolidação do espaço, que reside na institucionalidade da biblioteca; e as composições menos oficiais, todos os movimentos que se deram no interior desse curso de ação, envolvendo diversos setores da biblioteca, que foram se organizando de forma orgânica para criar esse espaço

– sendo que sua inauguração, um evento institucional que contou com a presença de diversas autoridades, é a própria tradução desse curso de ação 3 possível.

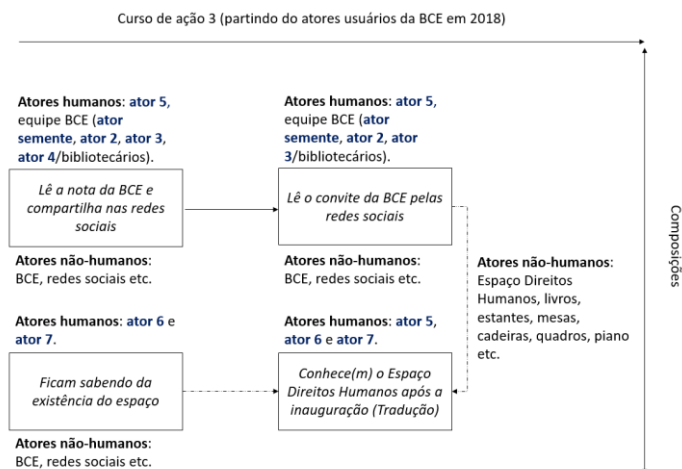
Imagem 22 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (com tradução inauguração do Espaço Direitos Humanos)



Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Por outro lado, mediante os relatos dos atores usuários da BCE em 2018, foi possível corroborar o contexto de tensão política no qual essa rede nasceu. O **Ator 5** chegou a compartilhar nas redes sociais a nota pública da instituição, e todos os atores conheceram o espaço, ainda que alguns (**atores 6 e 7**) não tivessem relacionado, na época, a criação dele com o episódio de mutilação de livros.

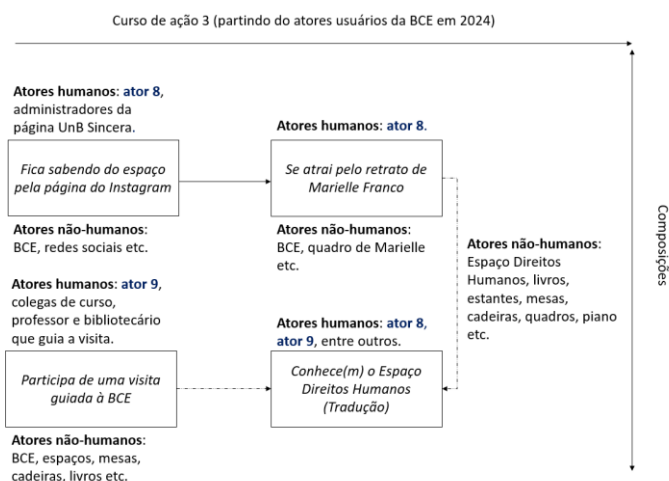
Imagem 23 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo dos atores usuários da BCE em 2018)



Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

O relato dos atores usuários atuais da biblioteca é parecido com o desses usuários de 2018. Ainda que não tenham presenciado os eventos, conheceram o espaço pelas redes sociais (**ator 8**) ou através de uma visita guiada à instituição (**ator 9**). Também não conheciam os fatos que levaram à criação do espaço.

Imagem 24 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (partindo dos atores usuários da BCE em 2024)



Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

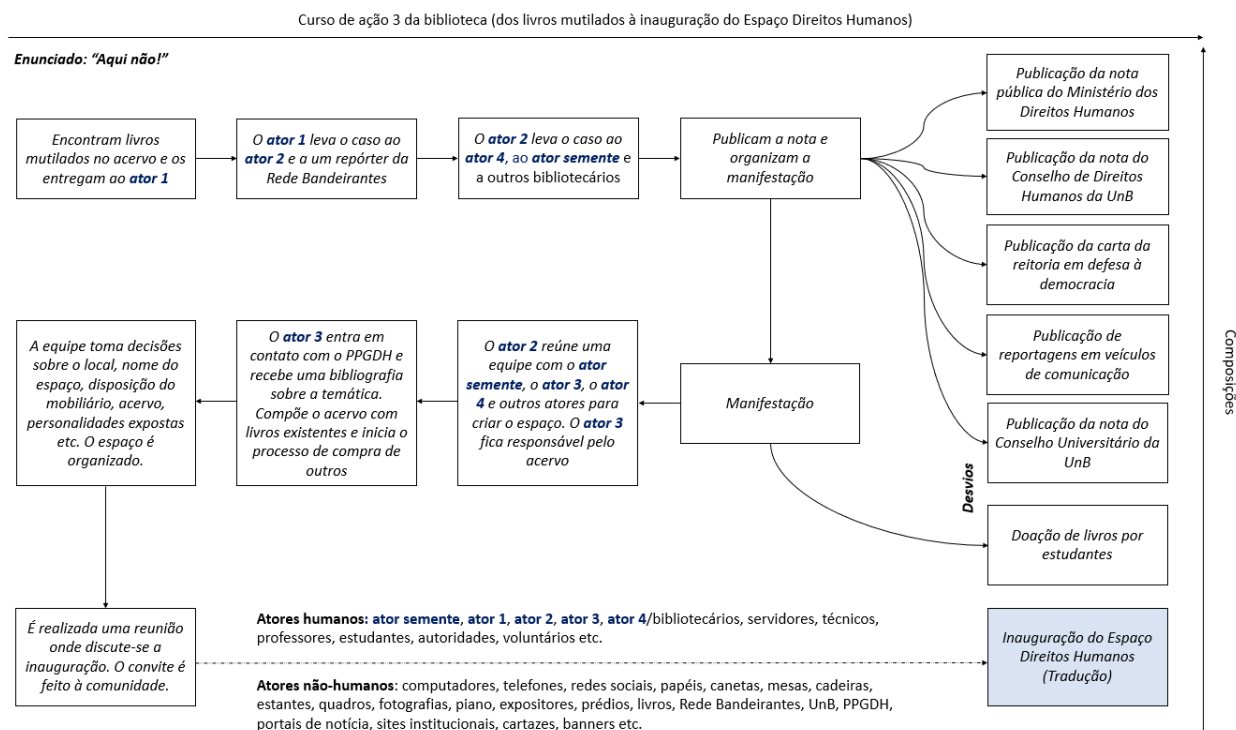
Independentemente da perspectiva (se pelos olhos dos atores institucionais ou dos atores usuários), vemos o quanto estes atores não-humanos “livros de direitos humanos mutilados” mobilizaram tantos atores humanos e não-humanos num curto período de tempo: Reitoria, Conselho de Direitos Humanos, Ministério dos Direitos Humanos, portais de notícias etc. são acionados nas suas dimensões e atores institucionais para se posicionarem contra o ocorrido e a favor dos direitos humanos. A comunidade acadêmica reage e manifesta indignação, alguns dias depois, numa marcha pela universidade até o lugar simbólico da entrada da BCE.

Os bibliotecários, que já fomentavam o enunciado “coleção de direitos humanos”, dão materialidade a ele. Se mobilizam institucionalmente, fazem **associações** com a Diretoria de Direitos Humanos, a equipe interna e estudantes para em aproximadamente um mês e meio, inaugurarem a materialização daquele enunciado, uma **nova tradução**.

São estabelecidas também associações com atores não-humanos: os livros que já faziam parte do acervo, os livros mutilados, os livros doados por estudantes, o processamento técnico desses livros, computadores, tinta para pintar as paredes, móveis para realocar para o lugar

(estantes, cadeiras, quadros, fotografias, piano etc.), entre outros. Enfim, uma tentativa de sintetizar esse curso de ação 3 possível é realizada a seguir:

Imagem 25 – Curso de ação 3 possível para a biblioteca (dos livros mutilados à inauguração do Espaço Direitos Humanos)



Fonte: Elaboração nossa inspirada na TAR.

Cabe frisar que esse curso de ação 3 é uma tentativa de mapear esses processos mediante os relatos dos atores entrevistados e a pesquisa documental realizada. Como tentativa, não se imagina final e muito menos fechado nos aspectos aí representados. Somente com mais entrevistas seria possível entender pontos que surgiram na pesquisa documental que ainda não foram esclarecidos: por exemplo, houve de fato uma investigação pela Polícia Federal acerca do ocorrido? Ela trouxe alguma resposta? Na varredura realizada no acervo após o fato, foram encontrados outros livros mutilados? Quem foram os bibliotecários que encontraram os livros, e em que momento? Quem foram os estudantes que ajudaram no processo, e qual seu vínculo com a BCE? Quem foram alguns dos estudantes que participaram da manifestação e o que pensavam sobre o caso? Quem foram os atores que mutilaram esses livros e por quê?

Ainda que tivéssemos respostas a estas questões e outros pontos que sequer imaginássemos fossem elucidados, a rede não estaria completa, pois é muito extensa e povoada de atores, e cada

nova descoberta aponta para novas composições, desvios e traduções. Até hoje, essa rede pulsa com novas composições, com os novos usos que se dão no espaço e a percepção dos estudantes que entraram na UnB recentemente.

De modo geral, depreende-se do mapeamento que todo o **coletivo** de atores humanos mobilizados nesse curso de ação constrói o social em busca da democracia, como resposta corporificada, materializada, concretizada em um espaço nessa biblioteca. Conduzindo a **simetria** até o final, poder-se-ia dizer que esses atores humanos e esses objetos se tornaram **híbridos**, com o objetivo comum de resistir simbolicamente e contribuir para a luta pela democracia.

Aqueles livros de direitos humanos, **quase-objetos, mediadores**, possuem uma assinatura única na história da instituição, traçaram a rede cuja tradução foi um espaço exclusivo dedicado a eles, são discursivos, narrados, possuem forças, valores, ética, deveres, materialidade.

Os agenciamentos delineados até aqui, a partir da entrevista com esses 10 atores, nos permitiram observar como um curso de ação 1 tradicional de uma biblioteca pode ser impactado pela falha de um *software*, um não-humano. Com isso, temos um desvio que pode retardar ou mesmo criar uma nova tradução, ou seja, uma transformação.

A partir de um curso de ação 2 foi possível observar como dependendo da intencionalidade de um ator humano usuário/leitor, um curso de ação pode resultar numa tradução estudo de um tema ou o que aconteceu na BCE: mutilação de livros. As controvérsias que motivavam esse desvio são políticas, e requereram uma resposta política e institucional de diversas instâncias de significação, resultando num outro curso de ação 3 possível.

Em suma, um curso de ação, longe de ser linear, é sucedido por uma série de transformações entre os vários elementos. Tentamos, nessa empreitada de mapear essa rede, considerar todos os atores simetricamente, pois só assim chegaríamos perto de compreender como um não-humano livro de direitos humanos mobilizou todo um coletivo, até se materializar num espaço dentro da biblioteca, com sua própria materialidade e institucionalidade.

PARTE III: MULTIDIMENSIONALIDADE DA MATERIALIDADE DO LIVRO

Ao longo da dissertação buscamos demonstrar como a abordagem fisicista da informação impôs sua força baseada na compreensão do livro como suporte de informação registrada ou registro; em contrapartida, propomos que a abordagem social neodocumental tem ampliado os entendimentos sobre o livro sem impor força, com base na multidimensionalidade de sua materialidade. São essas múltiplas dimensões que abrem margem para refletir sobre a força sem força do livro, algo que tem sido abordado na literatura nacional (Amorim, 2021) e internacional do campo (seção 3.4).

De porte das visões destes autores acerca da materialidade, e confrontados com o caso de biblioclastia na BCE/UnB, temos agora subsídio para identificar algumas das possíveis dimensões da materialidade do livro.

A **metodologia** desta parte, assim, é teórica, com o uso de revisão de literatura; e aplicada, com o uso do recurso heurístico da TAR aplicado ao caso da BCE/UnB. Assim, apresentamos, a seguir, possíveis dimensões da materialidade do livro, conforme o exposto nas duas primeiras partes desta dissertação.

9 DIMENSÕES DA MATERIALIDADE DO LIVRO

Dizer que o livro é um objeto multidimensional quanto a sua materialidade implica reconhecer que ele possui dimensões de significação, que o tornam um não-humano passível de exercer papéis actantes em cursos de ação. A força sem força do livro vem do seu poder de mediação e, como quase-objeto, ele não é entendido somente como mero suporte de informação.

Muitos autores têm investigado o poder de afetar e ser afetado do livro no mundo social. Por isso nos dedicamos, na primeira parte, a revisar a literatura internacional sobre o tema da *materialidade* do livro, cuja *massa*, *inércia* e *resistência* revestem de força – sem forçar – este objeto.

Com base na literatura analisada na seção 3.4 (Literatura internacional sobre a materialidade do livro), e no caso da BCE (especificamente nas entrevistas com os 10 atores), identificamos, até o momento, as seguintes dimensões da materialidade do livro:

1. **Social**¹¹⁹: está presente no cotidiano social, desempenhando vários papéis na vida em sociedade: como fonte de informação, representação do conhecimento, da memória, da cultura etc. Condiciona práticas, transformações e disciplina social ao longo do tempo, é um meio de sociabilidade;
2. **a) Simbólica**: veicula conteúdo simbólico, é um símbolo e ícone cultural, símbolo de erudição etc.;
- b) Representacional**: tem sido um objeto que representa histórias individuais e coletivas, as ideias do intelecto traduzidas – inscritas – na realidade.
3. **Cultural**: é uma manifestação da cultura, representação de povos, costumes, valores etc.;
4. **Política**: atua politicamente na sociedade, direcionando uma política material da informação em regimes de informação, e comportamentos de atores humanos e institucionais. No caso da BCE/UnB, por exemplo, a dimensão política direcionou atore(s) humano(s) a mutilar(em) livros, de um lado; e outros atores humanos a criarem um espaço físico que represente o espaço simbólico dos livros mutilados, de outro;

¹¹⁹ A categorização que se desdobra naquilo que estamos chamando de dimensões se refere ao que se localizou na literatura da área e é relevante por dar voz ao entendimento dos autores. Ainda assim, ela, a categorização, é ilusória se apreendida segundo a TAR, pois, nessa perspectiva, todas as dimensões compõem o social, não havendo separação e divisão entre o cultural, político etc.

5. **a) Agencial:** possui capacidade de agência e assim, propriedades actantes no mundo social. É um quase-objeto, mediador que faz parte de diversas redes do conhecimento;
- b) Institucional:** no âmbito das instituições, o documento livro ganha materialidade forte e “pronunciada”, direcionando rotinas, procedimentos etc. Não à toa, os livros mutilados na BCE demandaram respostas institucionais da universidade e de outras instituições;
- c) Tecnológica:** como um objeto do século XXI, o livro transformou sua forma – para *e-book* – e propicia experiências diferentes para os leitores. Agora o livro é multimodal, combina hipertextos, imagens, vídeos e cada vez mais recursos interativos. Há até esforços no sentido de recriar, no digital, a “aura extraordinária” do livro impresso;
6. **Memorialística:** aciona memórias pessoais e coletivas – quando recorda eventos do passado de uma sociedade, heranças culturais etc.;
7. **Histórica:** auxilia a reconstrução formal (científica) do passado, inclusive do seu próprio, quando estudos da área de ciência da informação, por exemplo, investigam a história do livro, do papel, da imprensa etc.;
8. **Econômica:** toda uma economia é mobilizada ao redor do livro, envolvendo autores, editores, tradutores, distribuidores etc. Aspectos como a raridade, as propriedades físicas, os possuidores etc. podem aumentar o valor de mercado deste objeto;
9. **Emocional/Sentimental/Afetiva/Psicológica:** desperta emoções e os mais básicos sentimentos de amor e perda. Aos livros são atribuídas as mais diversas *intencionalidades* ou propriedades pelos atores humanos, o que os tornam objetos extremamente afetivos;
10. **Sagrada/Espiritual:** possuem o estatuto de sagrado, como se tivessem condição divina por conter tanta sabedoria e uma “aura extraordinária”. Como este “ato áureo”, o “ser livro” desperta adoração nos atores humanos, é um desdobramento do espírito;
11. **Sensorial:** engaja os sentidos humanos – visão, audição, tato e olfato. O formato de códice e suas características físicas chamam a atenção do leitor: há quem adquira um livro simplesmente pela beleza do exemplar; há relatos que enfatizam o som de virar as páginas e o cheiro do papel como elementos que dão prazer;
12. **Intelectual:** alimenta o intelecto humano provendo informação e conhecimento;
13. **Experiencial:** promove experiências descritas como transcendentais, holísticas, numinosas, de descoberta;

- 14. Interacional/Relacional:** promove interações pessoais, interpessoais e sociais. Um ponto de relevância são as interações e relações que se dão, especificamente, entre humanos e livros;
- 15. Significante:** medeia significados entre o ator humano e o mundo;
- 16. Espacial:** em termos figurativos, o livro ocupa um espaço simbólico central em nossa sociedade; em termos concretos, os lugares que o livro ocupa fisicamente se tornam simbólicos e até sagrados – nossa casa, as bibliotecas e livrarias que frequentamos etc.;
- 17. Identitária:** auxilia a construção da identidade individual e coletiva;
- 18. Documental:** é um documento validador em diversas instâncias da vida social e institucional, servindo como “prova” ou evidência e garantindo a confiabilidade e a autenticidade. Se circunscreve em redes de práticas documentárias, regidas por políticas e regimes de informação;
- 19. Arquivística:** é um documento de arquivo, que enriquece a experiência de “estar no arquivo”;
- 20. Física:** a fisicalidade do livro é a sua consubstanciação em propriedades físicas, ou seja, o livro como suporte, que no formato de códice, representa algo em nossa sociedade. Até mesmo o livro digital possui a sua fisicalidade quando pensado na sua existência em hardware. O livro, pelo seu suporte, foi privilegiado nos estudos em ciência da informação desde o seu surgimento, mas sua fisicalidade vai além do entendimento dele como conteúdo ou informação. Todas as características físicas do livro – o formato, a arte, o tamanho, o tipo do papel etc. – contribuem à experiência de leitura, condicionando os leitores;
- 21. Informacional:** contém informação crucial que pode transformar a vida dos sujeitos e da sociedade. De posse de informação, uma pessoa pode tomar decisões melhores para sua vida, estudar, se profissionalizar, conseguir um bom emprego, desfrutar do lazer, da arte, da cultura etc. Governos, por exemplo, só podem tomar decisões baseados em informação, assim como todas as demais instituições e empresas. Uma informação errada – misinformation ou desinformação – pode acarretar sérias consequências: durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, muitas pessoas deixaram de se vacinar por acreditarem em desinformações a respeito das vacinas. A informação é tão poderosa que, em oposição a um tipo de informação – sobre os direitos humanos, no caso da BCE – pessoas e/ou grupos tentaram destruí-la – mutilando os livros.

O quadro abaixo demonstra que dimensões os autores daquele mapeamento internacional têm trabalhado. Notemos que os nomes se repetem em várias dimensões, o que reforça o caráter de transversalidade outrora relatado (Amorim, 2021), no que concerne o conceito de materialidade ser pensado junto à fisicalidade do suporte. Em negrito, estão os atores que concederam as entrevistas, e as dimensões que se sobressaíram em seus relatos.

Quadro 6 – Algumas dimensões da materialidade do livro (com base na literatura internacional e nas entrevistas)

N.	Dimensões	Autores/Atores
1	Social	Luyt e Sagun (2016); Pilerot (2014); Day (2018); Huvila (2016); Latham (2010); Gordon-Burroughs (2017); Plate (2015); Thumala Olave (2020); Hou, Rashid e Lee (2017); Gross, Bardzell e Bardzell (2014); Hultin (2019); O’Sullivan <i>et al.</i> (2017); Ranada e Hagberg (2014); Dutta e Das (2005); Sonnenwald e McElligott (2017b); Hebing (2017); Piepmeier (2008); Silva (2016); Silva e Bucholc (2016); Ator semente; Ator 2; Ator 3; Ator 4; Ator 5; Ator 6; Ator 9.
2	a) Simbólica b) Representacional	Latham (2014); Gordon-Burroughs (2017); Prosser (2020); Thumala Olave (2020); Gross, Bardzell e Bardzell (2014); Griffin (2018); Sehn e Fragoso (2015); Pilerot (2014); Day (2018); Faucher (2014); Ator semente; Ator 1; Ator 2; Ator 3; Ator 4; Ator 5; Ator 6; Ator 7; Ator 8; Ator 9.
3	Cultural	Day (2018); Gordon-Burroughs (2017); Prosser (2020); Thumala Olave (2020); Régnier (2014); Ranada e Hagberg (2014); Murray (2006); Ator semente; Ator 2; Ator 4; Ator 8.
4	Política	Jardine (2017); Gordon-Burroughs (2017); Ator semente; Ator 2; Ator 4; Ator 6; Ator 9.
5	a) Agencial b) Institucional c) Tecnológica	Plate (2015); Dever (2014); Hultin (2019); Pilerot (2014); Huvila (2016); Gordon-Burroughs (2017); Prosser (2020); Dutta e Das (2005); Latham (2010); Brillenburg Wurth (2011); Hou, Rashid e Lee (2017); Régnier (2014); O’Sullivan <i>et al.</i> (2017); Martin e Quan-Haase (2016); Sonnenwald e McElligott (2017a; 2017b); Mules (2011); Sehn e Fragoso (2015); Ator semente; Ator 2; Ator 3; Ator 4; Ator 5; Ator 7.
6	Memorialística	Gordon Lanning e Bengtson (2016); Luyt e Sagun (2016); Gorichanaz e Latham (2016); Durant e Horava (2015); Ator semente; Ator 4; Ator 6; Ator 7; Ator 8.
7	Histórica	Jardine (2017); Huvila (2016); Gordon-Burroughs (2017); Dever (2014); Münkner (2020); Ator semente; Ator 4; Ator 6.
8	Econômica	Gordon-Burroughs (2017); Franssen e Velthius (2014).
9	Emocional/Sentimental/Afetiva/Psicológica	Gordon Lanning e Bengtson (2016); Lester (2018); Gorichanaz e Latham (2016); Latham (2010); Plate (2015); Prosser (2020); Thumala Olave (2020); O’Sullivan <i>et al.</i> (2017); Ranada e Hagberg (2014); Dutta e Das (2005); Durant e Horava (2015); Sonnenwald e McElligott (2017b); Ashton (2007); Griffin (2018); Hebing (2017);

		Hérubel (2020); Münkner (2020); Piepmeier (2008); Sehn e Fragoso (2015); Silva e Bucholc (2016); Ator semente; Ator 1; Ator 3; Ator 4; Ator 5; Ator 6; Ator 7; Ator 8; Ator 9.
10	Sagrada/Espiritual	Hart, Bains e Jones (1996); Melot (2001); Saldanha (2015); Régnier (2014); Münkner (2020); Ator semente.
11	Sensorial	Lester (2018); Plate (2015); Hou, Rashid e Lee (2017); Sonnenwald e McElligott (2017b); Novaes (2015); Ator 7.
12	Intelectual	Lester (2018); Latham (2011); Plate (2015); Prosser (2020); Durant e Horava (2015); Mules (2011); Ator 4; Ator 7; Ator 9.
13	Experiencial	Gordon Lanning e Bengtson (2016); Lester (2018); Luyt e Sagun (2016); Latham (2011, 2014); Thumala Olave (2020); Martin e Quan-Haase (2016); Durant e Horava (2015); Sonnenwald e McElligott (2017a); Ator semente; Ator 2; Ator 4; Ator 5; Ator 7; Ator 8.
14	Interacional/Relacional	Jardine (2017); Luyt e Sagun (2016); Latham (2010); Dever (2014); Gross, Bardzell e Bardzell (2014); O'Sullivan <i>et al.</i> (2017); Ranada e Hagberg (2014); Martin e Quan-Haase (2016); Durant e Horava (2015); Sonnenwald e McElligott (2017b); Griffin (2018); Hérubel (2020); Piepmeier (2008); Silva (2016); Ator semente; Ator 4; Ator 5; Ator 6; Ator 7; Ator 8; Ator 9.
15	Significante	Pilerot (2014); Gorichanaz e Latham (2016); Huvila (2016); Latham (2014); Prosser (2020); Thumala Olave (2020); Henningsen (2016); Sonnenwald e McElligott (2017a; 2017b); Hérubel (2020); Mules (2011); Novaes (2015); Piepmeier (2008); Silva (2016); Silva e Bucholc (2016); Ator semente; Ator 4; Ator 5; Ator 8; Ator 9.
16	Espacial	Luyt e Sagun (2016); Hart, Bains e Jones (1996); Martin e Quan-Haase (2016); Ator semente; Ator 1; Ator 2; Ator 3; Ator 4; Ator 5; Ator 7; Ator 8.
17	Identitária	Luyt e Sagun (2016); Prosser (2020).
18	Documental	Pilerot (2014); Gorichanaz e Latham (2016); Huvila (2016); Latham (2010; 2011; 2014); Dutta e Das (2005); Martin e Quan-Haase (2016); Ator semente.
19	Arquivística	Latham (2011); Dever (2014).
20	Física	Pilerot (2014); Gorichanaz e Latham (2016); Latham (2010; 2014); Gordon-Burroughs (2017); Melot (2001); Plate (2015); Prosser (2020); Saldanha (2015); Thumala Olave (2020); Braddix (2018); Brillenburg Wurth (2011); Franssen e Velthuis (2014); Hou, Rashid e Lee (2017); Dever (2014); Gross, Bardzell e Bardzell (2014); O'Sullivan <i>et al.</i> (2017); Faucher (2014); Martin e Quan-Haase (2016); Durant e Horava (2015); Henningsen (2016); Ashton (2007); Griffin (2018); Hebing (2017); Hérubel (2020); Mules (2011); Murray (2006); Novaes (2015); Piepmeier (2008); Sehn e Fragoso (2015); Silva (2016); Silva e Bucholc (2016); Ator semente; Ator 1; Ator 2; Ator 4; Ator 7.
21	Informacional	Day (2018); Latham (2011); Faucher (2014); Sonnenwald e McElligott (2017b); Ator semente; Ator 1; Ator 2; Ator 3; Ator 4; Ator 6.

Fonte: elaboração nossa.

Em primeiro lugar, a partir do quadro, podemos corroborar o exposto no início da seção 3.4 e que resgatamos nessa seção: não há como enquadrar um autor ou um ator em uma categoria só, mesmo porque, conforme a TAR, as categorias são ilusórias e todas as dimensões compõe, antes de mais nada, o social, que está povoado de autores/atores, e se desdobra em diversos aspectos da vida coletiva – reverberando na vida individual.

Em segundo lugar, não é possível separar o *fazer* do *teorizar*, pois a ciência não é absoluta e imparcial como se imagina na concepção hegemônica. Assim, os autores são atores e os atores são autores: do mesmo modo que não se pode enquadrar um texto numa dimensão, não se pode enquadrar as vivências dos atores numa dimensão. Tanto o mundo da ciência quanto o mundo da vida devem ser tratadas simetricamente, e são múltiplos.

Em outras palavras, o que queremos demonstrar é que se estivéssemos dentro de uma lógica fisicista, talvez fosse possível dizer que existem 21 dimensões da materialidade do livro, e que autor tal pertence a uma dimensão x, e ator tal a uma dimensão y. Do ponto de vista da concepção hegemônica, a categorização é o centro, devendo os atores e autores se adaptarem a ela, bem como o usuário se adapta à biblioteca.

Conforme visto em Almeida Junior e Rabello (2022), essa concepção implica numa contradição: no plano do discurso, o centro é o usuário; no plano da ação, o protagonista é o sistema. De tanto controlar, mensurar e categorizar, o mundo vai se tornando um recorte: e dentro de tal recorte, usuário, informação e livro são coisas.

Como a ordem do dia é caber no sistema, somente são considerados aspectos tratáveis e processáveis. As dimensões física e informacional se sobressaem, e o objeto livro é visto como suporte (dimensão física) e suporte de informação registrada (dimensão informacional) passível de ser tratado e acessado. Como essa concepção possui força na área, é natural que autores e atores a tenham enfatizado – de fato, conforme pode ser observado no quadro, grande parte dos autores e atores estão dispostos nestas duas dimensões.

Como a área já nasceu sob o enfoque fisicista (Capurro, 2007), a literatura do campo tem trabalhado essas duas dimensões e direcionado um entendimento da informação e do livro sob esses aspectos. No nosso entendimento, essa perspectiva impôs força, na medida em que não tem aberto margem para se considerar outras dimensões da informação – e conseqüentemente, do livro.

Isso pôde ser observado também na fala dos atores entrevistados – em especial, os atores institucionais – que influenciados, nalguma medida, por essa perspectiva de pesquisa, expressam

no discurso um entendimento do livro como fonte de informação, e objeto de trabalho – o qual devem fornecer acesso. Apesar disso, esses atores não estão presentes somente nas dimensões supracitadas, mas curiosamente, aparecem em várias outras dimensões, inclusive na emocional/sentimental/afetiva/psicológica, na dimensão experiencial, na dimensão interacional/relacional, na dimensão significativa, entre várias outras...

Isso se deve ao fato de que, assim como a concepção fisicista apresenta contradições, a fala dos atores influenciados por essa perspectiva também apresenta contradições, no sentido de que não abrem mão da leitura lúdica, ou na manutenção de bibliotecas particulares, ou até mesmo no desapego de emprestar livros mesmo sabendo que podem não retornar, conscientes de que o livro, além de informação, possibilita o conhecimento, a preservação da memória coletiva, institucional etc.

De fato, é disso que se trata o trabalho de agenciar o coletivo mobilizado pela criação do Espaço Direitos Humanos e suas dimensões materiais: não é possível se desvencilhar das dimensões físicas e informacionais, pois elas estão intrinsecamente ligadas à materialidade dos livros. Mas é preciso reconhecer que, **a partir do físico, um mundo de dimensões se desdobra**. A materialidade não é divergente da fisicalidade, assim como, ao se apropriar de outras tradições de pesquisa, não se pretende diminuir toda a abordagem fisicista/cognitivista, mas agregar, assim como os atores/autores, outras dimensões da materialidade do livro.

No recorte da pesquisa, além das dimensões física e informacional, destacam-se as dimensões emocional/sentimental/afetiva/psicológica, interacional/relacional, significativa, social, entre outras. São dimensões interessantes para pensar a força sem força do livro, cujo poder de agência mobiliza individualidades e coletividades: no caso da BCE, aqueles livros de direitos humanos agenciaram sentimentos como violência, medo, apreço, amor. Tantas afetividades se mobilizaram ao redor desses livros mutilados que desencadearam ações institucionais e políticas. O Espaço adquiriu sua significância na biblioteca, na universidade, em toda uma luta a favor dos direitos humanos. A partir da interseção entre as dimensões, o social foi sendo tecido.

Na condição de categorias, por sua vez, estas dimensões estão separadas no Quadro 6 com certa autonomia. Conjecturamos que – dependendo dos resultados da presente pesquisa – será possível saber, em estudos futuros, como, quais e em que sentido dimensões – do gênero – podem ser concebidas inseparavelmente. Em outras palavras, esperamos indagar e/ou visualizar se a

suposta autossuficiência das “dimensões-categorias” está ou não pressuposta na noção de objeto-híbrido, tal qual preconizada por pesquisas do tipo ator-rede.

Ademais, em tese, as zonas de transversalidade dessas dimensões auxiliam a explicitar uma força sem força do livro, que se sustenta, por si mesma, neste híbrido. Enfim, esperamos que a pluralidade de dimensões possa auxiliar a compreender perspectivas de materialidade do livro, encontrando na TAR um meio heurístico de se aproximar de uma concepção holística – e não pré-determinada – dos objetos de significação, como é o caso do documento (Rabello, 2018; 2019) e, em particular, do livro.

Aparentemente, a reiteração do entendimento expresso nas respostas dos entrevistados, conforme ilustrado no Quadro 6, emerge como indícios ou pistas para a concepção das conexões que envolvem o livro como um objeto híbrido. Nos relatos apresentados, foi possível identificar aproximações à 21 dimensões, com apenas 47 textos sobre o tema e 10 atores entrevistados. Nesse sentido, quantas outras dimensões não poderão ser mobilizadas se ampliarmos o debate e (re)pensarmos a materialidade do livro?

9.1 A força sem força do livro como melhor argumento?

À luz dos resultados empíricos coletados na pesquisa, esperamos ter aberto uma discussão sobre a suposta força do livro conforme a abordagem fisicista da ciência da informação nos impõe desde as suas bases modernas. Se Latour estava certo, e jamais fomos modernos, então o livro, como produto da modernidade, não poderia ser considerado somente como suporte de informação registrada ou registro. Se vamos exercitar a amodernidade, tal como Latour, e empreender a simetria até o final, devemos considerar também outras dimensões que permeiam o objeto livro, e enxergá-lo “para além da informação” explícita.

Esse exercício é senão o de autoquestionamento da própria ciência, conforme o fez Habermas e depois Demo, na busca da força sem força do melhor argumento. Uma Ciência que se apresenta com C maiúsculo e impõe sua força estabelecendo consensos inquestionáveis é uma ciência limitadora, que se fecha ao novo, às interrogações – essas que são as verdadeiras diretrizes do fazer científico, não-dogmático.

Por outro lado, uma ciência aberta ao diálogo, cuja autoridade vem do próprio argumento, não força – é mais forte sem forçar. As interrogações são o que há de mais importante, tudo é

questionável, tudo está aberto, discutível, reformulável. Não há leis universais ou conceitos fechados em si mesmos, há somente espaço para o ciclo contínuo da ciência de refutar teorias e criar novas, que depois serão refutadas – não há egos, há argumentos.

Nesse sentido, a força sem força do livro, com base na abordagem neodocumental, que expande as interpretações sobre este objeto, pode não ser o melhor argumento: mas é um caminho em busca de uma autoridade de algum argumento. Não estamos em busca de uma Ciência da informação com C maiúsculo, mas de uma ciência da informação que esteja sempre aberta ao autoquestionamento, a conceitos multidimensionais acerca de seu objeto, a informação, que é por si só múltipla e complexa, e que tem expresso no livro essa multidimensionalidade.

Nessa direção, optamos por utilizar investigações do tipo ator-rede justamente porque elas não têm no horizonte categorizar, mas buscam seguir os rastros dos atores, das suas associações, dos desvios e das controvérsias. Por isso, há a necessidade de frisar que as mencionadas “dimensões/categorias” não estão, essencialmente, separadas, mas que, por vezes, correspondem a híbridos que auxiliam a visualizar a multidimensionalidade da materialidade do livro, objeto este que seria a tradução ou síntese dessa hibridez manifesta em um tipo de “força sem força”.

Posto o argumento, que venha a discussão. O convite se estende a todos que compreendem que não basta acessar ou permitir o acesso à informação contida nos objetos, documentos, livros, artefatos, organizados em coleções e em determinados espaços institucionais. Sua existência e a possibilidade de acesso é um aspecto inicial, mas não se auto justifica.

As possibilidades de intervenção, diálogo e protagonismo são condições essenciais não apenas para o uso da informação, mas para promover apropriação, reflexão e ações para o posicionamento a questões sensíveis e vigentes, como combate à intolerância, à biblioclastia, à violência. O diálogo sobre a relevância dos direitos humanos, nesse sentido, pode ser um importante vetor para ações de mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tentou demonstrar como o livro é um ator não-humano forte em nossa sociedade, e que sua força sem força advém da multidimensionalidade da sua materialidade. Contrariando as tradições de pesquisa em ciência da informação que têm compreendido o livro como suporte de informação registrada ou registro – e argumentando que tais tradições, apesar de fortes, se valem do argumento de autoridade e não da autoridade do argumento –, partimos do pressuposto de que o livro é um objeto “para além da informação”.

Se a abordagem fisicista da informação impõe sua força nas áreas de ciência da informação e afins, argumentamos que uma abordagem de pesquisa neodocumental, com ênfase nos aspectos públicos e sociais da informação, agrega a dimensão física, mas aponta para as demais dimensões da materialidade do livro, exercendo uma força sem força.

Por ver na materialidade da informação um caminho para entender a força sem força do livro, investigamos a literatura internacional sobre o tema para levantar possíveis dimensões da materialidade deste objeto. Ao lado destes não-humanos, investigamos um caso de uma manifestação biblioclasta na BCE/UnB, no intuito de reunir elementos para comprovar, empiricamente, a nossa tese, a partir da voz de atores envolvidos no processo de criação do Espaço Direitos Humanos.

O livro é um objeto tão forte – ainda que sem impor essa mesma força – que mobiliza atores humanos e não-humanos, transformando cursos de ação, *fazendo* o social. No caso analisado, o Espaço Direitos Humanos foi criado num esforço coletivo – entre humanos e não-humanos – para concretizar o poder simbólico de livros de direitos humanos, mesmo mutilados (e por terem sido mutilados).

A rede complexa que se desdobra a partir desse caso têm auxiliado a corroborar as múltiplas dimensões da materialidade do livro, e sua força sem força. Identificar os agenciamentos do social não é uma tarefa simples. Por conta disso, entendemos que o presente estudo possui limitações, dentre outras, por conta de a aplicação do instrumento de coleta de dados nos trazer uma visão do social partindo somente alguns atores humanos – ainda que alguns deles, como híbridos, estejam “encarnados” em um ator não-humano, uma instituição –, entre os vários atores envolvidos antes, durante e depois da criação do espaço, e agora, após quase 6 anos de funcionamento.

Desse modo, identificar e entrevistar mais atores – entre servidores, técnicos, estudantes, membros da comunidade, entre outros – é fundamental para reconstruir de maneira menos assimétrica os agenciamentos que se desenharam na constituição dessa rede. Do mesmo modo, uma compreensão mais profunda acerca dos atores não-humanos também é necessária, com estudos sobre a cultura material e sobre a história do livro e fenômenos relativos a ele (como o colecionismo e a biblioclastia), temas que não puderam ser desenvolvidos de forma mais ampliada nesta dissertação por falta de tempo.

Outra limitação refere-se ao estudo da Teoria Ator-Rede, que também por conta do tempo exíguo não pôde ser explorada com mais profundidade. A visão de Latour é um ponto de partida – tendo como referência as principais obras analisadas e citadas na literatura em ciência da informação –, mas existem outras publicações do autor que podem vir a ser abordadas, bem como obras de colaboradores importantes nas formulações da TAR, como Michel Callon, John Law, Madeleine Akrich e Annemarie Mol, para citar alguns. Do mesmo modo, podemos ampliar os estudos sobre direitos humanos.

De modo geral, há sempre possibilidades de estender a pesquisa, e rastrear mais “nós” da rede e agenciamentos relevantes para a criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB, sempre tendo no horizonte o “princípio de simetria generalizada” para o estudo das associações entre atores, bem como a necessidade de explicitação de aspectos sobre “argumento de autoridade da fisicalidade” e/ou acerca de “autoridade do argumento da multidimensionalidade da materialidade” do livro. Estamos conscientes que não foi possível responder todas as questões em virtude do exíguo tempo disponível para a conclusão da dissertação de mestrado. Ainda assim, a situação abre a expectativa de aprofundamento da pesquisa, ainda que a consideramos exitosa no sentido de questionar um argumento forte da área, propondo perspectivas para se (re)pensar o objeto livro.

Por fim, com relação ao Espaço Direitos Humanos, ficam as sugestões dos usuários para a utilização do espaço, algumas já realizadas nos anos subsequentes à sua criação. Presente no cotidiano da biblioteca, o espaço tem sido utilizado como lugar para mostras, exposições, ações no Dia Internacional dos Direitos Humanos, ações no Dia da Visibilidade Trans, reuniões do Clube do Vinil e debates sobre álbuns brasileiros censurados na ditadura, reuniões, defesas, entre outras atividades. O livro de visitas conta com 828 assinaturas da inauguração até 08 de março de 2024, o que demonstra que a comunidade tem frequentado e que, mais do que como memória daqueles fatos de 2018, é um lugar de socialização e compartilhamento ainda maior de ideias.

REFERÊNCIAS

ABEL, R. Do que falamos quando falamos sobre direito. *In*: SOUSA JUNIOR, J. G. *et al.* (orgs.). **O Direito Achado na Rua**: Introdução crítica ao direito como liberdade. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 45-54.

AGENCIA BRASIL. UnB é pichada com ameaça de massacre. **Agência Brasil**, Brasília, 18 out. 2018. Disponível em: <https://acesse.dev/r2RXG>. Acesso em: 07 mar. 2024.

ALMEIDA, D. P. R.; ANTONIO, D. M.; BOCCATO, V. R. C.; GONÇALVES, M. C.; RAMALHO, R. A. Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognition**, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de; RABELLO, R. Usuário e recuperação da informação: hiato ou ditongo?. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 482–495, 2022.

AMORIM, A. K. A. **O livro para além da informação**: materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em anais de eventos e em periódicos brasileiros em Ciência da Informação. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. **Mapeamento do tema “materialidade do livro” como subsídio para investigações sobre informação materializada e institucionalizada como documento**. Relatório final de Iniciação Científica no PROIC/UnB, 2021.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. Materialidade do livro: mapeamento e visualização temática na literatura em Ciência da Informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022021, 2022.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. O conceito de materialidade da informação em bernd frohmann. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 17, n. 2174-081x; p. 103-113, 2023.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R.; PAULO, L. S. Atos antidemocráticos de 2023 e a devolução da réplica da Constituição. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., Aracaju, 06 a 10 de novembro de 2023. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023.

ANDERSON, W. **Diderot's Dream**. Baltimore: The Johns Hopkin's University Press, 1990.

ANZOLIN, H. H.; CORRÊA, R. L. T. Biblioteca universitária como mediadora na produção de conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, v. 8, n. 25, p. 801-817, 2008.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, C. A. A. O que são “práticas informacionais”? **Inf. Pauta**, v. 2, número especial, p. 217-236, out. 2017.

ARAÚJO, R. F. de. Leituras de Bruno Latour na Ciência da Informação: analisando citações. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 299-316, 2009.

ARAÚJO, R. F.; CARDOSO, A. M. P. A Ciência da Informação como rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2007.

ASHTON, S. On document supply in Ireland and the USA: experiences at the Boole Library, Cork University. **Interlending & Document Supply**, v. 35, n. 4, p. 226-227, 2007.

APOSTOLOVA, B. S. O Direito Achado na Rua enquanto instrumento de construção de políticas igualitárias e superação de valores antidemocráticos. *In*: SOUSA JUNIOR, J. G. *et al.* (orgs.). **O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade**. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 111-118.

BARAD, K. **Meeting the universe halfway**: Quantum physics and the entanglement of matter and meaning. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

BARBOSA, V.; COSTA, A. C. S. A percepção do impacto das eleições 2018 sobre a violência contra pessoas LGBT nos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 33, p. 416-436, 2021.

BATAILLE, G. **Visions of Excess**: Selected Writings, 1927–1939. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

BBC NEWS. Dez assuntos que puseram o Brasil nas manchetes internacionais em 2013. **BBC News**, 26 dez. 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/LdoMl>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, p. 55-85, mar. 1978.

BENJAMIN, W. O colecionador. *In*: BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 237-246.

BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Edunesp, 2009.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Editions Gallimard, 1991.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, January, 1968.

BRADDIX, J. Michelle Levy and Tom Mole: The Broadview Introduction to Book History. **Publishing Research Quarterly**, v. 34, p. 150-151, 2018.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II.** Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I.** Brasília: CNV, 2014b. 976 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Nota Pública: Destruição de publicações de temáticas em Direitos Humanos na biblioteca da UnB.** Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRILLENBURG WURTH, K. Old and new medialities in Foer's Tree of Codes. **CLCWeb: Comparative Literature and Culture**, v. 13, n. 3 p. 1-8, 2011.

BRITTO, C. C.; QUEIROZ, M. S. **O trágico nos museus: perspectivas sobre colecionismo, memória e morte.** Brasília: Editora UnB, 2022.

BUCAILLE, R.; PESEZ, J. M. Cultura material. *In*: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi: Homo/Domesticação.** Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1989. v. 16; p. 11-47.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. **Le centenaire de "Madame Documentation"**: Suzanne Briet, 1894-1989. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, v. 32, n. 3, p. 179-181, 1995.

BUCKLAND, M. What is a "Document"? **Journal of American Society of Information Science and Technology**, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecología: términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines.** 2. ed. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic Monthly**, v. 176, n. 1, jul. 1945.

CALEGARI, L. 17 fatos que resumem o caos que foi 2017. **Exame**, São Paulo, 28 dez. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/17-fatos-que-resumem-o-caos-que-foi-2017/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CALLON, M. Actor-network theory – the market test. **The sociological review**, v. 47, n. 1, p. 181-195, 1999.

CALLON, M. Elementos para uma Sociologia da Tradução: a domesticação das vieiras e dos pescadores da baía de Saint-Brieuc. *In: ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F. A. (orgs.) Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 67-95.

CARVALHO, L. Estudantes da UnB doam livros de direitos humanos para substituir obras rasgadas na biblioteca: há uma semana, funcionários da biblioteca central da universidade encontraram livros destruídos. Até agora nenhum suspeito foi identificado. **G1 DF**, 10 out. 2018. Disponível em: <https://acesse.one/GnqWK>. Acesso em: 04 mai. 2023.

CAPURRO, R. Epistemologia y ciencia de la informacion. **Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, a. 4, n. 1, 2007, p. 11-29.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

COLETTA, R.; BENITES, A.; JUCÁ, B. Batidas nas universidades alarmam o STF: um teste para as instituições às vésperas do voto. **El País**, São Paulo, 27 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/politica/1540583505_264055.html. Acesso em: 07 mar. 2024.

COMPARATO, F. K. Fundamento dos direitos humanos. *In: Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora LTr, 1998.

COSTA, C.; SOUZA, F.; IDOETA, P. A. Eleições 2018: Semanas antes do segundo turno, denúncias de agressões se espalham pelo país. **BBC News Brasil**, São Paulo, 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45826628>. Acesso em: 07 mar. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DAMÉ, L.; LABOSSIÈRE, P.; TOKARNIA, M.; RODRIGUES, A. Retrospectiva: relembre fatos que marcaram o Brasil em 2018. **Agência Brasil**, Brasília, 29 dez. 2018. Disponível em: <https://encr.pw/o1LVK>. Acesso em: 07 mar. 2024.

DAY, R. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

DAY, R. Documents from head to toe: bodies of knowledge in the works of Paul Otlet and Georges Bataille. **Library Trends**, v. 66, n. 3, p. 395-408, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A Thousand Plateaus: capitalism and schizophrenia**. Minneapolis: University of Minnesota, 1987.

DEMO, P. **Argumento de autoridade x autoridade do argumento**: interfaces da cidadania e da epistemologia. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2005. 111 p.

DEMO, P. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: IBICT, 2010. 139 p.

DEVER, M. Photographs and manuscripts: working in the archives. **Archives and Manuscripts**, v. 43, n. 3, p. 282-294, 2014.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística) – Departamento de Estatística, Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: Beyond structuralism and hermeneutics. New York: Routledge, 2013.

DOCUMENT ACADEMY. **Document Academy**. c2024. Disponível em: <https://documentacademy.org/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

DURANT, D. M.; HORAVA, T. The Future of Reading and Academic Libraries. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 15, n. 1, p. 5-27, 2015.

DUTTA, B.; DAS, A. K. In search of an axiomatic concept of document. **Annals of Library and Information Studies**, v. 52, n. 1, p. 25-30, 2005.

ELIAS, C. S. R.; SILVA, L. A.; MARTINS, M. T. S. L.; RAMOS, A. P. M.; SOUZA, M. G. G.; HIPÓLITO, R. L. Quando chega o fim?: uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 48- 53, abr. 2012.

FAYET-SCRIBE, S. Você conhece Suzanne Briet?. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 805-815, set./dez. 2018.

FAUCHER, K. X. An information meta-state approach to documentation. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 4, p. 503-525, 2014.

FAYET-SCRIBE, S. **Histoire de la documentation en France**: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Editions, 2001.

FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017.

FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, 1979.

FLECK, L. **Genesis and Development of a Scientific Fact**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

FOER, J. S. **Tree of Codes**. Londres: Visual Editions, 2010.

FONSECA, E. N. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 35-42, 1973.

FONSECA, E. N. A biblioteca. *In*: FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007. p. 48-62.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Power/knowledge**: Selected interviews and other writings, 1972-1977. New York: Vintage, 1980.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 116 p.

FRASSEN, T.; VELTHIUS, O. Making materiality matter: a sociological analysis of prices on the Dutch fiction book market, 1980-2009. **Socio-Economic Review**, n. 14, v. 2, 2014.

FREIRE, L. A ciência em ação de Bruno Latour. **Cadernos IHU ideias**, a. 11, n. 193, 2013.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **J Doc**, Bingley, v. 48 n. 4, p. 365-386, 1992.

FROHMANN, B. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, Perth, n. 16, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE (CAIS/ACSI), 23., 1995, Edmonton- Alberta. **Anais...** Edmonton- Alberta: CAIS, 1995.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, Toronto, n. 42, p. 13-28, 2000.

FROHMANN, B. Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, Urbana, v. 52, n. 3, p. 387-407, Winter 2004.

FROHMANN, B. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (ed.). **A Document (Re)Turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008a.

FROHMANN, B. Documentary ethics, ontology, and politics. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, Dordrecht, v. 8, n. 165, 2008b.

GARONCE, L. UnB cria espaço para produção de conhecimento em direitos humanos. **G1 DF**, Brasília, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://11nk.dev/lcUCf>. Acesso em: 10 out. 2023.

GERMANO, C.; GOUVEIA, A. UnB aprova concessão de diploma a Honestino Guimarães, morto pela ditadura. **Eu estudante**, Brasília, 07 jun. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qgDtK>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GOMES, H. F. Mediação da Informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, p. 1-23, 2020.

GONÇALVES, C. Livros com temática de direitos humanos são vandalizados na UnB. **Agência Brasil**, Brasília, 05 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-10/livros-com-tematica-de-direitos-humanos-sao-vandalizados-na-unb>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Cuestiones epistemológicas de la Ciencia de la Información y de la Bibliotecología. *In*: Rendón Rojas, M. Á. **Problemas sobre teoría y epistemología de la ciencia bibliotecológica y de la información: discusión y análisis**. Ciudad de Mexico: UNAM, 2000. p. 1-15.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GORDON-BURROUGHS, J. Straight pins, gauze, and linotypes: the cuban post-soviet artists book. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 26, n. 3, p. 437-459, 2017.

GORDON LANNING, R.; BENGTSON, J. B. Traces of humanity: Echoes of social and cultural experience in physical objects and digital surrogates in the University of Victoria Libraries. **Cogent Arts & Humanities**, v. 3, n. 1, p. 1163042, 2016.

GORICHANAZ, T.; LATHAM, K. F. Document phenomenology: a framework for holistic analysis. **Journal of Documentation**, v. 72, n. 6, 2016.

GOULART, M. I. C. V. A configuração do espaço dos livros no interior da sala de aula. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 348-362, mai./ago., 2016a.

GOULART, M. I. C. V. A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 34, n. 67, p. 69-82, 2016b.

GRIFFIN, C. Instruction and Inspiration: Fifteenth-Century Codicological Recipes. **Exemplaria**, v. 30, n. 1, p. 20-34, 2018.

GROSS, S.; BARDZELL, J.; BARDZELL, S. Structures, forms, and stuff: the materiality and medium of interaction. **Personal and Ubiquitous Computing**, v. 18, n. 3, p. 637-649, 2014.

GZH. Retrospectiva 2015: os fatos que marcaram a política. **GZH**, Porto Alegre, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/6qT2p>. Acesso em: 21 jun. 2024.

G1. Crise política chocou e dividiu os brasileiros em 2016. **G1**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Liezv>. Acesso em: 21 jun. 2024.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1987a.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa II: Crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1987b.

HART, C.; BAINS, M.; JONES, K. The myth of material knowledge: reading the image of library buildings. **New Library World**, v. 97, n. 3, p. 23 – 31, 1996.

HEBING, R. “Allmygti god this lettyr sent”: English Heavenly Letter Charms in Late Medieval Books and Rolls. **Studies in Philology**, v. 114, n. 4, p. 720-747, 2017.

HEIDEGGER, M. **The Question Concerning Technology and Other Essays**. Nova Iorque: Harper Torch Books, 1977.

HENNINGSEN, K. “You deciphered me and now I am plain to read”: how the body is a book. **Library Trends**, v. 64, n. 4, 2016, p. 741-755.

HENNION, A. **La Médiation Musicale**. Tese (Doutorado em Sociologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1991.

HÉRUBEL, J-P. V. M. Pauline Reid: Reading by Design: The Visual Interfaces of the English Renaissance Book. **Publishing Research Quarterly**, v. 36, 2020, p. 201-202.

HOBBS, T. **Léviathan**. Traité de la matière, de la forme et du pouvoir de la republique ecclésiastique et civile. Paris: Sirey, 1971.

HOUAISS, A. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: INL, 1967.

HOU, J.; RASHID, J.; LEE, K. M. Cognitive map or medium materiality? Reading on paper and screen. **Computers in Human Behavior**, v. 67, p. 84-94, 2017.

HULTIN, L. On becoming a sociomaterial researcher: Exploring epistemological practices grounded in a relational, performative ontology. **Information and Organization**, v. 29, n. 2, 2019, p. 91-104.

HUVILA, I. Awkwardness of becoming a boundary object: Mangle and materialities of reports, documentation data, and the archaeological work. **The Information Society**, v. 32, n. 4, 2016, p. 280-297.

IBAHIA. Retrospectiva 2014: Momentos que marcaram o Brasil **IBahia**, Salvador, 20 dez. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/C9TYf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

IGUÍNIZ, J. B. **Léxico bibliográfico**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1959.

INFOAMERICA. **Bernd Peter Frohmann (1946-)**. Infoamérica, c2024. Disponível em: <https://www.infoamerica.org/teoria/frohmann1.htm>. Acesso em: 05 mar. 2024.

JARDINE, B. State of the field: Paper tools. **Studies in History and Philosophy of Science Part A**, v. 64, p. 53-63, 2017.

KAMA, A. F. L. F. A universidade sonhada por Darcy Ribeiro: o papel da Biblioteca Central da UnB e da Editora UnB na busca pela utopia necessária. *In*: CAMARGO, M. S. (org.) *et. al.* **Darcy Ribeiro e a UnB: a universidade necessária no século XXI**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022. p. 81-90.

KNUTH, R. **Libricide**: The regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century. Connecticut: Praeger, 2003.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LABARRE, A. **História do livro**. São Paulo: Cultrix, 1981.

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

LATHAM, K. F. Medium Rare: Exploring Archives and their Conversion from Original to Digital - Part One: Lessons from the History of Print Media. **LIBRES: Library and Informational Science Research Electronic Journal**, v. 20, n. 2, set. 2010.

LATHAM, K. F. Medium Rare: Exploring Archives and Their Conversion from Original to Digital Part Two--The Holistic Knowledge Arsenal of Paper-based Archives. **LIBRES: Library & Information Science Research Electronic Journal**, v. 21, n. 1, mar. 2011.

LATHAM, K. F. Experiencing documents. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 4, 2014, p. 544-561.

LATOUR, B. **Science in action**: how to follow scientists and engineers through society. Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

LATOUR, B. Where are the missing masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts. *In*: BIJKER, W.; LAW, J. (Eds.). **Shaping technology/Building Society**: Studies in Sociotechnical Change. Cambridge, Mass: MIT Press, 1992, p. 225-259.

LATOUR, B. On technical mediation. **Common knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

LATOUR, B. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 2, 1995, p. 07-26.

LATOUR, B. On actor-network theory: A few clarifications. **Soziale welt**, v. 47, n. 4, p. 369-381, 1996.

LATOUR, B. On recalling ANT. **The sociological review**, v. 47, n. 1, p. 15-25, 1999.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.21-44.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador, EDUFBA; Bauru, EDUSC, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo, Editora 34, 2019.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1997.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *In*: _____. **História e memória**. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LEITE, F.; AUGUSTA, M.; SOUZA, D. N.; RIGHETTI, C.; PRITZKE, R.; AGUIAR, R.; FREITAS, F.; NUNES, M.; BARCELOS, J.; FILGUEIRAS, E.; SILVA, F.; MARIANO, E. Registro de reunião. *In*: Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da BCE, 6., 14 nov. 2018, BCE/UnB. **Ata** [...]. Brasília: BCE/UnB, 2018.

LESTER, P. Of mind and matter: the archive as object. **Archives and Records**, v. 39, n. 1, p. 73-87, 2018.

LEVY, M.; MOLE, T. **The Broadview reader in book history**. Peterborough: Broadview Press, 2017.

LONDONRIVERBANK. **Bernd Frohmann**: academic profile. Londonriverbank, c2023. Disponível em: <https://londonri-verbank.wordpress.com/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010.

LUYT, B.; SAGUN, K. Let Bookstores be Bygones? Memories and Materiality of Bookstores on the Pages of the Singapore Memory Project. **Publishing Research Quarterly**, v. 32, p. 139-147, 2016.

MACHADO, C. J. S. A invenção científica segundo o modelo da sociologia dos cientistas e os Social Studies of Science. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 4-5, 2006.

MARTIN, K.; QUAN-HAASE, A. The role of agency in historians' experiences of serendipity in physical and digital information environments. **Journal of Documentation**, v. 72, n. 6, p. 1008-1026, 2016.

MATUTE, A. **Heurística e Historia**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

MEAD, G. H. **Mind, self & society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEAD, G.H. On the self and teleological behavior. *In*: Silva, F. C. (ed.). **G.H. Mead: A reader**. Abingdon: Routledge, 2011, p. 21-44.

MELOT, M. Le temps des images. **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 5, 2001, p. 15-21. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2001-05-0015-001>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MENESES-TELLO, F. Biblioclastia y libricidio: crímenes sociales y políticos contra la información y el conocimiento. **Ibersid**, v. 17, n. 1, p. 13-32, 2023.

MENDES, L. C. O Movimento Bibliográfico: organização do conhecimento no contexto da modernidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, p. 134-151, 2016.

MENDES, L.; CUSTÓDIO, M.; EGGERT-STEINDEL, G. Livro didático: o despertar da memória afetiva. **RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 932-943, 2017.

MIGNOT, F. A.; KAMA, A. F. L. F. (org.). **Relatório de atividades da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília 2022**. Brasília: Universidade de Brasília, 2023. 82 p.

MOL, A.; LAW, J. Regions, Networks, and Fluids: Anaemia and Social Topology. **Social Studies of Science**, v. 24, p. 641-672, 1994.

MOURA, M. A.; NOGUEIRA, M. As universidades e seu papel para a promoção da cidadania e defesa dos direitos fundamentais. *In*: SOUSA JUNIOR, J. G. *et al.* (orgs.). **O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade**. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 27-32.

MULES, P. A. Textbooks: Changing materiality, changing meaning. **The International Journal of the Book**, v. 8, n. 3, p. 147-155, 2011.

MUNDANEUM. **History**. Mundaneum, Bruxelas, c2024. Disponível em: <http://archives.mundaneum.org/en/history>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MÜNKNER, Jörn. Papierstauraum: Bücher und Objekte in Katalogen. **Neohelicon**, v. 47, n. 2, p. 393-408, 2020.

MURGUIA, E.I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. especial, 1. sem., p. 87-104, 2009.

MURGUIA, E. I. Percepções e Aproximações do Documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 42-53, 2011.

MURRAY, S. Publishing studies: Critically mapping research in search of a discipline. **Publishing Research Quarterly**, v. 22, p. 3-25, 2006.

NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique: vers un nou-veau “style” sociologique?** Paris: Armand Colin, 2006.

NEVES, J. P. **O apelo do objecto técnico**. Porto: Campo das Letras, 2006.

NOGUEIRA, P. R. Agentes do Estado invadem universidades em todo o país às vésperas do 2º turno. **Brasil de Fato**, Ceará, 25 out. 2018. Disponível em: <https://11nq.com/Uq2j6>. Acesso em: 07 mar. 2024.

NOVAES, A. S. Do jornal ao livro: uma investigação sobre a noção de materialidade em João do Rio. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 22, n. 37, p. 13-31, 2015.

ODDONE, N.; GOMES, M. Y. F. S. de F. Os temas de pesquisa em Ciência da Informação e suas implicações político-epistemológicas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2004, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Edufba, 2004.

OLIVEIRA, L. A. R. **Bibliotecas: uma breve revisão histórica**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ONU Mulheres. **Percepção Social sobre Direitos Humanos e sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos**. ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2024. Brasília: ONU Mulheres no Brasil Casa da ONU, 2024. 40 p.

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:
https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/educacao_basica/educacao%20infantil/legislacao/declaracao_universal_de_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.
- ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009.
- ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017.
- O'SULLIVAN, J.; FORTUNATI, L.; TAIPALE, S.; BARNHURST, K. Innovators and innovated: Newspapers and the postdigital future beyond the “death of print”. **The Information Society**, v. 33, n. 2, p. 86-95, 2017.
- OTLET, P. **Documentos e documentação**: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937.
- PAIXÃO, C.; CARVALHO, C. P. 50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje. **UnB Notícias**, Brasília, 31 ago. 2018. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/ZmfY8>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- PEARCE, S. M. **Museums, objects and collections**: a cultural study. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.
- PIEPMEIER, A. Why zines matter: Materiality and the creation of embodied community. **American Periodicals**, v. 18, n. 2, p. 213-238, 2008.
- PIERRE, E.; MARTINS, R. Quem mandou matar Marielle, e por quê? Veja os novos detalhes revelados pela investigação da PF. **G1**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2024. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/bhiE8>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- PICKERING, A. New ontologies. *In*: _____; GUZIK, K. (Eds). **The mangle in practice**: Science, society, and becoming. Durham, NC: Duke University Press, 2008. p. 1-14.
- PILEROT, O. Making design researchers' information sharing visible through material objects. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 10, p. 2006-2016, 2014.
- PLATE, L. How to do things with literature in the digital age: Anne Carson's Nox, multimodality, and the ethics of bookishness. **Contemporary Women's Writing**, v. 9, n. 1, p. 93-111, 2015.
- POMIAN, K. Coleção. *In*: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi**: Memória/História. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1982. v. 1; p. 51-85.

POMIAN, K. História Cultural, História dos Semióforos. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.

POPPER, K. **Objective knowledge**: An evolutionary approach. Oxford: Clarendon press, 1979.

PROSSER, D. Affect and deaccessioning in the academic library: feelings about books and place. **Library Trends**, v. 68, n. 3, p. 506-520, 2020.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v.13, n.26, 2º sem. 2008.

RABELLO, R. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, p. 2-36, 2012.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan. 2018.

RABELLO, R. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, 13:2, 2019, p. 5-25.

RABELLO, R. Apontamentos sobre a dimensão social e disciplinar do processo de organização do conhecimento. *In*: ARAKAKI, A. C. S.; ALBUQUERQUE, A. C. (orgs.). **Questões teórico-epistemológicas para a Ciência da Informação**: possibilidades e contribuições. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. p. 45-60.

RABELLO, R. **Multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento**: caminhos e articulações conceituais para uma análise epistemológica e política. 2021. 17 f. Projeto de pesquisa (Comunicação e mediação da informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

RABELLO, R. Práticas documentárias em regimes de materialidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Não-usuário de informação como implicado(r): desafios praxiológicos para pesquisa, formação e prática profissional. **Revista EDICIC**, v. 2, p. 1-1, 2022.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Documento, arquivo e formas de representação da realidade. *In*: CUEVAS CERVERÓ, Aurora *et al.* (coord.). **Investigación en información, documentación y sociedad**: perspectivas y tendencias. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2. p. 32-40.

RANADA, Å. L.; HAGBERG, J.-E. All the things I have — Handling one's material room in old age. **Journal of Aging Studies**, v. 31, p. 110-118, 2014.

RAYWARD, B. The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections on biography. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 23, n. 3, p. 135-145, 1991.

RAYWARD, W. B. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 4, p. 235-259, may 1994.

RÉGNIER, M-C. Le livre, emblème de l'exposition littéraire? Enjeux croisés de la muséalisation I du livre et de la littérature. **Papers of the Bibliographical Society of Canada/Cahiers de la Societe bibliographique du Canada**, v. 52, n. 2, 2014.

REID, P. **Reading by Design: The Visual Interface of the English Renaissance Book**. Toronto: University of Toronto Press, 2019.

RENDÓN-ROJAS, M. Á.; GARCÍA CERVANTES, A. L. El sujeto informacional en el contexto contemporâneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitariainformacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, jan./abr. 2012.

RODRIGUES, M. L. O. **A censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília durante o período do regime militar**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROTHER E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paul Enferm.**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2007.

RÜDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SALDANHA, G. S. O documento e a "via simbólica": sob a tensão da "neodocumentação". **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.65-88, jan./jul., 2013.

SALDANHA, G. S. Sobre a bibliologia entre Peignot, Otlet e Estivals: vertentes de um longo discurso 'metaepistemológico' da organização dos saberes. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 75-88, mai./ago. 2015.

SALGADO, T. **Fundamentos pragmáticos da teoria ator-rede para análise de ações comunicacionais em redes sociais online**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

SALOMÃO, M. Caso Marielle: preso responsável por desmanche do carro de assassinos. **Metrópoles**, Brasília, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://11nk.dev/YHglQ>. Acesso em: 07 mar. 2024.

SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M. Informação e memória na perspectiva da Teoria Ator-Rede. **PontodeAcesso**, v. 13, n. 1, p. 47-64, 2019.

SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M.; DANTAS, E. R. F. A informação reagregando o social: percepção a partir da Teoria Ator-Rede. R. **Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 33-55, jul./dez. 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; BAPTISTA LUCIO, M. P. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANCHEZ NETO, A.; SOUZA, E. Precisamos superar o “Information as Thing”: uma análise das citações de Buckland, Day, Frohmann e Lund nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PPGCI/IBICT/UFRJ, 2021.

SANTOS, J. M. A biblioclastia como mecanismo de controle social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. 2, p. 85-97, jul./dez. 2017.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1. n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Relevance: A review of and a framework for the thinking on the notion in information science. *In*: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. (orgs.). **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: Ibict, 2009. p. 15-70.

SASAKI, F. Retrospectiva 2016: Confirma os 5 fatos mais importantes do ano no Brasil. **Guia do Estudante**, São Paulo, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Uefik>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SECOMUNB. Manifestação na UnB repudia ataque aos direitos humanos: Ato público reuniu estudantes, professores e mais representantes da comunidade em frente à BCE. **Secom UnB**, 10 out. 2018a. Disponível em: <https://11nq.com/2FzTA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SECOMUNB. BCE inaugura espaço dedicado aos Direitos Humanos. **Secom UnB**, 21 nov. 2018b. Disponível em: <https://acesse.dev/XB1uX>. Acesso em: 10 out. 2023.

SEGOV. **Ceilândia (RA IX)**. Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, c2024. Brasília: SEGOV, c2024. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/ceilandia-ra-ix/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SEHN, T. C. M.; FRAGOSO, S. The synergy between eBooks and printed books in Brazil. **Online Information Review**, v. 39, n. 3, p. 401-415, 2015.

SEREJO, V.; JUVÊNCIO, C. H. Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República. **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 193-210, jul./dez. 2020.

SERRAI, A. História da Biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-61, set. 1975.

SERRES, M. **La Traduction**. Paris: Minuit, 1974.

SERRES, M. **Le contrat naturel**. Paris: Bourin, 1990.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana, IL.: University of Illinois Press, 1949.

SHAPIN, S.; SCHAFFER, S. **Leviathan and the Air-Pump**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *In*: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, F. C. Following the book: Towards a pragmatic sociology of the book. **Sociology**, v. 50, n. 6, p. 1185-1200, 2016.

SILVA, F. C.; BUCHOLC, M. On the pragmatics of social theory: the case of Elias's "On the Process of Civilization". **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 52, n. 4, p. 392-407, 2016.

SONNENWALD, D. H.; MCELLIGOTT, J. Illuminating human-rare historic book interaction. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, Washington, v. 54, n. 1, p. 804-805, out./nov. 2017. Trabalho apresentado na 80º Annual Meeting of the Association for Information Science and Technology, 2017a, [Washington, DC].

SONNENWALD, D. H.; MCELLIGOTT, J. Investigating human-rare historic book Interaction among young adults. **Interaction Design and Architecture (s) Journal**, n. 32, p. 126-149, 2017b.

SOUSA, N. H. B.; BELEZA, F. T. Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP): 30 anos. *In*: SOUSA JUNIOR, J. G. *et al.* (orgs.). **O Direito Achado na Rua**: Introdução crítica ao direito como liberdade. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 363-374.

SOUSA JUNIOR, J. G.; COSTA, A. B.; SOUSA, N. H. B.; ESCRIVÃO FILHO, A. S.; MIRANDA, A. A.; LIMA, A. N. V.; MACHADO, C.; LEMOS, E. X.; TÁBOAS, I. D. M. Z.; VIEIRA, R. C. C.; NEGRINI, V. Introdução: O Direito Achado na Rua 30 anos. *In*: _____ (orgs.). **O Direito Achado na Rua**: Introdução crítica ao direito como liberdade. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 19-26.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018.

STRUM, S.; LATOUR, B. The meanings of social: From baboons to humans. **Social Science Information**, v. 26, n. 4, p. 783-802, 1987.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. *In*: SOLANO, E. (org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 66-73.

TELES, E. Os discursos bélico e dos direitos humanos e a violência institucional no Brasil. **Sociedade em Debate**, v. 25, n. 2, p. 45-58, 2019.

TEMÓTEO, A. Manifestantes pró-Bolsonaro são xingados e expulsos de campus da UnB. **UOL**, Brasília, 29 out. 2018. Disponível em: <https://acesse.one/8BVuW>. Acesso em: 07 mar. 2024.

THUMALA OLAVE, M. A. Book love. A cultural sociological interpretation of the attachment to books. **Poetics**, v. 81, 2020.

TOSI, G. (org.). Apresentação. *In*: _____ (org.). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora UFPB, 2004. p. 5-13.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Nota Pública, de 5 de outubro de 2018**. Brasília: Biblioteca Central, 2018a.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Reitoria. **Carta à comunidade em defesa da democracia**. Brasília: Reitoria, 2018b.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho Universitário da UnB. **Nota aprovada na 453ª reunião do Consuni, em defesa da democracia, dos direitos humanos e da cultura da paz**. Brasília: Consuni, 2018c.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Inauguração do Espaço Direitos Humanos BCE/UnB**. Brasília: Biblioteca Central, 2018d.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **História da BCE**. Brasília: Biblioteca Central, c2024a.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **UnB: Biblioteca Central**. Brasília: Biblioteca Central, c2024b.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Espaço Direitos Humanos**. Brasília: Biblioteca Central, c2024c.

WHITEHEAD, A. N. **Process and reality: An Essay in Cosmology**. Nova Iorque: Free Press, 1929.

WOODWARD, I. **Understanding Material Culture**. London: Sage, 2010.

WOLEDGE, G. 'Bibliography' and 'Documentation': Words and ideas. **Journal of Documentation**, v. 39, n. 4, p. 266-279, 1983.

ZAMMATARO, A. F. D.; ALBUQUERQUE, A. C. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva frohmanniana na Ciência da Informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da informação**, v. 19, 2021.

APÊNDICE A

Questionário 1 – Roteiro para entrevistas semiestruturadas (atores humanos)

Nome:

Ocupação:

- 1) Qual a sua relação com os livros? Em sua opinião, qual a importância dos livros?
- 2) Qual a sua relação com a biblioteca? Em sua opinião, qual a importância das bibliotecas?
- 3) Você trabalha e/ou frequenta a BCE ou UnB? Explique como.
- 4) Há quanto tempo você trabalha e/ou frequenta a BCE ou UnB?
- 5) Você soube da mutilação de livros do acervo de direitos humanos em 2018? Se sim, o que achou, como se sentiu, realizou alguma ação imediata na instituição ou fora dela, em mídias sociais, etc.? Teria o registro de tais ações?
- 6) Você participou de alguma mobilização em protesto à mutilação de livros na BCE? Se sim, qual foi o seu papel nessa mobilização?
- 7) Você esteve envolvido no processo de consolidação do Espaço Direitos Humanos na BCE/UnB? Se sim, qual foi o seu envolvimento?
- 8) Qual a importância de ter um espaço como esse na BCE/UnB?
- 9) Você frequenta o espaço? Se sim, com que frequência? Gostaria de frequentar? Por quê?
- 10) Que outras atividades você gostaria de ver no espaço? Teria alguma proposta?

APÊNDICE B

Quadro 7 – Síntese da materialidade do livro conforme a literatura internacional analisada

Autor(a/es)	Perspectiva de materialidade	Descrição	Referência
Abordagens históricas			
Hebing (2017)	A materialidade está presente nos contextos nos quais os livros se inserem.	A materialidade dos livros está conectada às intenções das suas características e às intencionalidades dos sujeitos.	HEBING, R. “Allmygti god this lettyr sent”: English Heavenly Letter Charms in Late Medieval Books and Rolls. Studies in Philology , v. 114, n. 4, p. 720-747, 2017.
Griffin (2018)	A materialidade do manuscrito medieval demonstra a relação entre a palavra escrita e os aspectos decorativos e simbólicos do texto.	A materialidade evoca qualidades imaginativas e estabelece uma relação pessoal com os sujeitos.	GRIFFIN, C. Instruction and Inspiration: Fifteenth-Century Codicological Recipes. Exemplaria , v. 30, n. 1, p. 20-34, 2018.
Hérubel (2020)	A materialidade e a fisicalidade do livro revelam a relação epistemológica interativa entre o leitor e o objeto.	As formas impressas dos livros medeiam significados , há uma interação com os elementos bibliográficos e psicológicos na relação sujeito-livro .	HÉRUBEL, J-P. V. M. Pauline Reid: Reading by Design: The Visual Interfaces of the English Renaissance Book. Publishing Research Quarterly , v. 36, 2020, p. 201-202.
Münkner (2020)	A materialidade confere virtuosidade aos objetos, torna presente o que está ausente mediante a narrativa e a historicidade .	Os catálogos possuem uma materialidade expansiva com implicações estéticas e imaginativas , suspende a materialidade do livro, mas evoca reações no leitor.	MÜNKNER, J. Papierstauraum: Bücher und Objekte in Katalogen. Neohelicon , v. 47, n. 2, p. 393-408, 2020.
Gordon-Burroughs (2017)	A materialidade veicula conteúdo simbólico e histórico , e dialoga com a sociedade , a economia , a democracia , a cultura , as instituições etc.	O livro é “[...] objeto, meio, e artefato material , e como tal artefato está localizado na história , entendido como um filtro complexo do mundo social e econômico .” (GORDON-BURROUGHS, 2017, p. 451, tradução nossa).	GORDON-BURROUGHS, J. Straight pins, gauze, and linotypes: the cuban post-soviet artists book. Journal of Latin American Cultural Studies , v. 26, n. 3, p. 437-459, 2017.
Braddix (2018)	A materialidade é a condição de ser “ coisa ” (<i>thingness</i>) do livro.	A presença física do livro é a sua materialidade.	BRADDIX, J. Michelle Levy and Tom Mole: The Broadview Introduction to Book History. Publishing Research Quarterly , v. 34, p. 150-151, 2018.
Entre o analógico e o digital			
Sonnenwald e	A materialidade propicia uma experiência mais	As tecnologias de digitalização do livro raro	SONNENWALD, D. H.; MCELLIGOTT, J.

McElligott (2017a)	significativa para os leitores.	devem levar em conta a sua materialidade, e integrar recursos para engajar os sentidos visual, tátil, auditivo e olfativo.	Illuminating human-rare historic book interaction. Proceedings of the Association for Information Science and Technology , Washington, v. 54, n. 1, p. 804-805, out./nov. 2017. Trabalho apresentado na 80° Annual Meeting of the Association for Information Science and Technology, 2017, [Washington, DC].
Sonnenwald e McElligott (2017b)	A materialidade engaja e carrega significado , possibilitando um elo entre o livro e o meio social .	A materialidade é um canal para ter contato com sujeitos, eventos, emoções e práticas passadas. Ela pode ser recriada em objetos digitais através de recursos que imitam o cheiro, o toque etc.	SONNENWALD, D. H.; MCELLIOT, J. Investigating human-rare historic book Interaction among young adults. Interaction Design and Architecture (s) Journal , n. 32, p. p. 126-149, 2017b.
Gordon Lanning e Bengtson (2016)	A materialidade faz do objeto mais do que a soma de suas partes – ele aciona emoções, sentimentos, memórias, heranças culturais e sociais .	Porque o objeto promove uma experiência transcendental , a digitalização enfrenta inúmeros desafios pois objetos digitais são clones imperfeitos dos originais.	GORDON LANNING, R.; BENGTSON, J. B. Traces of humanity: Echoes of social and cultural experience in physical objects and digital surrogates in the University of Victoria Libraries. Cogent Arts & Humanities , v. 3, n. 1, p. 1163042, 2016.
Latham (2010)	A materialidade condiciona a confiabilidade, a autenticidade, o contexto, a ‘sensação’ de contato direto com o ‘objeto real’ , e por isso a relação sujeito-objeto é complexa e está para além da fisicalidade .	Considerar somente o viés do acesso na digitalização representa uma perda, já que a interação sujeito-objeto é única, e não pode ser reproduzida no digital .	LATHAM, K. F. Medium Rare: Exploring Archives and their Conversion from Original to Digital - Part One: Lessons from the History of Print Media. LIBRES: Library and Information Science Research Electronic Journal , v. 20, n. 2, set. 2010.
Latham (2011)	Considerar a materialidade é considerar as formas de conhecimento , ao invés de apenas informação .	As propriedades materiais, autenticidade, conteúdo tácito , o caráter de evidência e a experiência do uso enriquecem a condição de estar no arquivo.	LATHAM, K. F. Medium Rare: Exploring Archives and Their Conversion from Original to Digital Part Two-- The Holistic Knowledge Arsenal of Paper-based Archives. LIBRES: Library & Information Science Research Electronic Journal , v. 21, n. 1, mar. 2011.
Dever (2014)	A materialidade (mecânica básica) do papel permite ordenação e reordenação, camadas e a descoberta fortuita de novas relações de	“pensamos através do papel” (<i>think through paper</i>), o que permite considerar os movimentos, histórias, agenciamentos etc. e condiciona nossa experiência de estar-no-arquivo .	DEVER, M. Photographs and manuscripts: working in the archives. Archives and Manuscripts , v. 43, n. 3, p. 282-294, 2014.

	associação e proximidade.		
Martin e Quan-Haase (2016)	A materialidade do ambiente físico gera experiências de descoberta e conexões no processo de pesquisa.	As conexões e o contexto dos documentos propiciam a experiência da “descoberta”, algo que pode ser alcançado tanto no ambiente físico quanto no digital .	MARTIN, K.; QUAN-HAASE, A. The role of agency in historians’ experiences of serendipity in physical and digital information environments. Journal of Documentation , v. 72, n. 6, p. 1008-1026, 2016.
Huvila (2016)	A materialidade faz o documento ser um “objeto de fronteira”, aquele que facilita a compreensão e possui significado .	Os documentos são artefatos caracterizados por sua materialidade, institucionalidade, disciplina social e historicidade , conforme preconiza Frohmann (2004).	HUVILA, I. Awkwardness of becoming a boundary object: Mangle and materialities of reports, documentation data, and the archaeological work. The Information Society , v. 32, n. 4, 2016, p. 280-297.
Hou, Rashid e Lee (2017)	A materialidade do meio (tela ou papel) influencia a compreensão, sendo que essa tangibilidade potencializa a leitura.	A materialidade do meio envolve várias experiências sociomotoras , mas a leitura em papel pode se assemelhar com a leitura do digital equivalente.	HOU, J.; RASHID, J.; LEE, K. M. Cognitive map or medium materiality? Reading on paper and screen. Computers in Human Behavior , v. 67, p. 84-94, 2017.
Sehn e Fragoso (2015)	A materialidade do meio possibilita a interpretação simbólica para além do escrito.	A leitura do livro impresso é associada com a afetividade e a posse , mas o digital também oferece vantagens. Livros físicos e digitais são complementares.	SEHN, T. C. M.; FRAGOSO, S. The synergy between eBooks and printed books in Brazil. Online Information Review , v. 39, n. 3, p. 401-415, 2015.
Durant e Horava (2015)	A materialidade (formato) importa na leitura, e direciona a maneira do leitor interagir com o suporte.	Os elementos físicos do texto influenciam a experiência de leitura, o aprendizado , as recordações e as emoções .	DURANT, David M.; HORAVA, T. The Future of Reading and Academic Libraries. Portal: Libraries and the Academy , v. 15, n. 1, p. 5-27, 2015.
O’Sullivan et al. (2017)	A materialidade facilita a inovação e permite a coexistência do impresso com o digital .	Conforme muda a materialidade dos jornais, muda a percepção e experiência dos leitores: um jornal impresso é um objeto completo que facilita interações sociais ; um jornal digital não desperta o senso de posse , mas configura um espaço de participação e expressão social .	O’SULLIVAN, J. et al. Innovators and innovated: Newspapers and the postdigital future beyond the “death of print”. The Information Society , v. 33, n. 2, p. 86-95, 2017.
Gross, Bardzell e Bardzell (2014)	A materialidade é fisicamente determinada pelo meio .	A materialidade vai além da manifestação superficial e possui dimensão metafísica , sendo moldada pela relação entre sujeitos e objetos , convenções sociais etc.	GROSS, S.; BARDZELL, J.; BARDZELL, S. Structures, forms, and stuff: the materiality and medium of interaction. Personal and Ubiquitous Computing , v. 18, n. 3, p. 637-649, 2014.

Régnier (2014)	A “desmaterialização” contemporânea do livro facilita o acesso ao patrimônio – mediante as exposições digitais .	Ainda que o livro tenha uma “ aura ”, os processos de musealização digital oferecem ricas possibilidades para os museus, bem como outros objetos e suporte mais “espetaculares” que os livros.	RÉGNIER, M-C. Le livre, emblème de l'exposition littéraire? Enjeux croisés de la muséalisation I du livre et de la littérature. Papers of the Bibliographical Society of Canada/Cahiers de la Societe bibliographique du Canada , v. 52, n. 2, 2014.
Ashton (2007)	A materialidade (forma física) dos livros satisfaz os leitores mais do que qualquer outra mídia, por ser portátil, forte e estar sempre em alta demanda nas bibliotecas.	A materialidade do livro evoca intencionalidades como o anseio de guarda e cuidado, por ser um objeto precioso.	ASHTON, S. On document supply in Ireland and the USA: experiences at the Boole Library, Cork University. Interlending & Document Supply , v. 35, n. 4, p. 226-227, 2007.
Piepmeier (2008)	A materialidade – entendida como a forma física – mobiliza qualidades humanas e cria comunidades corporificadas.	Os fanzines passam a materialidade de pessoa para pessoa . Tal materialidade não somente é um componente de significado , como também um meio de conexão que viabilizar formar comunidades.	PIEPMEIER, A. Why zines matter: Materiality and the creation of embodied community. American Periodicals , v. 18, n. 2, p. 213-238, 2008.
Novaes (2015)	A materialidade dos meios condiciona sentidos .	Os suportes – do jornal ao livro – condicionam distintos significados . O livro potencializa os significados dos fragmentos de jornal.	NOVAES, A. S. Do jornal ao livro: uma investigação sobre a noção de materialidade em João do Rio. Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ , v. 22, n. 37, p. 13-31, 2015.
Melot (2001)	As virtudes <i>materiais</i> do livro explicam sua aura extraordinária .	O livro não é um simples suporte . Ele permaneceu um objeto de adoração em nossas vidas profanas.	MELLOT, M. Le temps des images. Bulletin des bibliothèques de France , n. 5, 2001, p. 15-21.
Mules (2011)	A materialidade dos textos media as percepções sobre o conhecimento , a durabilidade , a estabilidade e a autoridade .	Os textos são artefatos e mediam significados . As mudanças na materialidade – especialmente as advindas do mundo digital – tem mostrado outras maneiras de perceber/validar o conhecimento .	MULES, P. A. Textbooks: Changing materiality, changing meaning. The International Journal of the Book , v. 8, n. 3, p. 147-155, 2011.
Brillenbug Wurth (2011)	A materialidade do papel amplia a dimensão física da leitura.	A materialidade possibilita a intervenção física no texto, o que não ocorre em livros digitais .	BRILLENBURG WURTH, K. Old and new medialities in Foer's Tree of Codes. CLCWeb: Comparative Literature and Culture , v. 13, n. 3 p. 1-8, 2011.
Relação sujeito-objeto			
Ranada e Hagberg (2014)	A materialidade pressupõe uma interpretação social e cultural .	Os objetos ligam gerações e são uma questão social e emocional , e nossa relação	RANADA, Á. L.; HAGBERG, J.-E. All the things I have — Handling one's material room in old age. Journal of Aging

		com eles é remodelada ao longo da vida.	Studies , v. 31, p. 110-118, 2014.
Latham (2014)	A materialidade do documento propicia uma “ experiência numinosa ”.	O objeto é uma espécie de receptáculo que possui um significado muito mais profundo do que sua simples função ou características , e incorpora grandes significados simbólicos .	LATHAM, K. F. Experiencing documents. Journal of Documentation , v. 70, n. 4, 2014, p. 544-561.
Gorichanaz e Latham (2016)	É com o significado que o documento emerge.	Um documento só é documento quando ocorre uma transação, ou “fusão” do sujeito com o objeto, que envolve propriedades físicas, propriedades atribuídas, estado psicológico e memórias individuais e coletivas .	GORICHANAZ, T.; LATHAM, K. F. Document phenomenology: a framework for holistic analysis. Journal of Documentation , v. 72, n. 6, 2016.
Prosser (2020)	A materialidade dos livros os torna representantes das identidades de sujeitos e instituições , e evocam os mais básicos sentimentos de amor e perda.	Os livros vão além da sua forma ou conteúdo. São símbolo de erudição, curiosidade, conhecimento . Sua materialidade torna difícil seu desfazimento, e em face da mudança, os livros impressos são permanência, referenciais emocionais como significantes culturais .	PROSSER, D. Affect and deaccessioning in the academic library: feelings about books and place. Library Trends , v. 68, n. 3, p. 506-520, 2020.
Thumala Olave (2020)	A materialidade do livro o torna um ícone cultural .	O livro é icônico pelo seu formato de códex, que configura diversos significados e experiências ; por ser um bem cultural valioso passível de ser preservado, mobilizar socialmente, provocar prazer etc.; e também por ser um objeto estético e subjetivo .	THUMALA OLAVE, M. A. Book love. A cultural sociological interpretation of the attachment to books. Poetics , v. 81, 2020.
Day (2018)	A informação se sustenta na materialidade dos documentos.	O documento carrega a inscrição material da realidade , e as transformações sociais e culturais ao longo do tempo.	DAY, R. E. Documents from head to toe: bodies of knowledge in the works of Paul Otlet and Georges Bataille. Library Trends , v. 66, n. 3, p. 395-408, 2018.
Henningsen (2016)	A materialidade permite leituras que extrapolam o suporte .	O corpo é como um livro, e assim como ele, possui materialidade e significado .	HENNINGSEN, K. “You deciphered me and now I am plain to read”: how the body is a book. Library Trends , v. 64, n. 4, 2016, p. 741-755.
Luyt e Sagun (2016)	A materialidade desempenha um papel chave na vida dos sujeitos, está ligada ao	A materialidade do livro, dos lugares e do que pode ser feito em tais lugares (bibliotecas, livrarias etc.)	LUYT, B.; SAGUN, K. Let Bookstores be Bygones? Memories and Materiality of Bookstores on the Pages of the

	cotidiano , à memória e a construção da identidade individual e coletiva .	condiciona experiências, memórias e interações sociais .	Singapore Memory Project. Publishing Research Quarterly , v. 32, p. 139-147, 2016.
Hart, Bains e Jones (1996)	A materialidade revela a abstração do livro.	Os livros tem o estatuto de sagrados , possuem condição divina e sabedoria , e o espaço da biblioteca corporifica isso.	HART, C.; BAINS, M.; JONES, K. The myth of material knowledge: reading the image of library buildings. New Library World , v. 97, n. 3, p. 23 – 31, 1996.
Abordagem social			
Plate (2015)	A materialidade é entendida como as dimensões sensoriais e afetivas da leitura que potencializam a estética , o afeto , as emoções e o conhecimento .	Os livros possuem agência e sua materialidade configura um meio de sociabilidade . Há uma materialidade compartilhada entre sujeitos e objetos.	PLATE, L. How to do things with literature in the digital age: Anne Carson's Nox, multimodality, and the ethics of bookishness. Contemporary Women's Writing , v. 9, n. 1, p. 93-111, 2015.
Jardine (2017)	A materialidade depende e constitui interações sociais .	A sociomaterialidade modifica a história das ferramentas de papel e é uma nova maneira de se pensar a política material da informação.	JARDINE, B. State of the field: Paper tools. Studies in History and Philosophy of Science Part A , v. 64, p. 53-63, 2017.
Hultin (2019)	As materialidades são os objetos que configuram práticas socio materiais .	As práticas socio materiais, através dos objetos, possuem agência e condicionam outras práticas/ações .	HULTIN, L. On becoming a sociomaterial researcher: Exploring epistemological practices grounded in a relational, performative ontology. Information and Organization , v. 29, n. 2, 2019, p. 91-104.
Silva (2016)	A materialidade da produção- significado que produz a simetria ou dialética entre sujeitos e objetos .	O livro é um objeto físico e social , podem viver vidas longas e fascinantes.	SILVA, F. C. da. Following the book: Towards a pragmatic sociology of the book. Sociology , v. 50, n. 6, p. 1185-1200, 2016.
Silva e Bucholc (2016)	A materialidade não pode ser desassociada do objeto, que é físico e social .	A fisicalidade do livro está atrelada aos seus significados . Como sociedade leitora, temos consequências psicológicas e sociológicas.	SILVA, F. C. da; BUCHOLC, M. On the pragmatics of social theory: the case of Elias's "On the Process of Civilization". Journal of the History of the Behavioral Sciences , v. 52, n. 4, p. 392-407, 2016.
Questões disciplinares			
Saldanha (2015)	A materialidade é aspecto constituidor do livro e leva às suas potências, o "ser" livro.	O livro é visto para além do suporte como "ato áureo" , instrumento espiritual, desdobramento do espírito , relação entre o simbólico e o material – em diálogo com Otlet.	SALDANHA, G. S. Sobre a bibliologia entre Peignot, Otlet e Estivals: vertentes de um longo discurso 'metaepistemológico' da organização dos saberes. Informação e Sociedade: estudos , João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 75-88, mai./ago. 2015.

Murray (2006)	A materialidade do livro faz com que ele seja um vetor de mudança cultural , um objeto superior às demais mídias.	O livro é tido como uma combinação complexa de fluxos entre diversos formatos de mídia, instiga debates e mudanças.	MURRAY, S. Publishing studies: Critically mapping research in search of a discipline. Publishing Research Quarterly , v. 22, p. 3-25, 2006.
Franssen e Velthius (2014)	A materialidade são as propriedades físicas do livro, tais como a encadernação, o tamanho, o número de páginas etc.	O consumidor julga o livro pela sua materialidade, para ele, isso determina o valor .	FRANSSEN, T.; VELTHIUS, O. Making materiality matter: a sociological analysis of prices on the Dutch fiction book market, 1980-2009. Socio-Economic Review , n. 14, v. 2, 2014.
Perspectiva holística			
Dutta e Das (2005)	A materialidade encontra referencial em Buckland, então relaciona-se a aspectos institucionais e sociais .	Os documentos possuem materialidade, intencionalidade , processabilidade e ocupam uma posição fenomenológica na documentação.	DUTTA, B.; DAS, A. K. In search of an axiomatic concept of document. Annals of Library and Information Studies , v. 52, n. 1, p. 25-30, 2005.
Faucher (2014)	A materialidade é a representação da informação .	A informação está para além do objeto pois a fisicalidade não é a informação em si.	FAUCHER, K. X. An information meta-state approach to documentation. Journal of Documentation , v. 70, n. 4, p. 503-525, 2014.
Lester (2018)	A materialidade permite uma compreensão mais holística e uma interpretação mais profunda dos objetos.	O objeto instiga respostas intelectuais, sensoriais e afetivas , pois o conteúdo e forma estão em sinergia. A experiência com os objetos é uma experiência holística .	LESTER, P. Of mind and matter: the archive as object. Archives and Records , v. 39, n. 1, p. 73-87, 2018.
Pilerot (2014)	A materialidade integra os objetos às estruturas sociais e às tecnologias , mediando significados e configurando-se como prática social .	O autor vale-se da concepção de Frohmann (2004), para quem as práticas documentárias devem levar em conta os aspectos materiais, institucionais , entre outros. O aspecto material do objeto é entendido em níveis de fisicalidade e capacidade representacional do conteúdo e da realidade social .	PILEROT, O. Making design researchers' information sharing visible through material objects. Journal of the Association for Information Science and Technology , v. 65, n. 10, p. 2006-2016, 2014.

Fonte: elaboração nossa.